

NEVERENDING  
ENERGY

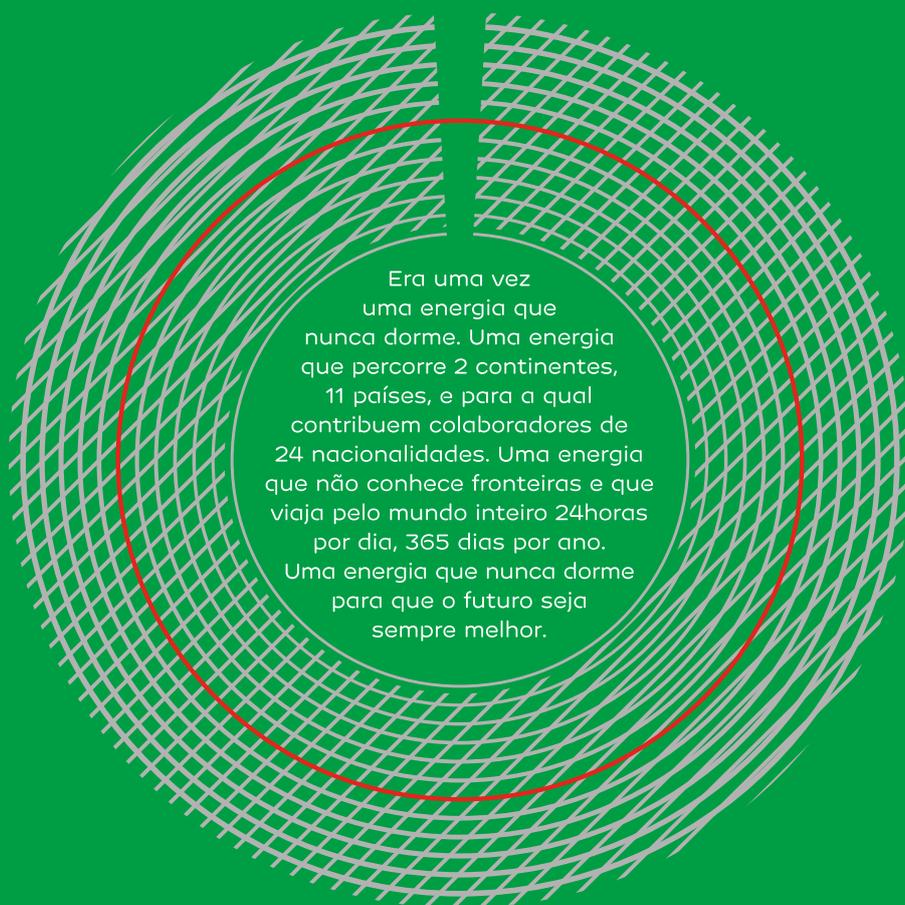


RELATÓRIO  
E CONTAS

2013

*edp* renováveis

# NEVERENDING ENERGY



Era uma vez  
uma energia que  
nunca dorme. Uma energia  
que percorre 2 continentes,  
11 países, e para a qual  
contribuem colaboradores de  
24 nacionalidades. Uma energia  
que não conhece fronteiras e que  
viaja pelo mundo inteiro 24 horas  
por dia, 365 dias por ano.  
Uma energia que nunca dorme  
para que o futuro seja  
sempre melhor.

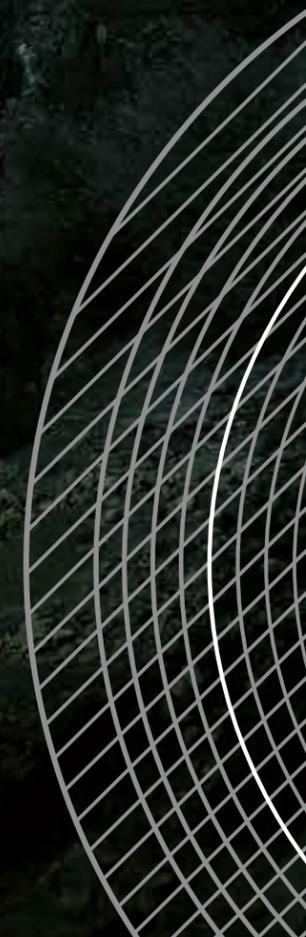
**edp** renováveis

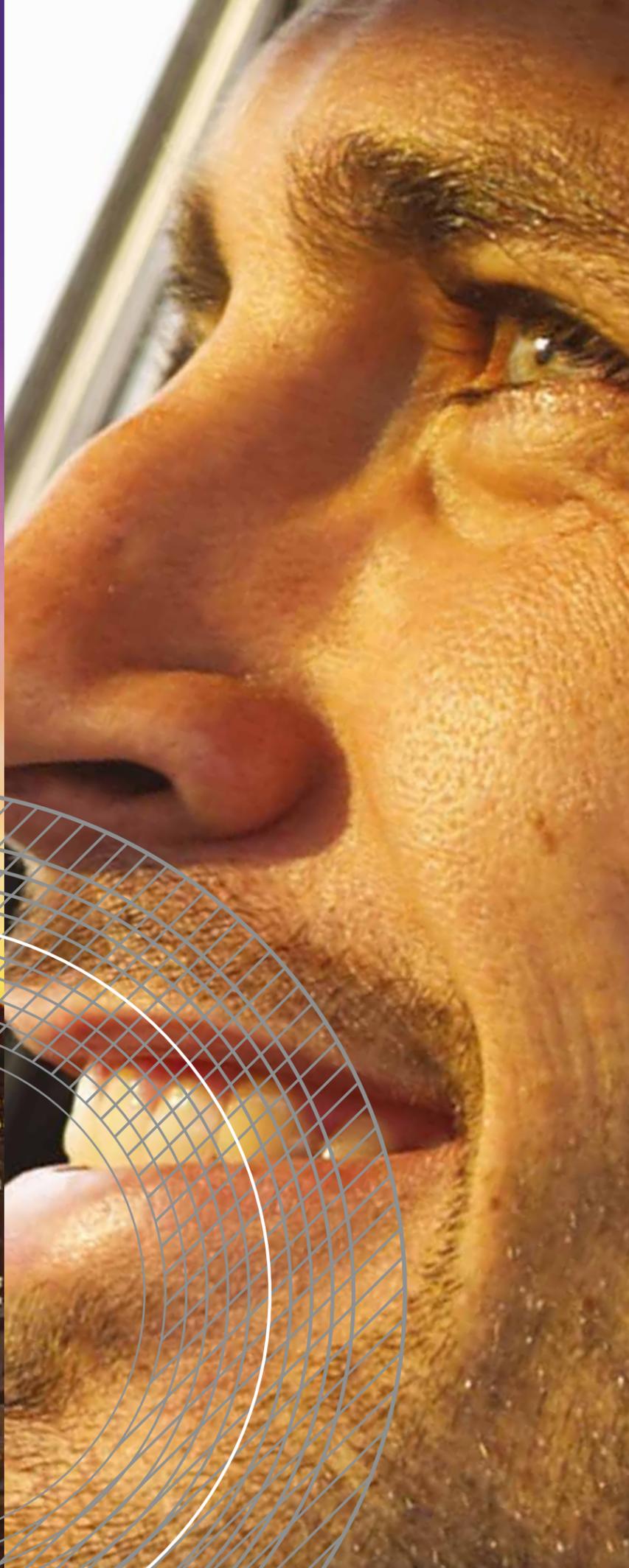
# 01

## ÍNDICE

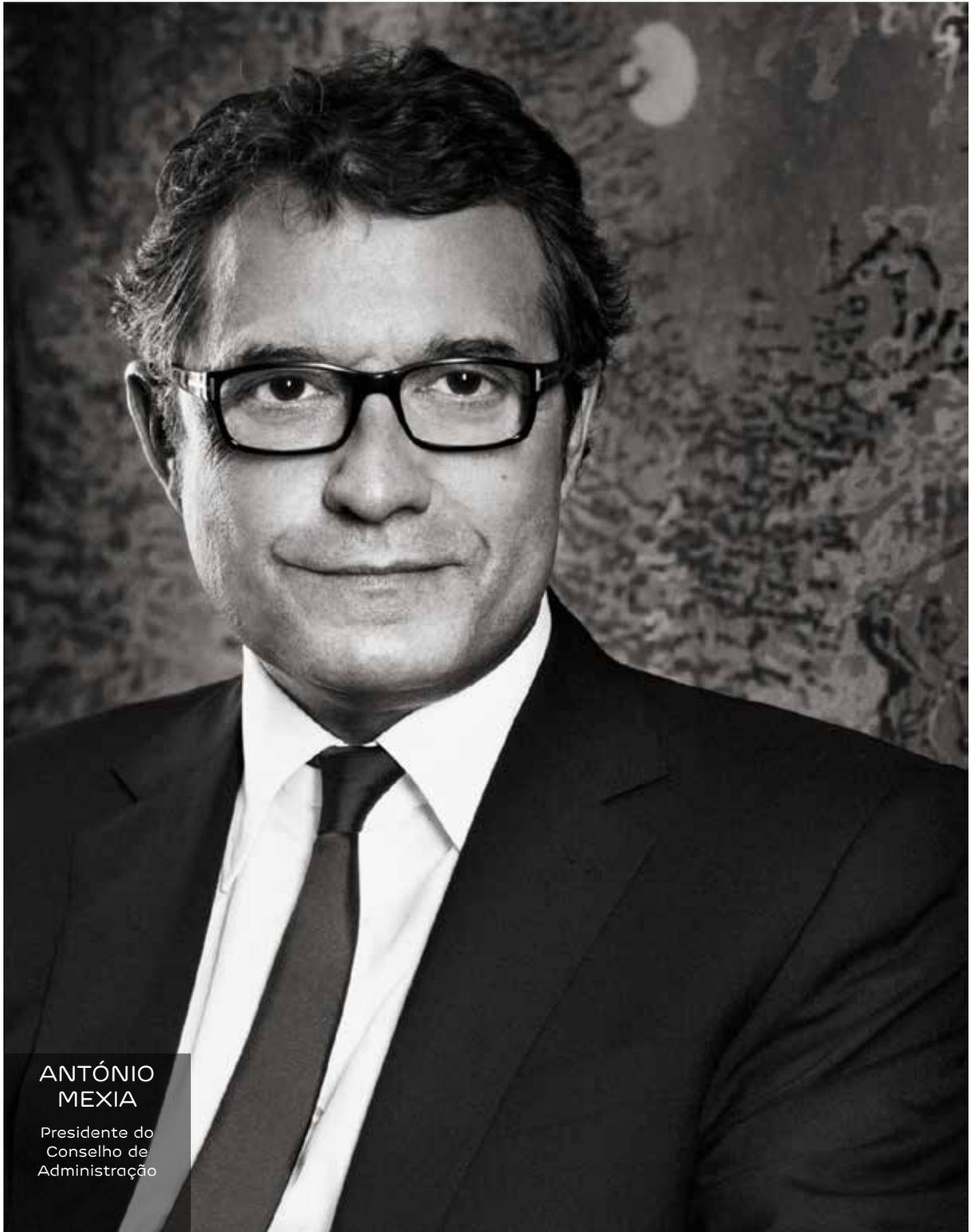
---

COMEÇAR PELO INÍCIO	
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	5
Entrevista com o CEO	8
Breve Enquadramento da EDPR	12
Apresentação da Empresa	14
Modelo de Negócio	20
Estratégia	22
Gestão do Risco	24
Desempenho Financeiro	26
PORQUÊ INVESTIR EM ENERGIAS RENOVÁVEIS?	
Caso de Negócio	31
Competitividade das Tecnologias Maduras	32
Preço vs. Custo	32
Investimentos e Novas Tecnologias	33
OPERAÇÕES INTEGRADAS DA EDPR	
Ativos de Excelência	37
Excelência Operacional	43
DESEMPENHO FINANCEIRO	53
INFORMAÇÃO GRI	63
GOVERNO DA SOCIEDADE	81
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	133
ANEXO	231





> EUA  
EMPIRE STATE BUILDING  
Coordenadas:  
40°44' 54" N 73° 59' 08" W  
Hora do dia: 8H



ANTÓNIO  
MEXIA

Presidente do  
Conselho de  
Administração

## MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em regiões com fortes recursos renováveis, a energia eólica  
é já a tecnologia mais competitiva.

CARO ACIONISTA,

O ano de 2013 foi marcado por inúmeros desafios para a EDP Renováveis. No entanto, a nossa visão permanece intacta e a nossa capacidade de atingir metas foi, uma vez mais, um testemunho da dedicação e compromisso da nossa equipa. As iniciativas estratégicas anunciadas em 2012 foram executadas com sucesso em 2013 e serão a base para o nosso crescimento. Por outro lado, as alterações regulatórias impostas em Espanha alteraram as perspectivas de investimento num dos nossos principais mercados, e a extensão dos incentivos fiscais (PTCs) nos EUA colocaram o mercado norte-americano como o pilar do crescimento da EDPR para os próximos anos. As energias renováveis continuam o seu desenvolvimento para se tornarem num sector maduro, sendo cada vez mais competitivas. Consideramos que nos encontramos bem posicionados para capturar este valor e entregá-lo aos nossos accionistas.

No quinto aniversário da entrada da EDPR em bolsa, 2013 revelou-se um ano de desempenho histórico. A nossa carteira de ativos de energias renováveis atingiu 8,5 GW e produziu 19,9 TWh de energia limpa, alcançando métricas operacionais e financeiras de elevada qualidade, mantendo, simultaneamente, os mais elevados princípios de sustentabilidade. A EDPR partilha o ADN do Grupo EDP ao ter como prioridade manter um perfil de baixo risco, e este pilar estratégico foi fundamental para implementar um modelo de autofinanciamento, de reduzida exposição à volatilidade dos mercados financeiros e baseado num programa de rotação de activos. Este programa é decisivo para o objectivo de autofinanciamento, e o seu sucesso comprovado nos 620 milhões de euros alcançados com a execução de várias transacções. A China Three Gorges (CTG) fez igualmente parte deste programa, reconhecendo a elevada qualidade dos nossos activos e gerando interesse por parte de outros parceiros. Durante o ano, a EDPR concluiu com sucesso a sua primeira transacção com a CTG e assinou um Memorando de Entendimento que prevê o investimento da CTG na participação da EDPR na ENEOP. Este acordo constitui mais uma prova do sucesso da implementação da Parceria Estratégica.

A energia eólica é cada vez mais competitiva e apresenta outros benefícios tais como a redução das emissões de carbono, a criação local de emprego e a contribuição para uma maior independência enérgica das nações. É notório a mudança de paradigma e em regiões com fortes recursos renováveis, a energia eólica é já a tecnologia mais competitiva, representando uma parte significativa do mix de produção. Por exemplo, no Reino Unido, o preço para novas centrais nucleares pode ser 20% a 30% superior ao custo da energia eólica *onshore*. De igual forma, os resultados dos leilões de energia no Brasil mostraram a competitividade da energia eólica, que concorreu com tecnologias convencionais e garantiu a maioria dos novos contratos de longo prazo. No final de 2013 havia um número recorde de MW de energia eólica em construção nos EUA e as energias renováveis foram líderes de novas instalações na Europa. Todos estes factos comprovam a importância das energias renováveis, da sua crescente competitividade e sustentabilidade. Estamos assim, no momento certo para debater a nível europeu a importância de uma nova configuração de mercado, que permita responder de forma adequada aos atuais desafios do setor de eletricidade, no qual o custo de capital é fundamental para a competitividade e os custos fixos são cada vez mais dominantes, como é o caso das energias renováveis.

Operando num sector em constante mudança e em desenvolvimento é importante manter uma estratégia flexível. Dada a qualidade intrínseca dos nossos ativos, a EDPR assinou mais de 1.200 MW de CAEs de longo prazo nos EUA, o que permite ter clara visibilidade sobre o nosso crescimento com três anos de antecedência. Devido à sua carteira diversificada, a EDPR garantiu igualmente CAEs de longo prazo em Itália e no Brasil, um resultado excepcional nos nossos mercados de crescimento. No entanto não podemos ser displicentes e devemos manter uma abordagem focada e prudente no que toca a novos negócios. Inspirados pela nossa visão e confiantes no valor a longo prazo do investimento em energias renováveis, continuamos a explorar novos mercados e novas tecnologias. Relativamente à energia solar, 2013 foi o primeiro ano de produção das nossas centrais recém-instaladas e continuaremos a explorar oportunidades e capturar o seu potencial à medida que os seus custos continuam a diminuir. Na energia eólica *offshore*, estabelecemos uma parceria com a GDF Suez e concorreremos à segunda fase do programa francês de licenças *offshore*. O mercado *offshore* teve um crescimento considerável na Europa durante o ano e será uma nova fonte de crescimento no longo prazo.

A política da empresa de investir num portfólio diversificado tem por objetivo gerar retornos consistentes a longo prazo. Estamos satisfeitos com o desempenho alcançado, que demonstra consistência das operações apesar da fraca conjuntura económica desde 2008. Desta forma, encaramos o próximo ano com um misto de cautela e otimismo, e continuamos a acreditar que os ativos de boa qualidade em que investimos podem prosperar, mesmo no actual enquadramento.

A empresa continua a executar a sua estratégia de desenvolver e operar uma carteira global de activos que gera eletricidade limpa e livre de CO<sub>2</sub>. O respeito pela biodiversidade e o apoio à sociedade são contributos decisivos para alcançar uma posição de liderança na sustentabilidade. Mantemos o nosso compromisso com o Pacto Global da Organização das Nações Unidas para alinhar as nossas operações com os dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Este ano, a EDPR foi distinguida com a primeira posição mundial no Índice FTSE4Good e contribuiu para a liderança da EDP no Índice de Sustentabilidade Dow Jones.

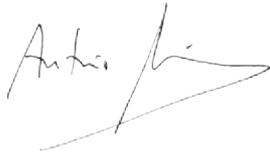
São o empenho e a dedicação dos nossos colaboradores e as suas fortes relações com todos os *stakeholders* que nos levam a alcançar estes humildes reconhecimentos. Gostaria de elogiar publicamente a sua determinação em superar desafios e capturar novas oportunidades de crescimento. Foi com base na sua avaliação que a empresa foi selecionada como uma das Melhores Empresas onde Trabalhar, em vários países, e tanto eu próprio como todos os elementos do Conselho de Administração iremos certificar-nos que a empresa mantém os elevados padrões de saúde e segurança, ética e diversidade, proporcionando simultaneamente oportunidades de carreira aliciantes aos nossos colaboradores.

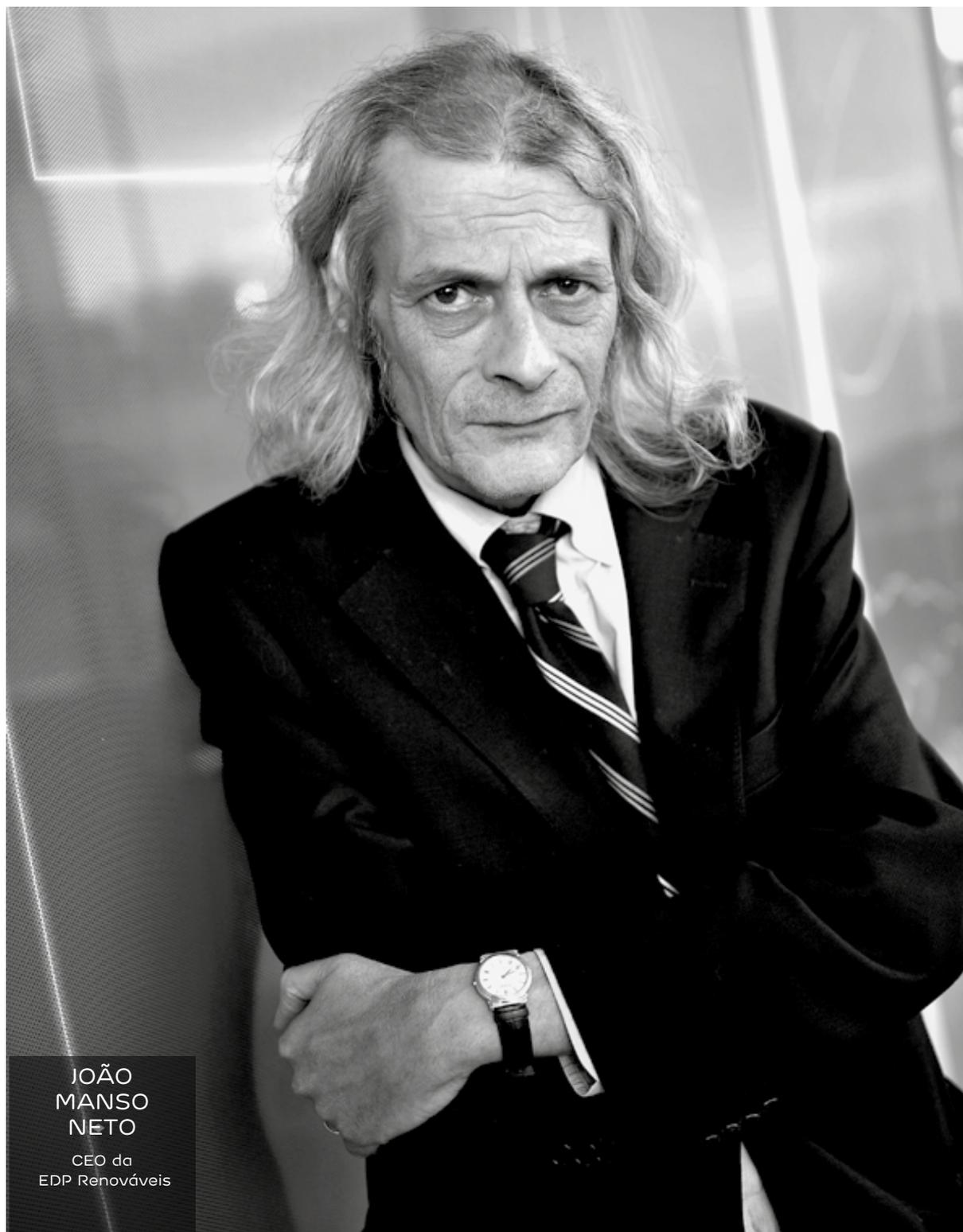
Gostaria, ainda, de expressar a minha confiança no trabalho desenvolvido pela equipa executiva e de agradecer a todos os membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e supervisão. A empresa percorreu um longo caminho nos últimos cinco anos como empresa cotada e é, neste momento, uma empresa mais sólida com outra dimensão mas que enfrenta constantemente desafios crescentes. Temos de assegurar que continuamos a alcançar métricas de excelência operacional e que continuamos a definir o nosso próprio caminho de crescimento.

Com consideração,

**António Mexia**

Presidente do Conselho de Administração





JOÃO  
MANSO  
NETO

CEO da  
EDP Renováveis

## ENTREVISTA COM O CEO

O crescimento da EDPR será centrado em mercados onde produção de electricidade será vendida através de contratos de longo prazo, com baixo perfil de risco, libertando fluxos de caixa previsíveis e recorrentes que garantem a estabilidade do retorno do projeto.

## P: QUAIS FORAM OS PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DO SETOR DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS EM 2013?

JMN: O meu primeiro comentário, ao analisar o ano de 2013, é que ao longo do mesmo, fomos capazes de confirmar a tecnologia eólica *onshore* como fonte competitiva de energia elétrica. A questão já não é apenas sobre ser verde, é também sobre ser competitiva comparada com outras fontes de geração. O concurso para novas centrais nucleares no Reino Unido trouxe ao conhecimento público qual é o preço desta tecnologia. O argumento comum é que a energia nuclear tem um custo menor em relação às renováveis, mas o preço de adjudicação do concurso foi 20% a 30% superior ao preço da energia eólica *onshore* em França ou Portugal.

Com base nesse aumento da competitividade, a energia eólica *onshore* continua a liderar o número de instalações anuais em todo o mundo. Excluindo a Europa, o desenvolvimento de novos projetos eólicos *onshore* aumentou nos mercados relevantes. Embora as instalações nos EUA tenham sido drasticamente inferiores, a extensão dos PTC no início do ano levou a um aumento de atividade, sendo expectável um ano de crescimento sólido em 2014 devido ao número recorde de projetos actualmente em construção ou prontos a serem construídos.

A Europa – que é líder mundial na indústria eólica – está a ficar desfasada em termos de crescimento, devido ao aumento das discussões sobre a sustentabilidade das energias renováveis, identificando incorretamente as energias renováveis como a causa do aumento dos preços da electricidade e da menor competitividade económica. Esta discussão foi particularmente agravada em Espanha, onde o governo interveio de forma unilateral na estabilidade financeira do setor, alterando o enquadramento regulatório para os projetos de energia eólica construídos nos últimos 20 anos.

No entanto, 2013 também confirmou a forte procura por investidores institucionais por investimentos em ativos de energia eólica, bem geridos e com remunerações de longo prazo, procurando deste modo capturar rentabilidade sólidas e com elevada visibilidade.

## P: MAS AS PESSOAS CONTINUAM A VER A ENERGIA RENOVÁVEL COMO UM LUXO QUE SÓ SOBREVIVERÁ COM O APOIO DE SUBSÍDIOS...

JMN: Persistem ainda vários mitos sobre energia renovável, que invadiram a opinião pública e estão a influenciar o cenário político em todo o mundo. A ideia de que a energia renovável é muito mais cara do que a geração a partir de combustíveis fósseis e de que dependerá sempre de subsídios para ser competitiva está completamente ultrapassada.

Ao olharem para os diferentes custos de investimento, os agentes económicos têm de analisar quais são os custos totais de cada tecnologia, e a verdade é que a energia eólica *onshore* com fatores de utilização de qualidade é já competitiva face a todas as outras tecnologias de geração de electricidade.

Normalmente, a energia renovável é considerada cara porque o seu custo total é comparado com os preços grossistas, o que não está correto. Nenhuma tecnologia é rentável com base nos preços grossistas de electricidade existentes e isto exige uma reestruturação do mercado da electricidade na Europa.

A diferença de preço entre o mercado europeu e o mercado americano de energia elétrica não é impulsionado por energias renováveis, mas pelo aumento exponencial na produção de gás de xisto na América do Norte.

## P: QUAL FOI O PLANO DE AÇÃO DA EDPR PARA ESTE AMBIENTE DE MUDANÇA?

JMN: Decidimos implementar uma rápida mudança nos investimentos para os próximos anos. Aproveitando a nossa carteira de projetos competitivos e diversificados, e também o ambiente de negócio mais favorável nos EUA, colocámos os EUA no centro do crescimento da empresa.

Na Europa, intensificámos a gestão da agenda regulatória e participámos ativamente no debate público, não só em fóruns de energias renováveis, mas também de outras fontes de electricidade.

É minha preocupação garantir que a EDPR continua a alcançar métricas operativas de excelência, por exemplo, a nível da disponibilidade e fatores de utilização, e que a sustentabilidade financeira e o controlo de custos continua a ser uma prioridade para todos. Com esta forma de pensar, continuaremos a atingir uma rentabilidade superior.

Também prosseguimos com a nossa estratégia de rotação de ativos através da venda de participações minoritárias em projetos operacionais, aproveitando o aumento do número de investidores financeiros com baixo custo de capital atraídos pelos indicadores económicos do negócio da energia eólica e o seu baixo perfil de risco.

## P: ESTA VIRAGEM PARA O MERCADO DOS E.U.A. SIGNIFICA QUE A EUROPA É UM MERCADO SEM CRESCIMENTO?

JMN: Não. A energia eólica é economicamente competitiva e contribui para a descarbonização e independência energética da economia europeia. A Europa quer reduzir as suas emissões de CO<sub>2</sub> em 40% e reforçou o seu objetivo de ter 27% da produção de electricidade proveniente de fontes renováveis até 2030. Países como o Reino Unido e a Polónia terão necessidade de nova capacidade de geração de energia, uma vez que várias centrais de carvão estão programadas para deixar de funcionar nos próximos anos. Mas não é preciso olhar a tão longo prazo para justificar a procura, uma vez que vários mercados europeus necessitam instalar novas energias renováveis para atingir a meta de 20% de energia renovável até 2020.

A EDPR tem ativos de energia eólica em operação na Europa desde a década de 90 e hoje está presente em oito mercados europeus, de modo que somos investidores de longo prazo e continuaremos a procurar novas oportunidades.

P: COMO ESTÁ A EDPR COLOCADA NESTE NOVO CENÁRIO COMPETITIVO?

JMN: Acreditamos realmente na competitividade dos projetos desenvolvidos pelas nossas equipas, e a qualidade do nosso portfólio de ativos é a sua prova mais evidente. Com base no nosso conhecimento em maximizar a produção dos parques eólicos, concentraremos o nosso crescimento em projetos que podem vender a sua produção através de contratos de longo prazo, normalmente 15 a 20 anos, com preços definidos em processos competitivos.

Consideramos que os investimentos num negócio de capital intensivo necessitam de visibilidade de longo prazo nos retornos. Na nossa opinião, a melhor forma de dar visibilidade e oferecer o preço mais competitivo para o consumidor final é a introdução de concorrência *ex-ante* na atribuição de contratos para novas instalações. Esta concorrência pode existir em leilões de energia, organizados numa base nacional/regional, ou por meio de negociações privadas bilaterais.

Estes sistemas competitivos são já uma realidade em alguns mercados, tais como os EUA, Portugal e Brasil e, mais recentemente, estão a ganhar força em outros mercados, como Itália, e alguns, como a Polónia, estão a planejar introduzir esse mecanismo para instalações futuras.

P: FALEMOS AGORA DO DESEMPENHO DA EDPR EM 2013. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESTAQUES?

JMN: Em 2013, a empresa, mais uma vez, apresentou um crescimento de qualidade. Atingimos as nossas metas de crescimento com a adição de 502 MW ao nosso portfólio, alcançando os 8,5 GW. Os ativos de elevada qualidade produziram 19,9 TWh de eletricidade limpa e resultaram em receitas de 1,4 mil milhões de euros.

A capacidade adicionada foi concentrada nos nossos mercados de crescimento, principalmente na Europa Central e de Leste, que contribuiu com 70% da nova capacidade. Esta estratégia incluiu a construção do nosso maior parque eólico na Roménia, reforço da posição de liderança na Polónia e a instalação do nosso primeiro projeto no Canadá.

Os resultados financeiros do exercício foram claramente afetados pelas alterações regulatórias em Espanha. Mas, o que é encorajador é que, apesar destas alterações cumulativas, que tiveram um impacto negativo de 71 milhões de euros, a EDPR foi capaz de apresentar crescimento financeiro, evidenciando, assim, os benefícios da sua carteira diversificada e do seu modelo de negócios resiliente.

O nosso EBITDA cresceu 1% face ao período homólogo, o resultado líquido aumentou 7% e o fluxo operacional de caixa foi 5% superior. Com base nestes valores, e em linha com o nosso compromisso, o Conselho de Administração da EDPR irá propor a distribuição de 26% do lucro líquido consolidado sob a forma de dividendos.

P: NESTE AMBIENTE DE MUDANÇA, A VISÃO DA EMPRESA PARA O FUTURO SERÁ ALTERADA?

JMN: Não. Quando identificámos o potencial das energias renováveis, nomeadamente da energia eólica *onshore*, apercebemo-nos de que a sua competitividade iria aumentar rapidamente e tornar-se competitiva com as opções alternativas e, portanto, iria representar uma parte importante do mix de geração mundial. Esta visão concretizou-se e continuamos fortemente comprometidos com ela. Continuamos a ver o papel crucial das energias renováveis na matriz energética e a sua competitividade crescente proporciona um futuro brilhante ao setor.

A EDPR é uma empresa líder mundial nas energias renováveis e é um investidor de longo prazo no setor. Somos especialistas no desenvolvimento e operação de parques eólicos e aproveitando as nossas principais capacidades e vantagens competitivas estruturais procuramos entregar, aos nossos acionistas e partes interessadas, uma proposta de valor de longo prazo.

Para alcançar valor a longo prazo neste setor, a EDPR conta com uma estratégia baseada em três pilares: (i) rentabilidade superior suportada pelo desempenho dos parques eólicos de elevada qualidade, (ii) crescimento seletivo e rentável e, (iii) modelo de autofinanciamento do negócio. O meu compromisso com a empresa é cumprir esta agenda estratégica.

Temos de continuar a alcançar resultados operacionais de qualidade e maximizar o valor dos ativos já em operação. Para alcançar esta excelência operacional, continuaremos a executar iniciativas de otimização do desempenho para aumentar a eficiência e manter um forte controlo sobre os custos.

Quanto a novos investimentos, como referi anteriormente, em 2013 reorientámos o crescimento para os EUA e a empresa está comprometida em adicionar novos projetos de valor acrescentado ao portfólio. É igualmente relevante manter o nosso modelo de autofinanciamento e para o conseguir, continuaremos a realizar operações de rotação de ativos, reinvestindo em projetos com fluxos de caixa visíveis.

Gostaria de salientar que o crescimento da empresa será centrado em mercados onde produção de electricidade será vendida através de contratos de longo prazo, com baixo perfil de risco, libertando fluxos de caixa previsíveis e recorrentes que garantem a estabilidade do retorno do projeto. Com esta abordagem, a EDPR será capaz de definir o seu próprio futuro e continuar a liderar o setor das energias renováveis.

P: QUAL É O ESTADO ATUAL DAS TRANSAÇÕES DE ROTAÇÃO DE ATIVOS JÁ EXECUTADAS E O QUAL O PAPEL DA CHINA THREE GORGES?

JMN: Desde que demos início à estratégia de rotação de ativos já executámos 4 transações e assinámos um Memorando de Entendimento para uma quinta transação.

O nosso primeiro parceiro na estratégia de rotação de ativos foi a Borealis para uma carteira de parques eólicos nos EUA. A segunda operação nos EUA foi com a Fiera Axium, envolvendo um único parque eólico. Na Europa, assinámos um acordo com a Axpo para um portfólio de parques eólicos em França. E, por último, assinámos dois acordos com a CTG para os ativos em Portugal (o primeiro concluído em junho de 2013 e o segundo – um Memorando de Entendimento – relativo a uma transação futura, incluindo o projeto ENEOP, que está em fase de conclusão).

Mas, mais importante do que o número de transações ou os nomes das empresas envolvidas é o montante investido pelos nossos novos parceiros. As quatro primeiras transações totalizaram 620 milhões de euros. Este é um notável sucesso da execução desta estratégia, uma vez que é quase equivalente a um ano de investimentos para a empresa.

Continuaremos a executar novas operações de rotação de ativos, pois é uma das principais fontes de financiamento para a empresa e permite manter o equilíbrio entre crescimento e disciplina financeira.

P: A EDPR PERSPETIVA OUTRAS TECNOLOGIAS RENOVÁVEIS OU VAI CONTINUAR A SER UMA EMPRESA EÓLICA?

JMN: A energia eólica *onshore* é a nossa prioridade. É a tecnologia renovável mais competitiva e a EDPR tem alcançado continuamente métricas operacionais de excelência, e é o setor onde é líder a nível mundial.

Olhando para o futuro, a energia eólica *offshore* é uma extensão natural das nossas fortes competências em energia eólica. Estamos a participar ativamente no mercado de energia eólica *offshore* no Reino Unido e estabelecemos uma parceria com a GDF Suez, para um concurso de energia eólica *offshore* em França. O principal desafio para os projetos *offshore* é o aumento da sua competitividade e redução dos custos.

Estamos também envolvidos na área de energia solar fotovoltaica, mas o crescimento e as oportunidades serão sempre mais limitados. Vamos basear a nossa estratégia numa abordagem oportunista e na implementação de uma estratégia dupla onde a energia solar é uma extensão dos nossos desenvolvimentos em energia eólica.

P: O QUE FAZ DA EDPR UM ÓTIMO LUGAR PARA TRABALHAR?

JMN: Primeiro e mais importante são os nossos colaboradores. É necessário uma equipa dedicada, de pessoas experientes e motivadas para alcançar objetivos continuamente, num ambiente económico que se altera rapidamente.

Em 2014, continuarei a manter uma relação próxima e um contacto direto com cada um dos nossos colaboradores, ouvindo os seus comentários e sugestões, explicando as decisões estratégicas tomadas pela Administração e continuando as atividades desenvolvidas em 2012 e 2013.

Temos recebido vários reconhecimentos e isso é uma conquista significativa para a empresa. Aceitamos esses reconhecimentos com grande orgulho e é crucial que os nossos colaboradores estejam felizes no seu local de trabalho, o que, por sua vez, contribui para o bom desempenho da empresa.

Além disso, acredito que oferecemos grandes oportunidades de formação, benefícios competitivos e temos um grupo de pessoas dedicadas a realizar a visão da nossa empresa, que é a de ser uma empresa de energia renovável líder em termos de desempenho e sustentabilidade.

P: GOSTARIA DE DEIXAR UMA MENSAGEM FINAL?

JMN: Gostaria de dizer aos nossos acionistas que temos uma empresa sólida, com ativos de alta qualidade e uma equipa que se baseia em princípios e valores. Somos ambiciosos, mas não irrealistas, pelo que iremos basear o nosso crescimento em áreas que encaixam no nosso perfil de investimento de baixo de risco e iremos financiar este crescimento através da execução de nossa agenda estratégica. A energia renovável é uma das fontes mais competitivas de energia e tem um excelente e importante futuro.

Dito isto, gostaria de agradecer aos nossos colaboradores pelo seu trabalho árduo e pela sua dedicação, e aos acionistas pela sua contínua confiança na nossa missão.

edp renováveis



Projetamos, construímos e operamos parques de energia renovável

eólica/solar



8,5GW da capacidade instalada

Mais de 5.000 turbinas eólicas com qualidade superior controladas minuto-a-minuto



contributo para um mundo melhor

A nossa energia verde evitou 16,3 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>



perfil de risco reduzido

93% dos nossos parques eólicos vendem a sua produção ao abrigo de regimes regulatórios de longo prazo



## crescimento seletivo

Estratégia para uma rentabilidade superior



## multicultural

24 nacionalidades



## líderes em sustentabilidade



#1 in FTSE4Good Utilities  
wind farms certified



## cotada em NYSE Euronext em Lisboa

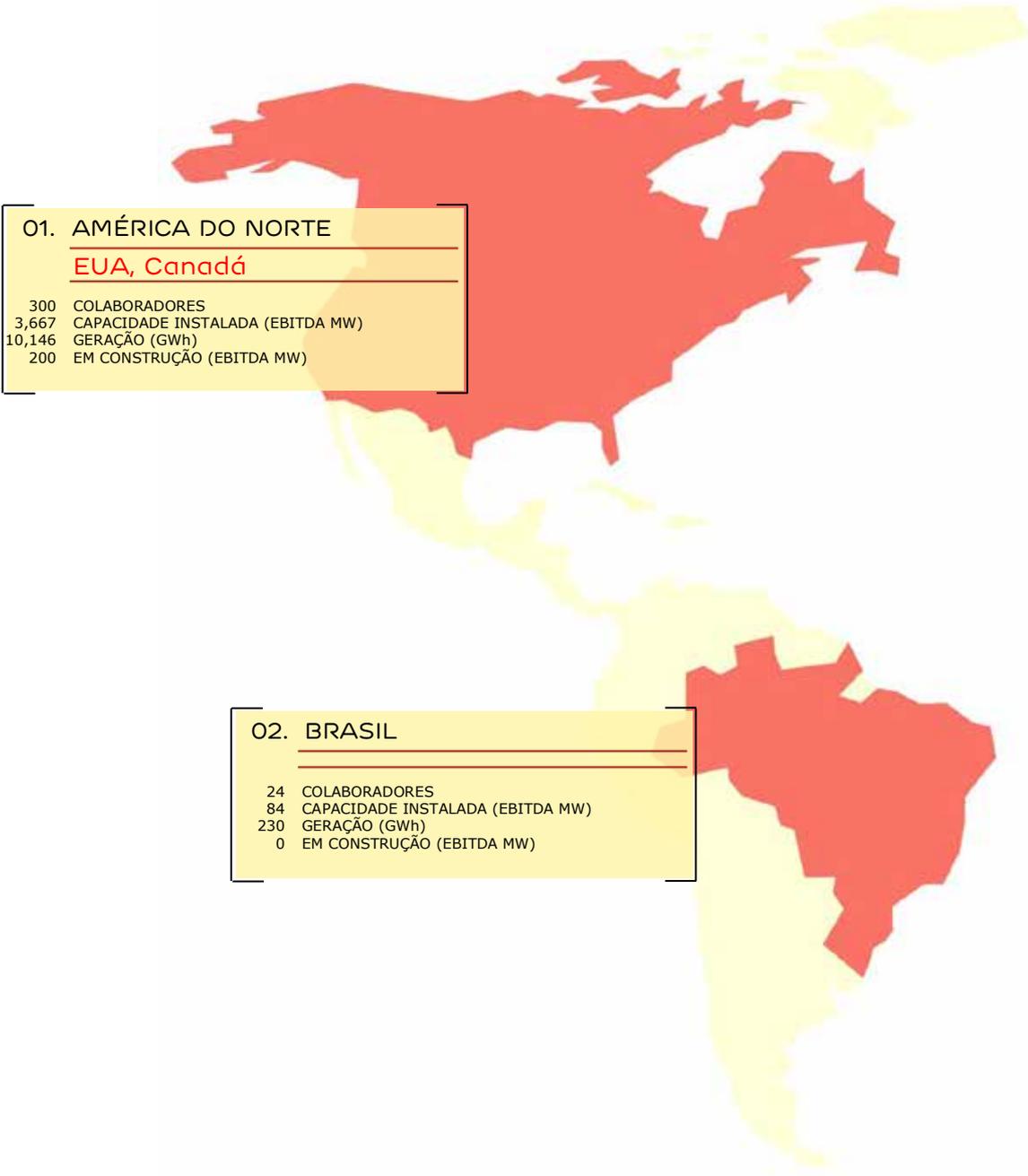


EDP como principal acionista: **77.5%**

# 1.1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

A EDPR é uma empresa global líder na área das energias renováveis, especialista no desenvolvimento, construção e operação de parques eólicos.

Constituída em 2007 com o claro objetivo de fornecer energias renováveis e livres de CO<sub>2</sub> um número crescente de países, a EDPR tem crescido rapidamente, tornando-se uma empresa global líder neste mercado. Com uma capacidade instalada de 8,5 GW e 19,9 TWh gerados em 2013, a EDPR é um dos maiores produtores mundiais de energia eólica.



**01. AMÉRICA DO NORTE**

---

**EUA, Canadá**

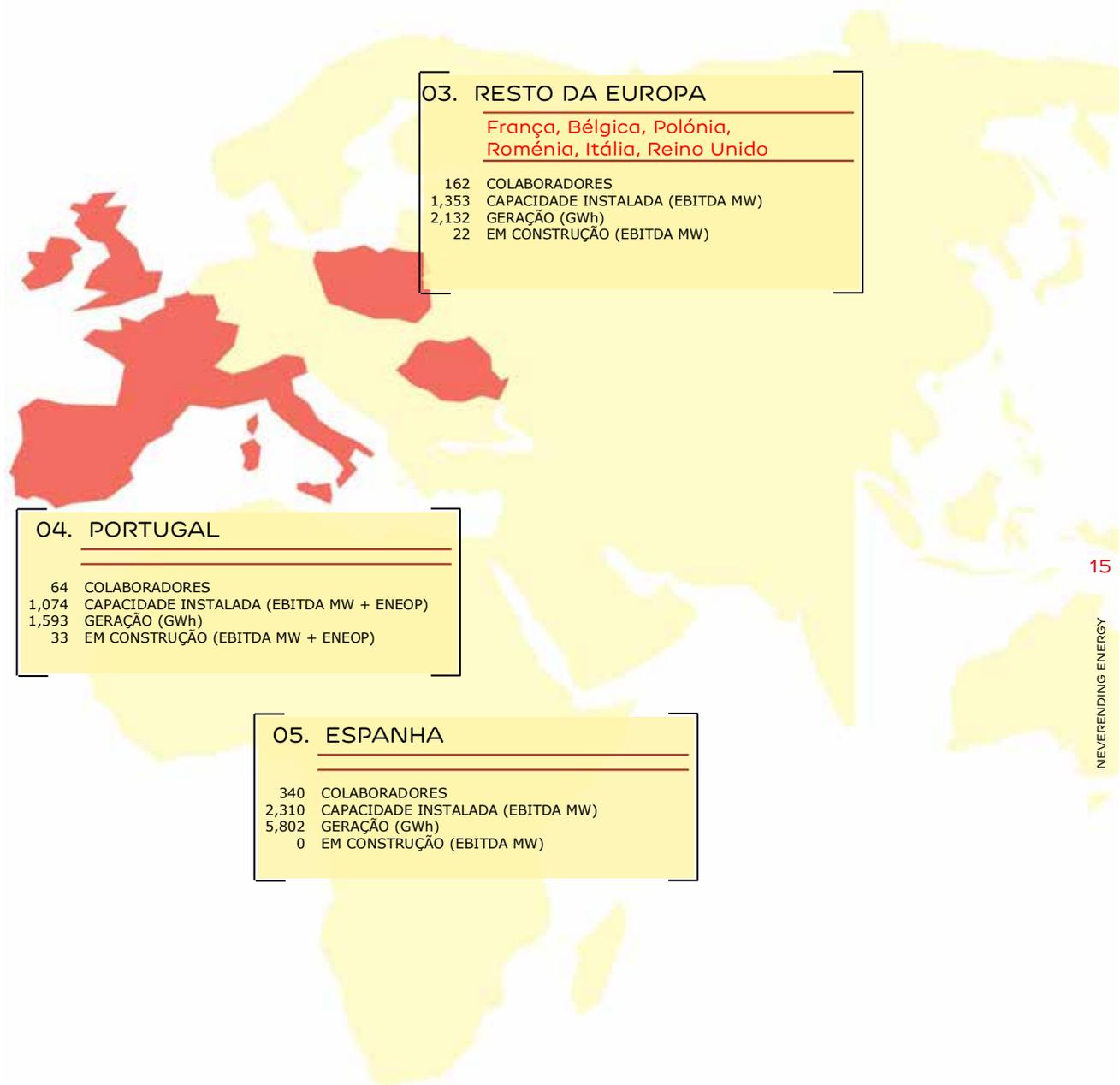
---

300	COLABORADORES
3,667	CAPACIDADE INSTALADA (EBITDA MW)
10,146	GERAÇÃO (GWh)
200	EM CONSTRUÇÃO (EBITDA MW)

**02. BRASIL**

---

24	COLABORADORES
84	CAPACIDADE INSTALADA (EBITDA MW)
230	GERAÇÃO (GWh)
0	EM CONSTRUÇÃO (EBITDA MW)



O negócio da EDPR está organizado de três plataformas (Europa, América do Norte e Brasil) e a empresa está presente em 11 países. Estas plataformas são complementadas por uma rede de escritórios em diversos países e instalações regionais que asseguram os conhecimentos “no terreno” e uma maior proximidade com os *stakeholders* regionais. Esta estrutura garante o equilíbrio perfeito entre a perspectiva global necessária para desenvolver a sua liderança nas energias renováveis e a abordagem local crítica para o desenvolvimento com sucesso dos nossos parques eólicos e centrais solares. A relação de proximidade estabelecida com os proprietários de terrenos, autoridades municipais, reguladores e outras partes interessadas é um fator crucial e uma pedra angular para o sucesso da EDPR.

VISÃO, VALORES E COMPROMISSOS

**VISÃO**

Uma empresa global no sector das energias renováveis, líder na criação de valor, na inovação e na sustentabilidade

**VALORES**

**INICIATIVA** | Demonstrada através do comportamento e atitudes dos nossos colaboradores.

**CONFIANÇA** | Dos acionistas, clientes, fornecedores e outras partes interessadas.

**EXCELÊNCIA** | Na forma como atuamos.

**SUSTENTABILIDADE** | Visando melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

**INOVAÇÃO** | Com o objetivo de criar valor nas diversas áreas em que atuamos.

**COMPROMISSOS**

**SUSTENTABILIDADE**

Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam do nosso desempenho, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento das regiões em que atuamos.

Evitamos emissões de gases de efeito de estufa específicos com a energia que produzimos.

Assegurar uma governação dos negócios, participativa, competente e íntegra.

**PESSOAS**

Conciliamos conduta e rigor profissional com entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.

Promovemos o desenvolvimento de competências e mérito.

Acreditamos que o equilíbrio entre a vida privada e a profissional é fundamental para o sucesso.

**RESULTADOS**

Cumprimos os compromissos que assumimos perante os nossos acionistas.

Somos líderes devido à nossa capacidade de antecipar e concretizar.

Exigimos excelência em tudo o que fazemos.

**STAKEHOLDERS**

Colocamo-nos no lugar dos nossos *stakeholders* sempre que uma decisão é efectuada.

Ouvimos os nossos *stakeholders* e respondemos de forma simples e clara.

Surpreendemos os nossos *stakeholders*, antecipando as suas necessidades.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS DE 2013

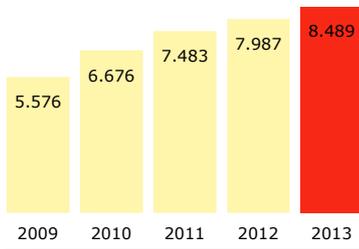
<p><b>CAEs nos EUA</b></p> <p>Em 2013, a EDPR conseguiu garantir <b>1.200 MW</b> de novos CAEs nos EUA, dos quais 250 MW em projetos que já se encontravam em operação e 950 MW em novos projetos a serem instalados em 2014 e posteriormente. Estes acordos refletem a estratégia da EDPR de crescimento seletivo e rentável com base em contratos de longo prazo e perfil de baixo risco, que oferecem fluxos de caixa previsíveis e recorrentes.</p>	<p><b>Dividendos</b></p> <p>A 23 de maio, a EDPR pagou <b>dividendos brutos no valor de 0,04 euros por ação</b>, representando 28% do resultado consolidado de 2012, correspondendo à política de distribuição de dividendos de 25-35%.</p>	<p><b>PTC</b></p> <p>A extensão créditos fiscais à produção, ou PTC, em janeiro de 2013, permitiram um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da energia eólica e ao estabelecimento de novos CAEs de longo prazo nos EUA, o que gerou novas oportunidades de crescimento para a EDPR a curto prazo.</p>
<p><b>Leilões</b></p> <p>A EDPR também garantiu contratos de longo prazo para <b>60 MW</b> de capacidade eólica no novo leilão de energias renováveis em Itália e ganhou CAEs para <b>116 MW</b> no leilão de energia A-5 no Brasil.</p>	<p><b>Líder em sustentabilidade</b></p> <p>A EDPR foi distinguida como a primeira a nível mundial no setor de <i>Utilities</i> no índice FTSE4Good.</p>	<p><b>“Fundación EDP” em Espanha</b></p> <p>A EDPR uniu-se às demais empresas espanholas do Grupo EDP para a criar a “Fundación EDP”, com a missão de reforçar o seu compromisso no que diz respeito à educação, cultura, questões sociais e meio ambiente nas áreas geográficas onde opera.</p>
	<p><b>Regulação em Espanha</b></p> <p>A publicação do Real Decreto 9/2013 (RDL 9/2013) altera o enquadramento regulatório do sector das energias renováveis.</p>	

<p><b>Estratégia de Rotação de Ativos</b></p> <p>Em 2013, a EDPR prosseguiu a execução da sua estratégia de rotação de ativos, elevando o valor total das transações para 620 milhões de euros.</p> <p>A EDPR completou já transações com as empresas Borealis, China Three Gorges (CTG), Fiera Axium e Axpo.</p> <p>Adicionalmente, a EDP, a EDPR e a CTG assinaram um memorando de entendimento que prevê a transação de uma participação minoritária da EDPR no consórcio ENEOP - Eólicas de Portugal.</p>	<p><b>Project Finance</b></p> <p>Em 2013, a EDPR celebrou dois contratos de <i>project finance</i> na Polónia para uma capacidade total de 130 MW.</p> <p>A EDPR já celebrou seis contratos de <i>project finance</i> na Europa de Leste, no montante total de 485 milhões de euros. Esta estratégia de financiamento de projetos evidencia as competências da Empresa no desenvolvimento de projetos de alta qualidade e na criação de estruturas financeiras sólidas.</p>	<p><b>Parceria EDP-CTG</b></p> <p>Em junho, foi concluída a estratégia de rotação de ativos relativa a ativos portugueses – assinada em 2012 – e, em dezembro, a EDP e a EDPR assinaram um memorando de entendimento (MdE) com a CTG para a venda futura de uma participação minoritária nos ativos da ENEOP. Adicionalmente a EDP Brasil assinou com a CTG um MdE estabelecendo as principais directrizes para uma parceria visando futuros investimentos.</p>
<p><b>Melhor utility em Portugal</b></p> <p>A EDPR foi classificada como a empresa número um na categoria de “Água, Eletricidade e Gás” na seleção das “500 Maiores &amp; Melhores” empresas portuguesas em 2013 pela revista EXAME.</p>	<p><b>“Great Place to Work”</b></p> <p>Em 2013, a “Great Place to Work®” nomeou a EDPR como um dos melhores lugares onde trabalhar, em Espanha, na Polónia e na Escócia.</p>	<p><b>Primeiro projeto no Canadá</b></p> <p>A EDPR assegurou uma tarifa a 20 anos com a Ontario Power Authority, para o seu primeiro projeto no Canadá. O projeto South Branch localizado em Ontario possui 30 MW de capacidade instalada.</p>

DESTAQUES DOS RESULTADOS

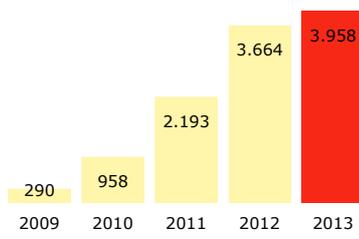
PASSARAM CINCO ANOS DESDE A OPI DA EDPR EM 2008, TENDO ATINGIDO RESULTADOS RECORDE EM 2013

CAPACIDADE INSTALADA  
(EBITDA MW + ENEOP)



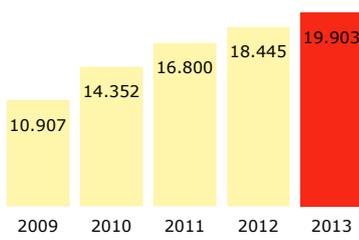
502 MW Instalados  
atingindo os 8,5 GW

MW CERTIFICADO ISO14001  
(MW)



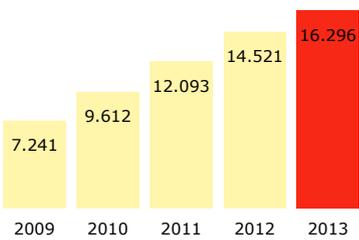
100% dos MW na Europa  
com certificação ISO 14001

PRODUÇÃO  
(GWh)



19,9 TWh de  
energia limpa

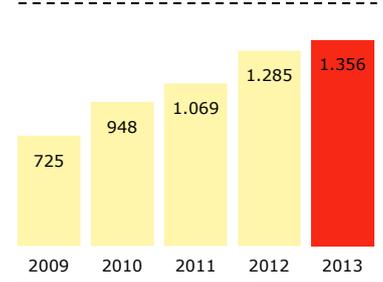
CO<sub>2</sub> EQ. EVITADO  
(m toneladas)



16,3 milhões de toneladas  
de CO<sub>2</sub> evitados

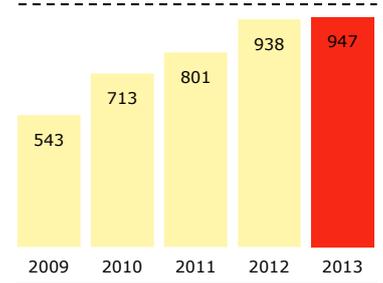
Receitas de 1,4 mil milhões de euros devido à maior produção de eletricidade

RECEITAS (€M)



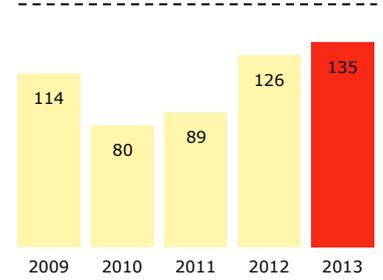
EBITDA de c.950 milhões de euros, um crescimento de 1%, mesmo face a alterações regulatórias

EBITDA (€M)



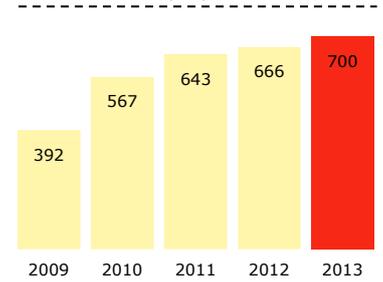
Resultado líquido recorde de 135 milhões de euros, dos quais 26% distribuídos como dividendos

RESULTADO LÍQUIDO (€M)



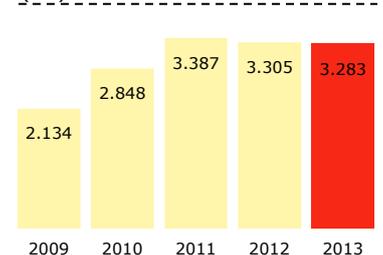
Geração de fluxo de caixa contínuo, evidenciando a qualidade dos nossos ativos

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (€M)



Execução exemplar da nossa estratégia conduziu a uma redução da dívida líquida

DÍVIDA LÍQUIDA (€M)



## 1.2. MODELO DE NEGÓCIO

### Desenvolvimento



#### escolha da localização do parque

Procurar um local com recurso eólico ou solar de topo e analisar a possibilidade de ligação à rede elétrica.



#### acordo com o proprietário do terreno

Contactar o proprietário do terreno com vista a negociar um acordo de arrendamento.



#### análise dos recursos renováveis

Instalar torres meteorológicas para recolher dados e estudar o perfil eólico (ou a irradiância solar).

### Construção



#### construção

Proceder à construção de vias de acesso, preparação de fundações, montagem de torres, das turbinas eólicas/painéis solares, e construção de subestações.

### Operação



#### cerimónia de inauguração

Partilhar os resultados e os benefícios das energias renováveis com os habitantes das comunidades locais, indústrias, autoridades e outros stakeholders.



#### operação dos parques eólicos e centrais solares

Conclusão da ligação à rede elétrica e início da produção de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis.

O OBJETIVO DA EDPR É O DE CONSTRUIR OS PROJETOS MAIS SEGUROS, MAIS EFICIENTES E A CUSTOS MAIS COMPETITIVOS.

#### QUE FATORES SÃO RELEVANTES NA ESCOLHA DE UM LOCAL?

Para garantir a máxima produtividade dos seus ativos, a EDPR analisa cuidadosamente o local em termos da qualidade dos recursos renováveis, topografia, tipo de solo, e avalia a proximidade de linhas de transmissão para fornecer a eletricidade gerada para a rede. Os dados históricos do recurso renovável, tais como a direção do vento, a velocidade e densidade, e a radiação solar são fundamentais para desenvolver um projeto com sucesso.

#### QUANTO TEMPO DEMORA A RECOLHA DE DADOS?

Para capturar e registar os dados de forma precisa, a EDPR instala sensores, torres de medição e utiliza modelos internos e software para analisar os dados recolhidos. O processo de recolha e análise de dados depende de cada projeto, mas normalmente demora cerca de 2 anos. Os dados serão, então, utilizados para definir a configuração mais eficiente para o parque eólico e selecionar o modelo de turbina mais adequado.

#### A CONFIGURAÇÃO DO PARQUE EÓLICO É FUNDAMENTAL PARA O SEU DESEMPENHO OPERACIONAL?

A configuração do parque eólico é fundamental para otimizar a energia que pode ser captada a partir do vento. Para maximizar a energia que pode ser produzida e manter a eficiência de custos, a equipa de avaliação de energia da EDPR projeta a configuração tendo em conta fundamentos meteorológicos, efeitos térmicos e topográficos e variações no vento, devido à altura da turbina.

#### QUANTO TEMPO DEMORA A CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE EÓLICO?

A construção de um parque eólico demora, tipicamente, entre seis meses e um ano, dependendo da dimensão do projeto e das condições do solo. A infra-estrutura de um parque eólico inclui as fundações da turbina, vias permanentes e temporárias de acesso, vias temporárias para circulação de guias, zonas asfaltadas para estacionar as guias e melhoria das vias públicas. Para além da infra-estrutura, são também construídos sistemas de recolha de média tensão e uma subestação principal para transformação de energia, e subsequente transporte.

## Desenvolvimento

## Construção

**obtenção de autorizações e licenças**

Contactar com as autoridades locais e regionais para assegurar a obtenção de licenças ambientais, administrativas, de construção e outras.

**avaliação do projeto e financiamento**

Avaliar os riscos do projeto e a necessidade de PPAs a longo prazo. Escolher a estratégia de financiamento ótima para cada projeto.

**configuração e seleção da turbina**

Otimizar a configuração do parque eólico ou solar e selecionar a turbina eólica ou o sistema de painéis solares mais adequado com base nas características específicas de cada projeto.

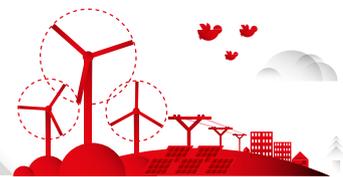
## Exploração

**análise de dados**

Monitorizar em tempo real o desempenho do parque e identificar oportunidades de melhoria.

**serviço de manutenção permanente**

Manter elevados níveis de disponibilidade e minimizar falhas de operação.

**disponibilizar energia segura, sustentável e livre de CO<sub>2</sub> para a população**

Uma energia melhor, um futuro melhor, um mundo melhor.

## O QUE É FUNDAMENTAL NA AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO DO PROJETO?

A EDPR avalia vários riscos, dos quais os mais importantes são os riscos financeiro, comercial e de financiamento. Para assegurar um fluxo financeiro estável é fundamental um contrato de longo prazo, como o CAE (contrato de aquisição de energia). A EDPR implementou uma estratégia de autofinanciamento para minimizar a sua exposição a flutuações dos mercados de capitais e desenvolver constantemente novos projetos de maior qualidade e valor acrescentado.

## QUAL A ABORDAGEM DA EDPR À OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO?

Quando os parques eólicos estão em funcionamento, a EDPR segue uma estratégia de operação e manutenção que assegura elevados níveis de disponibilidade e o mínimo número de falhas. Existem dois períodos-chave de garantia: o período inicial de garantia e o período pós-garantia. Em de cada período a EDPR utiliza estratégias específicas. No período de garantia inicial, a EDPR supervisiona os seus ativos de forma próxima e proactiva. Durante o período pós-garantia, a EDPR opta entre realizar um concurso público para acordos de O&M com abrangência global ou assumir internamente as atividades de alto valor através do modelo interno de Manutenção Modular (M3).

## COMO É GARANTIDA A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL DOS PARQUES EÓLICOS DA EDPR?

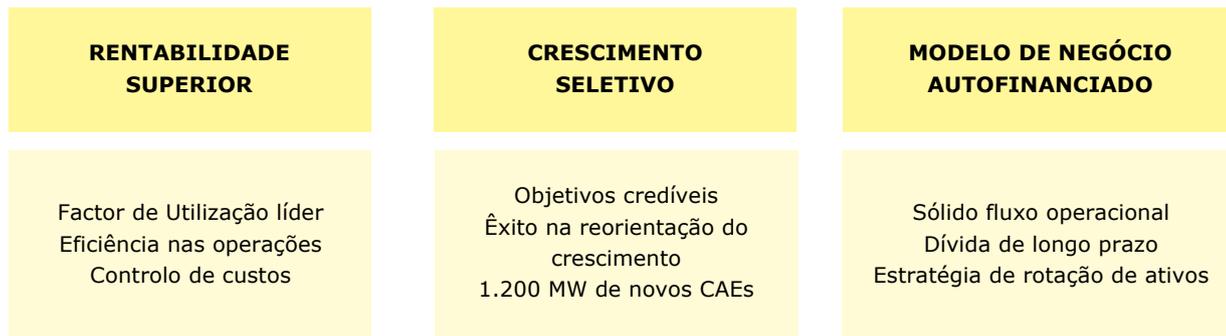
Os projetos da EDPR são desenvolvidos com uma cultura de sustentabilidade. Durante a fase de desenvolvimento são realizados vários estudos para avaliar potenciais impactos. Durante a construção do projeto, a nossa equipa procura minimizar o impacto ambiental e, quando este está concluído, devolve o terreno à sua utilização inicial. Por fim, é implementado um Sistema de Gestão Ambiental durante a fase de operações, que garante que os procedimentos são ambientalmente responsáveis e permitem à EDPR produzir energia livre de CO<sub>2</sub>.

### 1.3. ESTRATÉGIA

A ESTRATÉGIA DA EDPR ASSENTA EM TRÊS PILARES FUNDAMENTAIS

A estratégia da EDPR assenta na obtenção de uma rentabilidade superior, sustentada no desempenho dos seus ativos de excelência e no crescimento seletivo e rentável através de um modelo de autofinanciamento.

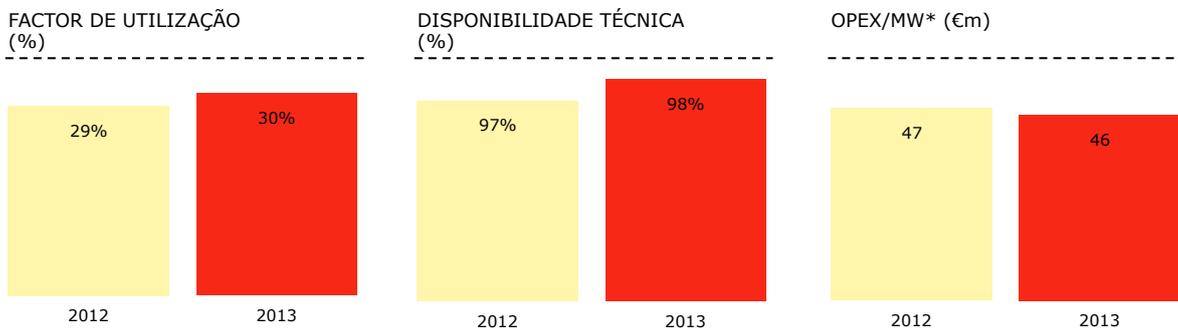
Capturar novas oportunidades de crescimento e continuar a expandir as suas operações são aspetos fundamentais para o sucesso na seleção dos projetos e para minimizar a dependência de fontes externas de financiamento.



#### 22 ATIVOS DE QUALIDADE COM RENTABILIDADE SUPERIOR

Em dezembro de 2013, a EDPR geria uma carteira global de 8,5 GW distribuídos por 10 países, dos quais 8,0 GW estavam totalmente consolidados (MW EBITDA), e adicionalmente 455 MW consolidado através da sua participação no consórcio Eólicas de Portugal. O portfólio da EDPR tem baixa exposição à volatilidade do mercado de energia elétrica, uma vez que 93% da capacidade instalada conta com esquemas de remuneração predefinidos com um perfil de longo prazo e apenas 7% está exposto aos mercados grossistas dos EUA.

Otimizar o desempenho ao longo do ciclo de vida de um projeto é uma prioridade fundamental na EDPR. Orientados por modelos internos, o *know-how* e as competências da EDPR proporcionam resultados operacionais de excelência, como o fator de utilização líder e o elevado nível de disponibilidade técnica. O enfoque da EDPR em métricas de elevada eficiência operacional, juntamente com uma estratégia de O&M abrangente, é fundamental para controlar os custos e alcançar métricas financeiras de qualidade.



\* Exclui impostos e abates

## CRESCIMENTO SELETIVO E RENTÁVEL

Para crescer com rentabilidade e criar valor de forma sólida, a EDPR adota uma abordagem aos preços da energia com base numa estratégia de baixo risco. Ao entrar em mercados com preços previsíveis através de contratos de compra de energia de longo prazo (CAEs), a EDPR consegue definir com antecedência o seu futuro e prever de forma sólida os fluxos de caixa dos seus projetos.

### 1,200 MW DE NOVOS CAES GARANTIDOS NOS EUA

Desde o alargamento do prazo dos créditos fiscais à produção nos EUA no início de 2013, a EDPR garantiu 1.200 MW de CAEs no mercado americano, com 950 MW para novos projetos a partir de 2014. Os resultados bem-sucedidos da celebração de acordos CAEs de longo prazo reforça o foco da EDPR para mercados com um perfil de baixo risco.

CAEs assinados	MW	Duração	Estado
Em operação	250 MW	20 anos	Oklahoma
Projetos 2014	300 MW	20 anos	Indiana/Califórnia
Projetos 2015	200 MW	20 anos	Oklahoma/Califórnia
Projetos 2016	450 MW	15/20 anos	Maine/Kansas

Para além dos EUA, em 2013 a EDPR obteve também novos contratos a 20 anos para os projetos a serem instalados em Itália (60 MW) e no Brasil (116 MW). O novo contrato de longo prazo no Brasil contribui para um total de capacidade de 236 MW já assegurados no país, reforçando o potencial de crescimento deste mercado. França continua a ser um mercado onde a EDPR continuará a crescer, beneficiando do seu sistema de remuneração de baixo risco.

A EDPR continua a garantir novos CAEs de longo prazo em simultâneo com contratos baseados em leilões de energia, uma vez que estes asseguram preços previsíveis durante a vida útil dos projetos, permitindo definir o futuro com antecedência e criar valor através de projetos com fluxos de caixa sólidos e previsíveis.

## MODELO DE NEGÓCIO DE AUTOFINANCIAMENTO

Em 2012, a EDPR implementou uma política financeira que visa alcançar a independência de fontes externas de financiamento para prosseguir a sua estratégia de crescimento. Em negócios capital intensivos, como é o caso das energias renováveis, é crucial alcançar visibilidade sobre a capacidade da empresa angariar fundos para novos projetos de valor acrescentado quando um projeto está ainda na fase final de desenvolvimento. Nesta perspetiva, é extremamente importante garantir que o fluxo operacional dos ativos já instalados é maximizado, uma vez que esta será a principal fonte de recursos para o crescimento da empresa.

A fim de assegurar este pilar estratégico, mas também de se certificar que a concretização de oportunidades de crescimento é maximizada, a EDPR implementou uma estratégia de rotação de ativos assente na venda de participações minoritárias em ativos operacionais otimizados e com um baixo perfil de risco, reinvestindo esses recursos em novos projetos. Com a sua execução bem-sucedida, a EDPR também cristaliza o valor inicial dos ativos e acelera o ciclo de criação de valor.

### 620 MILHÕES DE EUROS ASSINADOS COM BOREALIS, CTG, FIERA AXIUM AND AXPO

Desde que a estratégia de rotação de ativos foi implementada, a EDPR realizou com sucesso quatro transações, totalizando 620 milhões de euros e assinou um memorando de entendimento que prevê uma transação adicional. Este sucesso notável na estratégia de rotação de ativos, para além de ser fundamental para adicionar novos projetos ao portfólio da empresa, também constitui uma boa referência para os mercados de capitais do valor dos ativos da EDPR.

Em 2013, a EDPR concluiu as operações estruturadas em dezembro de 2012 com a China Three Gorges (CTG) em relação aos parques eólicos da EDPR em Portugal (613 MW) e efetivou negócios com a Fiera Axiom para um parque eólico de 97 MW nos EUA e com a Axpo Power para um portfólio de 100 MW em França. Ainda em 2013, a EDPR assinou um memorando de entendimento com a CTG para a rotação de ativos em relação ao interesse da EDPR no consórcio ENEOP, equivalente a 535 MW aquando da construção completa do projeto.

A estratégia de rotação de ativos da EDPR alavanca na experiência fundamental de criação de valor nas fases iniciais do projeto, transformando projetos de alto risco em ativos com perfil de baixo risco, uma longa vida útil e fluxos de caixa estáveis e visíveis. Esta estratégia permite à EDPR rentabilizar o valor dos fluxos futuros dos projetos durante a fase de operação dos parques eólicos e reinvestir os recursos no desenvolvimento de novos projetos de maior qualidade e valor acrescentado.

## 1.4. GESTÃO DE RISCO

### ENFOQUE NO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE NA EDPR

#### O QUE É O RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE?

É o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Se as operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse causará uma perda económica.

#### QUEM SÃO AS CONTRAPARTES DA EDPR?

A EDPR classifica as suas contrapartes em três grupos distintos: Compradores de energia, fornecedores (fabricantes, parceiros, fabricantes de turbinas eólicas e fornecedores de O&M) e instituições financeiras.

#### POLÍTICA DE RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE DA EDPR

Em 2013, a EDPR definiu uma nova Política Global de Risco de Crédito de Contraparte, na qual são estabelecidos limites de perda esperada e inesperada conforme definidos nos critérios de Basileia, e reavaliados mensalmente. Se os limites forem ultrapassados por qualquer contraparte ou pela Empresa como um todo, são implementadas medidas de correctivas a fim de permanecer dentro do limite preestabelecido.



Consistente com a manutenção de um perfil de baixo risco e controlado, a EDPR utiliza processos de gestão de risco que definem os mecanismos para a avaliação e gestão de riscos e oportunidades com impacto no negócio. Este processo aumenta a probabilidade da EDPR atingir os seus objetivos operacionais e financeiros, ao minimizar as flutuações dos resultados financeiros.

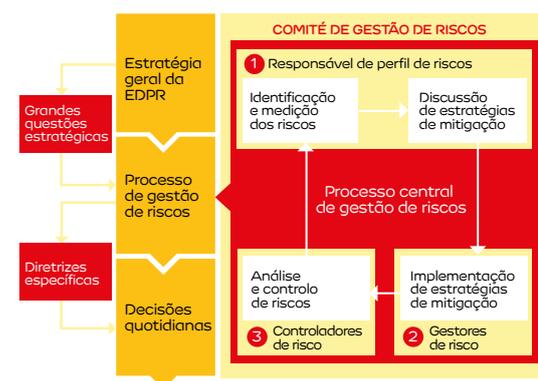
### PROCESSO DE GESTÃO DE RISCO

Os processos de gestão de risco da EDPR são suportados por um modelo de gestão integrada e transversal que garante a implementação das melhores práticas de Governo Corporativo e transparência na comunicação com o mercado e com os seus acionistas. Este processo é acompanhado de perto e supervisionado pela Comissão de Auditoria e Controlo, um órgão independente de supervisão constituído por Administradores Não Executivos.

O objetivo do processo de gestão de risco é o de assegurar o alinhamento entre a exposição de risco com o perfil de risco pretendido. Este processo consiste na identificação e priorização de riscos, desenvolvimento de políticas de gestão de risco adequadas, e sua implementação. As políticas de gestão de risco destinam-se a mitigar-los, sem ignorar potenciais oportunidades e, desta forma, otimizar a rentabilidade versus risco.

A gestão de risco é aprovada pela Comissão Executiva, apoiada pelo Comité de Risco e implementada em decisões do dia-a-dia por todos os gestores da empresa. É apoiada por três funções organizacionais distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia ("Profiler" de Risco), Gestão (Gestor do Risco) e Controlo (Controlador do Risco):

Estas três funções de risco trabalham em conjunto e reúnem na Comité de Risco, o fórum para discutir políticas globais de risco a serem implementadas e para controlar a exposição da empresa ao mesmo.



### ÁREAS E PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

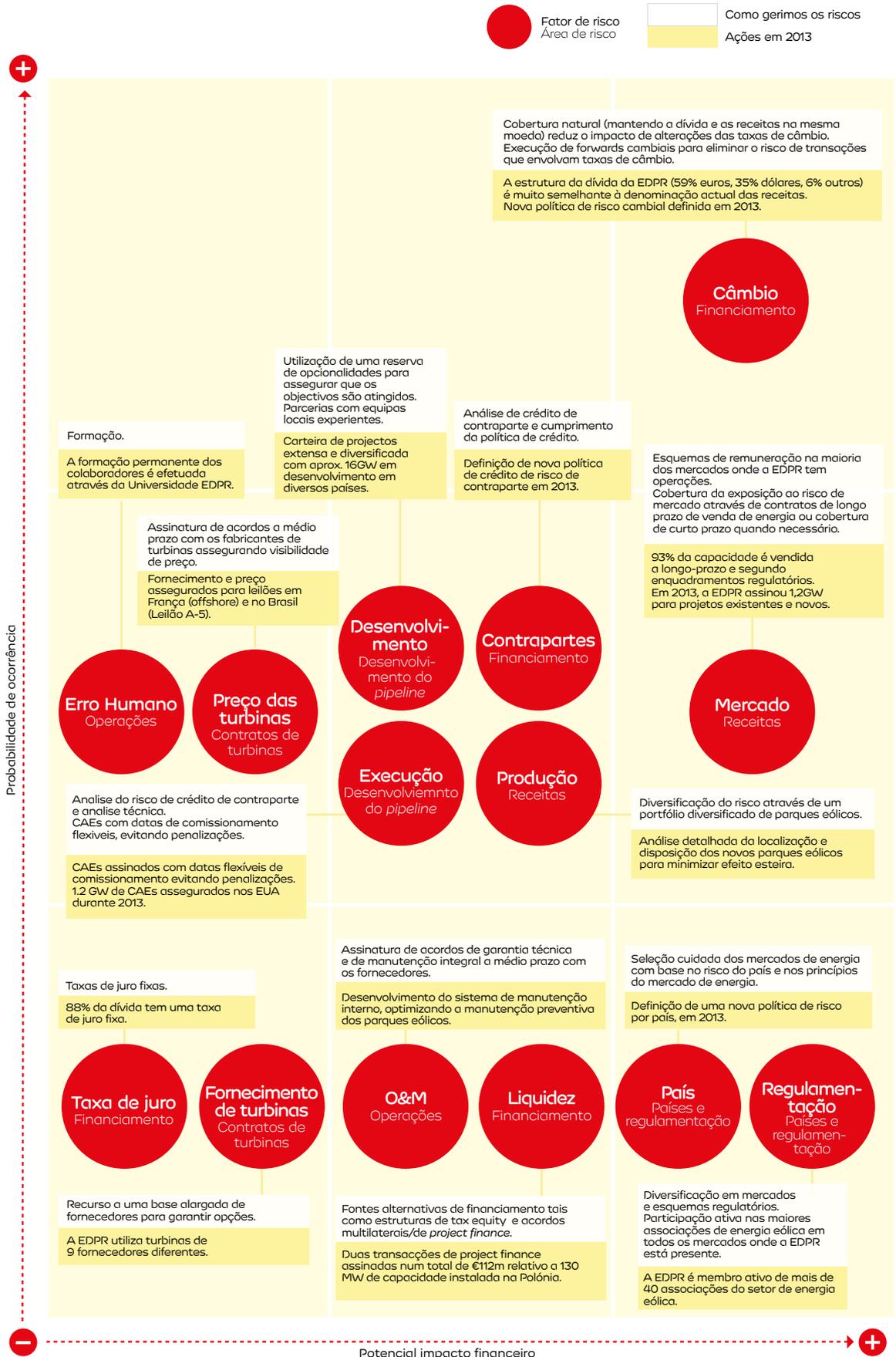
A gestão do risco na EDPR tem especial enfoque sobre os riscos de mercado, crédito e operações da empresa. Por forma a obter uma visão holística dos riscos, estes foram agrupados em Áreas de Risco, abrangendo as três fases do nosso modelo de negócio. Dentro de cada área de risco, os riscos são classificados em grupos e, finalmente, em fatores de risco. Os fatores de risco são a fonte do mesmo e o propósito da Gestão de Risco na EDPR é o de medir, controlar e, eventualmente, reduzir todos os fatores de risco que afetam a empresa.

Em 2013, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro novas Políticas Globais de Risco: Política de cobertura de risco de preços de energia, política de risco de crédito de contraparte, Política de risco país e Política de risco cambial. Estas políticas encontram-se já implementadas ou serão implementadas ao longo de 2014. Estas políticas incidem sobre os grupos de risco com maior impacto nos resultados financeiros da EDPR.

MATRIZ DE RISCO DA EDPR POR GRUPO DE RISCO

A tabela seguinte resume as Áreas de Risco, Grupos de Risco e principais Fatores de Risco do negócio da EDPR e as estratégias de mitigação, gerais e específicas para o ano de 2013.

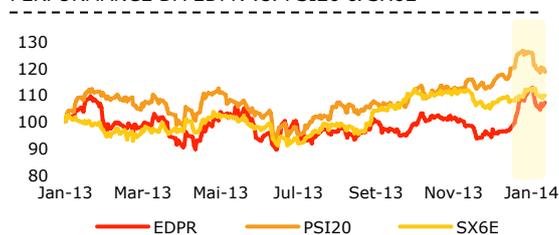
A descrição completa dos riscos e de como são geridos encontra-se no capítulo de Governo Corporativo.



## 1.5. DESEMPENHO DA AÇÃO

EM MAIO DE 2013, A EDPR PAGOU O SEU PRIMEIRO DIVIDENDO DE 0,04 EUROS POR AÇÃO, O QUE REPRESENTA 28% DO RESULTADO CONSOLIDADO.

PERFORMANCE DA EDPR vs. PSI20 &amp; SX6E



A EDPR possui 872,3 milhões de ações cotadas e admitidas à negociação na Bolsa de Lisboa. A 31 de dezembro de 2013 a EDPR tinha uma capitalização de mercado de 3,4 mil milhões de euros, 3% abaixo dos 3,5 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, equivalente a 3,86 euros por ação. Em 2013, a rentabilidade total para os acionistas, considerando o pagamento, a 23 maio de 2013, do primeiro dividendo da EDPR de 0,04 euros por ação, foi de -2%.

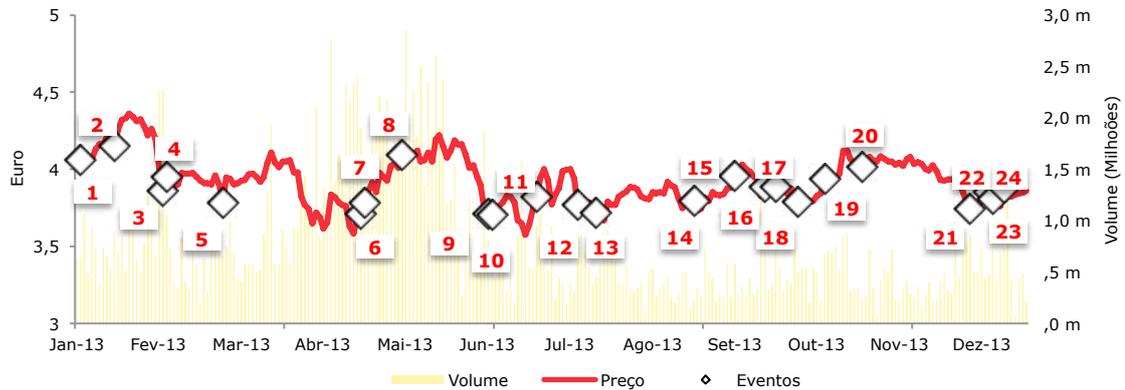
Em 2013 a ação da EDPR registou uma performance inferior ao índice NYSE – Euronext Lisboa - PSI20 (+16%)

e ao Dow Jones Eurostoxx Utilities – SX6E (+9%).

## INDICADORES DO MERCADO

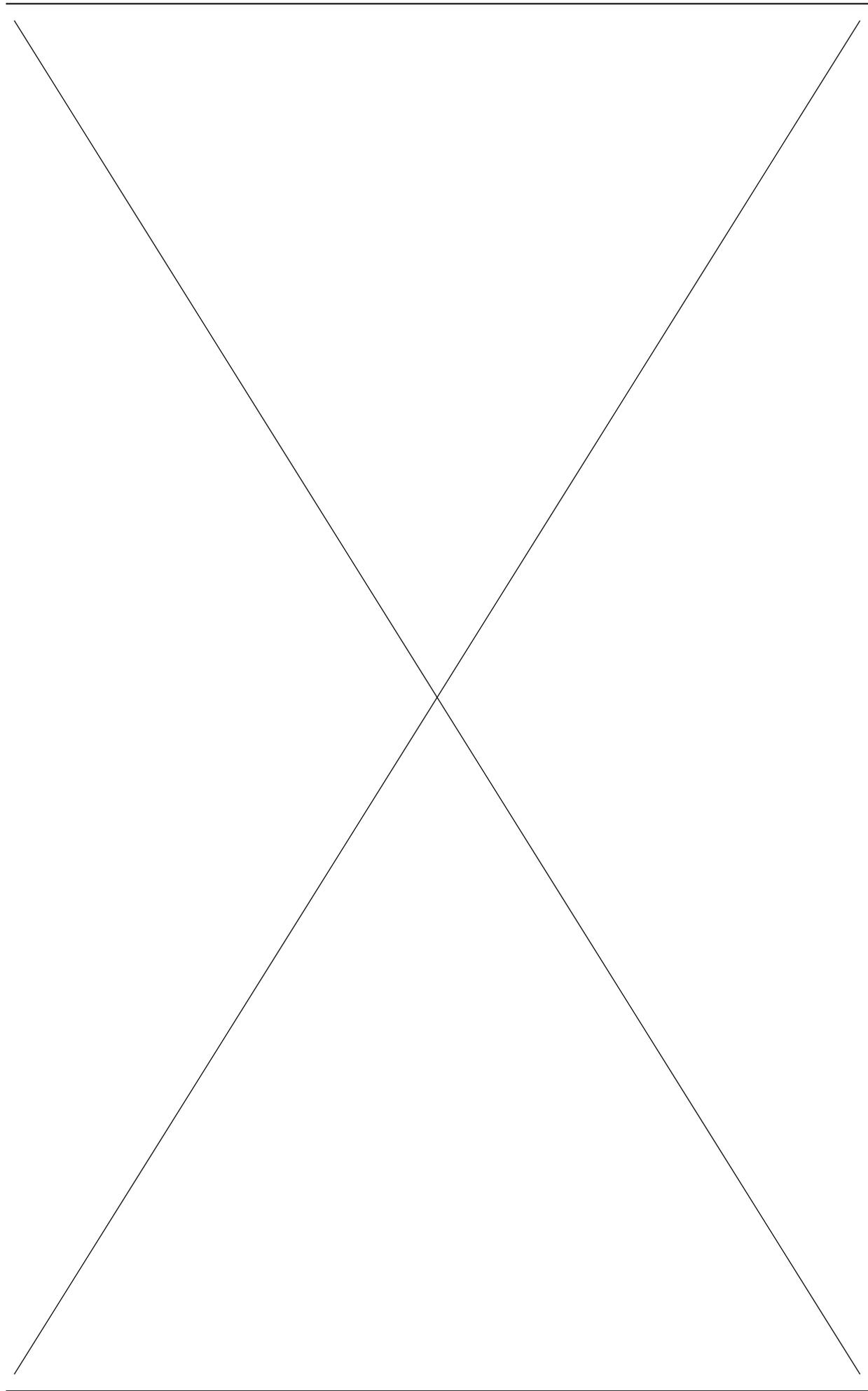
	2013	2012	2011	2010	2009
<b>Ações da EDPR na Bolsa de Lisboa (EUR)</b>					
Preço de abertura	3,99	4,73	4,34	6,63	5,00
Preço de fecho	3,86	3,99	4,73	4,34	6,63
Preço máximo	4,36	4,86	5,25	7,01	7,75
Preço mínimo	3,58	2,31	3,89	3,72	5,00
<b>Variação de cotação e índices de referência</b>					
EDPR	-3%	-16%	9%	-35%	33%
EDPR (rentabilidade total para os acionistas)	-2%	-16%	9%	-35%	33%
PSI20	16%	3%	-28%	-10%	33%
Dow Jones Eurostoxx Utilities	9%	-9%	-11%	-15%	-1%
<b>Liquidez das ações da EDPR no mercado</b>					
Volume na Bolsa de Lisboa (milhões de euros)	787,53	697,91	1.060,32	1.539,22	1.676,04
Volume médio diário (milhões de euros)	3,09	2,73	4,13	5,99	6,40
Número de ações negociadas (milhões)	200,29	207,49	232,29	311,23	256,98
Média diária de ações negociadas (milhões)	0,79	0,81	0,90	1,21	0,98
Rotação anual do capital (% do total de ações)	23%	24%	27%	36%	29%
Rotação anual do capital (% das ações ex-Grupo EDP)	102%	106%	118%	159%	131%
<b>Valor de mercado da EDPR (milhões de euros)</b>					
Capitalização de mercado no final do período	3.368	3.484	4.124	3.783	5.783

## EDPR - PREÇO DA AÇÃO &amp; PRINCIPAIS EVENTOS



- |          |   |           |  |           |  |
|----------|---|-----------|--|-----------|--|
| <b>1</b> | Prorrogação de incentivos fiscais de energia nos EUA, 3-Jan                                       | <b>9</b>  | CAE para novo parque eólico com 200 MW nos EUA a ser instalado em 2014, 10-Jun       | <b>17</b> | MFS Investment Management comunica participação qualificada, 25-Set                |
| <b>2</b> | Concessão de tarifa a 20 anos para projeto de 40 MW a desenvolver em Itália, 16-Jan               | <b>10</b> | Roménia - Portaria com modificações para as energias renováveis, 11-Jun              | <b>18</b> | CAE para novo parque eólico com 100 MW nos EUA a ser instalado em 2015, 3-Out      |
| <b>3</b> | Espanha - publicação do RDL com alterações regulatórias para o sector de <i>utilities</i> , 4-Fev | <b>11</b> | Conclusão da venda de participações minoritárias em Portugal, à CTG, 28-Jun          | <b>19</b> | Transação de rotação de ativos com Axpo, em França, 14-Out                         |
| <b>4</b> | Anúncio dos dados operacionais de 2012, 5-Fev   | <b>12</b> | Espanha - RDL publicado com alterações na estabilidade financeira do sector - 12-Jul | <b>20</b> | Extensão para 100 MW do projecto eólico Rising Tree North, Califórnia, EUA, 28-Out |
| <b>5</b> | Anúncio dos dados financeiros de 2012, 26-Fev   | <b>13</b> | CAE para novo parque eólico com 100 MW nos EUA a ser instalado em 2015, 19-Jul       | <b>21</b> | Estabelecimento de um MdE com CTG para venda de minoritários na ENEOP, 6-Dez       |
| <b>6</b> | CAE para parque eólico em operação nos EUA (250 MW), 22-Abr                                       | <b>14</b> | CAE para novo parque eólico com 80 MW nos EUA a ser instalado em 2014, 26-Ago        | <b>22</b> | Contratos de longo prazo para 116 MW são assegurados no Brasil, 13-Dez             |
| <b>7</b> | Assembleia Geral da EDPR, 23-Abril  | <b>15</b> | Transação de rotação de ativos com a Fiera Axium nos EUA, 10-Set                     | <b>23</b> | <i>Project finance</i> com EBRD para 80 MW na Polónia, 16-Dez                      |
| <b>8</b> | Anúncio do pagamento de dividendo bruto de €0,04 por acção, 8-Maio                                | <b>16</b> | CAE para novo parque eólico com 250 MW nos EUA a ser instalado em 2016, 20-Set       | <b>24</b> | <i>Project finance</i> para 50 MW na Polónia, para um montante de €40M, 19-Dez     |

Na Assembleia Geral de Acionistas de 2010, o Conselho de Administração foi autorizado, durante um período de cinco anos a partir dessa data, à compra e venda de acções próprias pela Empresa e/ou outra empresa afiliada, até ao limite máximo estabelecido e de acordo com os termos da lei. A EDPR não procedeu a aquisições e consequentemente não se efetuaram transacções de acções próprias.



# 02

## PORQUÊ INVESTIR EM ENERGIAS RENOVÁVEIS?

---

Caso de Negócio	31
Competitividade das Tecnologias Madúras	32
Preço vs. Custo	32
Investimentos e Novas Tecnologias	33



> BRASIL  
PONTE OCTÁVIO  
FRÍAS DE OLIVEIRA  
Coordenadas:  
23° 36' 46" S 46° 41' 57" W  
Hora do dia: 9H

## 2. PORQUÊ INVESTIR EM ENERGIAS RENOVÁVEIS?



### 2.1. CASO DE NEGÓCIO

AS ENERGIAS RENOVÁVEIS PROPORCIONAM BENEFÍCIOS SUBSTANCIAIS À NOSSA ECONOMIA, AO NOSSO CLIMA E À NOSSA SAÚDE.

#### BENEFÍCIOS PARA A NOSSA ECONOMIA

As energias renováveis proporcionam benefícios à nossa economia, principalmente a três níveis: maior segurança do abastecimento de energia, preços de eletricidade mais competitivos para os consumidores finais e criação de emprego.

**Reforço da segurança do abastecimento de energia:** A existência de energia competitiva e a preços acessíveis é essencial para a riqueza das economias modernas. No entanto, a distribuição desequilibrada do abastecimento de combustíveis fósseis entre países tem conduzido a vulnerabilidades significativas. As ameaças à segurança energética global incluem a instabilidade política dos países produtores de energia, a volatilidade no abastecimento de energia, a concorrência sobre recursos energéticos, entre outros. A dependência energética coloca vários países numa posição vulnerável, uma vez que introduz risco no preço dos combustíveis importados, bem como a dependência da sua disponibilidade futura. Por exemplo, o valor das importações de petróleo e gás na Europa, em 2012, foi estimado em 470 mil milhões de euros, o que corresponde a 3,4% do PIB da UE. Em contrapartida, as energias renováveis utilizam recursos endógenos e ilimitados, como o vento, sol, resíduos, calor da terra e água em movimento rápido, que aumentam a segurança do abastecimento de energia, eliminando a exposição às flutuações dos preços dos combustíveis e as preocupações com a disponibilidade de fornecimento externo.

**Preços de eletricidade mais competitivos:** Os consumidores de energia podem beneficiar de energia mais barata, uma vez que as energias renováveis reduzem os preços da eletricidade. As energias renováveis fornecem eletricidade a preços acessíveis dado que estas têm custos variáveis insignificantes, o que contribui para a redução do preço da eletricidade nos mercados grossistas. Esta situação contrasta com as centrais convencionais, que incorrem em custos de matéria-prima elevados. Apesar do custo inicial de investimento das energias renováveis ser elevado a nível unitário, é expectável que os custos decresçam à medida que a tecnologia evolui e se torna mais eficiente.

**Criação de emprego:** Os estudos disponíveis revelam que as energias renováveis estão associadas à criação significativa de emprego. Embora sejam os países onde se fabricam, instalam e que exportam tecnologias de energias renováveis os que mais emprego criam, os países onde não existe essa indústria local também beneficiam de novos postos de trabalho relacionados com o desenvolvimento, construção e, após a concessão dos parques, atividades de operação e manutenção. Em comparação com as tecnologias convencionais, o setor de energias renováveis exige mais mão-de-obra, o que significa que, em média, são criados mais postos de trabalho para cada unidade de eletricidade gerada a partir de fontes renováveis do que de tecnologias convencionais.

Segundo o Instituto de Pesquisa de Economia Política da Universidade de Massachusetts, o investimento em energias renováveis é cerca de 300 por cento mais eficiente do que o investimento em trabalho nas áreas de combustíveis fósseis ou nucleares. Este estudo conclui que cada milhão de dólares investido no setor eólico cria 13 postos de trabalho. Em contraste, seriam criados apenas 5 postos de trabalho no setor do gás natural e 7 no setor do carvão.

#### BENEFÍCIOS PARA O NOSSO CLIMA

As centrais de energias renováveis produzem cerca de zero emissões de gases de efeito de estufa (GEE). Em contrapartida, a produção de energia convencional é responsável pela maioria das emissões de GEE produzidas pelo ser humano, retendo o calor na atmosfera, aumentando a temperatura do nosso planeta, o nível dos oceanos (aquecimento global) e provocando consequências prejudiciais para a saúde, clima e meio ambiente.

O recurso crescente às energias renováveis é provavelmente a forma mais eficaz de evitar o aquecimento global, permitindo a substituição de centrais de queima de combustível por instalações de energia mais limpa.

#### BENEFÍCIOS PARA A NOSSA SAÚDE

As fontes de energias renováveis proporcionam ar limpo, pois não libertam gases de efeito de estufa (GEE) provenientes da geração térmica. Além disso, as fontes de energias renováveis reduzem a quantidade de mineração de petróleo, gás e carvão necessária, minimizando a probabilidade de derrames acidentais e acidentes nucleares que essas atividades podem causar. Adicionalmente, as energias renováveis (solar e eólica) não necessitam de água para operar e, portanto, não poluem os recursos hídricos nem competem por eles.

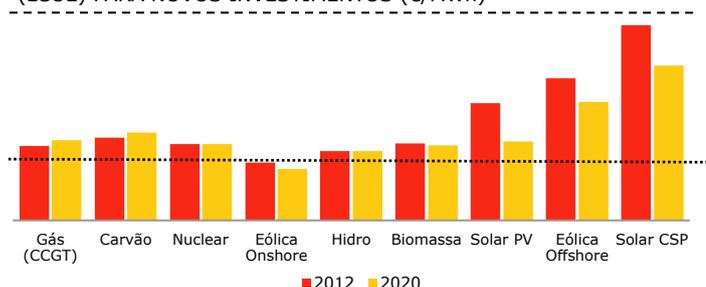
## 2.2. COMPETITIVIDADE DAS TECNOLOGIAS MADURAS

### É A ENERGIA RENOVÁVEL UM LUXO?

No processo de decisão sobre que tecnologia de geração de eletricidade apoiar ou investir, para satisfazer a crescente procura por eletricidade, existe uma divisão entre as energias renováveis e as tecnologias convencionais. Esta dicotomia é também diariamente discutida à escala global.

Para além dos benefícios económicos e ambientais das diferentes tecnologias, bem como as diferentes características de cada opção, é fundamental analisar o custo total de cada uma das tecnologias ao longo da sua vida útil. A medida mais adequada para analisar o custo total de cada tecnologia é a comparação dos custos tecnológicos totais ("Levelized Cost of Energy" - LCOE).

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS TECNOLÓGICOS TOTAIS (LCOE) PARA NOVOS INVESTIMENTOS (€/MWh)



Atualmente, se compararmos os LCOE, verificamos que há tecnologias renováveis mais competitivas que as tecnologias convencionais. Este ponto é evidente no caso da tecnologia eólica *onshore*, que beneficia de uma redução acentuada dos custos de investimento por MWh. Esta evolução do custo de investimento foi impulsionada pelo avanço tecnológico e por economias de escala.

Os projetos de energia eólica *onshore* com fatores de utilização robustos são

Fonte: Análise interna

competitivos com as novas centrais de turbinas de ciclo de gás combinado (CCGT), mesmo nos EUA onde o custo de combustível é inferior devido ao aumento repentino da produção de gás de xisto. No Brasil, como evidenciado nos últimos leilões de energia, a energia eólica tem provado ser a opção mais competitiva (ex-hidroelétrica), superando a biomassa e CCGT.

Em termos de LCOE, existem no entanto energias renováveis que se encontram numa fase inicial de desenvolvimento, tais como energia eólica *offshore*, CSP solar, correntes oceânicas, marés, entre outras, que necessitam de evoluir e fortalecer a sua competitividade para se tornarem opções viáveis de investimento a larga escala.

## 2.3. PREÇO VS. CUSTO

### SERÁ CORRETO COMPARAR OS PREÇOS DIÁRIOS GROSSISTAS DE ELETRICIDADE COM OS CUSTOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS?

Um dos principais argumentos utilizados para caracterizar a energia renovável é o seu custo em comparação com os custos dos preços grossistas de eletricidade. Desta forma, os custos totais das energias renováveis estão a ser comparados com os custos variáveis do sistema de eletricidade, nomeadamente os custos variáveis das tecnologias convencionais. Assim, será correto proceder a esta análise quando os preços grossistas apenas refletem o custo variável da produção das tecnologias convencionais e em detrimento do seu custo total?

Na perspetiva da EDPR esta comparação é incorrecta porque:

- As energias renováveis utilizam tecnologia com custos variáveis negligenciáveis, sendo as mais eficientes em termos de custos e as primeiras a vender a sua produção, contribuindo, desta forma, para reduzir os preços grossistas (em períodos de elevados preços grossistas a produção de energia renovável repercute-se num decréscimo acentuado dos preços). As energias renováveis criam benefícios para o sistema, que não lhes estão a ser atribuídos.
- Importa reconhecer que os mercados grossistas de eletricidade são altamente competitivos, e as atuais centrais convencionais não consideram o investimento inicial durante os processos de licitações de eletricidade. Importa ainda salientar que algumas tecnologias convencionais não cobrem a totalidade dos seus custos com o preço grossista e, como tal, não são sustentáveis a longo prazo. Existem tecnologias convencionais que recebem receitas adicionais sobre o seu preço grossista, incluindo pagamentos de capacidade e pagamentos por serviços de apoio à rede.

#### IMPACTO DA ENERGIA EÓLICA SOBRE O PREÇO

Exemplo: A evolução dos preços grossistas em Espanha, em dezembro de 2013.

Durante as duas primeiras semanas de dezembro os níveis de vento foram anormalmente baixos, repercutindo-se num aumento acentuado dos preços grossistas, atingindo um valor histórico de 93,11€/MWh a 8 de dezembro. No entanto, as condições meteorológicas mudaram drasticamente no final do mês e o forte recurso eólico culminou numa descida acentuada do preço grossista de eletricidade (5,42€/MWh a 25 de dezembro).

- O tempo médio de vida dos diferentes ativos no cabaz energético distorce as análises porque as comparações são efetuadas entre ativos renováveis, com poucos anos de atividade, e centrais convencionais em que os custos de investimento estão parcialmente ou totalmente amortizados.

A problemática dos preços de mercado não refletirem a estrutura de custos das instalações de energia não é específico da energia renovável. O setor de energia elétrica é de capital intensivo e os preços variáveis obtidos em mercados grossistas de energia são insuficientes para cobrir a sua estrutura de custos, uma vez que os mercados grossistas geram concorrência e colocam pressão sobre os custos variáveis. Para reduzir o elevado risco atribuído pelos investidores a este tipo de investimentos – devido à volatilidade dos mercados grossistas e à incerteza de retorno na componente de custos fixos – existe o sistema regulatório.

Para aumentar a competitividade e proporcionar aos investidores visibilidade nos retornos, deveria ser introduzida concorrência ex-ante, atribuindo licenças para novas centrais de geração de energia. Com este processo, só seriam instalados os melhores e mais eficientes projetos.

A EDPR acredita que os contratos de longo prazo são a forma mais eficiente de remuneração do investimento, uma vez que ao proporcionarem visibilidade sobre a rentabilidade futura reduzem o risco de investimento para os operadores, minimizando o custo para os consumidores.

Os investimentos em geração de energia elétrica são de capital intensivo, como tal, exigem estabilidade e visibilidade no retorno. Quando o enquadramento regulatório não permite estabilidade e visibilidade (por exemplo, ao participar no mercado grossista), os investidores exigem um prémio de risco mais elevado. Pelo contrário, os enquadramentos regulatórios de maior visibilidade implicam menor risco para o investidor e menores custos de financiamento, o que permite reduzir o custo do capital e, portanto, exigir menor rentabilidade. Deste modo, dado o mesmo nível de participação das energias renováveis, a menor rentabilidade exigida traduz-se em tarifas de eletricidade mais baixas para os consumidores.

## 2.4. INVESTIMENTOS E NOVAS TECNOLOGIAS

Em 2013, segundo o Global Wind Energy Council (GWEC), foram instalados 35,5 GW de nova capacidade eólica. A China continua a ser o principal motor do crescimento global, adicionando 16,5 GW, quase metade do total das adições, atingindo 91 GW de capacidade instalada. Segundo dados da European Wind Energy Association (EWEA), foram instalados 11,1 GW na União Europeia em 2013, elevando a capacidade instalada total na região para 121 GW, enquanto nos EUA, de acordo com a American Wind Energy Association (AWEA), foram instalados apenas 1,7 GW, alcançando uma capacidade instalada total de 61 GW.

### EUROPA

Na União Europeia, a capacidade eólica total, no final de 2013, ascendia a 117,3 GW e a eletricidade produzida cobria 8% da procura. O ano de 2013 foi marcado por um aumento nas tecnologias *offshore*.

Segundo a EWEA, a adição anual de 11,1 GW representa um decréscimo de 8% em termos homólogos. O decréscimo registado na taxa de crescimento é o reflexo de alguma incerteza regulatória e política em alguns mercados europeus. No entanto, apesar do abrandamento em novas adições, a energia eólica foi a tecnologia com maior número de instalações adicionadas, sendo responsável por 32% dos novos acréscimos.

As novas instalações concentraram-se sobretudo em dois países: Alemanha (3,2 GW) e Reino Unido (1,9 GW), com uma presença crescente em energia eólica *offshore*. A Alemanha continua a liderar o mercado europeu em termos de capacidade instalada. No top 5 encontram-se ainda a Polónia (894 MW), Suécia (724 MW) e Roménia (695 MW), a EDPR possui uma posição de liderança em vários destes principais mercados.

Os mercados tradicionais como Espanha, Itália e França viram a sua taxa de novos projetos eólicos decrescer em 2013, em 84%, 65% e 24% respetivamente, sendo as alterações regulatórias introduzidas em Espanha a causa do declínio tão significativo.

O mercado *offshore* na Europa atingiu valores históricos em termos de novas instalações, ao acrescentar 1,6 GW, o que representa um aumento de 34% face a 2012. Durante o ano, a Europa atingiu 6,6 GW de capacidade de energia eólica *offshore* repartida por 11 países, com o Reino Unido a acrescentar 733 MW, reforçando a sua liderança *offshore* a nível mundial, seguido da Dinamarca (350 MW), Alemanha (240 MW), Bélgica (192 MW) e Suécia (48 MW).

## AMÉRICAS

Nos EUA, a incerteza quanto à extensão dos incentivos fiscais (PTC) e dos incentivos ao investimento (ITC) conduziu à redução em 92% das adições de nova capacidade, para 1,1 GW. No entanto, uma vez recebidas as extensões, iniciou-se uma vaga de construções que resultou em 12 GW relativos a novos projetos em construção no final do ano, segundo dados da AWEA. O ano de 2014 será um ano de crescimento sólido à medida que estes projetos começam a funcionar.

No restante continente americano, o Canadá instalou 1,6 GW de nova energia eólica, incluindo o primeiro projeto da EDPR com 30 MW, enquanto no México foram adicionados 623 MW. A América do Sul foi representada de forma sólida pelo Brasil, um outro mercado da EDPR, onde foram instalados 948 MW, seguido do Chile (130 MW) e da Argentina (76 MW).

O mercado de energia renovável encontra-se em fase de crescimento e é progressivamente mais competitivo, devendo apresentar uma importância crescente à medida que os custos de investimento decrescem e é alcançado apoio regulatório e geral.

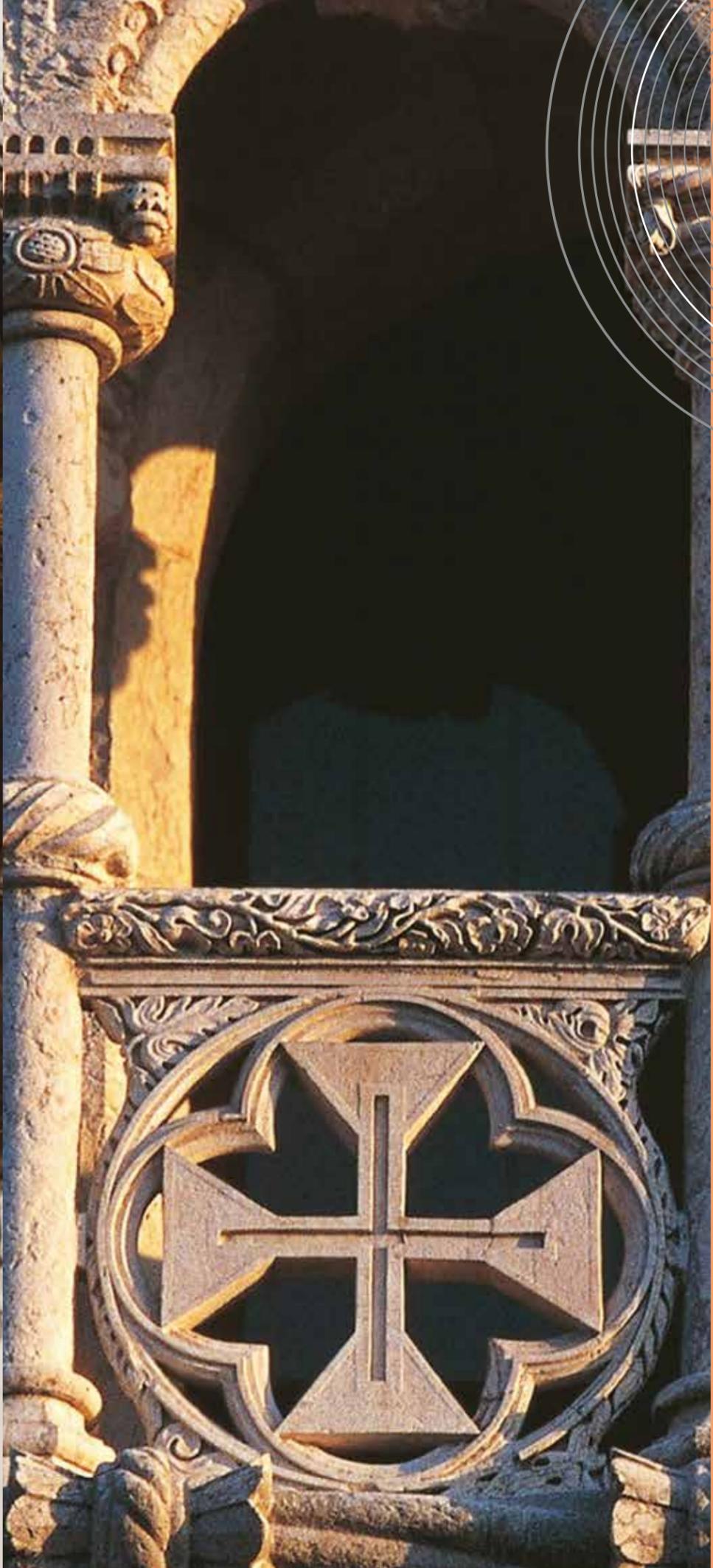
# 03

## OPERAÇÕES INTEGRADAS DA EDPR

---

ATIVOS DE EXCELÊNCIA	37
Capacidade	37
Geração	39
Preço de venda	40
EXCELÊNCIA OPERACIONAL	43
Desenvolvimento	44
Engenharia e Construção	45
Operações	46
Capital humano	48





> PORTUGAL  
TORRE DE BELÉM  
Coordenadas:  
38° 41' 30.1 N 9° 12' 56.9 W  
Hora do dia: 13H

## 3. OPERAÇÕES INTEGRADAS DA EDPR

### 3.1. ATIVOS DE EXCELÊNCIA

#### CAPACIDADE

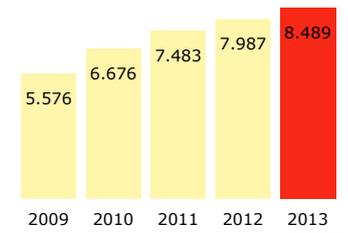
##### A EDPR É LÍDER DE MERCADO

Para além de um portfólio de elevada qualidade, presente em onze países, a EDPR conta também com um forte histórico e capacidades comprovadas que lhe permitem executar projetos de alta qualidade, atingindo assim os seus objetivos. A base de ativos instalada de 8,5 GW, com uma idade média de apenas cinco anos, e também altamente certificada em termos de padrões de sustentabilidade e segurança.

Desde 2009, a EDPR aumentou a sua capacidade em 2.913 MW, resultando numa capacidade instalada total de 8.489 MW. No final do exercício de 2013, a EDPR tinha 4.738 MW instalados na Europa, 3.667 MW na América do Norte e 84 MW no Brasil.

Durante o ano de 2013, a EDPR adicionou 502 MW à sua capacidade instalada, dos quais 472 MW na Europa e 30 MW na América do Norte.

CAPACIDADE INSTALADA  
(EBITDA MW + ENEOP)



##### INSTALAÇÕES DE 2013 CONCENTRADAS NOS MERCADOS EM CRESCIMENTO

O maior crescimento em termos de MW deveu-se à instalação de 180 MW na Polónia, o que permitiu à EDPR manter o nível de crescimento neste país e consolidar a sua posição de liderança.

Na Roménia, foram instalados 172 MW, dos quais 160 MW de energia eólica e 12 MW de energia solar fotovoltaica. A instalação desses novos MW solares reforça o objetivo de desenvolver novas tecnologias, possibilitando à EDPR diversificar ainda mais o seu portfólio e fornecer novas vias de crescimento.

Na Península Ibérica, a EDPR instalou 70 MW (incluindo 66 MW atribuíveis à EDPR através do consórcio Eólicas de Portugal). A participação da EDPR no consórcio Eólicas de Portugal totalizou 455 MW no final do ano. A capacidade instalada de Espanha de 2,3 GW mantém-se inalterada face ao ano anterior por terem sido introduzidas mudanças significativas no quadro remuneratório para o setor das energias renováveis, incluindo a eliminação de remunerações específicas anteriormente recebidas e a standardização da rentabilidade.

A EDPR adicionou 8 MW à sua capacidade instalada em França e completou a extensão do parque eólico de Chimay, adicionando 14 MW na Bélgica.

O ano de 2013 foi o primeiro ano completo de operação da EDPR em Itália e foram instalados 30 MW adicionais, provenientes da carteira de projectos existentes.

Na América do Norte, a EDPR alcançou uma capacidade instalada de 3.667 MW, com a conclusão de seu primeiro projeto no Canadá. O projeto South Branch, localizado na província de Ontário, tem uma capacidade instalada de 30 MW. Com a execução bem-sucedida deste primeiro projeto eólico no Canadá, a EDPR acrescenta ao seu portfólio diversificado um mercado com baixo perfil de risco e um recurso eólico atrativo.

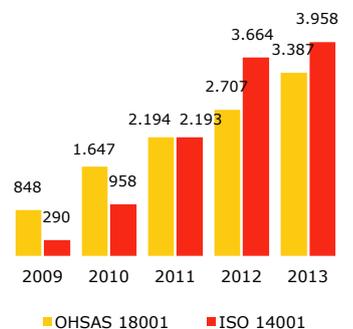
A capacidade eólica da EDPR instalada no Brasil totalizou 84 MW e está totalmente coberta pelos programas de incentivo ao desenvolvimento de energias renováveis. Embora não tenha sido adicionada nova capacidade durante o ano, a EDPR garantiu 116 MW de CAEs de longo prazo no leilão de dezembro, assegurando assim, o crescimento futuro.

##### APROX. 100% DE CAPACIDADE COM CERTIFICAÇÃO ISO14001 E OHSAS 18001 NA EUROPA

Os parques eólicos e centrais solares da EDPR cumprem com os mais elevados padrões de preservação do meio ambiente, condições de saúde e a segurança dos seus colaboradores. Este compromisso é reconhecido com a certificação ambiental ISO 14001, bem como com a certificação de Saúde e Segurança OHSAS 18001. Estas certificações aproximadamente 100% das nossas operações na Europa.

Na América do Norte, a EDPR está atualmente em processo de certificação ISO 14001 e OHSAS 18001 para todos os seus parques eólicos.

MW CERTIFICADOS - ISO  
14001 E OHSAS 18001



## DESTAQUES DOS PROJETOS EM 2013

### SOUTH BRANCH: CANADÁ / 30 MW

South Branch é primeiro parque eólico da EDPR a operar no Canadá, e permitiu alcançar uma importante meta no sentido de criar uma presença de longo prazo num mercado que está fortemente comprometido com a liderança ambiental e a oferta de energia limpa.

### LATERZA & CASTELLANETA: ITÁLIA / 30 MW

Laterza (14 MW) e Castellaneta (16 MW) fazem parte da carteira de projectos totalmente desenvolvidos pela EDPR em Itália. Foram concedidos a estes projetos contratos de longo prazo no primeiro leilão, em janeiro de 2013, e a sua construção ficou concluída em menos de 8 meses. Durante a construção do projeto, a equipa de especialistas da EDPR teve de criar um tipo inovador de fundações para compensar a qualidade do solo, pobre e irregular.

### FACAENI: ROMÉLIA / 132 MW

Facaeni é um dos maiores parques eólicos construídos na Roménia. A forte presença e experiência local da EDPR, permitiu-lhe construir este projecto em tempo recorde apesar da sua grande dimensão, e condições meteorológicas adversas.

### GOLANCZ: POLÓNIA / 80 MW

Em 2013 a EDPR concluiu o parque eólico de Golancz, um dos seus maiores parques na Polónia. Conjuntamente com os restantes 100 MW instalados durante o ano, a EDPR solidificou a sua liderança neste mercado.



## GERAÇÃO

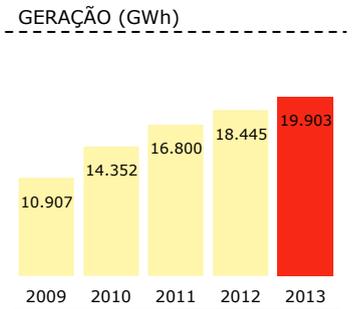
### AUMENTO DE QUASE 2X AO LONGO DOS ÚLTIMOS 5 ANOS

A EDPR gerou 19,9 TWh em 2013, o suficiente para abastecer toda a procura de eletricidade residencial de grandes cidades metropolitanas, como Houston, Bucareste, Lisboa e Madrid.

O aumento da produção de eletricidade de 8% face ao período homólogo foi impulsionado pelo aumento de capacidade nos últimos 12 meses e pelo elevado recurso eólico na Europa ao longo de 2013.

A EDPR alcançou um fator de utilização de 30% em 2013, o que representa um aumento de 0,6 pp face ao ano anterior, mantendo assim a sua posição de liderança no setor eólico e reflectindo a qualidade intrínseca dos seus parques eólicos.

A EDPR também alcançou uma disponibilidade técnica excepcional de 98%, continuando a alavancar as suas vantagens competitivas e portefólio diversificado para maximizar a produção eólica e mitigar o risco de volatilidade da energia eólica.



### DESEMPENHO PREMIUM E CARTEIRA DIVERSIFICADA PROPORCIONAM UMA PRODUÇÃO EQUILIBRADA

As operações da EDPR na Europa foram o principal motor para o crescimento da produção de eletricidade em 2013, registando um aumento de 15% em termos homólogos para 9,5 TWh, e representando 48% da produção total (45% em 2012). Esse desempenho foi impulsionado pelo forte crescimento da produção em todas as regiões europeias. A EDPR alcançou um fator de utilização de 28% na Europa, +2pp vs. 2012, refletindo ainda mais a solidez dos seus recursos eólicos.

Espanha e Portugal atingiram um fator de utilização de 29% (vs. 27% em 2012), principalmente devido ao excelente desempenho no primeiro e no quarto trimestre de 2013. Em Espanha, a EDPR atingiu mais uma vez, um fator de utilização claramente acima da média do mercado espanhol (+2 pp).

As operações no segmento "Resto da Europa" atingiram um fator de utilização de 25% (24% em 2012) e geração superior ao ano anterior. A Roménia aumentou a sua produção em 226 GWh dada a nova capacidade e o sólido recurso eólico que contribuíram para o forte desempenho. O aumento da produção na Polónia ficou a dever-se principalmente ao facto de a capacidade instalada em 2012 ter operado durante um ano completo. A Itália gerou 83 GWh no seu primeiro ano em operação.

Nos EUA, a produção de eletricidade da EDPR aumentou para 10,1 TWh (+2% em termos homólogos), suportada por uma capacidade instalada média mais elevada, que compensou o menor factor de utilização face ao período homólogo. Os acontecimentos não relacionados com o recurso eólico resultaram num fator de utilização ligeiramente inferior a 32% (33% em 2012). Excluindo este impacto, o fator de utilização estaria em linha com o ano anterior.

Em 2013, a produção da EDPR no Brasil diminuiu 1%, em termos homólogos, para 230 GWh, como resultado de um menor recurso eólico durante o terceiro trimestre, o que levou a um fator de utilização estável de 31%. O parque eólico de Tramandaí continua a apresentar um fator de utilização acima da média.

### GERAÇÃO E FATOR DE UTILIZAÇÃO (NCF) 2013

	GWh	Δ%	NCF	Δ%
<b>EDPR</b>	<b>19.903</b>	<b>8%</b>	<b>30%</b>	<b>1 pp</b>
<b>EUROPA</b>	<b>9.527</b>	<b>15%</b>	<b>28%</b>	<b>2 pp</b>
Espanha	5.802	14%	29%	3 pp
Portugal	1.593	10%	29%	3 pp
França	689	0%	25%	(1 pp)
Bélgica	116	-5%	23%	(1 pp)
Polónia	541	24%	24%	(2 pp)
Roménia	702	47%	24%	3 pp
Itália	83	-	25%	-
<b>EUA</b>	<b>10.146</b>	<b>2%</b>	<b>32%</b>	<b>(1 pp)</b>
Oriental	4.385	11%	28%	(2 pp)
Central	4.744	-1%	37%	(0 pp)
Ocidental	1.018	3%	29%	3 pp
<b>BRASIL</b>	<b>230</b>	<b>-1%</b>	<b>31%</b>	<b>(0 pp)</b>

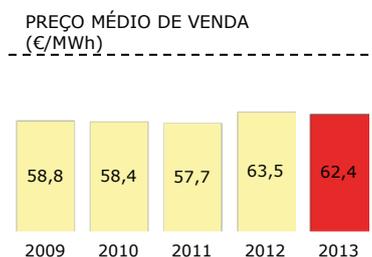
### EMISSÕES LIVRES DE CARBONO

Os 19,9 TWh de eletricidade produzida resultam em zero emissões de carbono, contribuindo para minimizar as alterações climáticas a nível mundial. Com base em fatores de emissões térmicas de cada um dos países, estima-se terem sido evitadas cerca de 16 milhões de toneladas de emissões equivalentes de CO<sub>2</sub> que, caso contrário, teriam sido emitidas pela queima de combustíveis fósseis para gerar a mesma quantidade de energia elétrica nas áreas geográficas onde a EDPR está presente.



## PREÇO DE VENDA

Em linha com o objectivo de manter um perfil de risco baixo, a capacidade instalada da EDPR ao abrigo de regimes de remuneração regulamentados ou a longo prazo aumentou para 93%.



O preço médio de venda diminuiu 2%, para 62,4€/MWh (-1,1€/MWh em termos homólogos), impulsionado principalmente por alterações na regulação em Espanha (-9% em termos homólogos), parcialmente compensadas por um mix de produção enviesado para a produção na Europa (48% vs. 45%) e um preço de venda médio mais elevado nos EUA (+3% em termos homólogos) e no Brasil (+8 % em termos homólogos).

### O PORTFÓLIO EQUILIBRADO DA EDPR AJUDA A MINIMIZAR O IMPACTO DE ALTERAÇÕES REGULATÓRIAS

O preço médio de venda na Europa em 2013 diminuiu 6% em termos homólogos para 88,7€/MWh (94,2€/MWh em 2012), principalmente devido aos preços de venda mais baixos na maioria dos países, exceto França (indexado à inflação) e Bélgica (CAE com preço fixo). Em Portugal, apesar do preço mais baixo que foi impulsionado por recursos eólicos acima da média, as receitas totais foram mais elevadas.

Em Espanha, as mudanças na estrutura de remuneração, mencionadas anteriormente, impactaram negativamente a evolução do preço de venda. O novo quadro legal definido no RDL 9/2013, inclui a eliminação da remuneração recebida por potência reativa (até 3,5 euros/MWh) e define a remuneração dos ativos renováveis como a média das Obrigações do Estado a dez anos, incrementada em 300 pontos base. Estas alterações influenciaram negativamente a remuneração recebida, tendo o preço médio de venda descido para 80,0€/MWh, uma redução de 9% versus o período homólogo. Dada a representatividade da produção de Espanha (30% da geração a EDPR) o impacto foi significativo.

Apesar do preço médio de venda em Portugal ter diminuído para 99,3€/MWh (-3% em termos homólogos), o movimento foi compensado pelo aumento da produção de eletricidade. Todos os parques eólicos que contribuem para o EBITDA de Portugal encontram-se sob o esquema de remuneração antigo (DL 33A/2005). Este enquadramento regulatório estabelece uma correlação negativa entre o preço e o número de horas equivalentes em funcionamento (*net equivalente hours*). Sendo assim, quanto mais forte for o recurso eólico menor o preço final realizado com resultado da fórmula de cálculo do esquema regulatório.

Na Roménia, o preço médio de venda caiu para 110,9€/MWh (-19 % em termos homólogos). Uma componente-chave do sistema de remuneração é a venda de certificados verdes. Os operadores de energias renováveis geram certificados verdes com base na produção de eletricidade e têm a opção de os vender em leilões mensais ou integrados em contratos de compra de energia de longo prazo. Durante o ano, a Roménia aprovou a Portaria Governamental de Emergência 57/2013 o que causou incerteza no mercado de certificados verdes, repercutindo-se numa queda dos preços, no entanto, verificou-se uma recuperação dos preços durante o quarto trimestre. A nova legislação não alterou o número de certificados verdes obtidos mas adiou a monetização de 1 certificado verde para projetos de energia eólica e 2 para energia solar até 2017.

Na Polónia, o preço médio de venda caiu para 95,6€/MWh (-6% em termos homólogos). À semelhança do sistema de remuneração Romeno, os projetos renováveis recebem certificados verdes, que podem ser vendidos no mercado grossista. Durante o ano, a queda dos preços de combustível e do CO<sub>2</sub>, e a diminuição da procura de energia, contribuíram para a queda dos preços da energia e dos certificados verdes.

Em França, o preço de venda aumentou 1% em termos homólogos para 90,2€/MWh, enquanto que na Bélgica se manteve estável nos 112,0€/MWh devido aos CAEs de longo prazo em vigor.

Em Itália, o preço de venda médio chegou aos 137,6€/MWh, beneficiando do esquema de remuneração favorável.

## O MERCADO DOS EUA MOSTRA SINAIS DE MELHORIA, COM OS PREÇOS A AUMENTAR

Nos EUA, a energia gerada por projetos da EDPR são vendidos maioritariamente ao abrigo de acordos de compra de energia de longo prazo com actualizações fixas ou vendidos a preços de mercado com coberturas de curto prazo. O preço médio de venda aumentou 3%, em termos homólogos, para 48,6\$/MWh, impulsionado principalmente por um maior peso da produção de projetos com CAEs (que geralmente incluem aumentos graduais dos preços) e uma melhoria dos preços de mercado.

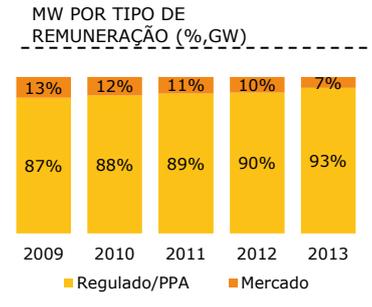
Os preços médios de venda dos parques eólicos com CAE aumentaram 2%, em termos homólogos, para 52,6\$/MWh, como resultado dos níveis crescentes de preço contratados e a contribuição de novos CAEs. Os preços de venda da produção exposta ao mercado grossista de eletricidade aumentaram 2%, em termos homólogos, para 31,9\$/MWh, beneficiando da recuperação dos preços grossistas do gás que aumentaram de uma média de 2,8\$/MMBtu em 2012 para 3,7\$/MMBtu em 2013.

Desde o início de 2013, a EDPR já assegurou 1.200 MW de novos CAEs de energia eólica. 250 MW relativos a projetos em operação e 950MW relativos a novos projectos a serem instalados nos próximos três anos. Os MW a serem instalados são suportados por sete CAEs e estão situados por todo os EUA, em cinco estados diferentes (Califórnia, Oklahoma, Kansas, Maine, e Indiana). Para além dos CAEs de energia eólica, a EDPR também garantiu dois CAEs para 30 MW para centrais de energia solar a serem instaladas na Califórnia. Em linha com a estratégia de crescimento da EDPR de acrescentar novas tecnologias ao seu portfólio, a central solar planeada será a primeira da EDPR no mercado norte-americano, aproveitando tanto a atratividade do investimento como a experiência adquirida com a instalação de centrais de energia solar na Roménia a partir de 2012.

A gestão de riscos é fundamental quando os preços recebidos da geração de eletricidade estão sujeitos à incerteza no mercado grossista. Com o objetivo de diminuir a incerteza e a exposição à volatilidade dos preços de mercado, a EDPR celebrou de contratos de futuros de energia que cobrem parcialmente a exposição ao mercado grossista dos EUA. Esta medida permite à EDPR garantir um preço fixo para o volume definido, assegurando a estabilidade de preços e reduzindo efetivamente a volatilidade do fluxo de caixa mensal em função da variação dos preços da eletricidade definidos pelo mercado.

## PREÇOS NO BRASIL SOBEM EM LINHA COM AUMENTOS

Em 2013, o preço médio de venda no Brasil cresceu 8%, para 309,2R\$/MWh, refletindo o preço CAE atualizado de acordo com a indexação à inflação.



## ESQUEMA REMUNERTÓRIO

<p><b>Espanha: -9% vs. 2012</b></p> <p>2.310 MW/ €80,0/MWh</p> <p><b>Novo Regime:</b> Em julho de 2013 o Governo alterou o enquadramento regulatório para os ativos em operação. De acordo a proposta de legislação secundária, os parques eólicos construídos antes de 2004 são poderão receber qualquer incentivo, enquanto que os parques mais recentes recebem um prémio por MW instalado até ao fim da sua vida regulatória.</p>	<p><b>Portugal: -3% vs. 2012</b></p> <p>619 MW / €99,3/MWh</p> <p><b>Tarifa Fixa</b> "Remuneração antiga" – tarifa é calculada de acordo com uma formula que considera parâmetros como factor de utilização, capacidade entre outros.</p> <p><b>Tarifa Fixa</b> "Nova Remuneração" – Preço definido com fórmula diferente mas com parâmetros semelhantes.</p>	<p><b>França: +1% vs. 2012</b></p> <p>322 MW / €90,2/MWh</p> <p><b>Tarifa Fixa</b>, estável durante 15 anos. Primeiros 10 anos: recebe aproximadamente €82/MWh; indexado à inflação e com um fator "x" apenas até ao inicio das operações.</p>
<p><b>Roménia: -12% vs. 2012</b></p> <p>521 MW / €121,1/MWh</p> <p><b>Preço de Mercado + CV.</b> Energia eólica recebe 2 CV por MWh até 2017 (1 CV é retido para venda até Março de 2017). Solar recebe 6 CV por MWh por 15 anos (2 CV retidos para venda até Março de 2017).</p>	<p><b>Polónia: -6% vs. 2012</b></p> <p>370 MW/ €95.6/MWh</p> <p><b>Preço de Mercado + CV.</b> Opção de escolha de um preço regulado de eletricidade (PLN 201,4/MWh para 2013). As distribuidoras possuem uma taxa de substituição por incumprimento com obrigação de CV, que em 2013 foi de PLN 297,4 MWh. Opção para negociar CAEs de longo prazo.</p>	<p><b>Bélgica: 0% vs. 2012</b></p> <p>71 MW / €112.0/MWh</p> <p><b>Preço de Mercado + CV.</b> Preço dos CV com máximos e mínimos diferentes para a região da Valónia (€65/MWh- €100/MWh) e da Flandres (€80/MWh-€125/MWh). Opção para negociar CAEs de longo-prazo.</p>
<p><b>Itália: n.a.% vs. 2012</b></p> <p>70 MW / €137.6/MWh</p> <p><b>Preço de Mercado + CV</b> (antigo enquadramento regulatório).</p> <p><b>CAEs de longo prazo</b> sistema baseado em leilões competitivos (novo enquadramento regulatório).</p>	<p><b>EUA: +3% vs. 2012</b></p> <p>3.637 MW / \$48.6/MWh</p> <p><b>Preço eletricidade</b> – valor de Mercado ou CAE de longo prazo - + <b>certificados de energia renovável (RECs)</b>. Adicionalmente existem alguns esquemas de incentivos: fiscais à produção (PTCs), <i>Cash Grants</i> (CGs) e amortizações aceleradas (MACRs).</p>	<p><b>Brasil: +8% vs. 2012</b></p> <p>84 MW / R\$309.2/MWh</p> <p><b>Tarifa fixa</b> – PROINFA. <b>CAEs de longo prazo</b> sistema baseado num leilão competitivo.</p>

**País: % vs. Preço 2012**  
MW Instalados / 2013 Preço  
Enquadramento Regulatório

## 3.2. EXCELÊNCIA OPERACIONAL

Dada a natureza do negócio das energias renováveis, onde a excelência no desenvolvimento, construção e operações são fundamentais para garantir o sucesso do projeto, a EDPR orgulha-se de ter desenvolvido competências em todas essas áreas, que a distinguem dos restantes participantes do setor.

As áreas de experiência não se limitam aos aspectos mais técnicos do negócio, tais como o "design" dos parques eólicos, abrangendo todos os aspetos, desde as questões ambientais até ao trabalho desenvolvido em parceria com as comunidades locais. Estas áreas de experiência são relevantes e apoiadas pelo conhecimento e *know-how* da equipa da EDPR, constituída por jovens colaboradores altamente qualificados.

É a dedicação e esforço na concepção, construção e operação diária das nossas centrais de energias renováveis que nos leva a sermos líderes do setor a nível de métricas de eficiência.

### EXCELÊNCIA OPERATIVA

#### Desenvolvimento

- Otimização do desenho dos parques eólicos
- Avaliação de viabilidade social e ambiental
- Compreender as considerações locais

#### Construção

- Engenharia e construção
- Garantir a saúde e segurança
- Aumentar o valor social dos nossos projetos

#### Operações

- Controlo remoto
- Sistema de operação e manutenção m3
- Energia verde com baixa pegada ecológica
- Impacto positivo na biodiversidade

### APOIADA PELA EQUIPA DA EDPR

#### Recursos humanos

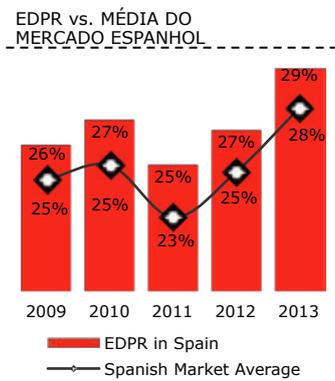
- Carreira atrativa e planos de formação
- Práticas de conciliação da vida profissional e pessoal
- Oportunidades de desenvolvimento através da mobilidade

## DESENVOLVIMENTO

### FATORES DE UTILIZAÇÃO LÍDERES DO SETOR

#### 16,3 GW DE PROJECTOS EM DESENVOLVIMENTO

#### CRITÉRIOS AMBIENTAIS E SOCIAIS NA SELEÇÃO DE PROJETOS



O processo de desenvolvimento do projeto é bastante relevante. A escolha da localização, configuração do parque, e turbina eólica influencia fortemente a rentabilidade do projeto ao longo dos 25 anos de operação. Após a instalação e funcionamento do parque eólico podem ser efetuados alguns ajustamentos para maximizar a produção e reduzir os custos, no entanto os fundamentais da rentabilidade do projecto foram decididos anos antes, durante a fase de desenvolvimento.

Encontrar os locais privilegiados para a construção dos nossos parques eólicos e definir a localização ideal das turbinas é fundamental para o sucesso de um projeto. Colocar a turbina num local que não seja o ideal pode reduzir de forma significativa o fator de utilização da mesma. Desta forma, a EDPR implementou um processo completo que garante a qualidade das novas adições de capacidade ao portfólio global e tenta prever, durante as primeiras etapas de desenvolvimento, se o projeto poderá cumprir com os elevados padrões definidos pela EDPR.

No entanto, não são só os fatores técnicos que são tidos em consideração durante o processo de desenvolvimento. Os aspetos sociais e ambientais dos locais são avaliados antes de se iniciar o processo de licenciamento, seguindo os nossos compromissos a nível de política ambiental e biodiversidade, assegurando que a nossa carteira de projectos em desenvolvimento apenas inclui aqueles que podem cumprir os mais elevados padrões ambientais.

## DESENHO DA CONFIGURAÇÃO DOS PARQUES EÓLICOS

A EDPR utiliza um processo de duas etapas para determinar a configuração ideal dos parques eólicos, maximizando a rentabilidade dos projetos. A EDPR tem uma das equipas mais experientes do setor, incluindo especialistas com mais de 10 anos de atividade na área.

Uma das primeiras etapas do processo de desenvolvimento de um projeto é a utilização de modelos matemáticos complexos para produzir uma série de opções de configuração. Informação sobre a velocidade e direção do vento, custos de construção das fundações e outras restrições da zona estão entre as muitas variáveis consideradas no modelo. Uma vez desenvolvidas as opções de configuração é também importante minimizar as possíveis perdas na produção de energia devidas ao "wake effect".

Este efeito está relacionado com a perda de energia e com o aumento da turbulência causado pela rotação das pás de turbinas eólicas nas turbinas eólicas a jusante. Dado o tipo de infra-estrutura, é importante antecipar o impacto potencial e ajustar a configuração no início do projecto. O objetivo final é o de definir a configuração que maximize o recurso eólico, minimizando os custos de construção e evitando áreas problemáticas.

Como um parque eólico pode estar integrado numa comunidade local, o seu contributo é também fundamental para alcançar os nossos objetivos. O envolvimento atempado da comunidade fornece uma compreensão valiosa das considerações sociais dos locais e garante um desenvolvimento estruturado. Durante este processo, são discutidas as condições que podem estar ligadas à aprovação do parque eólico. Estas condições podem influenciar a configuração, as técnicas de construção, a programação, a monitorização pós-autorização e os estudos prévios. As consultas públicas são uma prática comum para entender se as considerações sociais, são acolhidas pelos moradores e muitas vezes recebem cobertura nos meios de comunicação local.

## SELEÇÃO DA TURBINA EÓLICA

Não obstante da configuração do parque eólico, a escolha adequada do modelo de turbina eólica para uma determinada localização é crucial. Durante o desenvolvimento do projeto, a equipa técnica e de compras trabalham em estreita colaboração para seleccionar o modelo que irá maximizar a rentabilidade do projeto. Este é um equilíbrio delicado entre as especificações técnicas de cada modelo e o preço oferecido pelo fabricante. O modelo escolhido baseia-se na maximização do retorno, e não necessariamente o modelo que maximize a produção.

No seu portfólio, a EDPR gere mais de 70 modelos de turbinas eólicas de 9 fornecedores diferentes. A experiência adquirida com uma carteira diversificada de modelos ajuda a garantir um baixo risco no fornecimento de turbinas, alta produtividade e preços competitivos entre os fabricantes de turbinas.

## ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

502 MW CONSTRUÍDOS EM 2013  
 > 200 TURBINAS ERGUIDAS EM 2013  
 NÚMERO DE ACIDENTES COM COLABORADORES  
 DIMINUIU 40%

O principal objetivo da equipa de engenharia e construção da EDPR é o de construir parques eólicos altamente eficientes, monitorizando atentamente os custos de investimento, bem como a concepção de parques eólicos que exigem o menor custo de manutenção da infra-estrutura ao longo de toda a vida útil. Tudo isto é feito no rigoroso cumprimento das normas de construção locais e internas, considerando as condições no local e minimizando o impacto sobre as comunidades locais e o meio ambiente.

Durante a fase de engenharia, as equipas da EDPR realizam pesquisas geológicas profundas, projectando fundações adequadas, vias e plataformas, e evitando incertezas durante a construção. A concepção adequada das vias e outras estruturas minimiza as obras de terraplanagem, reduzindo os custos de construção de cada projeto.

O "design" da infra-estrutura elétrica requer o mesmo tempo e esforço. Nesta etapa, a escolha dos cabos tem em consideração os custos e as características técnicas das turbinas eólicas, projetando a melhor ligação à rede elétrica.

A maior parte dos investimentos em infra-estruturas têm um benefício final positivo para as comunidades circundantes. O reforço das redes elétricas existentes e a reabilitação ou a construção de novas estradas é um ativo valioso para as comunidades, podendo usufruir da infra-estrutura desenvolvida para aceder a locais remotos. Além disso, um sistema de distribuição de eletricidade atualizado melhora a qualidade de fornecimento de energia elétrica, aumentando a estabilidade e reduzindo as interrupções.

A presença da EDPR incentiva o desenvolvimento económico da região, contribuindo com um acréscimo temporário de trabalhadores da construção civil, aumentando as despesas incorridas no local e as receitas via impostos. A estreita colaboração com as partes interessadas é importante para garantir que o valor gerado é maximizado.

Na fase de construção, a EDPR destaca-se pela sua estratégia de contratação e pelo seu processo de compras, entre outros. A EDPR tem aperfeiçoado a sua estratégia de contratação para fornecer o melhor equilíbrio entre preço e risco. Através de diversos contratos chave-na-mão para turbinas eólicas, obras e infra-estrutura elétrica, que garantem a liderança interna na gestão da construção e simultaneamente reduzem o custo, controlando a progressão do projecto e possíveis desvios.

A EDPR implementou um processo de compras que garante considerações técnicas e preços competitivos. Inclui um concurso para vários fornecedores com várias fases de negociação. As avaliações técnicas e comerciais são realizadas em paralelo para obter a melhor oferta comercial (custo, garantias, baixo risco, financiamento) por forma a garantir a inclusão de toda a envolvente e o cumprimento das especificações técnicas e de qualidade.

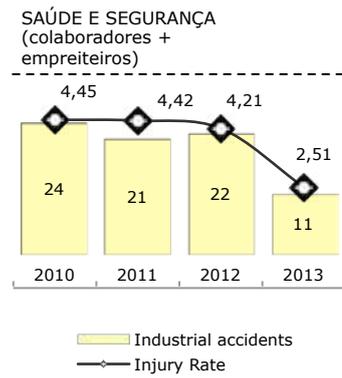
Os requisitos e as melhores práticas ambientais são incluídos na documentação para concurso ou nos planos específicos de gestão ambiental. A construção dos nossos projetos envolve parceiros externos, e acreditamos ser essencial envolver toda a cadeia de valor a fim de garantir o alinhamento com a nossa estratégia ambiental. A EDPR executa planos de monitorização para garantir que os requisitos ambientais são cumpridos e, no caso improvável de um impacto ambiental inesperado, implementar rapidamente a medida correctiva adequada.

### PRINCIPAIS ETAPAS DA CONSTRUÇÃO DE PARQUES EÓLICOS



- 1** – Construção de vias de acesso.
- 2** – Fundações e vias temporárias para circulação de guias. Dependendo do terreno, a construção das fundações do parque eólico pode constituir um desafio. No parque eólico Facaeni, devido às condições do solo, as fundações tiveram de ser construídas com 18 estacas por turbina.
- 3** – Sistema coletor (cabos que ligam a turbina eólica à subestação).
- 4** – Transporte do gerador de turbina eólica. Dada a dimensão e o peso das turbinas, o seu transporte representa um desafio logístico. As turbinas são transportadas por seções, algumas pesando mais de 70 toneladas.
- 5** – Instalação do gerador de turbina eólica.
- 6** – Subestação.
- 7** – Linha de ligação à rede eléctrica.

## AMBIENTE SEGURO PARA OS NOSSOS COLABORADORES E SUBCONTRATADOS



Garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para os nossos colaboradores e para os prestadores de serviços é fundamental em todos os aspetos do negócio. A Política de Saúde e Segurança da EDPR, disponível no nosso site, reflete o compromisso da Empresa com a prevenção dos riscos profissionais associados às nossas atividades.

Para apoiar a nossa estratégia de saúde e segurança, implementámos sistemas de gestão adequados. Estes sistemas são adaptados para cada região específica, com normas e procedimentos próprios, com base na regulamentação do país e nas melhores práticas da indústria.

O Sistema de Gestão está em processo de certificação OHSAS 18001:2007. No final de 2013, a certificação abrangia 3.387 MW, o que representa 42% da capacidade instalada da EDPR. A certificação foi também estendida à Bélgica e à Roménia.

Em 2013, a EDPR registou uma melhoria substancial nas suas métricas de saúde e segurança. O número de acidentes registados por colaboradores e trabalhadores subcontratados foi reduzido para 50%, um passo importante para o objetivo de zero acidentes definido na Política de Saúde e Segurança.

## OPERAÇÕES

> 5.000 TURBINAS OPERADAS REMOTAMENTE

97,7 % DISPONIBILIDADE TÉCNICA

ELETRICIDADE LIVRE DE CO2 COM UMA PEQUENA PEGADA DE ÁGUA E RESÍDUOS



Como operador de uma frota global de 8,5 GW, para a EDPR é essencial a gestão eficiente dos seus ativos. Garantir que, durante a vida útil dos parques eólicos, os custos de operação e manutenção são minimizados, maximizando o seu retorno, é a base desse processo.

Para além da sua estratégia líder de O&M e infraestrutura de operações remotas, a EDPR continua a melhorar processos, como a logística de armazém, previsão de energia e operações mais *lean*. Pequenas melhorias em qualquer uma dessas áreas multiplicam-se na redução significativa de custos para a Empresa e para os seus acionistas.

## MELHORAR A PREVISÃO DE ENERGIA

Durante o dia-a-dia da operação de um parque eólico, as previsões desempenham um papel fundamental, permitindo prever com precisão a geração futura de energia. Se a EDPR conseguir prever com precisão a produção de energia de cada parque eólico, pode minimizar os custos causados pelo desequilíbrio e melhorar o sistema de energia como um todo. Os desequilíbrios energéticos acontecem quando a produção, ou o uso de energia real, é inferior ou superior ao estimado. Se um parque eólico produz menos energia do que previsto, terá de pagar pelo desvio ao regulador de energia. Para evitar tais custos, é imperativo que as previsões de energia dos parques eólicos sejam tão precisas quanto possível.

À semelhança da otimização da configuração do parque eólico, a previsão de produção de energia recai sobre a equipa de *energy assessment* da EDPR. Neste caso, são usados modelos físicos e estatísticos avançados para prever, a cada hora, o recurso eólico de todos os parques. A disponibilidade de dados eólicos no local e os avanços nos modelos meteorológicos têm ajudado a melhorar de forma significativa a capacidade de previsão ao longo dos últimos anos. No entanto, permanecem alguns desafios tais como o impacto de ventos térmicos, terrenos complexos, ventos muito fortes e o impacto da formação de gelo.

Para lidar com alguns destes desafios a EDPR implementou, com sucesso, um programa de identificação e correção de períodos de corte ou indisponibilidade. As equipas analisam, periodicamente, os milhões de dados recolhidos para identificar problemas e implementar correções. Este programa resultou numa melhoria de 10% na previsão da produção de alguns parques eólicos ao longo de 2013.

## OPERAÇÕES DE ATIVOS

As receitas da EDPR são o resultado do produto de dois fatores, a energia gerada e o preço de venda. Como resultado, a venda da energia gerada a preços atrativos, reduzindo simultaneamente a volatilidade, é tão importante como a maximização da produção.

A equipa de gestão de energia da EDPR utiliza CAEs de longo prazo assinados com *off takers* locais para definir o preço da energia recebida em prazos máximos de 20 anos. Além disso, dependendo das especificidades de cada contrato, a exposição a outras incertezas do mercado também é reduzida. 93% da capacidade da EDPR está coberta pela estabilidade dos enquadramento regulatórios de cada país ou por CAEs de longo prazo, enquanto os restantes 7% estão expostos às mudanças no mercado de energia. Para reduzir ainda mais a exposição à volatilidade dos mercados, e seguindo a nossa estratégia de baixo risco, a EDPR utiliza instrumentos de cobertura de curto prazo, vendendo energia a preços fixos.

Em 2013 a EDPR assinou 1.200 MW de CAEs de longo prazo nos EUA e contratou coberturas de curto prazo em pelo menos quatro países.

## SISTEMA DE MANUTENÇÃO M3

Durante os primeiros anos de vida de um parque eólico, a operação e manutenção dos geradores das turbinas eólicas é geralmente garantido pelo fabricante da turbina. Quando este período termina, a EDPR tem de decidir qual o sistema de manutenção ideal, mantendo os altos níveis de disponibilidade técnica. Para lidar com este problema, a EDPR implementou com sucesso um programa de O&M designado M3 (Modelo de Manutenção Modular). Dependendo do país, tipo de turbina, desempenho histórico e outros aspetos técnicos, as nossas equipas de O&M decidem qual o melhor equilíbrio entre manutenção interna e subcontratada. Normalmente, a EDPR mantém o controlo das atividades de alto valor acrescentado, tais como planeamento de manutenção, logística e operações remotas, e subcontrata, sob supervisão direta, tarefas intensivas a nível de recursos humanos.

Esta estratégia resultou numa elevada poupança de custos para a Empresa. Quando comparados com outros parques eólicos com pós-garantia total de O&M, a redução dos custos atinge os 15%, subindo para 20% quando comparados com parques eólicos na fase inicial de garantia.

## PROGRAMA "LEAN" DA EDPR

Lançado em 2011, o programa *Lean* da EDPR centra-se no processo de otimização de todo o negócio da Empresa, usando a metodologia *lean-six sigma*. O objetivo é o de aproveitar as ideias e experiências dos colaboradores para melhorar as receitas e minimizar os custos da Empresa, melhorar a segurança e reduzir o impacto ambiental.

Dentro desta estratégia, a EDPR implementou dois programas: *Daily Lean* e *Lean improvement*. O primeiro aplica-se à melhoria contínua das atividades do dia-a-dia dos nossos parques eólicos, com o objetivo de reduzir tarefas repetitivas e sem valor acrescentado. Melhorar o acompanhamento das componentes reparadas e a configuração dos armazéns são dois exemplos dos resultados deste programa.

O segundo programa, *Lean Improvement*, desenvolvido em conjunto pelos nossos engenheiros de desempenho e pelos nossos colaboradores em campo, identifica e resolve problemas que são comuns a uma frota de turbinas ou parte de uma frota. Este programa implementou mudanças que ajudam a reduzir o impacto dos danos causados por relâmpagos e a reduzir o superaquecimento da caixa de velocidades, entre muitos outros.

## PARA ALÉM DAS OPERAÇÕES

## ENERGIA VERDE COM UMA PEQUENA PEGADA

## ZERO EMISSÕES

- Zero emissões de carbono
- Não emite SOx, NOx perigosos ou poluição por mercúrio

## PEGADA DE ÁGUA DIMINUTA

- A água praticamente não é utilizada para geração de eletricidade
- 0,46 litros de água consumida por MWh

## BAIXA GERAÇÃO DE RESÍDUOS

- Não são geradas cinzas, sulfato de cálcio ou resíduos radioativos
- 81% de resíduos reciclados ou recuperados

## IMPACTO POSITIVO NA BIODIVERSIDADE

- A EDPR preserva o habitat para a vida selvagem porque a nossa tecnologia pode coexistir pacífica e abundantemente com a maioria dos animais selvagens
- A EDPR mitiga as alterações climáticas, atenuando o aumento da temperatura global e outros sintomas tais como eventos climáticos extremos que irão reduzir a biodiversidade em muitos países do mundo
- A EDPR toma medidas de precaução para evitar a localização de parques eólicos em áreas que possam representar riscos para a biodiversidade.
- A EDPR define medidas preventivas, corretivas e compensatórias para atingir um equilíbrio positivo dos nossos projetos e atividades

## GESTÃO AMBIENTAL

A EDPR tem plena consciência da importância da gestão adequada das questões ambientais nos parques eólicos em operação, a qual é assegurada pelo Sistema de Gestão Ambiental (SGA). O sistema garante a conformidade com os requisitos legais e centra-se em aspetos ambientais, estabelecendo objetivos e metas para melhorar o nosso desempenho ambiental tanto a nível de plataformas como nacional. Nos EUA, a EDPR concluiu a implantação de um SGA para todos os seus parques eólicos em operação e a plataforma está atualmente em processo de certificação ISO 14001.

## CAPITAL HUMANO

Atrair, desenvolver e reter talento é um dos principais objetivos da estratégia de Recursos Humanos da EDPR. Os nossos recursos humanos são um ativo muito importante e, como empregador responsável, a EDPR pretende oferecer-lhes empregos de qualidade que permitam um bom equilíbrio com a vida pessoal, aumentando a retenção dos colaboradores.

Apesar do ambiente macroeconómico difícil, a nossa base de colaboradores aumentou três por cento relativamente ao ano passado, alcançando 890 colaboradores. Os novos colaboradores têm a oportunidade de fazer parte de uma empresa com uma forte cultura de trabalho, que valoriza o trabalho em equipa num ambiente diversificado e representado por 24 nacionalidades.

Procuramos oferecer a todos os nossos colaboradores oportunidades de desenvolvimento profissional, assumindo novas funções e contribuindo para alcançar os objetivos comuns. Os nossos colaboradores estão distribuídos geograficamente da seguinte forma: 24% trabalham na EDPR Holding, 44% na Plataforma Europeia, 29% na Plataforma norte-americana e de 2% no Brasil. Todos são encorajados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica para que possam assumir mais responsabilidades.

## ATRAIR E COMPROMETER

## CONTRATAÇÃO

De acordo com a estratégia de recrutamento, a EDPR está empenhada em contratar as melhores pessoas e identifica potenciais colaboradores entre os alunos das melhores universidades e escolas de negócios. Temos realizado várias iniciativas para divulgar a nossa imagem como empregadores através da participação em diferentes fóruns de emprego e fazendo apresentações em universidades de topo. A EDPR oferece um programa

de estágios que visa dar experiência de trabalho a jovens profissionais e identificar colaboradores com potencial de crescimento que possam contribuir para o desenvolvimento futuro do negócio.

A EDPR contrata pessoas com talento, entusiastas pelo setor e que partilham a nossa visão e propósito. Ao contratar novos colaboradores, a empresa considera não só as capacidades específicas para uma determinada posição, mas também as competências comportamentais, que são a base da cultura organizacional. Sendo uma empresa dedicada à sustentabilidade, a EDPR pretende combinar objetivos de carreira com os valores da empresa.

- Ambiente orientado para o trabalho em equipa: A EDPR promove um ambiente baseado do desenvolvimento de equipas.
- Desenvolvimento da carreira: A EDPR reconhece a importância do desenvolvimento da carreira e ajuda os colaboradores a adquirirem conhecimentos e a dominarem o negócio das energias renováveis. A Empresa reconhece e recompensa os colaboradores pela sua inovação, trabalho e desempenho.
- Diversidade: A EDPR tem uma equipa diversificada, com colaboradores de uma grande variedade de origens e culturas.
- Sustentabilidade: A EDPR tem como objetivo incentivar a responsabilidade ambiental, económica e social dos seus colaboradores.

Na EDPR, contratamos os melhores talentos, garantindo um processo de seleção não discriminatório. Esta afirmação é confirmada pelo Código de Ética, que contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura da diversidade da empresa.

Em 2013, a EDPR contratou 91 colaboradores, 32% dos quais são mulheres. Adicionalmente, a EDPR ofereceu 87 estágios de longo prazo e 18 estágios de verão.

## INTEGRAÇÃO

A EDPR tem uma forte cultura empresarial, sendo que a mesma deverá ser assimilada e adotada pelos colaboradores no seu dia-a-dia. Para incentivar que tal aconteça, os novos colaboradores participam numa série de *workshops* e atividades de consolidação de equipas, destinadas a promover a integração e uma melhor compreensão da empresa.

O *Welcome Day*, um evento de três dias para dar as boas vindas aos novos colaboradores, permite-lhes obter conhecimentos básicos sobre a empresa, o nosso negócio e, dependendo do perfil do colaborador, uma visita a um dos parques eólicos ou centro de despacho de controlo remoto. Em 2013, a EDPR introduziu uma nova ferramenta de integração denominada "Induction Plan". Os novos colaboradores passam alguns dias na sede da empresa e são orientados por colegas de diferentes áreas para aprenderem os aspetos fundamentais do seu trabalho e entenderem melhor o seu trabalho e a forma como ele contribui para a missão da EDPR.

## BENEFÍCIOS E EQUILÍBRIO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

### BENEFÍCIOS

A EDPR está empenhada em proporcionar uma oferta de remuneração e benefícios competitivos para reconhecer o trabalho e o talento dos nossos colaboradores. A nossa política de remuneração responde às necessidades de cada mercado local, com flexibilidade suficiente para se adaptar às especificidades de cada região. Para além de uma remuneração fixa de base, há uma componente variável que depende da avaliação de desempenho medida em relação ao desempenho da empresa, da área e dos principais indicadores de desempenho individuais.

A remuneração com base no desempenho é uma ferramenta importante para promover um maior enfoque dos nossos colaboradores, não só nos objetivos da empresa, mas também nos seus objetivos pessoais e da sua equipa. Para ser competitiva no mercado e recrutar as pessoas com mais talento, a EDPR analisa a sua proposta e compara-se com os mercados locais, para poder oferecer os pacotes de benefícios mais atrativos. Por exemplo, em 2013, a EDPR alargou a cobertura dos seus seguros de vida e acidentes a 100% dos seus colaboradores.

### EQUILÍBRIO ENTRE A VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

Na EDPR compreendemos a importância de manter um equilíbrio entre trabalho e compromissos pessoais. Este entendimento levou a um aumento da satisfação dos colaboradores e, ao mesmo tempo, aumentou a sua produtividade e o seu estado de espírito.

A EDPR tem programas de equilíbrio trabalho-vida pessoal e procura melhorar constantemente e proporcionar aos colaboradores os benefícios mais adequados. Muitas vezes, alguns benefícios específicos só são aplicáveis a determinados países em que a EDPR está presente. Como exemplo da normalização dos principais benefícios em todos os países, os colaboradores da EDPR nos EUA podem agora desfrutar da licença de maternidade alargada, que já é prática comum na Europa.

Desde 2011, as práticas da EDPR têm sido reconhecidas com a Certificação "Empresa Familiarmente Responsável" pela Fundação MásFamilia, em Espanha. Esta certificação reflete o compromisso da EDPR em promover um equilíbrio saudável entre trabalho e vida pessoal dos seus colaboradores. A Empresa destacou-se pela sua eficácia em termos de flexibilidade de horários de trabalho, apoio familiar, igualdade de oportunidades e da sua ambiciosa política de melhoria contínua.

A EDPR não se limita a apenas contribuir com benefícios para a comunidade através da construção de novos parques eólicos e centrais solares. Os colaboradores são também incentivados a participar ativamente nas suas comunidades e a serem sensíveis e conscientes das necessidades emergentes através de muitas iniciativas de voluntariado patrocinadas pelo Programa de Voluntariado da EDPR. Os colaboradores podem escolher entre várias campanhas para contribuir financeiramente ou participarem diretamente em oportunidades de voluntariado realizadas durante o horário de trabalho ou ao fim-de-semana. Por exemplo, durante as férias de Natal, foi iniciada uma campanha em parceria com uma ONG para angariar fundos para uma iniciativa social na América do Sul.

## DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO

€1.4 MM INVESTIDOS EM FORMAÇÃO

33 HORAS DE FORMAÇÃO POR EMPREGADO

€1,541 DE CUSTOS EM FORMAÇÃO POR EMPREGADO

### AValiação DO POTENCIAL

A avaliação do potencial dos nossos colaboradores com talento é uma ferramenta fundamental na gestão de pessoas. O objetivo da Avaliação anual de Potencial é o de preparar os colaboradores para atingirem o seu melhor potencial de desenvolvimento com base num conjunto de capacidades estratégicas. Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas. O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e baseia-se num modelo de avaliação de 360 graus, que considera o *feedback* do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

### PLANO DE FORMAÇÃO

Todos os anos é criado um Plano de Formação personalizado com base nos resultados da avaliação do potencial de desempenho. Este plano inclui a gestão da formação no âmbito da Empresa, em estreita articulação com a estratégia de negócios. Ao definirmos a nossa estratégia para o futuro, procuramos alinhar as necessidades atuais e futuras da organização com as capacidades dos colaboradores, apoiando, simultaneamente, as suas expectativas de desenvolvimento profissional e assegurando a sua melhoria contínua. A EDPR está empenhada em oferecer um plano de carreira atrativo aos seus colaboradores, bem como oportunidades de desenvolvimento académico e de formação.

#### Métricas de formação

	2013	2012	(%)
Número de horas de formação (#)	29.298	17.324	69%
Número de assistências (#)	2.563	2.436	5%
Colaboradores que freq. formação (%)	838	n.a.	-

NOTA 1: 2012 não inclui Portugal nem Brasil. Formações em Portugal e Brasil em 2013 totalizaram 1.556 horas e envolveram 121 colaboradores, e 796 horas e 38 colaboradores, em 2013 e 2012 respectivamente.

NOTA 2: Inclui cursos de línguas. Em 2013, os cursos de línguas totalizaram 6.754 horas, enquanto em 2012 totalizaram 2.713 horas.

Em 2013, o número de horas de formação aumentou para 29.298, representando 33 horas de formação por colaborador. Quase 95% dos nossos colaboradores frequentou ações de formação em 2013, sendo a formação interna foi responsável por 10.993 horas.

Promover o talento interno é uma escolha estratégica para garantir a evolução da EDPR a longo prazo. Reconhecendo que os futuros líderes da EDPR podem encontrar-se entre o conjunto existente de colaboradores com talento, é fundamental a existência de um programa de formação específico (HIPO) para desenvolver as competências dos colaboradores de alto potencial. Em 2013, a EDPR lançou um programa de formação inovador para os colaboradores incluídos no programa HIPO, com o objetivo é de melhorar o desenvolvimento profissional e as capacidades sociais através de sessões individuais de *coaching/mentoring* com um gestor sénior.

## ESCOLA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS

Em 2013, a Escola de Energias Renováveis ganhou relevo como ferramenta que visa partilhar o conhecimento interno e fomentar oportunidades de *networking*. A Escola é uma plataforma de partilha de conhecimento e intercâmbio das melhores práticas em toda a empresa tendo sido incumbida de elaborar o programa principal definido pelo Roteiro de Formação dos colaboradores da EDPR.

O objetivo da formação na Universidade EDP é o de familiarizar os colaboradores com o negócio central da empresa e ampliar os seus horizontes, proporcionando-lhes uma visão geral dos desafios estratégicos da empresa.

Em 2013, a Escola de Energias Renováveis realizou 34 sessões de formação em toda a Europa e nos EUA, o que representa 7.444 horas e um total de 761 formandos. Durante este período, a Escola contou com a colaboração de 67 especialistas internos e implementou com sucesso a estratégia de chegar aos escritórios locais da EDPR, organizando cursos em 8 locais diferentes.



## PROMOÇÕES E MOBILIDADE

Todos os nossos colaboradores estão abrangidos pelo sistema de avaliação de desempenho que recolhe informações de diversas fontes para avaliando o desempenho dos colaboradores.

No contexto da promoção do crescimento dos colaboradores através da diversidade de experiências, a EDPR incentiva a mobilidade profissional. Para apoiar a estratégia de crescimento global da Empresa, a mobilidade é de extrema importância e uma ferramenta poderosa para partilhar a cultura da EDPR e as melhores práticas com novos mercados em que a EDPR pretende entrar.

Em 2013, 41 colaboradores estavam em mobilidade funcional ou geográfica e, incluindo 10 novos expatriados durante o ano, a EDPR conta com um total de 25 expatriados.

## COMUNICAÇÃO

Na EDPR, é importante ter linhas de comunicação abertas com os colaboradores. Foram implementadas várias medidas para reunir e analisar opiniões e sugestões. O CEO da EDPR está interessado em interagir com os colaboradores e irá realizar regularmente reuniões organizadas com um pequeno grupo de colaboradores para discutir questões importantes num fórum aberto. O *feedback* contínuo entre áreas, através de diversos meios, é importante para eliminar barreiras e incentivar o trabalho em equipa, de forma contínua e mais eficiente.

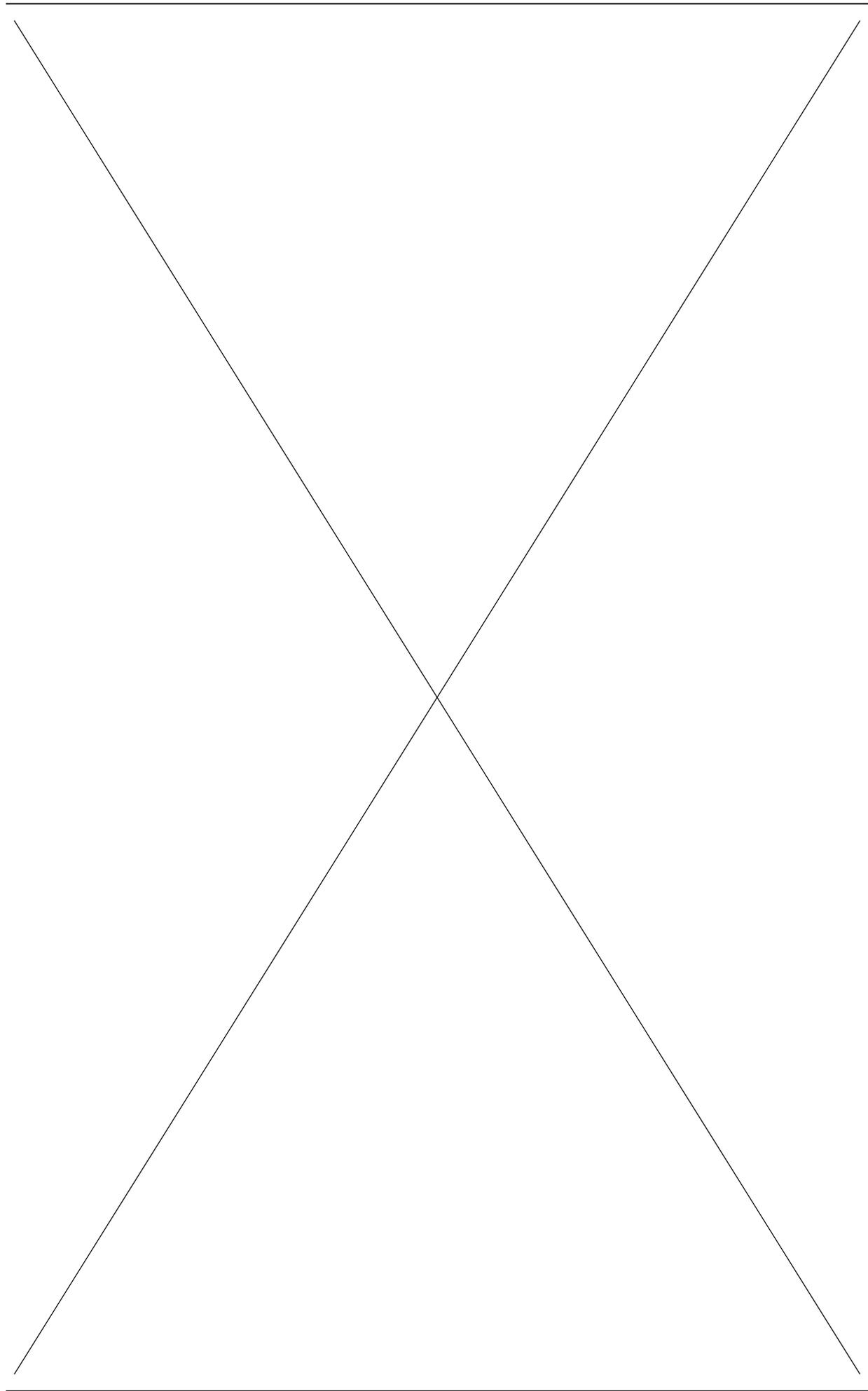
Com base no *feedback* dos nossos colaboradores, organizámos, ao longo de 2013, algumas reuniões entre os nossos colaboradores e o CEO. Durante essas reuniões, os colaboradores têm a oportunidade de partilhar o seu ponto de vista do negócio, aprender sobre a estratégia da empresa e sobre a forma como isso interage com as suas tarefas do dia-a-dia. Esta é uma excelente oportunidade para os colaboradores compreenderem melhor o seu impacto no negócio. Em Espanha, 53% dos nossos colaboradores já teve a oportunidade de conhecer o CEO. Esta iniciativa já teve início noutras áreas geográficas. O *feedback* recebido dos nossos colaboradores é muito positivo.

Para além de abrir canais de comunicação entre colaboradores, são realizados, a cada dois anos, inquéritos à satisfação para recolher opiniões e compreender a motivação e o nível de satisfação dos colaboradores. A taxa de participação no inquérito deste ano atingiu 95%, com um índice de satisfação de 77%.

Adicionalmente, a EDPR continua entre as 50 melhores empresas para se trabalhar nos Rankings GPTW em Espanha, Reino Unido e Polónia.

A capacidade da EDPR para atrair, desenvolver e reter talentos é uma prova do seu compromisso com a excelência em todas as áreas. Este compromisso tem sido reconhecido pelos rankings Great Place to Work, onde a EDPR continua entre as 50 melhores empresas para se trabalhar. Uma força de trabalho motivada e alinhada com a estratégia da Empresa é uma das principais razões para a nossa capacidade de apresentar resultados em 2013.





# 04

## DESEMPENHO FINANCEIRO

---

Demonstração de Resultados	56
Balanço	57
Demonstração dos Fluxos de Caixa	58
Dívida Financeira	59
Europa	60
EUA	61
Brasil	62





> ESPANHA  
PLAZA MAYOR  
Coordenadas:  
40° 24' 56" N 3° 42' 26" W  
Hora do dia: 14H

## 4. DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITAS AUMENTARAM 6% PARA 1,4 MIL MILHÕES DE EUROS

Em 2013, a EDPR registou mais um ano de notável desempenho financeiro, com as Receitas a aumentar para 1.356 milhões de euros, impulsionadas principalmente pelo aumento em 8% na produção de energia. O preço médio de venda da EDPR diminuiu 2% devido ao menor preço médio de venda na Europa, contudo, essa diminuição foi em parte contrariada pelo aumento do preço médio de venda nos EUA e no Brasil juntamente com uma maior proporção de produção na Europa.

EBITDA DE 947 MILHÕES DE EUROS

O EBITDA aumentou 1% para 947 milhões de euros, representando 70% da margem EBITDA. Esta métrica aumentou apesar do impacto cumulativo negativo de 71 milhões de euros, relacionado com as alterações regulatórias em Espanha durante 2013, incluindo o ajustamento de 17 milhões de euros nas vendas, relativo enquadramento regulatório para as energias renováveis (RDL 9/2013) anunciado em Julho de 2013 e pendente de legislação secundária.

RESULTADO LÍQUIDO AUMENTOU 7% PARA 135 MILHÕES DE EUROS

O contínuo crescimento do Resultado Líquido reforça a capacidade da EDPR de transformar fortes métricas operacionais em métricas financeiras de excelência.

ROBUSTO FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa operacional aumentou 5% para 700 milhões de euros, tendo mais que superado o Capex do período.

Em 2013, a EDPR concluiu a venda de uma participação minoritária em parques eólicos em Portugal à CTG, e executou a venda de uma participação minoritária relativa a ativos nos EUA à Fiera Axium, totalizando 402 milhões de euros. Em Outubro de 2013, a EDPR concretizou uma transação rotação de ativos adicional com a Axpo Group relativa a um portfólio de parques eólicos em França. A conclusão da transação ocorreu durante o primeiro trimestre de 2014.

O Capex totalizou 627 milhões de euros reflectindo o aumento da capacidade durante o período e os trabalhos efetuados nos parques em fase de construção. Adicionalmente, foi recebido um *cash grant* nos EUA no total de 120 milhões de euros. O fluxo de caixa robusto, da execução da estratégia de rotação de ativos e o constante controlo da despesa, resultou num decréscimo da Dívida Líquida em 23 milhões de euros.

BALANÇO SÓLIDO

A execução da estratégia de rotação de ativos teve como primeiro impacto o aumento do total do capital próprio em 340 milhões de euros totalizando os 6,1 mil milhões de euros.

O Passivo total diminuiu 531 milhões de euros para 7,0 mil milhões de euros. Este decréscimo deveu-se principalmente à redução da Dívida Financeira e à diminuição da rubrica de credores e outros passivos.

O total de activos de 13,1 mil milhões de euros é inferior ao ano anterior em 190 milhões de euros, devido essencialmente à depreciação do Dollar americano.

### DESTAQUES FINANCEIROS

€M	2013	2012	Δ%/€
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
Receitas	1.356	1.285	+6%
EBITDA	947	938	+1%
Resultado Líquido <sup>(1)</sup>	135	126	+7%
<b>FLUXO DE CAIXA</b>			
Fluxo de Caixa Operacional	700	666	+5%
Capex	627	612	+2%
<b>BALANÇO</b>			
Ativos	13.112	13.302	(190)
Capital Próprio	6.089	5.749	+341
Passivo	7.022	7.553	(531)
<b>PASSIVO</b>			
Dívida Líquida	3.283	3.305	(23)
Passivos com Investidores Institucionais	836	942	(106)

(1) atribuídos aos acionistas da EDPR

## 4.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

## SÓLIDO DESEMPENHO FINANCEIRO

A EDPR continuou a ter um sólido desempenho operacional, que se traduziu no aumento das Receitas em 6% para 1,4 mil milhões de euros.

Em 2013 a EDPR manteve o enfoque na geração de receitas, controlo de custos e eficiência operacional. Os custos operacionais – definido como custos operacionais excluindo proveitos operacionais – aumentou 10% para 451 milhões de euros. Este aumento deveu-se, principalmente, ao imposto de 7% sobre as vendas de eletricidade introduzido em Espanha durante este ano, repercutindo-se negativamente nos resultados no montante de 32 milhões de euros. Numa base unitária por MW, o rácio é superior versus 2012, contudo, excluindo o efeito do imposto em Espanha e dos abates do período, o Opex por MW diminuiu 2% evidenciando um forte controlo sobre os custos.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

€M	2013	2012	Δ %/€
<b>Receitas</b>	<b>1.356</b>	<b>1.285</b>	<b>+6%</b>
Outros proveitos operacionais	42	63	(34%)
Fornecimentos e serviços externos	(263)	(262)	+0%
Custos com pessoal	(67)	(63)	+6%
Outros custos operacionais	(121)	(86)	+41%
<b>Custos operacionais (líquidos)</b>	<b>(409)</b>	<b>(348)</b>	<b>+18%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>947</b>	<b>938</b>	<b>+1%</b>
EBITDA/Receitas	70%	73%	(3pp)
Provisões	(1)	0	-
Depreciações e Amortizações	(491)	(503)	(2%)
Amortização do proveito diferido (subsídios governamentais)	18	15	+21%
<b>EBIT</b>	<b>473</b>	<b>450</b>	<b>+5%</b>
Ganhos/(perdas) na alienação de ativos financeiros	(0)	3	-
Resultados financeiros	(263)	(278)	(5%)
Ganhos/(perdas) em associadas	16	7	+133%
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>226</b>	<b>182</b>	<b>+24%</b>
IRC e impostos diferidos	(57)	(46)	+23%
Resultado líquido do exercício	169	136	+24%
<b>Resultado líquido (Acionistas da EDPR)</b>	<b>135</b>	<b>126</b>	<b>+7%</b>
Interesses minoritários	34	10	+248%

Outros proveitos operacionais totalizaram 42 milhões de euros em 2013, explicados em parte pela reestruturação dos volumes contratados de um CAE de longo prazo nos EUA, no início de 2013. A diminuição face ao ano passado deve-se principalmente aos 32 milhões de euros relativos à reavaliação de ativos em 2012.

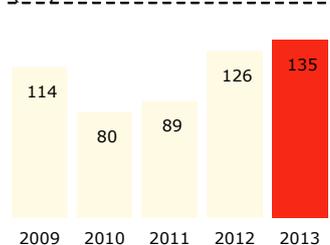
Apesar dos impactos negativos derivados das alterações regulatórias em Espanha, o EBITDA aumentou 1% para 947 milhões de euros, dadas as métricas operacionais de excelência e um forte controlo sobre os custos, reflectindo uma margem EBITDA de 70%.

O EBIT aumentou 5% para 473 milhões de euros, espelhando a diminuição em 2% das depreciações e amortizações, incluindo imparidades. Em 2013, o EBIT foi negativamente impactado em 20 milhões de euros por imparidades, dos quais 9 milhões de euros relacionados com Espanha e registados no quarto trimestre de 2013.

Ao nível dos resultados financeiros, estes diminuíram 5%, dado o menor juro financeiro líquido, que reflete uma dívida líquida média inferior e um estável custo da dívida, em 5.2%. Os custos com Parcerias com Investidores Institucionais caíram 9%, enquanto a desvalorização do Zloty e do Leu afetaram negativamente na rubrica de diferenças e derivados cambiais. Ganhos em associadas aumentaram em 9 milhões de euros para 16 milhões de euros devido, principalmente, aos notórios resultados da ENEOP.

O resultado antes de imposto aumentou 24% para 226 milhões de euros resultando de um imposto sobre o rendimento de 57 milhões de euros, equivalente a uma taxa de imposto efectiva de 25%. Os interesses minoritários totalizaram 34 milhões de euros, um aumento de 24 milhões de euros no seguimento da estratégia de rotação de ativos com a venda de participações minoritárias de parques eólicos em operação.

## RESULTADO LÍQUIDO (€M)



Em suma, o resultado líquido aumentou 7% para 135 milhões de euros. Quando ajustado pelos eventos não recorrentes de 2012 e 2013 com impacto nos proveitos de exploração, diferenças cambiais, ganhos de capital e reavaliação fiscal, o resultado líquido ajustado aumentou para 145 milhões de euros, um aumento de 8%.

## 4.2. BALANÇO

## CAPITAL PRÓPRIO AUMENTA EM 340 MILHÕES DE EUROS

O Capital Próprio de 6,1 mil milhões de euros aumentou em 340 milhões de euros em 2013, com 93 milhões de euros atribuíveis a interesses minoritários. O aumento em 247 milhões de euros no Capital Próprio atribuível aos accionistas da EDPR é consequência dos 135 milhões de euros de Resultado Líquido do exercício, reduzido em 35 milhões de euros pela distribuição dos dividendos ocorrida no ano, bem como da venda de interesses minoritários que contribuíram 147 milhões de euros.

Enquanto o Capital Próprio aumentou, o Passivo total diminuiu 7% para 531 milhões de euros, principalmente a dívida financeira (-182 milhões de euros) e a rubrica de credores e outros passivos (-185 milhões de euros).

Com um Passivo total de 7,0 mil milhões de euros, o rácio Dívida/Passivo da EDPR fechou em 1,2x no final de 2013, uma diminuição face a 2012 (1,3x). Em 2013, o Passivo era composto maioritariamente por Dívida financeira (53%), Passivo relativo a parcerias com investidores institucionais nos EUA (12%), e credores e outros passivos (20%).

O Passivo com investidores institucionais nos EUA ficou nos 836 milhões de euros (-106 milhões de euros ou -11% desde o final do último ano). Os Projeitos diferidos de investidores institucionais representam o passivo não económico relacionado com os créditos fiscais de que o investidor institucional já beneficiou e que serão inscritos nas contas de resultados, distribuídas ao longo da vida útil dos respetivos parques eólicos.

O passivo por impostos diferidos é um reflexo fundamentalmente dos efeitos fiscais derivado das diferenças temporárias entre ativos e passivos numa base contabilística e numa base fiscal. Por outro lado, os valores a pagar aos credores incluem fornecedores de ativos fixos, proveitos diferidos com subsídios ao investimento recebidos e instrumentos financeiros derivados.

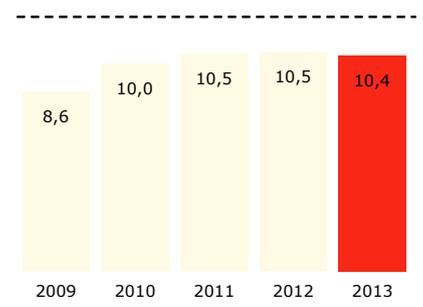
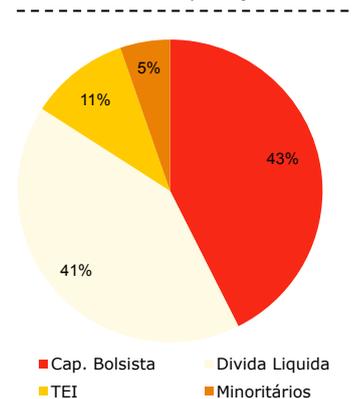
O total de Ativos em 2013 ascendia a 13,1 mil milhões de euros, e o rácio de autonomia financeira da EDPR atingiu os 46%, face aos 43% em 2012, demonstrando o processo contínuo de desalavancagem da empresa. Em 2013, 79% dos ativos são ativos fixos tangíveis, reflectindo o capital líquido investido acumulado em ativos de energia renovável.

Os Activos fixos tangíveis somaram 10,4 mil milhões de euros como resultado das adições de capacidade durante 2013, no montante de 584 milhões de euros, e reduzido em 505 milhões de euros pelas depreciações, perdas por imparidade e abates, e adicionalmente 260 milhões de euros devido aos efeitos cambiais, principalmente resultantes da depreciação do Dólar americano.

Os Activos líquidos intangíveis incluem 1,3 mil milhões de euros provenientes de *goodwill*, sendo a maioria relacionado com aquisições nos EUA e Espanha, enquanto as contas a receber de devedores estão relacionadas fundamentalmente com empréstimos concedidos a entidades relacionadas, garantias, depósitos caucionados e impostos a receber.

BALANÇO €M	2013	2012
<b>Ativos (€M)</b>		
Ativos fixos tangíveis (líquido)	10.359	10.537
Ativos intangíveis & goodwill (líquido)	1.346	1.327
Investimentos financeiros (líquido)	72	57
Impostos diferidos activos	111	89
Inventários	15	16
Clientes (líquido)	207	180
Outros devedores (líquido)	656	800
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	0	0
Depósitos colaterais	80	49
Caixa e equivalentes	265	246
<b>Total do Ativo</b>	<b>13.112</b>	<b>13.302</b>
<b>Capital Próprio (€M)</b>		
Capital + prémios de emissão	4.914	4.914
Resultados e outras reservas	623	384
Resultado líquido atribuível aos accionistas EDPR	135	126
Interesses não controláveis	418	325
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>6.089</b>	<b>5.749</b>
<b>Passivo (€M)</b>		
Dívida financeira	3.692	3.874
Passivo com investidores institucionais	836	942
Provisões para riscos e encargos	68	64
Impostos diferidos passivos	383	381
Projeitos diferidos de investidores institucionais	672	738
Credores e outros passivos (líquido)	1.370	1.555
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.022</b>	<b>7.553</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>	<b>13.112</b>	<b>13.302</b>

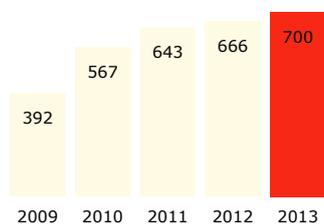
## ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (€MM)

VALOR DA EMPRESA (%)  
Dez-13: €3.86 por ação

## 4.3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

## AUMENTO DO FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL (€M)

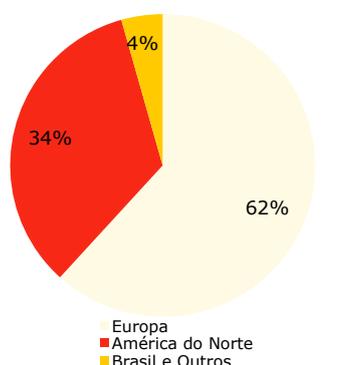


Em 2013, os fluxos de operacionais de caixa atingiram os 700 milhões de euros, um aumento em 5% face ao ano anterior. A EDPR continua a beneficiar de uma forte capacidade de geração de fluxos de caixa dos seus activos em operação.

Os factores chave que justificam a evolução dos fluxos de caixa durante 2013 são os seguintes:

- Os fundos Gerados pelas Operações, resultando do EBITDA após juros da dívida, ganhos em associados e impostos, aumentaram para 671 milhões de euros;
- O Fluxo de Caixa Operacional, ajustado por juros financeiros líquidos, componentes não caixa (nomeadamente receitas de parcerias institucionais nos EUA) e líquido de variações de fundo de maneiio, totalizou 700 milhões de euros.
- Investimento Operacional com projectos em fase de construção e desenvolvimento totalizou 627 milhões de euros. Na Europa o investimento operacional somou 387 milhões de euros, direccionado principalmente para projectos na Polónia e na Roménia, enquanto 212 milhões de euros foram investidos na América do Norte. Uma grande parte do investimento nos EUA ocorreu durante o quarto trimestre de forma a qualificar projectos para o programa de incentivos fiscais (PTCs). Outras actividades de investimento líquido somaram 136 milhões de euros, reflectindo essencialmente o pagamento de Capex relativo ao período anterior, e líquido dos 120 milhões de dólares relativos ao *cash grant* recebido relacionado com o parque eólico Marble River instalado em 2012 nos EUA.
- Como parte do programa de rotação de activos, a EDPR concluiu a venda de interesses não controláveis e empréstimos a accionistas num total de 402 milhões de euros.
- O total de dividendos e distribuições de capital somaram 76 milhões de euros, que incluem 35 milhões de euros pagos aos accionistas da EDPR.
- Diferenças cambiais e outros tiveram um efeito negativo, aumentando a Dívida Líquida em 20 milhões de euros.

CAPEX POR PLATAFORMA (%)



58

NEVERENDING ENERGY

FLUXO DE CAIXA  
€M

	2013	2012	Δ %/€
<b>EBITDA</b>	<b>947</b>	<b>938</b>	<b>+1%</b>
Imposto corrente	(93)	(85)	+9%
Juros financeiros líquidos	(200)	(205)	(3%)
Ganhos em associadas	16	7	+121%
<b>FFO (Funds From Operations)</b>	<b>671</b>	<b>655</b>	<b>+2%</b>
Juros financeiros líquidos	200	205	(3%)
Ganhos em associadas	(16)	(7)	+121%
Outros ajustamentos e variações não financeiras	(112)	(120)	(7%)
Variações de fundo de maneiio	(42)	(66)	(36%)
<b>Fluxo de Caixa Operacional</b>	<b>700</b>	<b>666</b>	<b>+5%</b>
Investimentos operacionais	(627)	(612)	+2%
Investimentos (financeiros)/desinvestimentos	(47)	(22)	+110%
Variação de fundo de maneiio de fornecedores de imobilizado	(180)	2	-
<i>Cash grant</i>	91	5	-
<b>Net Operating Cash-Flow</b>	<b>(63)</b>	<b>39</b>	<b>-</b>
Venda de interesses minoritários e empréstimos accionistas	402	176	+129%
Recebimentos (pagamentos) com parcerias com invest. instit.	(36)	(15)	+135%
Juros financeiros líquidos (após capitalizações)	(184)	(189)	(3%)
Dividendos (pagos)/recebidos	(76)	(5)	-
Diferenças cambiais e outros	(20)	27	-
<b>Redução / (Aumento) de dívida líquida</b>	<b>23</b>	<b>33</b>	<b>(30%)</b>

## DÍVIDA LÍQUIDA DIMINUI EM 23 MILHÕES DE EUROS

Em suma, a Dívida Líquida diminuiu versus 2012 e manteve-se em 3.283 milhões de euros no final do ano de 2013. Em linha com o modelo de negócio auto-financiado e focado em excelência operacional, a EDPR continuará a beneficiar da sólida capacidade de geração dos fluxos de caixa dos seus activos em operação.

## 4.4. DÍVIDA FINANCEIRA

## DÍVIDA ESTÁVEL E DE LONGO PRAZO

A dívida financeira total da EDPR diminuiu em 213 milhões de euros para 3,6 mil milhões de euros. Os empréstimos do Grupo EDP representaram 76% da dívida, enquanto a dívida contraída junto de instituições financeiras, a maioria relacionada com iniciativas de *project finance*, representou os restantes 24%. Para continuar a diversificar as suas fontes de financiamento, a EDPR continua a executar projetos de qualidade possibilitando financiamentos locais a preços competitivos para os seus projectos. Em 2013, a EDPR executou duas transacções de *project finance* num total de 112 milhões de euros, relativos a 130 MW de capacidade instalada na Polónia.

Em Dezembro de 2013, 59% da dívida financeira da EDPR estava denominada em euros, enquanto 35% estava denominada em dólares americanos, em função dos investimentos da EDPR nos EUA. Os restantes 6% estão relacionados com dívida em Zlotys Polaco e em Real Brasileiro.

A dívida da EDPR tem um perfil de longo prazo em que 82% da dívida financeira tem prazos de maturidade posteriores a 2018. A EDPR segue uma estratégia de financiamento a longo prazo com taxas fixas, alinhando o perfil de fluxo de caixa operacional com os compromissos financeiros.

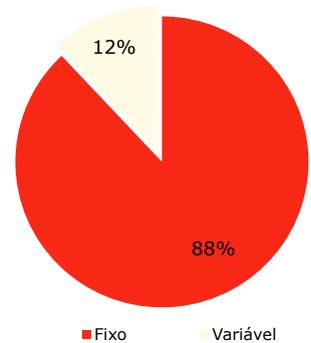
Não obstante do perfil da dívida de longo prazo, a estabilidade na taxa de juro média é uma prioridade para o controlo dos custos. 88% da dívida da EDPR está financiada com base num perfil de taxa fixa e a taxa de juro média manteve-se estável em 5,2%.

## PARCERIAS INSTITUCIONAIS

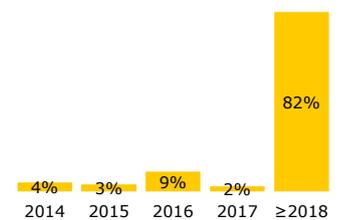
O Passivo denominado em parcerias institucionais foi reduzido em 106 milhões de euros para 836 milhões de euros, principalmente devido a benefícios fiscais capturados pelos parceiros institucionais durante o período e à depreciação do dólar americano.

DÍVIDA LÍQUIDA €M	2013	2012	Δ €
Dívida Financeira Nominal + Juros a liquidar	3.692	3.874	(182)
Depósitos colaterais associados com dívida	(80)	(49)	(31)
<b>Dívida Financeira Total</b>	<b>3.612</b>	<b>3.825</b>	<b>(213)</b>
Caixa e equivalentes	265	246	19
Empréstimos a empresas associadas e cash pooling	64	274	(210)
Activos financeiros detidos para negociação	0	0	(0)
<b>Caixa e Equivalentes</b>	<b>329</b>	<b>520</b>	<b>(191)</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.283</b>	<b>3.305</b>	<b>(23)</b>

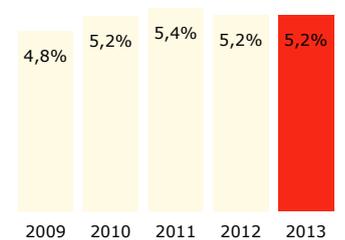
PERFIL DA DÍVIDA POR TIPO DE JURO (%)



PERFIL DE MATURIDADE DA DÍVIDA (%)

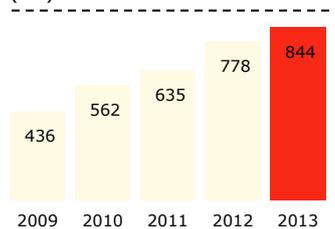


CUSTO DA DÍVIDA (%)



## 4.5. EUROPA

## RECEITAS

RECEITAS NA EUROPA  
(€M)

Na Europa, a EDPR registou um crescimento anual de 9% nas receitas, atingindo os 844 milhões de euros. O contínuo crescimento do segmento "Resto da Europa" levou à maior contribuição deste nas receitas, representando 26% em 2013 versus 24% em 2012. Consequentemente, a contribuição de Espanha e Portugal reduziu-se para 55% e 19%, respectivamente.

A performance foi impulsionada pela maior produção que superou o efeito decrescente do preço médio de venda. O aumento na receita resultou do aumento da mesma no "Resto da Europa" (+34 milhões de euros), Espanha (+18 milhões de euros) e Portugal (+11 milhões de euros). O sólido recurso eólico do período definiu a tendência ascendente da receita em 123 milhões de euros, superando a evolução negativa do preço médio de venda com um impacto de 57 milhões de euros.

## PREÇO MÉDIO DE VENDA

PREÇO MÉDIO DE VENDA  
NA EUROPA (€/MWh)

O preço médio de venda na Europa diminuiu 6% para €89/MWh. Em Espanha o preço médio de venda foi impactado pelas alterações ao esquema remuneratório para activos renováveis, e no "Resto da Europa" pelo menor preço médio de venda na Roménia em consequência do menor preço dos certificados verdes devido à incerteza gerada pela aprovação do Emergency Government Ordinance 57/2013.

60

NEVERENDING ENERGY

## CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais líquidos totalizaram 236 milhões de euros devido ao crescimento em 30% nos custos operacionais e a diminuição dos outros proveitos operacionais. O aumento é explicado principalmente, pelo imposto de 7% nas vendas de electricidade introduzido em Espanha durante este ano, que teve um impacto negativo nos resultados de 32 milhões de euros. O Opex ajustado, excluindo a taxa de imposto de 7% em Espanha e os abatimentos do período, diminuiu 3% numa base MWh. Outros proveitos operacionais diminuíram em 34 milhões de euros devido, principalmente, a reavaliação de activos em 2012, no montante de 32 milhões de euros.

O EBITDA na Europa diminuiu 4% para 609 milhões de euros, registando uma margem EBITDA de 72%, enquanto o EBIT atingiu 359 milhões de euros.

## EU - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2013	2012	Δ %
€M			
<b>Receitas</b>	<b>844</b>	<b>778</b>	<b>+9%</b>
Outros proveitos operacionais	12	47	(74%)
Fornecimentos e serviços externos	(142)	(125)	+13%
Custos com pessoal	(26)	(25)	+4%
Outros custos operacionais	(80)	(41)	+96%
<b>Custos Operacionais (líquidos)</b>	<b>(236)</b>	<b>(144)</b>	<b>+64%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>609</b>	<b>633</b>	<b>(4%)</b>
EBITDA/Receitas	72%	81%	(9 pp)
Provisões	(0)	0	-
Amortizações	(251)	(260)	(3%)
Amortização do proveito diferido (subsídios governamentais)	1	1	(2%)
<b>EBIT</b>	<b>359</b>	<b>374</b>	<b>(4%)</b>

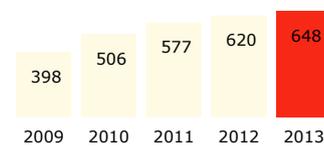
## 4.6. EUA

## RECEITAS

As receitas em 2013 aumentaram 4% para 648 milhões de dólares, suportadas por um aumento de 3% no preço médio de venda e um aumento de 2% na produção.

## PREÇO MÉDIO DE VENDA

O preço médio de venda para parques eólicos com CAE/Cobertura aumentou 2%, para \$53/MWh, em resultado do aumento gradual dos preços contratados e da contribuição dos novos acordos CAE/Cobertura. Os preços de venda para a produção exposta ao mercado grossista aumentaram 2% beneficiando da recuperação do preço grossista do gás.

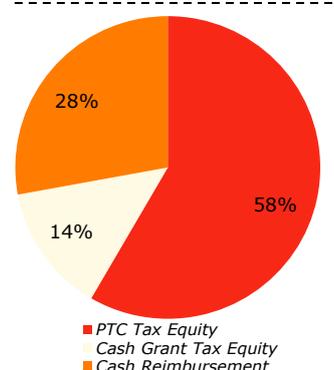
RECEITAS NOS EUA  
(US\$M)

## CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais líquidos diminuíram 7% para 198 milhões de dólares, dado o aumento da rubrica outros proveitos operacionais em 2013 versus 2012. O aumento dos outros proveitos operacionais refletiu os 18 milhões de dólares do impacto relativos à reestruturação dos volumes contratados num CAE de 200 MW. O rigoroso controlo sobre os custos e os elevados níveis de eficiência culminaram na diminuição em 3% do Opex por MW.

## PARCERIAS INSTITUCIONAIS E SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

As receitas provenientes de acordos de parceria institucional somaram 166 milhões de dólares, em linha com a produção da capacidade sob o incentivo fiscal de PTC. Os projectos que optaram por subvenção ao investimento beneficiaram de amortizações reduzidas, assinalados como compensação de amortizações de activos subsidiados, totalizando 23 milhões de dólares.

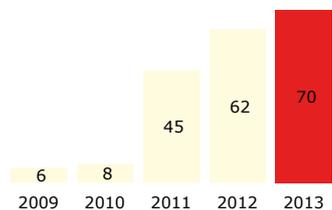
EUA - CAPACIDADE  
INSTALADA POR  
BENEFÍCIO FISCAL (%)

Em suma, o EBITDA aumentou 10% para 450 milhões de dólares, representando uma margem EBITDA de 69%.

US INCOME STATEMENT	2013	2012	Δ %
US\$M			
Vendas de electricidade e outros	482	457	+6%
Proveitos com parcerias com investidores institucionais	166	164	+2%
<b>Receitas</b>	<b>648</b>	<b>620</b>	<b>+4%</b>
Outros proveitos operacionais	41	25	+62%
Fornecimentos e serviços externos	(149)	(150)	(0%)
Custos com pessoal	(38)	(37)	+2%
Outros custos operacionais	(53)	(51)	+4%
<b>Custos Operacionais (líquidos)</b>	<b>(198)</b>	<b>(212)</b>	<b>(7%)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>450</b>	<b>408</b>	<b>+10%</b>
EBITDA/Receitas	69%	66%	+4 pp
Provisões	(2)	-	-
Amortizações	(303)	(300)	+1%
Amortização dos proveitos diferidos (subsídios governamentais)	23	18	+27%
<b>EBIT</b>	<b>169</b>	<b>126</b>	<b>+34%</b>

## 4.7. BRASIL

## RECEITAS

RECEITAS NO BRASIL  
(mill. R\$)

No Brasil, a EDPR atingiu receitas na ordem dos 70 milhões de reais, o que representa um aumento anual de 12%, acompanhando a evolução positiva do preço de venda.

Em 2013, o preço médio de venda da EDPR no Brasil aumentou 8% para R\$309/MWh, refletindo a actualização do preço nos contratos CAE de acordo com o ajustamento da inflação.

A capacidade instalada da EDPR no Brasil está inteiramente ao abrigo de programas de incentivo para o desenvolvimento de energias renováveis. Estes programas fornecem contratos de longo prazo para a venda de eletricidade produzida durante 20 anos, gerando fluxos de caixa estáveis e

visíveis durante toda a vida do projecto.

## CUSTOS E PROVEITOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais líquidos aumentaram durante o período devido a vários eventos não recorrentes na rubrica fornecimentos e serviços externos. Em suma, o EBITDA manteve-se estável em 41 milhões de reais, atingindo uma margem EBITDA de 59%.

## BRASIL - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	2013	2012	Δ %
\$RM			
<b>Receitas</b>	<b>70</b>	<b>62</b>	<b>+12%</b>
Outros proveitos operacionais	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	(22)	(15)	+45%
Custos com pessoal	(3)	(3)	+7%
Outros custos operacionais	(2)	(2)	+24%
<b>Custos Operacionais (líquidos)</b>	<b>(28)</b>	<b>(21)</b>	<b>+37%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>41</b>	<b>42</b>	<b>(0%)</b>
EBITDA/Receitas	59%	67%	(7 pp)
Provisões	(0)	-	-
Amortizações	(18)	(16)	+16%
Amortização dos proveitos diferidos (subsídios governamentais)	-	-	-
<b>EBIT</b>	<b>23</b>	<b>26</b>	<b>(11%)</b>

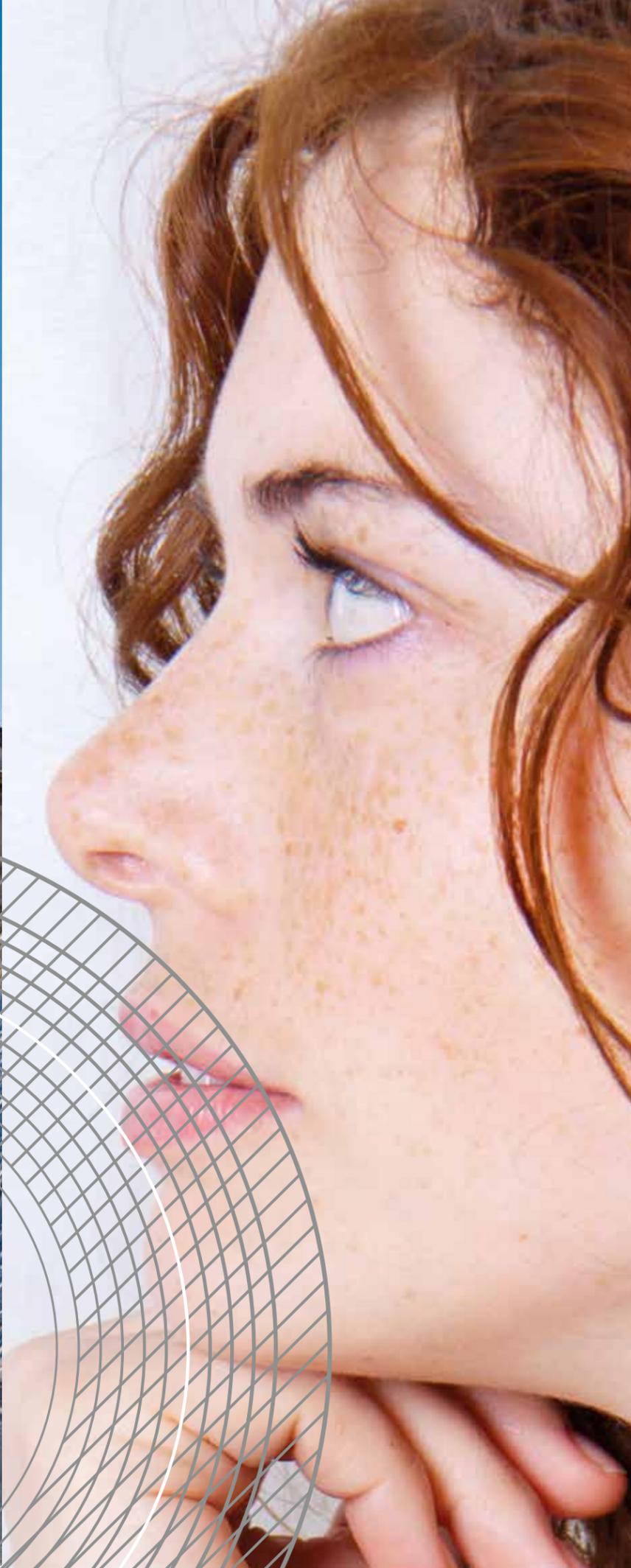
# 05

## RELATÓRIO GRI

---

Desempenho Económico	65
Desempenho Ambiental	67
Desempenho Social	72





> FRANÇA  
MUSEU DO LOUVRE  
Coordenadas:  
48° 51' 40" N 2° 20' 7" E  
Hora do dia: 15H

## 5. RELATÓRIO GRI

Este relatório de sustentabilidade responde aos indicadores das diretrizes G3.1 da Global Reporting Initiative e disponibiliza ainda informação sobre os indicadores supletivos do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis.

A EDPR não é uma empresa de serviços públicos tradicionais, porque o seu negócio principal tem por base a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis e não inclui a distribuição nem a comercialização de energia. Assim, pode haver exceções aos indicadores da GRI e seu Suplemento Sectorial da Energia Elétrica. Consideramos como nosso produto final a eletricidade produzida pelos nossos ativos de energia eólica. A EDPR está empenhada na melhoria progressiva da informação apresentada.

De acordo com as Diretrizes da GRI, este capítulo apresenta os indicadores de sustentabilidade para descrever o desempenho da Empresa em 2013 para cada um dos indicadores GRI aplicáveis. Esta secção inclui ainda referências a outros capítulos deste relatório integrado, para que possa ser usada como índice para localizar a abordagem de gestão da Empresa e a sua estratégia em relação a temas específicos. Está disponível em [www.edpr.com](http://www.edpr.com) um índice GRI completo.

### 5.1. DESEMPENHO ECONÓMICO

As energias renováveis têm uma forte influência nas comunidades locais. Os ativos são geralmente construídos em locais remotos, trazendo benefícios económicos positivos para as comunidades locais e contribuindo para o combate global contra as alterações climáticas.

 Informação adicional sobre a estratégia e desempenho económico está disponível na secção Operações Integradas da EDPR.

**EC1 - VALOR ECONÓMICO DIRETO GERADO E DISTRIBUÍDO, INCLUINDO RECEITAS, CUSTOS OPERACIONAIS, REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS, DOAÇÕES E OUTROS INVESTIMENTOS NA COMUNIDADE, LUCROS ACUMULADOS E PAGAMENTOS A FORNECEDORES DE CAPITAL E GOVERNOS.**

<b>Valor económico gerado e distribuído</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
€M		
Volume de negócios	1.249	1.182
Outros proveitos operacionais	167	190
Ganhos/(perdas) na venda de ativos financeiros	0	3
Ganhos/(perdas) em empresas associadas	16	7
Proveitos financeiros	108	74
<b>Valor Económico Gerado</b>	<b>1.540</b>	<b>1.457</b>
Custo das matérias-primas e materiais de consumo utilizados	18	24
Fornecimentos e serviços externos	263	262
Outros custos operacionais	121	86
Custos com o pessoal	67	63
Custos financeiros	372	352
Imposto sobre o rendimento	93	85
Dividendos	76	0
<b>Valor Económico Distribuído</b>	<b>1.010</b>	<b>872</b>
<b>Valor Económico Acumulado</b>	<b>530</b>	<b>584</b>

**EC2 - IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E OUTROS RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS ATIVIDADES DA ORGANIZAÇÃO, DEVIDO A MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**

O setor de energias não renováveis é responsável por mais de 40% de todas as emissões de CO<sub>2</sub> provenientes da queima de combustíveis fósseis e por cerca de 25% do total de emissões de gases com efeito de estufa. Promover a mudança dos combustíveis fósseis convencionais para as energias renováveis é uma das maneiras mais eficazes e viáveis de, a curto prazo, atenuar a mudança climática.

Os planos de crescimento da Empresa na área das energias renováveis puras representam um sólido compromisso para promover a utilização de fontes de energia verde. Adicionalmente, assumimos o compromisso de apoiar e utilizar as melhores tecnologias disponíveis, a fim de preservar os recursos naturais e reduzir a poluição.

 Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia está disponível na secção Por que investir em energias renováveis?

EC3 - COBERTURA DAS OBRIGAÇÕES DE PLANOS DE PENSÕES DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS QUE A ORGANIZAÇÃO OFERECE.

 Informação sobre obrigações de planos de pensões está disponível na Notas nºs 2 (secção Benefícios) e 10 do Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

EC4 – AJUDA FINANCEIRA SIGNIFICATIVA RECEBIDA DO GOVERNO.

 Informação sobre incentivos financeiros significativos recebidos do governo através de subsídios ao investimento, créditos fiscais à produção e outros benefícios fiscais nos EUA está disponível na rubricas 'Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA' e 'Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)' nas Demonstrações Financeiras Consolidadas com detalhes adicionais nas Notas nºs 7 e 12 do seu Anexo.

EC5 - VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DO SALÁRIO MAIS BAIXO COMPARADO AO SALÁRIO MÍNIMO LOCAL EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES.

Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	2013	2012
%		
Europe	247%	230%
North America	195%	195%
Brazil	430%	469%

Os valores apresentados na tabela anterior mostram o salário médio mais baixo em comparação com o salário mínimo local, para cada um dos países onde estamos presentes. Para proteger a privacidade dos salários dos colaboradores em países onde o nosso quadro de colaboradores é menor, não divulgamos as informações por país e sexo.

EC6 - POLÍTICAS, PRÁTICAS E PROPORÇÃO DE GASTOS COM FORNECEDORES LOCAIS EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES.

A energia eólica cria muitos postos de trabalho diretos e indiretos. Durante a construção dos nossos parques eólicos, a comunidade local beneficia do emprego temporário para a construção, que fornecem um impacto positivo na economia local, também através do consumo e do pagamento de impostos locais.

No entanto, a EDPR não possui uma política ou procedimento interno específico de preferência por fornecedores locais.

EC7 - PROCEDIMENTOS PARA CONTRATAÇÃO LOCAL E PROPORÇÃO DE MEMBROS DA GESTÃO DE TOPO RECRUTADOS NA COMUNIDADE LOCAL, EM UNIDADES OPERACIONAIS IMPORTANTES.

O nosso Código de Ética contém cláusulas específicas de não discriminação e igualdade de oportunidades, de acordo com a cultura de diversidade da empresa, o que se reflete nos nossos procedimentos de contratação através de um processo de seleção não discriminatório. Aspetos do potencial colaborador, como raça, género, orientação sexual, religião, estado civil, incapacidade, orientação política ou opiniões de outra natureza, origem étnica ou social, local de nascimento ou filiação sindical não são considerados.

Não existem procedimentos específicos que requeiram explicitamente recrutamento local. No entanto, uma grande percentagem dos nossos colaboradores são contratados no mesmo local onde a empresa opera.

% de contratações locais	Todos os colaboradores		Diretores	
	2013	2012	2013	2012
%				
Europe	84%	93%	50%	100%
North America	84%	91%	0%	50%
Brazil	100%	100%	n/a	n/a
Corporativo	56%	72%	n/a	n/a

n/a: não aplicável. Não foram contratados Diretores nessa plataforma

 Informação adicional sobre o processo de recrutamento da EDPR está disponível no capítulo Capital Humano, secção Atrair e Comprometer.

EC8 - DESENVOLVIMENTO E IMPACTO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURAS E SERVIÇOS OFERECIDOS, PRINCIPALMENTE PARA BENEFÍCIO PÚBLICO, POR MEIO DE UM COMPROMISSO COMERCIAL, EM ESPÉCIE OU SEM FINS LUCRATIVOS.

A energia eólica e a solar exigem investimentos em infraestruturas que beneficiam as comunidades vizinhas. Isto inclui o reforço das redes de distribuição de eletricidade e a reabilitação de estradas existentes ou mesmo a construção de novas estradas.

O investimento em estradas é necessário para o transporte de equipamento pesado (componentes de turbinas eólicas, transformadores de potência, etc.) para o local durante a construção. O sistema viário melhorado facilita as atividades de manutenção futuras após a conclusão das obras de construção, e melhora o acesso a locais remotos para as comunidades circundantes. Durante a operação dos nossos parques eólicos, estas estradas são mantidas e podem ser identificadas outras oportunidades para aumentar o impacto positivo na comunidade.

Além disso, a integração da nossa capacidade de produção pode também exigir atualizações nas redes de distribuição e transmissão pertencentes aos operadores do sistema. Essas atualizações permitem beneficiar indiretamente a qualidade do serviço oferecido nas áreas circundantes, minimizando interrupções no fornecimento de energia elétrica.

Em 2013, a EDPR investiu 7,4 milhões de euros no desenvolvimento destas infraestruturas.

EC9 - IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DE IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS SIGNIFICATIVOS, INCLUINDO A EXTENSÃO DESSES IMPACTOS.

A energia eólica e a solar criam um impacto positivo nas economias locais, em termos de volume de negócios, valor acrescentado bruto, emprego criado e também em termos de segurança energética.



Informação adicional sobre o impacto económico indireto da nossa energia está disponível na secção Por que investir em energias renováveis?

EU8 - ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DESPESAS DESTINADAS AO FORNECIMENTO DE ELETRICIDADE FIÁVEL E À PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

Em parceria com as diferentes empresas do Grupo EDP, a EDP Inovação é responsável por realizar atividades de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e por suportar a sua despesa. Informação detalhada sobre a despesa total com I&D está disponível em [www.edp.pt](http://www.edp.pt).



Informação adicional sobre como a EDPR inova nas suas operações está disponível na secção Excelência nas Operações.

## 5.2. DESEMPENHO AMBIENTAL

A EDPR está fortemente empenhada em contribuir para a proteção do ambiente e da biodiversidade através de uma gestão ambiental proativa dos seus parques eólicos em operação, como se afirma nas nossas políticas Ambientais e de Biodiversidade (informação detalhada disponível em [www.edpr.com](http://www.edpr.com)).

A nossa estratégia ambiental centra-se em três aspetos principais: conformidade legal, gestão de riscos ambientais e melhoria contínua. Em todas as fases dos processos de negócio são incorporados inúmeros procedimentos ambientais de avaliação e monitorização, assegurando que estes pilares centrais são aplicados.

Tudo isto é sustentado por uma equipa qualificada, alinhada com a estratégia ambiental da empresa. Tanto os nossos especialistas em meio ambiente como a rede de parceiros externos que trabalham connosco se destacam pela sua vasta experiência profissional e conhecimentos da área ambiental.



Informação adicional sobre o que distingue a EDPR em termos de gestão ambiental está disponível na secção Excelência nas Operações.

EN4 - CONSUMO INDIRETO DE ENERGIA, SEGMENTADO POR FONTE PRIMÁRIA.

As nossas turbinas requerem uma pequena quantidade de eletricidade para operarem. Trata-se de energia geralmente autoconsumida. Dada a intermitência de geração de energia eólica, por vezes, é necessário consumir eletricidade da rede. As emissões indiretas de CO<sub>2</sub> relacionadas com a energia elétrica consumida são de cerca de 0,14% das emissões evitadas pela empresa.

**Emissões indiretas dos parques eólicos****Unid****2013****2012**

Consumo de energia	GWh	54,4	51,2
Mil toneladas de CO <sub>2</sub>	Kt	23,4	21,7

**EN7 - INICIATIVAS PARA A REDUÇÃO DO CONSUMO INDIRETO DE ENERGIA E A REDUÇÃO ALCANÇADA.**

A nossa atividade baseia-se na geração de energia limpa, e produzimos cerca de 350.500 vezes a energia que consumimos. No entanto, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos e realizamos muitas campanhas internas para promover comportamentos sustentáveis, como referido nas páginas seguintes.



Informação adicional sobre as nossas iniciativas para promover comportamentos sustentáveis está disponível no Indicador EN18.

**EN8 - FONTES HÍDRICAS SIGNIFICATIVAMENTE AFETADAS POR RETIRADA DE ÁGUA.**

A geração de energia eólica não consome água nos seus processos operacionais. A água é consumida apenas para uso humano. O consumo de água por GWh gerado é de 0,46 litros/GWh. Mesmo assim, a Empresa procura ativamente adotar práticas ainda mais eco-eficientes. Exemplo disso é que, em 2013, sete subestações instalaram sistemas de captação e tratamento de águas pluviais para suprir as suas necessidades de abastecimento de água.

**EN11 – LOCALIZAÇÃO E ÁREA DAS TERRAS PERTENCENTES À ORGANIZAÇÃO, ARRENDADAS OU POR ELA GERIDAS, EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS RICAS EM BIODIVERSIDADE, EXTERIORES ÀS ÁREAS PROTEGIDAS.**

País	Nome	Tipo	Posição respectivamente à área protegida	Superfície ocupada na área protegida (ha)	Superfície da central na área protegida (%)	Atributo da área protegida	Status da área protegida
Espanha	Ávila	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Sierra de los lagos	Parque eólico	Adjacente	0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Tahivilla	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000 Legislação nacional
	Buenavista	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre- Marítimo	Natura 2000
	Mostaza	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Los Almeriques	Parque eólico	Adjacente	0	0%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Serra Voltorera	Parque eólico	Adjacente	0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Sierra de Boquerón	Parque eólico	Dentro	10,4	100%	Terrestre	Natura 2000
	Villoruebo	Parque eólico	Parcialmente dentro	2	41%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Villamiel	Parque eólico	Parcialmente dentro	4,9	75%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	La Cabaña	Parque eólico	Parcialmente dentro	8,2	53%	Terrestre	Natura 2000
	Hoya Gonzalo	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,7	4%	Terrestre	Natura 2000
	La Mallada	Parque eólico	Parcialmente dentro	1,4	8%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Corme	Parque eólico	Parcialmente dentro	2,6	17%	Terrestre-Marítimo	Natura 2000
	La Celaya	Parque eólico	Parcialmente dentro	9,1	70%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Monseivane	Parque eólico	Parcialmente dentro	17,3	98%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Tejonero	Parque eólico	Parcialmente dentro	1	6%	Terrestre	Natura 2000
	Las Monjas	Parque eólico	Parcialmente dentro	0	0%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000
	Puntaza de Remolinos	Parque eólico	Parcialmente dentro	1,8	57%	Terrestre	Natura 2000
	Planas de Pola	Parque eólico	Parcialmente dentro	6,2	55%	Terrestre	Natura 2000
Coll de la Garganta	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,1	1%	Terrestre – Água Doce	Natura 2000	
Loma del Suyal	Parque eólico	Adjacente	0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Cerro del Conilete	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,01	0%	Terrestre	Natura 2000	
			Adjacente	0	0%	Terrestre	Natura 2000

País	Nome	Tipo	Posição respectivamente à área protegida	Superfície ocupada na área protegida (ha)	Superfície da central na área protegida (%)	Atributo da área protegida	Status da área protegida
Bélgica	Cerfontaine	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Chimay	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
França	Séгур	Parque eólico	Dentro	1,3	100%	Terrestre	Legislação nacional
	Ayssènes – Le Truel	Parque eólico	Dentro	1,3	100%	Terrestre	Legislação nacional
	Marcellois	Parque eólico	Dentro	1,1	100%	Terrestre	Natura 2000
	Massingy	Parque eólico	Dentro	0,9	100%	Terrestre	Natura 2000
Portugal	Pena Suar	Parque eólico	Dentro	10,0	100%	Terrestre	Natura 2000
	Fonte da Quelha	Parque eólico	Dentro	6,3	100%	Terrestre	Natura 2000
	Alto do Talefe	Parque eólico	Dentro	6,3	100%	Terrestre	Natura 2000
	Madrinha	Parque eólico	Dentro	4,1	100%	Terrestre	Natura 2000
	Safra-Coentral	Parque eólico	Dentro	19,9	100%	Terrestre	Natura 2000
	Negrelo e Guilhado	Parque eólico	Dentro	9,1	100%	Terrestre	Natura 2000
	Testos	Parque eólico	Parcialmente dentro	3,5	31%	Terrestre	Natura 2000
	Fonte da Mesa	Parque eólico	Parcialmente dentro	7,2	85%	Terrestre	Natura 2000
	Serra Alvoaça	Parque eólico	Parcialmente dentro	7,6	63%	Terrestre	Natura 2000 Legislação nacional
	Tocha	Parque eólico	Dentro	6,7	100%	Terrestre	Natura 2000
Padrela/Soutelo	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,5	19%	Terrestre	Natura 2000	
Guerreiros	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,9	11%	Terrestre	Natura 2000	
Vila Nova	Parque eólico	Parcialmente dentro	1,3	11%	Terrestre	Natura 2000	
Serra do Mú	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000	
Roménia	Pestera	Parque eólico	Adjacente	0,0	0%	Terrestre	Natura 2000
	Sarichioi	Parque eólico	Parcialmente dentro	0,2	0%	Terrestre	Natura 2000
	Burila Mica	Central Solar	Dentro	22,7	100%	Terrestre	Natura 2000
Polónia	Zgorzelec	Parque eólico	Adjacente	0	0%	Terrestre	Natura 2000



Informação ambiental adicional e atualizada está disponível em [www.edpr.com](http://www.edpr.com) na secção sobre sustentabilidade.

#### EN12 – DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS SIGNIFICATIVOS DAS ATIVIDADES, PRODUTOS E SERVIÇOS NA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS E EM ÁREAS RICAS EM BIODIVERSIDADE EXTERIORES A ÁREAS PROTEGIDAS.

Os potenciais impactes ambientais são analisados em detalhe nos estudos de impacte ambiental dos projetos. Adicionalmente, são também avaliadas alternativas viáveis e são determinadas as medidas preventivas, corretivas e de compensação.

A empresa definiu procedimentos gerais no seu Sistema de Gestão Ambiental para prevenir, corrigir ou compensar impactos no meio ambiente. Além disso, os esforços são intensificados com procedimentos específicos de controlo no pequeno número de parques localizados no interior ou próximo de áreas protegidas.



Informação ambiental adicional e atualizada está disponível em [www.edpr.com](http://www.edpr.com) na secção sobre sustentabilidade.

#### EU13 - BIODIVERSIDADE DOS HABITATS RECUPERADOS COMPARADOS COM A BIODIVERSIDADE DOS HABITATS ORIGINAIS.

No reduzido número de locais situados dentro ou perto de áreas protegidas, intensificamos os nossos esforços com procedimentos de controlo específicos, conforme definido no nosso Sistema de Gestão Ambiental.



Informação ambiental adicional e atualizada está disponível em [www.edpr.com](http://www.edpr.com) na secção sobre sustentabilidade.

EN13 - HABITATS PROTEGIDOS OU RECUPERADOS.

Após o período de construção, é nosso dever devolver o local ao seu estado inicial. Por isso, procedemos a trabalhos de restauração morfológica e ressemeadura. Em 2013, 57 ha de terra afetada foram recuperados.

A EDPR tem colaborado, nos últimos anos, com a Fundação do Património Natural de Castilla y León (Espanha). Como parte das atividades financiadas destaca-se a recuperação ambiental de uma área fortemente afetada por uma autoestrada pública na província de Burgos. O projeto de recuperação criou um sistema de zonas húmidas que fornece abrigo e alimento às aves migratórias que atravessam a Península Ibérica. Longos percursos de voo sem áreas intermédias de descanso é uma das principais causas de stresse para as aves migratórias que atravessam as regiões secas centrais de Espanha.

A área recuperada também fornece um habitat para inúmeras espécies de anfíbios e répteis e beneficiou populações vizinhas, através da recuperação da paisagem, da criação de sistemas de controlo de enchentes, da implementação de isolamento de ruído da autoestrada, entre outros benefícios.

A colaboração da EDPR com a Fundação do Património Natural de Castilla y León também incluiu outros projetos, tais como:

- Recuperação de várias lagoas naturais em Carcedo de Burgos.
- Construção de um centro para visitantes em Aliseda de Tormes.
- Adaptação das vias no parque natural de Lagunas glaciares de Neila e colocação de placas de sinalização com as regras de utilização pública.
- Monitorização de Dupont's Lark na área de Medinaceli.
- Monitorização, preservação e melhoria dos habitats da cegonha-preta, abutre-preto, águia imperial espanhola e outras aves de rapina, na província de Ávila.

EN14 - ESTRATÉGIAS, AÇÕES PRESENTES E PLANOS FUTUROS PARA A GESTÃO DOS IMPACTOS NA BIODIVERSIDADE.

O aumento da temperatura global e outros sintomas das alterações climáticas, tais como acontecimentos climáticos extremos, irão reduzir bastante a biodiversidade em muitas partes do mundo. Se agirmos agora para mitigar as mudanças climáticas podemos evitar as perdas previstas para a biodiversidade. A EDPR está empenhada em promover a conservação da biodiversidade e desempenha um papel ativo na redução da perda de biodiversidade.

A gestão do impacto sobre a biodiversidade faz parte integrante da nossa política ambiental. Tomamos precauções para evitar a localização de parques eólicos em áreas onde possam representar riscos para a biodiversidade. Através de medidas preventivas, corretivas e compensatórias procuramos obter um balanço geral positivo dos nossos projetos e atividades.

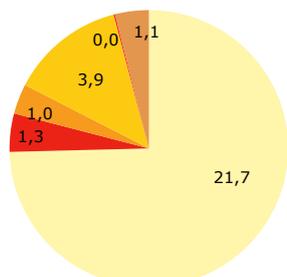
Em 2013 procurámos standardizar os nossos estudos de avaliação de impacte ambiental, através da adoção de melhores práticas, reforço das medidas de mitigação e compensação e adoção de práticas de monitorização pós-construção mais eficientes.

EN16 - TOTAL DE EMISSÕES DIRETAS E INDIRECTAS DE GASES COM EFEITOS DE ESTUFA.

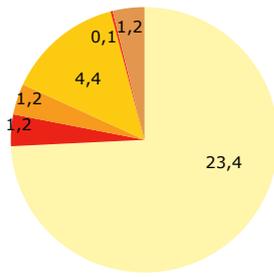
As nossas emissões indiretas representam 0,2% da quantidade total de emissões evitadas e cerca de 74% das emissões são provenientes do consumo de energia elétrica necessária aos parques eólicos.

Além disso, parte do equipamento utilizado para geração de eletricidade contém gases de SF<sub>6</sub> (hexafluoreto de enxofre) e em 2013 foram registadas emissões de 9,14 kg deste gás.

CO<sub>2</sub> equivalente emitido (kt) 2012



CO<sub>2</sub> equivalente emitido (kt) 2013



- Consumo de energia dos parques eólicos
- Consumo de energia dos escritórios
- Frota de veículos da Empresa
- Viagens profissionais de avião
- Viagens profissionais de comboio
- Deslocações de colaboradores

- Consumo de energia dos parques eólicos
- Consumo de energia dos escritórios
- Frota de veículos da Empresa
- Viagens profissionais de avião
- Viagens profissionais de comboio
- Deslocações de colaboradores

Notas: As emissões por consumo de gás foram estimadas de acordo com o Protocolo GHG. As emissões por consumo de eletricidade foram calculadas com os fatores de emissão globais de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado.

**EN17 - OUTRAS EMISSÕES INDIRETAS DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA RELEVANTES, POR PESO.**

O nosso trabalho exige que os nossos colaboradores viajem. Com base nas nossas estimativas, o transporte utilizado pelos nossos colaboradores foi responsável por um total de 6.925 toneladas de CO<sub>2</sub> emitido. As emissões dos transportes foram calculadas de acordo com o padrão DEFRA. As emissões com transporte dos colaboradores foram calculadas a partir de dados recolhidos num inquérito a todos os colaboradores.

**EN18 - INICIATIVAS DE REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA E RESULTADOS ATINGIDOS.**

A nossa atividade central implica, de forma inerente, a redução das emissões de gases com efeito de estufa. A energia eólica e a solar têm zero emissões de carbono, contribuindo para a luta mundial contra as alterações climáticas e não produzem SO<sub>x</sub> nocivo, NO<sub>x</sub>, ou emissões de mercúrio, protegendo os recursos valiosos de ar e água. Estimamos que as nossas atividades tenham evitado a emissão de 16.296 mil toneladas de CO<sub>2</sub>.



Informação adicional sobre emissões de gases evitadas encontra-se disponível na secção Operações integradas da EDPR, capítulo Geração.

Apesar de a nossa atividade se basear na geração de energia limpa, estamos conscientes da importância da promoção de uma cultura de utilização racional dos recursos. Em 2013, continuámos a promover iniciativas que promovem as melhores práticas ambientais nos nossos escritórios.

Nota 1: Para calcular as emissões evitadas, a geração de energia foi multiplicada pelos fatores de emissão de CO<sub>2</sub> equivalente de cada país e, no caso dos E.U.A., de cada estado. Considerou-se apenas o fator de emissão de energia de combustível fóssil, porque cremos que, ao aumentar a geração de energias renováveis, estamos a deslocar essas tecnologias, enquanto outras tecnologias renováveis e as centrais nucleares manterão a sua quota de geração.

**EN22 – QUANTIDADE TOTAL DE RESÍDUOS POR TIPO E POR MÉTODO DE TRATAMENTO.**

Mais de 95% dos resíduos perigosos produzidos por parques eólicos está relacionado com resíduos de petróleo e outros resíduos relacionados com petróleo, tais como filtros de óleo ou recipientes de óleo, usados principalmente para a lubrificação de turbinas. O consumo de óleo é feito em intervalos de tempo de substituição predefinidos (entre 2 a 5 anos, com base na componente, tipo de óleo e fabricante). A empresa tem trabalhado ativamente para melhorar a taxa de reciclagem dos seus resíduos perigosos, através de transportadoras autorizadas de resíduos, atingindo 95% de taxa de reciclagem em 2013 face a 75% em 2011.

A tabela seguinte resume a quantidade de resíduos perigosos gerados por GWh nos nossos parques e a taxa de reciclagem.

<b>Resíduos gerados pelos parques eólicos <sup>(1)</sup></b>	<b>Unid</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>(%)</b>
Total de resíduos	Kg/GWh	45,7	47,9	-4,2%
Total de resíduos perigosos	Kg/GWh	28,9	30,2	-4,6%
% de resíduos perigosos reciclados	%	95,4%	94,5%	0,9%

<sup>1</sup> Não inclui Brasil

Importa salientar que as flutuações anuais de resíduos perigosos gerados está fortemente dependente dos programas de substituição de óleo plurianuais acima mencionados. Os resíduos não perigosos gerados pela Empresa incluem metal, plástico, papel ou lixo doméstico, que, na sua grande maioria, são reciclados.

Em 2013, os critérios de definição de resíduos não perigosos relatados tiveram de ser atualizados, porque os valores anteriormente relatados consideravam como resíduos não perigosos os efluentes resultantes da atividade humana, fossem águas residuais domésticas ou lamas de fossas sépticas. Para efeitos do presente relatório, procedemos à revisão desse critério e deixámos de considerar os efluentes recolhidos em tanques fechados, como lamas de fossas sépticas. Estes efluentes resultantes da atividade humana são enviados para tratamento municipal, diretamente através de ligação à rede de esgotos ou por meio de tanques fechados, e, como tal, são relatado como águas residuais. Em qualquer caso, os resíduos e efluentes são monitorizados e geridos.

Nota 1: Na Europa e no Brasil, o método de saneamento tem sido indicado pela transportadora de resíduos, enquanto nos E.U.A. o método de saneamento tem sido determinado pelos padrões de organização da recolha de resíduos.

Nota 2: Para efeitos do presente relatório, todos os resíduos foram classificados como perigosos ou não perigosos de acordo com o Catálogo Europeu de Resíduos; no entanto, em cada país onde a EDPR tem presença geográfica, cada parque eólico deve cumprir as leis nacionais, seguindo os procedimentos da Empresa a nível de manipulação, rotulagem e armazenamento de resíduos. Nos casos em que, como nos E.U.A., as operações geram pequenas quantidades de substâncias que se dividem em categorias com regulações específicas - como óleos usados e resíduos universais - seguimos normas rígidas de manuseamento e eliminação desses tipos de resíduos para garantir que se mantêm em conformidade com todas as leis aplicáveis.

## EN23 - NÚMERO E VOLUME TOTAL DE DERRAMES SIGNIFICATIVOS.

Dada a nossa atividade e as nossas localizações, os derrames de petróleo e os incêndios são os principais riscos ambientais que a empresa enfrenta. O Sistema de Gestão Ambiental foi concebido e implementado para prevenir situações de emergência. Mas, no caso de acontecerem, o sistema abrange a sua identificação e gestão, incluindo em situações de quase incidente.

Em 2013, tivemos 8 derrames significativos (mais de 0,16 m<sup>3</sup> atingiram o solo) com um volume total de 0,94 m<sup>3</sup> de óleo derramado e 1 incêndio incipiente, com uma área de 2 m<sup>2</sup> de mato seco queimada. Todos os casos foram devidamente geridos: os derrames de óleo foram circunscritos no início e o solo contaminado foi recolhido e gerido; o fogo incipiente ocorreu numa área agrícola com alguns arbustos secos, sem valor natural significativo, sendo prontamente extinguido pela equipa no local, usando os extintores de incêndio.

A EDPR efetua regularmente testes ambientais para garantir que os nossos colaboradores estão familiarizados com os riscos e receberam formação adequada para prevenir e agir, se necessário. Em 2013, implementámos planos de autoproteção para prevenir e agir em caso de incêndios florestais.

## EN28 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E O NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO-MONETÁRIAS, PELO NÃO CUMPRIMENTO DAS LEIS E REGULACÕES AMBIENTAIS.

Em 2013, a empresa foi multada em 1.020 euros por uma incidência de não-conformidade com as leis e regulações ambientais.

## EN29 - IMPACTE AMBIENTAL SIGNIFICATIVO DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS E OUTROS BENS OU MATERIAIS UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DA EMPRESA, E PELOS ELEMENTOS DA EQUIPA DE TRANSPORTE.

O principal impacte ambiental foi o das viagens e locomoção de colaboradores para atividades comerciais.



Informação adicional sobre o registo das nossas emissões devido a transportes de colaboradores disponível no Indicador EN17.

## EN30 - TOTAL DE GASTOS E INVESTIMENTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL, POR TIPO.

Em 2013, foram investidos 2,17 milhões de euros e gastos 2,81 milhões de euros em atividades relacionadas com o ambiente.



Informação adicional sobre gastos e investimentos ambientais disponível na Nota 42 do Anexo às nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## 5.3. DESEMPENHO SOCIAL

### PRÁTICAS LABORAIS E TRABALHO DECENTE

Atrair, desenvolver e reter talentos é um dos principais objetivos da estratégia de Recursos Humanos da EDPR. Na EDPR, as pessoas são um ativo muito importante e a EDPR, como empregador responsável, deseja mantê-lo, oferecendo empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal.



Informação adicional sobre a nossa estratégia de Recursos Humanos disponível na Secção Capital Humano.

## LA1 - MÃO-DE-OBRA TOTAL POR TIPO DE EMPREGO, TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO E POR REGIÃO.

Em 2013, a EDPR empregou 890 pessoas, 24% na holding do grupo EDPR, 44% na plataforma Europeia, 29% na plataforma Norte-Americana e 2% no Brasil.

Segmentação da força de trabalho	2013	% mulheres	2012	% mulheres
#				
<b>Total</b>	<b>890</b>	<b>31%</b>	<b>861</b>	<b>32%</b>
<b>Por tipo de emprego</b>				
Tempo integral	869	29%	843	30%
Tempo parcial	21	95%	18	100%
<b>Por contrato de trabalho</b>				
Permanente	884	31%	853	32%
Temporário	6	33%	8	25%
<b>Por País</b>				
Espanha	340	31%	337	31%
Portugal	64	13%	63	13%
França	34	26%	35	26%
Bélgica	2	0%	1	0%
Polónia	39	31%	37	30%
Roménia	34	41%	29	38%
Itália	22	41%	19	37%
Reino Unido	31	35%	28	43%
EUA	296	34%	291	36%
Canadá	4	0%	-	-
Brazil	24	29%	21	33%

#### LA2 - CRIAÇÃO DE EMPREGOS E TAXA DE ROTATIVIDADE POR FAIXA ETÁRIA, GÉNERO E REGIÃO.

Ao longo do ano, a EDPR contratou 91 colaboradores, e 58 já não trabalham na empresa, de onde resulta uma taxa de rotatividade de 8%, inferior à do ano anterior.

Rotatividade	Novas contratações	Partidas	Volume de negócios
#			
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>58</b>	<b>8%</b>
<b>Por faixa etária</b>			
Menos de 30 anos	49	22	17%
Entre 30 e 39 anos	27	21	6%
Mais de 40 anos	15	15	6%
<b>Por género</b>			
Feminino	29	26	10%
Masculino	62	32	8%
<b>Por País</b>			
Espanha	20	15	5%
Portugal	3	1	3%
França	6	5	16%
Bélgica	1	0	25%
Polónia	4	2	8%
Roménia	4	1	7%
Itália	5	1	14%
Reino Unido	5	1	10%
EUA	37	29	11%
Canadá	2	0	25%
Brazil	4	3	15%

#### EU17 - DIAS TRABALHADOS POR EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS NAS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.

Os empreiteiros envolvidos em atividades de construção, operação e manutenção trabalharam 306.274 dias em 2013.

#### EU18 - PERCENTAGEM DE CONTRATADOS E SUBCONTRATADOS QUE TIVERAM FORMAÇÃO EM HIGIENE E SEGURANÇA.

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da empresa.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de saúde e segurança dos colaboradores das empresas subcontratadas. Nesta medida, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa subcontratada tem de apresentar provas de ter fornecido a formação necessária aos seus colaboradores.

#### LA3 - BENEFÍCIOS PARA OS COLABORADORES A TEMPO INTEGRAL, QUE NÃO SÃO ATRIBUÍDOS AOS COLABORADORES TEMPORÁRIOS OU A TEMPO PARCIAL.

Como empregador responsável, oferecemos empregos de qualidade que podem ser equilibrados com a vida pessoal. O pacote de benefícios oferecidos a colaboradores a tempo integral não difere do que é oferecido a colaboradores a tempo parcial, o qual, geralmente, vai além do que está acordado em acordos coletivos de trabalho.

## LA15 - REGRESSO AO TRABALHO E TAXAS DE RETENÇÃO APÓS LICENÇA DE MATERNIDADE/PATERNIDADE, POR GÉNERO.

Licença de parentalidade	Maternidade	Paternidade
#		
Espanha	12	18
Portugal	1	0
França	0	1
Bélgica	0	0
Polónia	0	3
Roménia	1	1
Itália	1	0
Reino Unido	3	0
EUA	6	18
Brazil	0	0
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>41</b>

Em 2013, dos 65 colaboradores que saíram em licença parental, todos voltaram e ninguém estendeu a sua licença. Além disso, em 2012, 50 colaboradores desfrutaram de uma licença de maternidade ou paternidade e apenas dois deixaram a empresa em 2012 ou 2013.

## EU14 - PROGRAMAS E PROCESSOS PARA GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA.

A EDPR procura indivíduos talentosos e apaixonados pelo setor, que partilhem a nossa visão e propósito. Temos realizado várias iniciativas para divulgar a nossa imagem como empregadores através da participação em diferentes fóruns de emprego e fazendo apresentações em universidades de topo.



Informação adicional sobre o processo de recrutamento da EDPR está disponível no capítulo Capital Humano, secção Atrair e Comprometer.

## EU15 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES ELEGÍVEIS PARA SE REFORMAREM NUM PRAZO ENTRE 5 A 10 ANOS, POR TIPO E REGIÃO.

Colaboradores elegíveis para se reformarem	em 10 anos	em 5 anos
#		
<b>Por categoria profissional</b>		
Administradores	8	4
Quadros superiores	7	4
Gestores	19	11
Profissionais	6	2
Administrativos	8	6
<b>Por país</b>		
Espanha	11	5
Portugal	10	3
Polónia	2	1
EUA	24	17
Brazil	1	1

## EU16 - POLÍTICAS E REQUISITOS REFERENTES À SEGURANÇA E SAÚDE DOS TRABALHADORES, EMPREITEIROS E SUBEMPREITEIROS.

Estamos igualmente preocupados com os padrões de saúde e segurança dos colaboradores das empresas subcontratadas. Nesta medida, estão sujeitos a um rastreio de saúde e segurança quando se candidatam a um concurso para trabalhar para a nossa Empresa. Uma vez selecionada, a empresa tem de apresentar provas de ter fornecido a formação necessária aos seus colaboradores.

## LA4 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES REPRESENTADOS POR ORGANIZAÇÕES SINDICAIS.

Colaboradores abrangidos por acordos coletivos de trabalho	2013	%
#		
Espanha	89	26%
Portugal	64	100%
França	34	100%
Bélgica	2	100%
Polónia	0	0%
Roménia	0	0%
Itália	22	100%
Reino Unido	1	3%
EUA	0	0%
Brazil	22	92%

Dos 890 colaboradores da EDPR, 26% estava coberto por acordos coletivos de trabalho.

Os acordos coletivos de trabalho aplicam-se a todos os colaboradores que trabalham sob uma relação de trabalho com e por conta de alguma das empresas do grupo EDPR, independentemente do tipo de contrato, grupo profissional em que estão integrados, ocupação ou emprego. No entanto, algumas questões relativas à própria organização corporativa, às leis de cada país ou mesmo a usos e costumes próprios levam a que certos grupos sejam expressamente excluídos do âmbito dos acordos coletivos de trabalho.

LA5 - PERÍODO MÍNIMO DE ANÚNCIO SOBRE MUDANÇAS NAS OPERAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO RELATORA, INCLUINDO SE ESTÁ ESPECIFICADO EM ACORDOS SINDICAIS.

Por jurisprudência de cada país, a EDPR pode ter um período mínimo a cumprir para notificação formal de mudanças organizacionais nas empresas do Grupo, com impacto sobre os colaboradores. No entanto, é habitual comunicar, com antecedência, eventos significativos aos grupos afetados.

Como empregador nos E.U.A., a EDPR cumpre as determinações da Worker Adjustment and Retraining Notification (WARN) Act Guide to Advance Notice of Closings and Layoffs (notificação de reestruturação e reconversão profissional com aviso prévio em caso de encerramento e demissões). Em caso de encerramento e demissões, é obrigatório avisar, com 60 dias de antecedência, os colaboradores que tenham trabalhado mais de seis meses e 20 horas semanais.

LA6 - PERCENTAGEM DA MÃO-DE-OBRA TOTAL REPRESENTADA EM COMITÉS FORMAIS SOBRE SAÚDE E SEGURANÇA.

Uma parte significativa da nossa organização desempenha um papel fundamental na implementação da nossa política de saúde e segurança. A empresa criou comissões de saúde e segurança que recolhem informação de diferentes níveis operacionais e envolvem os colaboradores na definição e comunicação de um plano de prevenção.

Em 2013, 1,2% dos nossos colaboradores participaram em reuniões do comité de saúde e segurança, representando 46% da nossa força de trabalho. Foi ainda criado no Brasil um novo comité para complementar os já existentes em Espanha, França, Reino Unido e nos E.U.A.

LA7 - NÚMERO DE LESÕES, DOENÇAS OCUPACIONAIS, DIAS PERDIDOS, ÍNDICE DE ABSENTISMO E NÚMERO DE ÓBITOS RELACIONADOS COM O TRABALHO, POR REGIÃO.

**Indicadores de saúde e segurança  
(colaboradores da empresa e  
empreiteiros)<sup>3</sup>**

	2013	2012	(%)
#			
Número de acidentes industriais	11	22	-50%
Número de acidentes fatais	0	0	0%
Dias de trabalho perdidos por acidentes	433	717	-40%
Taxa de ferimentos <sup>1</sup>	2,51	4,21	-40%
Taxa de dias de trabalho perdidos <sup>2</sup>	99	137	-28%

<sup>1</sup> Taxa de ferimentos calculada como [# de acidentes/Horas trabalhadas \* 1.000.000]

<sup>2</sup> Taxa de dias de trabalho perdidos calculada como [# de dias de trabalho perdidos/Horas trabalhadas \* 1.000.000]

<sup>3</sup> Lesões menores, a nível de primeiros socorros, não estão incluídas e o número de dias é calculado como o número de dias de trabalho programados

O número médio de subcontratados independentes durante o período foi de 1.124 na Europa, 286 na América do Norte e 38 no Brasil.

LA8 - EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, ACONSELHAMENTO, PREVENÇÃO E PROGRAMAS DE CONTROLO DE RISCO PARA ASSISTIR OS COLABORADORES, AS SUAS FAMÍLIAS, OU MEMBROS DA COMUNIDADE, A RESPEITO DE DOENÇAS GRAVES.

Como parte integrante da nossa estratégia de saúde e segurança, realizámos vários cursos de formação e atividades de avaliação de risco de acordo com os potenciais riscos identificados para cada posto de trabalho dentro da Empresa.

Em 2013, foram realizadas mais de 315 atividades de formação sobre temas relacionados com os riscos associados às diversas responsabilidades profissionais, o que representou mais de 6.762 horas de formação.

Todos os nossos escritórios e parques eólicos na Europa e nos EUA possuem um plano de emergência próprio com informação sobre contatos úteis e instruções a seguir em caso de emergência.

A EDPR conduziu 128 treinos de preparação para situações de emergência em escritórios e parques eólicos.

LA9 - TÓPICOS DE HIGIENE E SEGURANÇA COBERTOS POR ACORDOS FORMAIS COM SINDICATOS.

A grande maioria dos acordos coletivos da EDPR incluem os direitos e deveres da Empresa em relação à saúde e segurança dos colaboradores.

LA10 - MÉDIA DE HORAS DE FORMAÇÃO POR ANO, POR COLABORADOR E POR CATEGORIA.

Métricas de formação	Unid	2013	2012
Número de horas de formação	horas	29.298	17.324
Investimento em formação	€m	1.372	913
Número de participantes	#	2.563	2.436
Colaboradores formados	#	838	n.a.

<sup>1</sup> Os valores de 2012 não incluem Portugal e Brasil. A formação em Portugal e no Brasil em 2013 é responsável por 1.556 horas e 121 participantes, e 796 horas e 38 participantes, respetivamente.

<sup>2</sup> Os dados incluem formação em línguas estrangeiras. Em 2013, a formação em línguas estrangeiras totalizou 6.754 horas, enquanto que em 2012 representou 2.713 horas.

 Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível na secção sobre DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO.

LA11 - PROGRAMAS PARA A GESTÃO DE COMPETÊNCIAS E APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA QUE SUPOREM A EMPREGABILIDADE DOS COLABORADORES E OS ASSISTAM NA GESTÃO DOS SEUS OBJETIVOS DE CARREIRA.

Procuramos oferecer, à nossa força de trabalho total, oportunidades para se desenvolverem profissionalmente e assumirem novos papéis para alcançar os objetivos da empresa. Os colaboradores são incentivados a aproveitar as oportunidades de mobilidade funcional e geográfica.

 Descrição completa da nossa estratégia de Formação e Recursos Humanos disponível na secção sobre DESENVOLVIMENTO E FORMAÇÃO.

LA12 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES QUE RECEBEM AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO E PROGRESSÃO DE CARREIRA.

Todos os colaboradores da EDPR, independentemente da sua categoria profissional, são avaliados anualmente para determinar seu potencial de desenvolvimento, proporcionando-lhes a formação mais adequada. A EDPR elabora planos de desenvolvimento à medida para responder a necessidades específicas. O processo de avaliação de potencial é independente da avaliação de desempenho e é baseia-se num modelo de avaliação de 360 graus, que considera o feedback do próprio, dos seus pares, subordinados e superiores.

LA13 - COMPOSIÇÃO DA DIREÇÃO E DO GRUPO RESPONSÁVEL PELA GOVERNAÇÃO EMPRESARIAL POR CATEGORIA PROFISSIONAL, PROPORÇÃO HOMEM/MULHER, FAIXA ETÁRIA, MINORIAS E OUTROS INDICADORES DE DIVERSIDADE.

 Descrição detalhada dos órgãos de governo disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, no seu Anexo IV – Biografias.

LA14 - PROPORÇÃO DE SALÁRIO BASE ENTRE HOMENS E MULHERES, POR CATEGORIA FUNCIONAL.

Rácio salarial H/M	Número de colaboradores	Mulheres	Salário H/M
#			
Conselho de Administração (não executivos)	11	0	n/a
Directores	67	11	112%
Quadros superiores	88	21	102%
Gestores	457	125	105%
Profissionais	216	64	95%
Administrativos	62	54	85%

## DIREITOS HUMANOS

A EDPR tornou-se signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançada em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR também possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Pacto Global das Nações Unidas.

O nosso Manual de Aquisições inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação desses princípios. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.



Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética está disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, capítulo II. É possível comunicar irregularidades ou ver informação sobre ética incluída na secção de governo corporativo em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

**HR1 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE CONTRATOS DE INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS QUE INCLUAM CLÁUSULAS REFERENTES A DIREITOS HUMANOS OU QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS.**

A EDPR possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. O nosso Manual de Aquisições também inclui um capítulo para implementação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

**HR2 - PERCENTAGEM DE EMPRESAS CONTRATADAS E FORNECEDORES CRÍTICOS QUE FORAM SUBMETIDOS A AVALIAÇÕES REFERENTES A DIREITOS HUMANOS E ÀS MEDIDAS TOMADAS.**

A EDPR possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas para o respeito pelos direitos humanos. O nosso Manual de Aquisições também inclui um capítulo para implementação dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Quando efetua a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa procede a todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

Não obstante, como a cultura comercial nos países em que atuamos respeita integralmente os direitos humanos, a Empresa não tem realizado qualquer avaliação dos fornecedores ou prestadores de serviços relativamente ao respeito pelos direitos humanos e os seus acordos de investimento não incluem cláusulas relativas a direitos humanos.

**HR3 - TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO DOS EMPREGADOS EM POLÍTICAS E PRÁTICAS RELACIONADAS COM OS ASPETOS DOS DIREITOS HUMANOS RELEVANTES PARA AS OPERAÇÕES INCLUINDO A PERCENTAGEM DE EMPREGADOS FORMADOS.**

Em 2011, a EDPR iniciou um programa de formação em Ética na Europa para todos os diretores-gerais de país, administradores e gestão de topo com equipa, com um duplo objetivo:

- Melhorar o processo ético da EDPR e todas as ferramentas e documentos disponíveis na empresa
- Prepará-los para dar formação ética às suas equipas.

Cada gestor foi responsável pela formação da sua equipa durante o primeiro trimestre de 2012.

**HR4 - NÚMERO TOTAL DE CASOS DE DISCRIMINAÇÃO E AS MEDIDAS TOMADAS.**

Em 2013, a EDPR registou contra a Empresa por discriminação.

**HR5 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS EM QUE O DIREITO DE EXERCER A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E A NEGOCIAÇÃO COLETIVA PODE CORRER RISCO SIGNIFICATIVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA APOIAR ESSE DIREITO.**

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas relativas ao direito de exercer a liberdade de associação. A empresa não tem conhecimento de qualquer atividade realizada que pudesse pôr em risco o direito à liberdade de associação e o direito de aderir a acordos coletivos de trabalho.

HR6 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO INFANTIL E AS MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A ABOLIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado e obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

HR7 - OPERAÇÕES IDENTIFICADAS COMO TENDO RISCO SIGNIFICATIVO DE OCORRÊNCIA DE TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA CONTRIBUIR PARA A SUA ERRADICAÇÃO.

O Código de Ética da EDPR tem cláusulas específicas contra trabalho infantil ou forçado. A empresa não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou obrigatório ou direitos dos povos indígenas.

HR9 - NÚMERO TOTAL DE OCORRÊNCIAS DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS E AÇÕES TOMADAS.

A EDPR não identificou qualquer operação que pudesse comportar risco significativo para os direitos dos povos indígenas.

HR10 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE OPERAÇÕES QUE TENHAM SIDO SUJEITAS A AVALIAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E/OU AVALIAÇÕES DE IMPACTO.

A EDPR possui mais de 200 centrais de energia renovável em operação e está presente em 11 países, estando todos no âmbito do Código de Ética.

HR11 - NÚMERO DE QUEIXAS RELACIONADAS COM OS DIREITOS HUMANOS ARQUIVADAS, TRATADAS E RESOLVIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS FORMAIS DE QUEIXA.

Informação adicional sobre o Canal Whistleblowing e o Canal de Ética está disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, capítulo II. É possível comunicar irregularidades ou ver informação sobre ética incluída na secção de governo corporativo em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

78



## SOCIEDADE

A energia eólica e a solar têm um impacto positivo nas economias locais, em termos de volume de negócios, valor acrescentado bruto, emprego criado e também em termos de segurança energética.

Os arrendamentos de terrenos e os impostos são uma forte contribuição para o orçamento anual dos municípios onde a EDPR está presente. Em 2013, a EDPR contribuiu com 65,6 milhões de euros em taxas aos proprietários e tributos às administrações locais e dedicou 1,4 milhões de euros a projectos sociais de apoio à educação e atividades relacionadas com as comunidades.

### SUPORTE À EDUCAÇÃO

A EDPR tem desenvolvido a sua própria estratégia, original e abrangente, de apoio à educação, com diferentes programas relacionados com a energia renovável, que têm sido implementadas em áreas onde temos projetos em desenvolvimento ou que já se encontram em operação.

Em 2013 a EDPR cumpriu o terceiro ano do programa Green Education, atribuindo bolsas de estudo a 90 jovens de Espanha, Roménia, Polónia e Portugal com base no seu desempenho académico e rendimento familiar. Este programa reforça as ligações com as comunidades locais e em Junho de 2013, o município de Tarifa (Espanha) premiou a EDPR, reconhecendo o sucesso deste programa.

A EDPR promoveu igualmente o conhecimento dos estudantes sobre as energias renováveis. Neste âmbito, foi lançada nos EUA a iniciativa "Kid Wind" que contou com 60 mil dólares de dotação em bolsas escolares para incluir nos planos curriculares escolares a ciência que suporta as energias renováveis.

O nosso apoio à educação inclui também o EDP University Challenge, onde a EDPR procura promover a excelência entre estudantes universitários e estabelecer uma forte relação com o mundo académico. A oitava edição deste concurso contou com 84 equipas, 245 estudantes e 60 professores de 41 universidades. A empresa dedicou 68 mil euros a este programa, o qual pode ser acompanhado em [www.edpr-universitychallenge.es](http://www.edpr-universitychallenge.es).

### FAZER PARTE DA COMUNIDADE

Como parte integrante da comunidade onde nos inserimos, recebemos os nossos stakeholders nos nossos parques eólicos, organizamos visitas aos mesmos e apoiamos os eventos especiais das comunidades vizinhas.

Ao longo de 2013, a EDPR organizou visitas escolares a parques eólicos. Na recepção à escola primária MN no parque eólico Pioneer Prairie & Prairie Star, foram preparadas várias actividades por voluntários da EDPR e foi explicado o funcionamento e operação de um parque eólico. Esta visita foi a primeira do que se espera ser uma frutífera parceria com escolas locais nos EUA.

Adicionalmente, a EDPR participou no Dia Mundial do Vento, uma iniciativa mundial que procura promover os benefícios e importância da energia eólica. Nos parques eólicos Pioneer Prairie e Prairie Star nos EUA e no parque eólico Rabosera na Europa a EDPR abriu as suas portas ao público e realizaram sessões de informação e outras actividades para estudantes, jornalistas, entidades públicas e público em geral.

Em 2013 a EDPR e os seus colaboradores patrocinaram e voluntariaram-se num vasto leque de actividades nas comunicadas onde nos inserimos. Estivemos presentes em feiras locais (Expofacil em Portugal), eventos culturais (Festival de Música Wiatrakalia na Polónia) e desportivos (Campeonato Nacional Francês de Track Cycling), bem como em eventos de angariação de fundos (jantar Save the Children na Roménia). Os colaboradores da EDPR participaram igualmente em acções de voluntariado social tal como o banco alimentar contra a fome em Madrid e em Houston.

### CONTRIBUIR PARA O CONHECIMENTO

O nosso contributo para a partilha de conhecimento foi feito através da presença em diversas conferencias e workshops. Contribuímos com a nossa experiencia para melhorar a protecção da biodiversidade, a protecção da biodiversidade, a adoção de práticas socialmente responsáveis e a promoção de energias renováveis

### FUNDAÇÃO EDP

A EDPR participa na Fundação EDP, em conjunto com a EDP e as empresas participadas, em Espanha. A Fundação EDP foi criada em Novembro de 2013 como uma evolução da anterior Fundação HC.

A missão da Fundação EDP é a de reforçar o compromisso do Grupo EDP no que diz respeito à educação, cultura, intervenção social e ambiental nas áreas geográficas onde está presente.

A Fundação EDP tem planeado para 2014 desenvolver diretamente actividades em Espanha no valor de 2,7 milhões de euros, sendo a EDPR um contribuinte importante para estas actividades.

SO1 - NATUREZA, ÂMBITO E EFICÁCIA DE QUAISQUER PROGRAMAS E PRÁTICAS PARA AVALIAR E GERIR OS IMPACTOS DAS OPERAÇÕES NAS COMUNIDADES, INCLUINDO A ENTRADA, OPERAÇÃO E SAÍDA.

A energia gerada nos parques eólicos é um fator de desenvolvimento económico duradouro para os municípios onde está presente. A EDPR tem diversos programas para avaliar e gerir o impacto nas comunidades e para maximizar o valor partilhado dos nossos projetos. Por exemplo, a EDPR apoia o desenvolvimento da cadeia de fornecimento nas comunidades de modo a maximizar o valor retido pelas operações.

Durante a operação estão também disponíveis mecanismos de queixa para garantir que as sugestões ou reclamações são devidamente registadas e tratadas. Isto permite-nos não só resolver as queixas, mas também introduzir melhorias nos nossos processos. Um bom exemplo é a forma como lidamos com as queixas relacionadas com possíveis interferências no sinal televisivo em França. Definimos um procedimento, que envolve as entidades municipais, para facilitar e acelerar a recolha destas queixas, logo que surgem, para efetuar a sua análise, comunicar com o autor e rapidamente apresentar uma resolução satisfatória adequada.



Informação adicional sobre as contribuições para a sociedade e a gestão das partes interessadas disponível na secção Excelência das Operações e a introdução à secção Sociedade do relatório GRI.

SO2 - PERCENTAGEM E NÚMERO TOTAL DE UNIDADES DE NEGÓCIO ANALISADAS RELATIVAMENTE A RISCOS ASSOCIADOS A CORRUPÇÃO.

O Código de Ética da EDPR é aplicável a todos os colaboradores e unidades de negócio. O Código está publicado na intranet da Empresa e é incluído na documentação de boas vindas entregue a todos os novos contratados, visto ter de ser assinado por todos ao entrar na empresa. O Código de Ética proíbe corrupção ativa e passiva, seja através de atos e omissões ou através da criação de situações de favorecimento ou influência ilícita.



Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética está disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, capítulo II. É possível comunicar irregularidades ou ver informação sobre ética incluída na secção de governo corporativo em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

SO3 - PERCENTAGEM DE COLABORADORES FORMADOS NAS POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS ANTICORRUPÇÃO DA ORGANIZAÇÃO.

 Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética está disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, capítulo II. É possível comunicar irregularidades ou ver informação sobre ética incluída na secção de governo corporativo em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

SO4 - AÇÕES COMO RESPOSTA À OCORRÊNCIA DE SITUAÇÕES DE CORRUPÇÃO.

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer incidentes relacionados com corrupção registados em 2013.

Além disso, a Empresa possui procedimentos internos para monitorizar o cumprimento do Código de Ética, e define ações a serem tomadas em caso de incidentes.

 Informação adicional sobre o Código de Ética e o Canal de Ética está disponível na secção sobre Governo Corporativo do presente relatório, capítulo II. É possível comunicar irregularidades ou ver informação sobre ética incluída na secção de governo corporativo em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

SO5 - POSIÇÕES QUANTO A POLÍTICAS PÚBLICAS E PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E LOBBIES.

O setor de energias renováveis tem sido objeto de debate público em todo o mundo. A EDPR está empenhada em contribuir para o diálogo sobre políticas públicas com as principais instituições públicas e as comunidades locais, gerando iniciativas eficazes e soluções políticas que promovam o desenvolvimento de energias renováveis.

Estamos conscientes de que só através da certeza jurídica e regulamentar seremos capazes de manter o negócio sustentável a longo prazo, acrescentando valor, de forma consistente, para todas as partes interessadas e contribuindo para o desafio de fornecer energia limpa e sustentável.

 Informação adicional sobre a nossa política pública disponível na área de informação a partes interessadas da secção sobre sustentabilidade em [www.edpr.com](http://www.edpr.com).

SO6 - QUANTIA DE DINHEIRO E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE A PARTIDOS POLÍTICOS, AOS SEUS CANDIDATOS E A INSTITUIÇÕES RELACIONADAS, POR PAÍS.

A EDPR não fez contribuições para partidos políticos em 2013.

SO7 - NÚMERO TOTAL DE AÇÕES JUDICIAIS POR CONCORRÊNCIA DESLEAL, PRÁTICAS DE TRUST E MONOPÓLIO E SEUS RESULTADOS.

A EDPR não tem conhecimento de quaisquer ações judiciais por concorrência desleal, práticas de trust e monopólio em 2013.

SO8 - VALOR MONETÁRIO DE MULTAS SIGNIFICATIVAS E NÚMERO TOTAL DE SANÇÕES NÃO MONETÁRIAS POR NÃO CUMPRIMENTO DE LEIS E REGULAÇÕES.

Em 2013, a empresa recebeu penalizações num total de 261.666 euros, principalmente relacionadas com questões fiscais.

## RESPONSABILIDADE PELO PRODUTO

O nosso negócio principal e as iniciativas relacionadas com saúde e segurança estão enfocados na geração de eletricidade e não no seu consumo final.

EU25 – NÚMERO DE ACIDENTES E ÓBITOS DE PESSOAS DA COMUNIDADE, ENVOLVENDO ATIVOS DA EMPRESA, INCLUINDO DECISÕES JUDICIAIS, ACORDOS E PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES RELATIVOS A DOENÇAS.

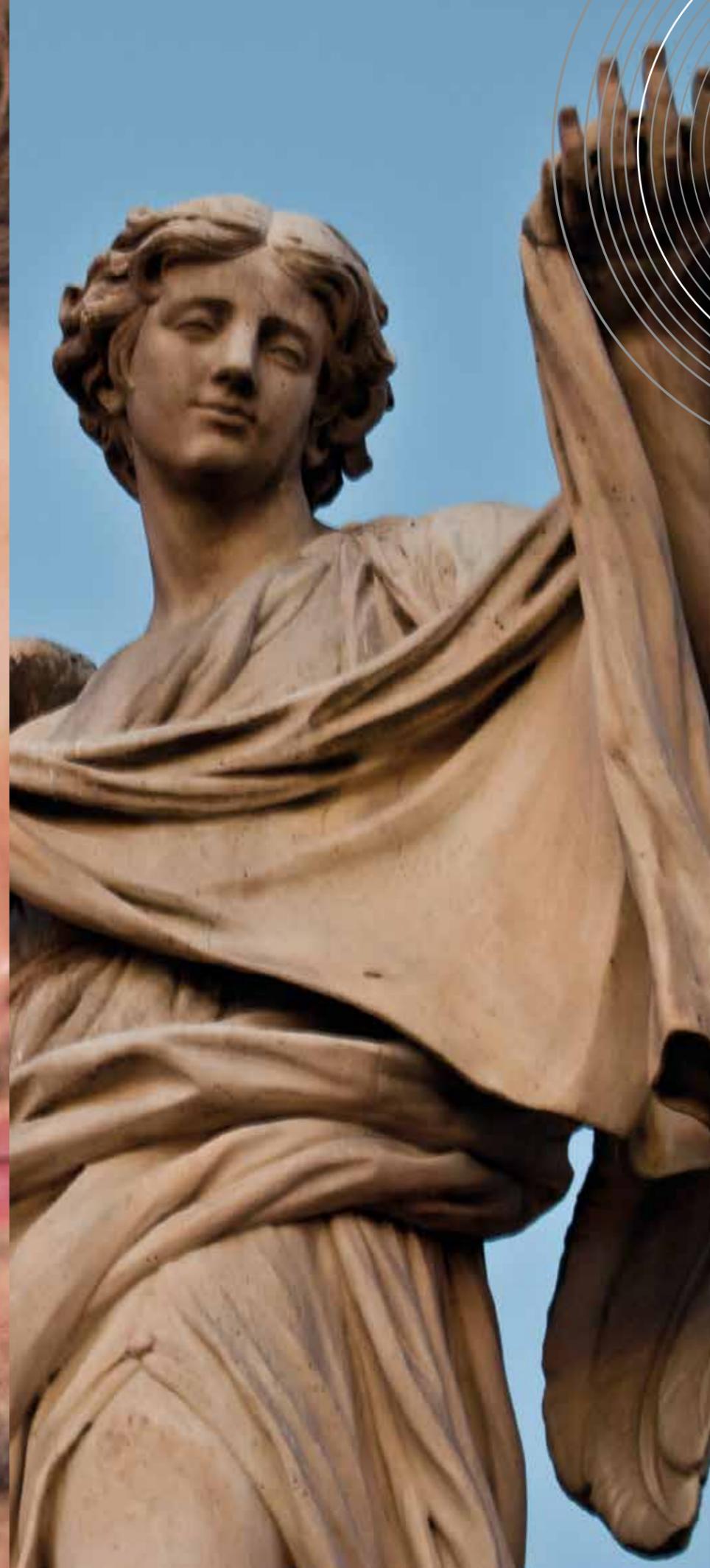
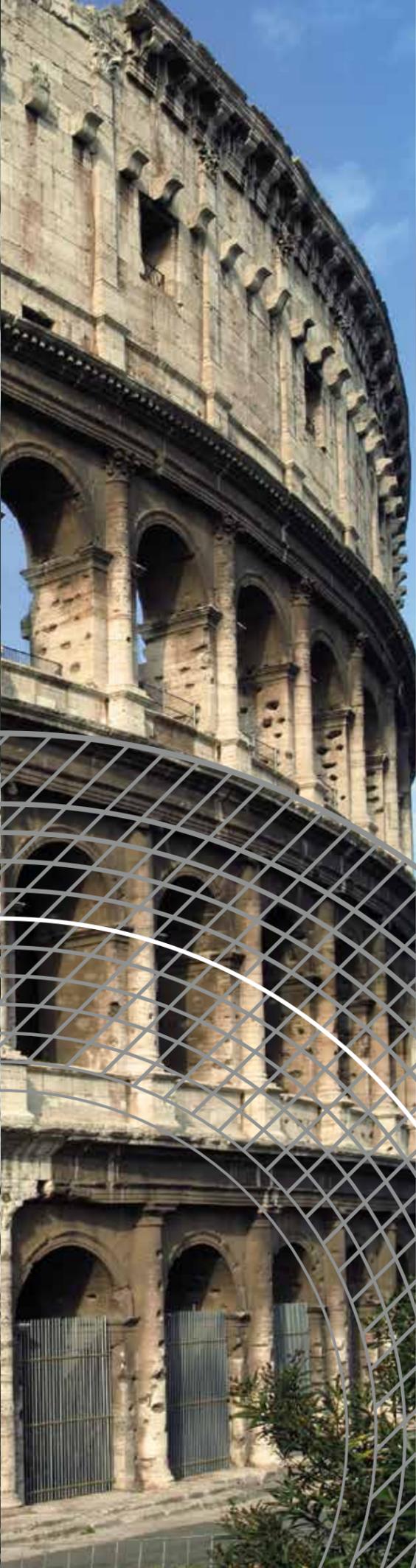
Em 2013, a EDPR não identificou acidentes ou óbitos de pessoas da comunidade, envolvendo ativos da empresa.

# 06

## GOVERNO DA SOCIEDADE

---

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	83
Estrutura de Capital	83
Órgãos Sociais e Comissões	86
Comissões no seio do Órgão de Administração ou Supervisão e Administradores Delegados	91
Fiscalização	95
Remunerações	109
Transações com Partes Relacionadas	113
PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	118
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	118
ANEXOS	119



> ITÁLIA  
COLISEU  
Coordenadas:  
41° 53' 24" N 12° 29' 32" E  
Hora do dia: 15H

## 6. GOVERNO DA SOCIEDADE

### PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

#### A. ESTRUTURA DE CAPITAL

##### I. ESTRUTURA DE CAPITAL

###### 1. ESTRUTURA DE CAPITAL

EDP Renováveis, S.A. (doravante designada “EDP Renováveis”, “EDPR” ou “a Empresa”), cuja totalidade do capital social, desde a oferta pública de venda inicial (IPO) em junho de 2008, de 4.361.540.810 euros, consiste em 872.308.162 ações emitidas e integralmente realizadas com o valor nominal de 5,00 euros. Todas as ações integram uma única classe e série e encontram-se admitidas à cotação na Bolsa de Lisboa.

###### EDP RENOVÁVEIS, S.A.

Capital social	EUR 4.361.540.810
Valor nominal das ações	EUR 5,00
Número de ações	872.308.162

###### NYSE Euronext Lisbon

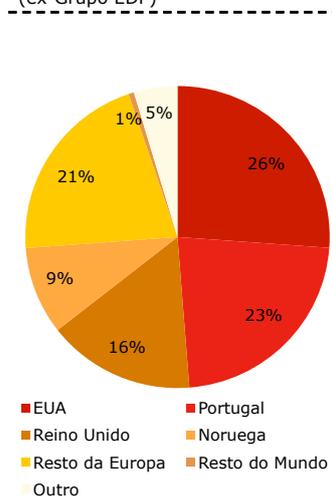
ISIN	ES0127797019
Bloomberg Ticker	EDPR.LS
Reuters RIC	EDPR.PL

O principal acionista da EDPR é o Grupo EDP, com 77,5% do capital social e direito de voto. Excluindo o Grupo EDP, os acionistas da EDPR incluem cerca de 92.000 investidores institucionais e privados em mais de 21 países, com predominância nos EUA, Portugal, Reino Unido e Noruega. Nos restantes países europeus, os mais representativos são a França e a Suíça. Os investidores institucionais representam 82% da estrutura acionista da Empresa (ex-Grupo EDP), nomeadamente fundos de investimento e de responsabilidade social (SRI), enquanto os investidores privados, na sua maioria portugueses, representam os 18% remanescentes.

TIPO DE INVESTIDOR  
(ex-Grupo EDP)



INVESTIDOR POR ÁREA  
GEOGRÁFICA  
(ex-Grupo EDP)



###### 2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

Os Estatutos da EDPR não prevêem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações.

###### 3. AÇÕES PRÓPRIAS

A EDPR não possui ações próprias.

###### 4. MUDANÇA DE CONTROLO

A EDPR não adotou quaisquer medidas destinadas a impedir qualquer oferta pública de aquisição.

A sociedade não tomou quaisquer medidas defensivas em relação a casos de mudança de controlo na sua estrutura acionista.

A EDPR não iniciou quaisquer acordos tendentes a uma mudança no controlo da Empresa que não estejam de acordo com a prática normal em caso de financiamento de determinados projetos eólicos por parte de algumas empresas do grupo e em caso de acordos intragrupo.

#### 5. REGIME DE ACORDOS ESPECIAIS

A EDPR não possui qualquer sistema de renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista ou em concertação com outros acionistas.

#### 6. ACORDOS PARASSOCIAIS

A Empresa não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

## II. PARTICIPAÇÕES SOCIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

#### 7. PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

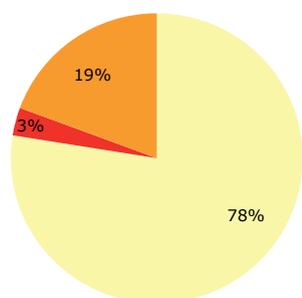
As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regulamenta os critérios e limites de participação acionista.

À data de 31 de dezembro de 2013 foram identificadas as seguintes participações qualificadas:

	# de Ações	% Capital	% dos Votos
<b>ACIONISTA</b>			
EDP – Energias de Portugal, S.A. – Sucursal em Espanha	541.027.156	62%	62%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,5%	15,5%
<b>EDP – Energias de Portugal</b>	<b>676.283.856</b>	<b>77,5%</b>	<b>77,5%</b>
<b>MFS Investment Management</b>	<b>27.149.038</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,1%</b>
<b>Total de participações qualificadas</b>	<b>703.432.894</b>	<b>80,6%</b>	<b>80,6%</b>

À data de 31 de Dezembro de 2013, a estrutura acionista da EDPR consistia num total de participações qualificadas de 80,6%, dos quais o Grupo EDP e a MFS Investment Management detinham, respetivamente, 77,5% e 3,1% da totalidade do capital da EDPR, representando o *free-float* 19,4% do capital.

#### ESTRUTURA ACIONISTA



■ Grupo EDP ■ MFS IM ■ Free-Float

Em Setembro de 2013, a MFS Investment Management notificou a EDPR relativamente a uma participação qualificada de 3,1% do capital social e 3,1% dos respetivos direitos de voto. MFS Investment Management é uma empresa de gestão global de ativos com sede nos EUA.

#### 8. AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

A tabela seguinte reflete o número de ações da EDPR detidas, direta ou indiretamente, pelos membros do Conselho de Administração a 31 de dezembro de 2013. As transações de ações detidas pelos membros do Conselho de Administração da EDPR são comunicadas às entidades regulatórias e de supervisão competentes (CMVM – Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

No que reporta a obrigações, a EDPR não possui obrigações cotadas em mercado.

Administrador	Transações reportadas em 2013				Nº de ações (31.Dez.2013)		
	Tipo	# Ações	Data	Preço unit.	Diretas	Indiretas	Total
António Mexia					3.880	320	4.200
João Manuel Manso Neto					-	-	-
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves					5.000	-	5.000
João Marques da Cruz					1.200	-	1.200
Gabriel Alonso					26.503	-	26.503
João Paulo Costeira					3.000	-	3.000
Rui Teixeira					12.000	370	12.370
Acácio Piloto					300	-	300
António Nogueira Leite					400	-	400
Gilles August					-	-	-
João Lopes Raimundo					170	670	840
João Manuel de Mello Franco					380	-	380
Jorge Santos					200	-	200
José Araújo e Silva					80	-	80
José Ferreira Machado	Compra	600	11-04-13	€ 3,61	630	-	630
Manuel Menéndez Menéndez					-	-	-
Rafael Caldeira Valverde					-	-	-

## 9. PODERES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração está investido dos mais amplos poderes para a administração, gestão e governo da Empresa, sem qualquer limitação, exceto nas atribuições expressamente conferidas à exclusiva competência da Assembleia Geral de Acionistas nos termos do Artigo 19 dos Estatutos ou da legislação aplicável. Neste contexto, O Conselho de Administração está investido dos seguintes poderes:

- Adquirir por qualquer título, oneroso ou lucrativo, os bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações que convenham à Sociedade;
- Alienar e hipotecar ou onerar bens móveis e imóveis, direitos, acções e participações da Sociedade e cancelar hipotecas e outros direitos reais;
- Negociar e realizar quantos empréstimos e operações de crédito julgue convenientes;
- Celebrar e formalizar todo o tipo de actos ou contratos com entidades públicas ou com particulares;
- Interpor as acções civis e criminais e de toda a ordem que incumbam à Sociedade representando-a perante funcionários, autoridades, corporações e Tribunais governativos, administrativos, económico-administrativos, contencioso-administrativos e judiciais, Juzgados de lo Social e Salas de lo Social do Supremo Tribunal e dos Tribunais Superiores de Justiça das Comunidades Autónomas, sem limitação alguma, incluindo o Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias; em geral, perante a Administração Pública em todos os seus graus e hierarquias; intervir ou promover, seguir e terminar, por todos os seus trâmites e instâncias, quaisquer expedientes, juízos ou procedimentos; consentir resoluções, interpor todo o tipo de recursos, incluindo o de cassação e demais extraordinários, desistir ou confessar, transigir, comprometer a árbitros as questões litigiosas, realizar todo o tipo de notificações e requerimentos e conferir poderes a Procuradores dos Tribunais e outros mandatários, com as faculdades do caso e as usuais nos poderes gerais para pleitos e os especiais aplicáveis, e revogar estes poderes;
- Decidir a repartição de quantidades da conta de dividendos;
- Convocar as Assembleias Gerais e submeter à consideração das mesmas as propostas que julgue procedentes;
- Dirigir o andamento da Sociedade e a organização dos seus trabalhos e explorações, tomando conhecimento do curso dos negócios e operações sociais, dispondo o investimento de fundos, fazendo amortizações extraordinárias de Obrigações em circulação e realizando tudo quanto julgue conveniente ao melhor logro dos fins sociais;
- Nomear e demitir livremente os Directores e todo o pessoal técnico e administrativo da Empresa, assinalando as suas atribuições e retribuição;
- Decidir as alterações de sede social dentro do mesmo território municipal;
- Constituir e dotar conforme o Direito, todo o tipo de pessoas jurídicas, contribuir e ceder todo o tipo de bens e direitos, assim como celebrar contratos de concentração e cooperação, associação, agrupamento e união temporária de Empresas ou negócios e de constituição de comunhões de bens, e acordar a sua modificação, transformação e extinção;
- As demais atribuições que expressamente se atribuem nestes Estatutos ou na legislação aplicável, e sem que esta enumeração tenha carácter limitativo, se não unicamente indicativo.

No que diz respeito às decisões sobre aumento do capital social, o Conselho de Administração não dispõe desse poder, mas, sob delegação prévia de poderes da Assembleia Geral de Acionistas, passaria a poder decidir o aumento do capital. Esta delegação de competências deve obedecer às disposições legais e estatutárias.

Por outro lado, a Assembleia Geral de Acionistas pode também delegar no Conselho de Administração os poderes de implementação de uma decisão previamente adotada de aumento do capital social, indicando a data ou datas da sua realização e determinando as restantes condições que não tenham sido especificadas pela Assembleia Geral de Acionistas de Acionistas. O Conselho de Administração poderá fazer uso no todo ou em parte desta delegação, inclusivamente não executá-la considerando as condições da Empresa, do mercado ou de quaisquer

acontecimentos ou circunstâncias de especial relevância que justifiquem tal decisão, do que deverá ser dado conhecimento à Assembleia Geral de Acionistas uma vez concluído o prazo ou prazos outorgados para a sua execução.

Até hoje este poder nunca foi delegado.

## 10. RELAÇÕES SIGNIFICATIVAS DE NATUREZA COMERCIAL ENTRE OS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS E A EMPRESA

Informação sobre quaisquer relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Empresa encontra-se disponível no ponto 90 do presente Relatório.

## B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

### I. ASSEMBLEIA GERAL

#### A. COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

##### 11. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS

Os membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas são o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, o Presidente do Conselho de Administração ou um seu representante, os demais Administradores, e o Secretário do Conselho de Administração.

O Presidente da Assembleia Geral de Acionistas, Rui Chancerelle de Machete, foi eleito a 4 de Junho de 2008 e reeleito a 11 de Abril de 2011, para um mandato de três anos. No entanto, por ter sido nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, o Presidente da Assembleia Geral de Accionistas teve de resignar ao cargo em Julho de 2013.

O Presidente do Conselho de Administração, António Mexia, foi reeleito a 21 de Junho de 2011, para um mandato de três anos.

O Secretário da Assembleia Geral de Acionistas, Emilio García-Conde Noriega, foi nomeado Secretário do Conselho de Administração a 4 de Dezembro de 2007. O Secretário do Conselho não tem uma data de termo de acordo com a Lei espanhola das Sociedades de Capital, uma vez que não é membro do Conselho.

Para além da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas, o Presidente da Assembleia Geral de Acionistas da EDPR dispõe dos recursos humanos e logísticos adequados para o exercício das suas funções. Assim, para além do Secretário da Empresa e do apoio legal previsto para o efeito, a Empresa contrata uma entidade especializada para recolher, processar e contar os votos em cada Assembleia Geral de Acionistas.

#### B. EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

##### 12. RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO

Cada ação dá direito a um voto. Os Estatutos da EDPR não incluem restrições ao direito de voto.

##### 13. DIREITOS DE VOTO

Os Estatutos da EDPR não contêm qualquer referência à percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que, com aquele, se encontrem em qualquer relação. Todos os acionistas, independentemente do número de ações que possuem, podem participar na Assembleia Geral de Acionistas bem como nas suas deliberações, com direito de voz e voto.

Para exercerem o seu direito de participação, a Empresa informa, na sua Convocatória e no Guia do Acionista, que os acionistas devem ter as suas ações registadas em seu nome na conta de valores mobiliários com uma antecedência de, pelo menos, cinco (5) dias úteis antes da data da Assembleia Geral de Acionistas.

Qualquer acionista com direito a participar poderá enviar um representante à Assembleia Geral de Acionistas, mesmo que essa pessoa não seja acionista. O poder de procuração é revogável. O Conselho de Administração pode exigir que a procuração esteja na posse da empresa com, no mínimo, dois (2) dias de antecedência, indicando o nome do representante.

A procuração deve ser específica para cada Assembleia Geral de Acionistas, apresentada por escrito ou enviada por meios de comunicação à distância, como o correio.

Os acionistas podem votar em pontos da ordem de trabalhos referentes a quaisquer matérias da competência dos acionistas, por correspondência ou correio eletrónico.

O voto por correspondência pode ser revogado posteriormente através do mesmo meio utilizado, dentro do prazo estabelecido para o efeito ou participando pessoalmente ou por representante na Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração aprova um Guia do Acionista para a Assembleia Geral de Acionistas, detalhando as formas de voto por correio regular ou comunicação eletrónica, entre outros assuntos. O modelo está disponível aos acionistas em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

Os votos por correspondência devem ser enviados, por escrito, para o local indicado na convocatória, acompanhados da documentação indicada no Guia do Acionista. Nos termos do Artigo 15 dos Estatutos, os votos

por correspondência devem ser recebidos na Empresa antes da meia-noite (24:00 horas) do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

Os acionistas receberão uma senha para efetuarem a votação por comunicação eletrónica no prazo e na forma estabelecidos na convocatória da Assembleia Geral de Acionistas. Nos termos do Artigo 15º dos Estatutos, os votos eletrónicos devem ser recebidos pela Empresa antes da meia-noite do dia anterior à data da Assembleia Geral de Acionistas em primeira convocatória.

#### 14. DECISÕES QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, EXIGEM MAIORIA QUALIFICADA

De acordo com os Estatutos da EDPR e conforme estabelecido por lei, as Assembleias Gerais, tanto ordinárias como extraordinárias, reúnem validamente em primeira convocatória se os acionistas, presentes ou representados por procurador, representarem pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital votante subscrito. A Assembleia Geral de Acionistas reunirá em segunda convocatória independentemente do valor do capital presente, a fim de respeitar o mínimo estabelecido no âmbito da Lei espanhola das Sociedades de Capital.

No entanto, para que sejam válidas as deliberações sobre emissão de obrigações, aumento ou redução do capital social, transformação, incorporação, fusão ou cisão da Empresa, e em geral qualquer alteração necessária aos Estatutos, em Assembleia Geral de Acionistas ordinária ou extraordinária será necessário: em primeira convocatória, que os acionistas, presentes ou representados por procurador, representem pelo menos 50 por cento (50%) do capital subscrito e, em segunda convocatória, que os acionistas, presentes ou representados por procurador, representem pelo menos vinte e cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito. No caso de os acionistas presentes representarem menos de 50 por cento (50%) do capital subscrito, as resoluções anteriormente mencionadas só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado na Assembleia Geral de Acionistas.

A EDPR não estabeleceu qualquer mecanismo que tenha por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária e não adotou mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

## II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

### A. COMPOSIÇÃO

#### 15. MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO

A EDPR adotou a estrutura de governo em vigor em Espanha. É composto por uma Assembleia Geral de Acionistas e um Conselho de Administração que representa e administra a Empresa.

Como exigido por lei e pelos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração da empresa constituiu quatro comissões. As comissões são: Comissão Executiva, Comissão de Auditoria e Controlo, Comissão de Nomeações e Remunerações e Comissão de Transações entre Partes Relacionadas.

O modelo de governo da EDP Renováveis foi concebido para garantir a separação transparente e meticulosa dos deveres e a especialização da supervisão. As entidades mais importantes do modelo de gestão e supervisão da EDP Renováveis são os seguintes:

- Assembleia Geral de Acionistas;
- Conselho de Administração;
- Comissão Executiva;
- Comissão de Auditoria e Controlo;
- Auditor externo.

A escolha deste modelo, por parte da EDPR, tem por objetivo adaptar, tanto quanto possível, o modelo de governo corporativo da Empresa à legislação portuguesa. O modelo de governo adotado pela EDPR visa, portanto, tanto quanto é compatível com a sua personalidade jurídica, corresponder ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

A escolha deste modelo prende-se essencialmente com a tentativa de estabelecer a compatibilidade entre dois sistemas diferentes de direito das sociedades, que podem ser considerados aplicáveis a este modelo.

A experiência de funcionamento institucional indica que o modelo de governo adotado pelos acionistas é apropriado para a organização corporativa da atividade da EDPR, principalmente porque proporciona transparência e um equilíbrio saudável entre as funções de gestão da Comissão Executiva, as funções de supervisão da Comissão de Auditoria e Controlo e a supervisão por parte de diferentes comissões especiais do Conselho de Administração.

A relação institucional e funcional entre a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Controlo e os membros não executivos do Conselho de Administração tem assegurado a harmonia interna, o que tem contribuído para o desenvolvimento dos negócios da Empresa.

Por forma a assegurar uma melhor compreensão do governo corporativo da EDPR por parte dos seus acionistas, a Companhia disponibiliza os seus Estatutos atualizados, bem como os Regulamentos das suas Comissões, em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com)

A EDPR é uma empresa espanhola cotada na bolsa de valores regulamentada em Portugal. A organização corporativa da EDP Renováveis está, assim, sujeita à sua personalidade jurídica e, tanto quanto aplicável, às recomendações do “Código de Governo das Sociedades” aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) em Julho de 2013. Este código de governo societário pode ser consultado no site da CMVM na internet ([www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt)).

A organização e o funcionamento do modelo de governo societário da EDPR foram concebidos de forma a atingirem os mais elevados padrões de governo corporativo e códigos de ética e conduta nos negócios, tal como estabelecido pelas melhores práticas nacionais e internacionais de governo das sociedades.

## 16. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS

Nos termos do Artigo 29º, nº 5 dos Estatutos da sociedade, a Comissão de Nomeações e Remunerações é nomeada pelo Conselho de Administração para aconselhar e informar o Conselho sobre a nomeação (incluindo por cooptação), reeleição, destituição e remuneração dos membros do Conselho de Administração e do seu gabinete, bem como sobre a composição das diversas Comissões do Conselho, e a nomeação, remuneração e demissão de quadros diretivos. A Comissão propõe a nomeação e reeleição dos Administradores e dos membros das diferentes comissões, apresentando uma proposta com os nomes dos candidatos que a Comissão considera terem as melhores qualidades para cumprir o papel de membro do Conselho. O Conselho de Administração apresenta, subsequentemente, a proposta em Assembleia Geral de Acionistas, que deverá ser aprovada por maioria, por um período inicial de três (3) anos, podendo esses membros ser reeleitos, uma ou mais vezes, por períodos de três (3) anos. Contudo, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, os acionistas que assim desejarem, podem agrupar as suas ações até constituírem um montante de capital igual ou superior ao resultado da sua divisão pelo número de Administradores e nomearem os Administradores que, usando apenas frações inteiras, são deduzidos da proporção correspondente. Os acionistas que fizerem uso desse poder não podem intervir na nomeação dos restantes membros do Conselho de Administração.

Caso se verifiquem lugares vagos, nos termos do Artigo 23º dos Estatutos e 243º da Lei das Sociedades espanhol, o Conselho de Administração poderá cooptar um acionista, que ocupará o cargo até à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas seguinte, à qual será submetida a proposta para ratificação da referida cooptação. Nos termos do Artigo 247º da Lei das Sociedades de Capital espanhola, a cooptação de Administradores, tal como sucede com outras decisões do Conselho, deve ser aprovada por maioria absoluta dos Administradores presentes na reunião do Conselho.

## 17. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

De acordo com os Artigos 20º e 21º dos Estatutos da EDPR, o Conselho de Administração é constituído no mínimo por cinco (5) e no máximo por dezassete (17) Administradores. O seu mandato tem a duração de três (3) anos, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes por iguais períodos.

O número de membros do Conselho de Administração foi fixado em dezassete (17) por decisão da Assembleia Geral de Acionistas de Acionistas realizada a 21 de Junho de 2011.

Nome	Cargo	Data da primeira eleição	Data da reeleição	Termo do mandato
António Mexia	Presidente e Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Marques da Cruz	Administrador	16/05/2012	-	21/06/2014
Nuno Alves	Administrador	18/03/2008	21/06/2011	21/06/2014
Gabriel Alonso	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
João Paulo Costeira	Administrador	21/06/2011	-	21/06/2014
Rui Teixeira	Administrador	11/04/2011	21/06/2011	21/06/2014
Acácio Piloto*	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014
António Nogueira Leite*	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014
Gilles August	Administrador	14/04/2009	21/06/2011	21/06/2014
João Lopes Raimundo	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
João Manuel de Mello Franco	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Jorge Santos	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
José Araújo e Silva	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
José Ferreira Machado*	Administrador	26/02/2013	-	21/06/2014
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014
Rafael Caldeira Valverde	Administrador	04/06/2008	21/06/2011	21/06/2014

\*A 26 de Fevereiro de 2013, Acácio Piloto, António Nogueira Leite e José Ferreira Machado foram eleitos por cooptação como membros do Conselho de Administração. A proposta de cooptação foi feita de acordo com o Artigo 23, nº 2, dos Estatutos da EDPR. A 23 de Abril de 2013, a sua eleição foi ratificada em Assembleia Geral de Acionistas.

## 18. MEMBROS EXECUTIVOS, NÃO EXECUTIVOS E INDEPENDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Estatutos da EDPR, que se encontram disponíveis para consulta no site da empresa ([www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com)), contêm as regras sobre a independência necessária para o exercício de funções em qualquer órgão da Empresa. A independência dos Administradores é avaliada, de acordo com a personalidade jurídica da Empresa, pela lei espanhola.

Seguindo as recomendações da CMVM, o Artigo 12º do Regulamento do Conselho de Administração exige que, pelo menos, vinte e cinco por cento (25%) dos membros do Conselho seja independente. O Artigo 20.2º dos Estatutos da EDPR define os membros independentes do Conselho de Administração como aqueles que são capazes de desempenhar as suas funções sem serem limitados por relações com a Empresa, seus acionistas com participações significativas, ou seus Administradores e cumprir as demais exigências legais.

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da Empresa, não podem ser Administradores:

- Pessoas que façam parte da administração ou que estejam, de qualquer forma, associadas a qualquer concorrente da EDPR ou com ele relacionadas. Uma empresa deve ser considerada concorrente da EDPR se estiver direta ou indiretamente envolvida na produção, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou fornecimento de eletricidade ou gases combustíveis. É também considerada concorrente toda e qualquer empresa que tenha interesses opostos aos da EDPR, seja o próprio concorrente ou qualquer uma das empresas do seu grupo, e os administradores, empregados, advogados, consultores, ou representantes de qualquer uma dessas empresas. As empresas pertencentes ao mesmo Grupo que a EDPR, inclusive no estrangeiro, não poderão, sob nenhuma circunstância, ser consideradas concorrentes da EDPR;
- Pessoas que se encontram em qualquer outra situação de incompatibilidade ou proibição pela Lei ou pelos Estatutos. Pela Lei espanhola, não estão autorizadas a ser administradores as pessoas que, entre outras situações, são: i) menores de dezoito (18) anos, (ii) incapacitadas, (iii) concorrentes, (iv) condenadas por determinados crimes, ou (v) exercem determinados cargos de direção.

O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.

A tabela subsequente apresenta os membros executivos, não-executivos e independentes do Conselho de Administração. Os membros independentes mencionados na tabela cumprem os critérios de independência e de incompatibilidade exigidos por lei e pelos Estatutos da sociedade.

Nome	Cargo
António Mexia	Presidente e Administrador Não Executivo
João Manso Neto	Vice-Presidente e Administrador Executivo
João Marques da Cruz	Administrador Não Executivo
Nuno Alves	Administrador Executivo
Gabriel Alonso	Administrador Executivo
João Paulo Costeira	Administrador Executivo
Rui Teixeira	Administrador Executivo
Acácio Piloto	Administrador Não Executivo e Independente
António Noqueira Leite	Administrador Não Executivo e Independente
Gilles August	Administrador Não Executivo e Independente
João Lopes Raimundo	Administrador Não Executivo e Independente
João Manuel de Mello Franco	Administrador Não Executivo e Independente
Jorge Santos	Administrador Não Executivo e Independente
José Araújo e Silva	Administrador Não Executivo e Independente
José Ferreira Machado	Administrador Não Executivo e Independente
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador Não Executivo
Rafael Caldeira Valverde	Administrador Não Executivo e Independente

## 19. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E ELEMENTOS CURRICULARES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação sobre as posições detidas pelos membros do Conselho de Administração, nos últimos cinco (5) anos, as que detêm atualmente, as posições em empresas do Grupo e fora do Grupo e outras informações curriculares relevantes estão disponíveis nos Anexos I, II, III e IV, respetivamente.

## 20. RELAÇÕES FAMILIARES, PROFISSIONAIS OU COMERCIAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO COM ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA

As participações qualificadas na EDPR estão sujeitas à lei espanhola, que regulamenta os critérios e limites de participação acionista. A 31 de Dezembro de 2013, e tanto quanto a sociedade foi informada, não existem quaisquer relações familiares ou comerciais dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada, mas apenas relações profissionais inerentes ao facto de alguns membros do Conselho de Administração da EDPR serem simultaneamente membros de Conselhos de Administração de outras empresas no seio do Grupo EDP - Energias de Portugal S.A., e que são os seguintes:

- António Mexia
- João Manso Neto
- João Marques da Cruz
- Nuno Alves
- Manuel Menéndez Menéndez

Ou serem colaboradores de outras empresas do Grupo EDP, e que são os seguintes:

- João Paulo Costeira
- Rui Teixeira

21. ESTRUTURA DE GESTÃO



90

NEVERENDING ENERGY

De acordo com a lei espanhola e a prática das empresas espanholas, a gestão diária do negócio é garantida por um CEO. Este tipo de organização difere da prática nas empresas portuguesas, em que um "conselho de administração executivo" é responsável por áreas de negócio específicas e cada administrador executivo é responsável por uma área de negócio.

**B. FUNCIONAMENTO**

22. REGULAMENTOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Regulamentos do Conselho de Administração da EDPR encontram-se publicamente disponíveis no seu site corporativo, em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com), bem como na sede da sociedade, na Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, Espanha.

23. NÚMERO DE REUNIÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração realizou seis (6) reuniões durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2013. Foram elaboradas atas de todas as reuniões. A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões do Conselho de Administração dos seus membros em 2013:

Nome	Cargo	% assiduidade
António Mexia	Presidente e Administrador	100%
João Manso Neto	Vice-Presidente e CEO	100%
João Marques da Cruz	Administrador	83,5%
Nuno Alves	Administrador	83,5%
Gabriel Alonso	Administrador	66,8%
João Paulo Costeira	Administrador	100%
Rui Teixeira	Administrador	66,8%
Acácio Piloto	Administrador (independente)	100%
António Nogueira Leite	Administrador (independente)	100%
Gilles August	Administrador (independente)	50%
João Lopes Raimundo	Administrador (independente)	83,5%
João Mello Franco	Administrador (independente)	100%
Jorge Santos	Administrador (independente)	100%
José Araújo e Silva	Administrador (independente)	100%
José Ferreira Machado	Administrador (independente)	100%
Manuel Menéndez Menéndez	Administrador	66,8%
Rafael Caldeira Valverde	Administrador (independente)	83,5%

24. ÓRGÃO COMPETENTE PARA AVALIAR O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável pela avaliação do desempenho dos Administradores Executivos.

25. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Os critérios de avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontram-se descritos nos pontos 71 e 72 do presente Relatório.

## 26. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da EDPR estão totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não existindo restrições para a execução desta função em simultâneo com outras posições. As posições detidas, em simultâneo, em outras empresas dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes realizadas por membros do Conselho de Administração durante o exercício encontram-se enumeradas nos Anexos I, II e III, respetivamente.

### C. COMISSÕES NO SEIO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU SUPERVISÃO E ADMINISTRADORES DELEGADOS

## 27. COMISSÕES NO SEIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 10º dos Estatutos da sociedade, o Conselho de Administração da Empresa pode ter órgãos delegados. O Conselho de Administração criou quatro comissões:

- Comissão Executiva
- Comissão de Auditoria e Controlo
- Comissão de Nomeações e Remunerações
- Comissão de Operações entre Partes Relacionadas

Os Regulamentos das Comissões do Conselho de Administração estão publicamente disponíveis no site da Empresa, em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

## 28. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Em conformidade com o disposto no Artigo 27º dos Estatutos da sociedade, a Comissão Executiva é constituída por um mínimo de quatro (4) e um máximo de sete (7) Administradores.

A sua estrutura, a nomeação dos seus membros e a extensão dos poderes que lhes são delegados têm de ser aprovados por uma maioria qualificada de dois terços (2/3) dos membros do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração definiu o número de membros da Comissão Executiva em cinco (5), para além do Secretário. Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas atualmente são:

- João Manso Neto, Presidente e CEO
- Gabriel Alonso
- João Costeira
- Nuno Alves
- Rui Teixeira

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o Cargo de Secretário da Comissão Executiva.

## 29. COMPETÊNCIAS DAS COMISSÕES

### COMISSÃO EXECUTIVA

#### FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

Adicionalmente aos Estatutos da sociedade, esta Comissão rege-se ainda pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008. Ambos os regulamentos estão disponíveis para consulta no site [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão Executiva deve reunir pelo menos uma vez por mês, e sempre que o seu Presidente considere necessário. O Presidente tem ainda a prerrogativa de suspender ou adiar as reuniões que entender. A Comissão Executiva reunirá também sempre que pelo menos dois (2) dos seus membros o solicitem.

O Presidente da Comissão Executiva, que é também o Vice-presidente do Conselho de Administração, deve enviar ao Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo a convocatória para as reuniões da Comissão Executiva, bem como as atas dessas reuniões. O Presidente do Conselho de Administração também recebe as atas das reuniões da Comissão Executiva.

As reuniões da Comissão Executiva são consideradas válidas se metade mais um dos seus membros estiverem presentes. As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente, em caso de empate.

Os Administradores Executivos devem facultar todo e qualquer esclarecimento que lhes seja solicitado por qualquer um dos restantes órgãos sociais da Empresa.

A composição da Comissão Executiva é descrita no ponto anterior.

A Comissão Executiva é um órgão permanente no qual podem ser delegadas todas as competências do Conselho de Administração que sejam delegáveis nos termos da lei e dos Estatutos, com as seguintes exceções:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- A nomeação de Administradores por cooptação;
- O pedido de convocatória ou a convocatória de Assembleias Gerais;
- A elaboração e formulação das Contas Anuais e do Relatório de Gestão a submeter à Assembleia Geral de Acionistas;
- A alteração da sede social; e
- A redação e aprovação de projetos de fusão, cisão ou transformação da Empresa.

## ATIVIDADE 2013

Em 2013, a Comissão Executiva realizou 47 reuniões. A principal atividade da Comissão Executiva é a gestão diária da Empresa.

## COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Em conformidade com o Artigo 28º dos Estatutos da sociedade e os Artigos 8º e 9º dos Regulamentos da Comissão, a Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de cinco (5) Administradores.

A Comissão de Auditoria e Controlo é constituída por três (3) membros independentes e um Secretário. Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas atualmente são:

- João Manuel de Mello Franco, Presidente
- João Lopes Raimundo
- Jorge Santos

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo.

Nos termos do Artigo 28º dos Estatutos, os membros da Comissão de Auditoria e Controlo são nomeados pelo Conselho de Administração. O mandato do Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo tem a duração de três (3) anos, após os quais só pode ser reeleito para um segundo mandato de três (3) anos. Não obstante, findo este novo mandato, o Presidente pode manter-se como membro da Comissão de Auditoria e Controlo.

As competências da Comissão de Auditoria e Controlo são as seguintes:

- Informar nas Assembleias Gerais, por intermédio do seu Presidente, sobre as questões relacionadas com as suas competências;
- Propor, ao Conselho de Administração, para ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas de Acionistas, a nomeação dos auditores de contas da Empresa, bem como as condições da sua contratação, o alcance do seu trabalho – nomeadamente no que respeita à prestação de serviços de auditoria e relacionados com auditoria –, a avaliação anual da sua atividade, a revogação ou renovação da sua nomeação;
- Supervisionar o relatório financeiro e o funcionamento dos sistemas de gestão de risco e controlo internos, bem como avaliar os sistemas e propor os ajustamentos necessários de acordo com as necessidades da Empresa;
- Supervisionar as auditorias internas e a sua conformidade;
- Estabelecer um contacto permanente com os auditores externos para assegurar as condições, incluindo a independência, adequadas à prestação dos serviços por aqueles, atuando como interlocutor da Empresa em quaisquer matérias relacionadas com o processo de auditoria de contas, assim como recebendo e mantendo informação sobre quaisquer questões em matéria de auditoria de contas;
- Preparar um relatório anual sobre as suas atividades de supervisão, incluindo eventuais restrições, e expressando uma opinião sobre o Relatório de Gestão, as Contas e as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração;
- Receber notificações de irregularidades financeiras e contabilísticas apresentadas por colaboradores da Empresa, acionistas ou entidades com interesse direto e protegidas judicialmente, relacionadas com a atividade social da Empresa;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que colaborem com qualquer um dos membros da Comissão no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos mesmos considerar a importância dos assuntos que lhes sejam contratados e a situação económica da Empresa; Ao contratar os serviços desses peritos e determinar a sua remuneração, devem ser considerados tanto a importância dos assuntos que lhes são confiados como a situação económica da Empresa;
- Organizar relatórios a pedido do Conselho de Administração e das suas comissões;
- Refletir sobre o sistema de governo adotado pela EDPR, procurando encontrar áreas em que possa ser melhorado;
- Quaisquer outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração ou pelos Estatutos.

## FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Para além do disposto nos Estatutos da sociedade e na legislação, esta Comissão rege-se pelo seu regulamento, aprovado a 4 de junho de 2008 e alterado a 4 de maio de 2010, e encontra-se publicamente disponível em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

## ATIVIDADE EM 2013

Em 2013, as atividades da Comissão de Auditoria e Controlo incluíram as seguintes: (I) acompanhamento do encerramento de contas trimestrais, do primeiro semestre do ano e do final do exercício, para conhecer aprofundadamente a preparação e divulgação da informação financeira, auditoria interna, controlo interno e atividades de gestão de risco; (II) análise das normas pertinentes a que a Comissão está sujeita, em Portugal e Espanha, (III) avaliação do trabalho do auditor externo, especialmente em relação ao âmbito do trabalho em 2013 e aprovação de todos os serviços “relacionados com auditoria” e “não relacionados com auditoria”, (IV) supervisão da qualidade e integridade da informação financeira nas demonstrações financeiras e participação na reunião da Comissão Executiva em que esses documentos foram analisados e discutidos, (V) elaboração de um parecer individual e relatórios anuais de contas consolidadas, com periodicidade trimestral, semestral e anual, (VI) pré-aprovação do Plano de Auditoria Interna de 2013, (VII) supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno, gestão de risco e auditoria interna, (VIII) reflexão sobre o sistema de governo adotado pela EDP, (IX) análise da evolução do projeto SCIRF, (X) informação sobre a denúncia de irregularidades, (XI) elaboração dos relatórios trimestral e anual das suas atividades, (XII) participação da Comissão de Auditoria e Controlo no concurso para selecionar o Auditor Externo para o Grupo EDP para um mandato de três anos (2014-2016). O Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo integrou a Comissão de Avaliação que selecionou a proposta final. A Comissão de Auditoria e Controlo irá apresentar na próxima reunião do Conselho de Administração a proposta de nomeação do Auditor Externo a ser submetida à aprovação da próxima Assembleia Geral de Acionistas, em conformidade com o Artigo 28º, nº 6, b) dos Estatutos da sociedade.

A Comissão de Auditoria e Controlo não encontrou qualquer restrição às suas atividades de controlo e supervisão.

O relatório das atividades da Comissão de Auditoria e Controlo, do exercício findo a 31 de Dezembro de 2013, encontra-se disponível para os acionistas em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

## COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Nos termos do Artigo 29º dos Estatutos da sociedade e dos Artigos 8º e 9º do seu Regulamento, a Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por um mínimo de três (3) e um máximo de seis (6) Administradores. Pelo menos um dos seus membros deve ser independente, cabendo-lhe a presidência da Comissão.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações não podem acumular funções na Comissão Executiva. A Comissão de Nomeações e Remunerações é composta exclusivamente por membros independentes do Conselho de Administração, em conformidade com a Recomendação nº 44 do Código Unificado de Bom Governo aprovado por decisão da Comissão Nacional do Mercado de Valores espanhola (doravante, CNMV), tal como foi aditada pela Circular da CNMV 4/2007, de 27 de dezembro, que estabelece que a Comissão de Nomeações e Remunerações deve ser inteiramente constituída por Administradores externos, em número não inferior a três (3). Uma vez que é constituída por Administradores independentes (em Espanha, esta Comissão só pode ser integrada por Administradores), cumpre, tanto quanto possível, a Recomendação referida no ponto II.3.1 do Código de Governo das Sociedades portuguesas.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é constituída por três (3) membros independentes, mais o Secretário.

Os membros da Comissão de Nomeações e Remunerações atualmente são:

- Jorge Santos, Presidente
- António Nogueira Leite
- Rafael Caldeira Valverde

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nenhum dos elementos da Comissão tem qualquer relação familiar com os outros membros do Conselho de Administração, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins até ao 3º grau, inclusive.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente de natureza informativa e consultiva, e os seus relatórios e recomendações não têm carácter vinculativo.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações do Conselho e dos seus membros, assim como sobre a composição das comissões do Conselho e a nomeação, retribuição e destituição de quadros de topo. Por outro lado, a Comissão de Nomeações e Remunerações deve informar o Conselho de Administração sobre a política geral de remunerações e incentivos para os mesmos e para os quadros de topo. Estas funções abrangem o seguinte:

- Definir os princípios e critérios em relação à composição do Conselho de Administração, à seleção e à nomeação dos seus membros;
- Propor a nomeação e a reeleição de Administradores nos casos de cooptação e noutros que sejam submetidos à Assembleia Geral de Acionistas pelo Conselho de Administração;

- Propor ao Conselho de Administração a composição das suas diferentes comissões;
- Propor ao Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nos Estatutos, o sistema, a distribuição e o valor das remunerações dos Administradores e também, se assim for o caso, propor ao Conselho as condições contratuais dos Administradores;
- Apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as condições dos contratos firmados com Administradores;
- Informar e apresentar propostas ao Conselho de Administração sobre as nomeações e/ou destituição de executivos e as condições da sua contratação, e definir, de forma global, as políticas de contratação e remuneração dos quadros executivos;
- Rever e informar sobre os planos de incentivos, complementos de pensões e programas de retribuição;
- Quaisquer outras funções que lhe sejam atribuídas pelos Estatutos ou pelo próprio Conselho de Administração.

#### FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

Para além dos Estatutos, a Comissão de Nomeações e Remunerações rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008. Estes regulamentos podem ser consultados em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão deve reunir-se pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário. A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões. As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

#### ATIVIDADE EM 2013

Em 2013, as principais propostas feitas pela Comissão de Nomeações e Remunerações foram:

- Proposta dos nomes dos candidatos a eleger por cooptação para novos membros do Conselho de Administração, devido às posições vagas.
- Avaliação do desempenho do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.
- Preparação da atualização e consequente aprovação do Modelo de Avaliação e Remunerações de Desempenho para 2011-2013.
- Elaboração da Política de Remuneração a apresentar ao Conselho de Administração e ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.
- Relatório Anual de atividades.

#### COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Nos termos do Artigo 30º dos Estatutos, o Conselho de Administração pode estabelecer outras comissões, como é o caso da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas. Esta Comissão é constituída por um mínimo de três (3) elementos. A maioria dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas deve ser independente, havendo no caso desta comissão um Administrador não independente, Nuno Maria Pestana de Almeida Alves.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas são considerados independentes sempre que possam desempenhar as suas funções sem quaisquer constrangimentos que sejam fruto do seu relacionamento com a EDPR, os seus acionistas maioritários ou os seus Administradores, para além de deverem cumprir os outros requisitos da legislação aplicável.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é constituída por dois (2) membros independentes e um (1) membro não independente, conforme descrito, para além do Secretário.

Os membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas atualmente são:

- José Ferreira Machado, Presidente.
- João Mello Franco, Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo
- Nuno Alves

Adicionalmente, Emilio García-Conde Noriega exerce o cargo de Secretário da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os membros da Comissão mantêm-se em funções enquanto sejam Administradores da Empresa. No entanto, o Conselho de Administração detém a prerrogativa de os exonerar a qualquer momento, da mesma forma que os próprios membros da Comissão podem renunciar a estas funções, mantendo ainda assim o cargo de Administradores da Empresa.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é um órgão que emana do Conselho de Administração e cujas competências, sem prejuízo de outras que lhe sejam atribuídas pelo Conselho, incluem:

- Informar periodicamente o Conselho de Administração da Empresa sobre as relações comerciais e legais entre a EDPR ou entidades relacionadas e a EDP ou entidades relacionadas;
- Aquando da aprovação dos resultados anuais, apresentar um relatório sobre as relações comerciais e legais entre o Grupo EDPR e o Grupo EDP, e sobre as operações entre as respetivas entidades relacionadas ao longo do ano fiscal em questão;
- Ratificar, nos prazos necessários a cada caso concreto, a realização de operações entre a EDPR e/ou as entidades relacionadas com a EDP e/ou as entidades relacionadas, sempre e quando o valor da operação seja superior a 5.000.000,00 euros ou represente 0,3% das receitas anuais consolidadas do Grupo EDPR no exercício imediatamente anterior;
- Ratificar qualquer alteração ao acordo-quadro formalizado entre a EDP e a EDP Renováveis a 7 de maio de 2008;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração ou à sua Comissão Executiva, relativas às operações entre a EDPR ou suas entidades relacionadas e a EDP ou suas entidades relacionadas;
- Solicitar à EDP o acesso à informação que seja necessária para a prossecução das suas competências.
- Ratificar, no prazo correspondente às necessidades de cada caso específico, as transações entre outras participações qualificadas, que não sejam a EDP, com entidades do Grupo EDP Renováveis, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros.
- Ratificar, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as transações entre Administradores, "Colaboradores-Chave" e/ou membros da sua família com entidades do Grupo EDPR, cujo valor anual seja superior a 75.000 euros.

Se a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas não ratificar as relações comerciais ou legais entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDPR e entidades relacionadas, a validade de tais relações deve ser aprovada por 2/3 dos membros do Conselho de Administração, desde que, pelo menos, metade dos membros propostos por entidades distintas da EDP, bem como os que estão relacionados com outras entidades distintas da EDP, Administradores, "Colaboradores-Chave" e/ou membros da sua família, incluindo Administradores independentes, votem favoravelmente, exceto quando a maioria dos membros manifesta a sua aprovação antes de submeter o assunto para aprovação à Comissão de Operações entre Partes Relacionadas.

Os termos da parte 1 não são aplicáveis às transações entre a EDP ou entidades relacionadas e a EDPR ou entidades relacionadas quando realizadas sob condições normalizadas e são aplicáveis de forma igual a diferentes entidades relacionadas com a EDP e à própria EDP, mesmo em condições de preços normalizados.

#### FUNIONAMENTO DA COMISSÃO DE OPERAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Para além do disposto nos Estatutos, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas rege-se pelo seu Regulamento, aprovado a 4 de Junho de 2008 e alterado a 28 de Fevereiro de 2012. Estes regulamentos podem ser consultados em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com).

A Comissão deve reunir pelo menos uma vez por trimestre, e sempre que o seu Presidente considerar necessário.

A Comissão deve proceder à redação das atas de todas as suas reuniões, bem como informar o Conselho de Administração de todas as suas decisões na primeira reunião do Conselho que se realize depois de cada uma das suas reuniões.

As reuniões da Comissão serão válidas se pelo menos metade mais um dos seus membros estiverem presentes ou se fizerem representar. As decisões são adotadas por maioria simples, cabendo voto de qualidade ao seu Presidente em caso de empate.

#### ATIVIDADE EM 2013

Em 2013, a Comissão de Operações entre Partes Relacionadas procedeu à revisão, aprovação e proposta ao Conselho de Administração da aprovação de todos os acordos e contratos entre partes relacionadas submetidos à sua consideração.

O Capítulo E – I, ponto 90, do presente Relatório inclui uma descrição dos aspetos fundamentais dos acordos e contratos entre partes relacionadas.

### III. FISCALIZAÇÃO

#### A. COMPOSIÇÃO

##### 30. MODELO ADOTADO PELO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO

O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua personalidade jurídica e com a legislação espanhola, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.

**31. COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

A composição da Comissão de Auditoria e Controlo está refletida no ponto 29 supramencionado. O mandato e as datas da primeira nomeação dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo estão disponíveis no gráfico apresentado no ponto 17.

**32. INDEPENDÊNCIA DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

Informação sobre os membros da Comissão de Auditoria e Controlo, que se consideram independentes, está disponível no gráfico apresentado no ponto 18 do presente Relatório. Como mencionado no primeiro parágrafo do ponto 18, a independência dos membros do Conselho de Administração e das suas Comissões é avaliada de acordo com a personalidade jurídica da Empresa e a legislação espanhola.

**33. QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAIS E CURRICULARES DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

As qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de Auditoria e Controlo e outras informações curriculares importantes encontram-se disponíveis no Anexo IV do presente Relatório.

**B) FUNCIONAMENTO****34. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

O Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo encontra-se publicamente disponível no site da Empresa, em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com) e na sede da Empresa, na Plaza de la Gesta, 2, Oviedo, em Espanha.

**35. NÚMERO DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

Em 2013, a Comissão de Auditoria e Controlo reuniu doze (12) vezes, sendo que seis (6) dessas reuniões foram plenárias e as restantes seis (6) decorreram em diferentes departamentos em que o desenvolvimento da sua atividade foi discutido com a Comissão. A tabela seguinte apresenta a percentagem de assiduidade às reuniões da Comissão de Auditoria e Controlo dos membros:

<b>Membros</b>	<b>Cargo</b>	<b>% assiduidade</b>
João Mello Franco	Presidente	100%
João Raimundo	Vogal	80%
Jorge Santos	Vogal	80%

**36. DISPONIBILIDADE DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

Os membros da Comissão de Auditoria e Controlo estiveram totalmente disponíveis para o exercício das suas funções, não apresentando quaisquer restrições para a execução desta função, em simultâneo com posições ocupadas em outras empresas. As posições ocupadas em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros desta Comissão no decurso do exercício encontram-se mencionadas nos Anexos II e III, respetivamente.

**C) COMPETÊNCIAS E FUNÇÕES****37. PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS AO AUDITOR EXTERNO**

A EDP Renováveis segue uma política de pré-aprovação pela Comissão de Auditoria e Controlo para a pré-seleção do Auditor Externo e qualquer entidade relacionada para a prestação de quaisquer serviços não associados à auditoria, em conformidade com a Recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades portuguesas. Esta política foi rigorosamente cumprida em 2013.

Os serviços, para além dos de auditoria, prestados à Empresa pelo Auditor Externo e por entidades participadas ou incorporadas na mesma rede do Auditor Externo foram previamente aprovados pela Comissão de Auditoria em conformidade com o Artigo 8º, nº 2, b) do seu Regulamento, mediante análise de cada serviço específico, em que foram considerados os seguintes aspetos: ii) ter sido considerado que a contratação de tais serviços não constitui uma ameaça à independência do Auditor Externo, não potenciando qualquer situação de interesse pessoal, face também às medidas de salvaguarda de independência aplicadas pelo Auditor Externo; e (ii) a posição do Auditor Externo na prestação de tais serviços, nomeadamente a experiência do Auditor Externo e o conhecimento da Empresa.

Além disso, embora a contratação de serviços diversos dos serviços de auditoria ao Auditor Externo seja admissível, esta é sempre considerada uma exceção. Desta forma, como referido, em 2013 esses serviços correspondem apenas a cerca de 5% do valor total dos serviços prestados à Empresa.

**38. OUTRAS FUNÇÕES DA COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO**

Para além das competências expressamente delegadas à Comissão de Auditoria e Controlo conforme o Artigo 8º do seu Regulamento e, a fim de salvaguardar a independência do Auditor Externo, merecem destaque as seguintes atribuições da Comissão de Auditoria exercidas durante o exercício de 2013:

- Nomeação e contratação dos Auditores Externos e responsabilidade pela definição da sua remuneração, bem como pré-aprovação de quaisquer serviços a contratar aos Auditores Externos;
- Supervisão Direta e Exclusiva pela Comissão de Auditoria;

- Avaliação das habilitações, independência e desempenho dos Auditores Externos, e obtenção, anual e diretamente dos Auditores Externos, de informação escrita sobre todas as relações existentes entre a Empresa e os Auditores ou pessoas a eles associadas, incluindo todos os serviços prestados e todos os serviços em curso: a Comissão de Auditoria, para poder avaliar a sua independência, obteve dos Auditores Externos informação sobre a respetiva independência à luz do Artigo 62º B do Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro de 2008, que altera os Estatutos da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas;
- Revisão do relatório de transparência, assinado pelo Auditor e divulgado no seu site. Este relatório cobre as matérias previstas no Artigo 62º A do Decreto-Lei nº 224/2008, incluindo aquelas sobre o sistema de controlo de qualidade interno da empresa de auditoria e os procedimentos de controlo de qualidade realizados por autoridades competentes;
- Definição da política de contratação da Empresa para o caso de pessoas que tenham trabalhado ou trabalhem com os Auditores Externos;
- Análise, com o Auditor Externo, do âmbito, planeamento e recursos a serem utilizados nos seus serviços;
- Responsabilidade pela resolução de quaisquer diferendos entre a Comissão Executiva e os Auditores Externos relativos à informação financeira;
- Contratos firmados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados que foram analisados pela Comissão de Auditoria e Controlo. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão;
- A Comissão de Auditoria e Controlo participou no concurso para selecionar o Auditor Externo para o Grupo EDP para um mandato de três anos (2014-2016). O Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo integrou a Comissão de Avaliação que selecionou a proposta final. A Comissão de Auditoria e Controlo irá apresentar na próxima reunião do Conselho de Administração a proposta de nomeação do Auditor Externo a submeter à aprovação da próxima Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o Artigo 28º, nº 6, b) dos Estatutos da sociedade.

Neste contexto, importa destacar que a independência dos Auditores Externos foi salvaguardada pela execução da política da Empresa sobre pré-aprovação dos serviços a serem contratados a Auditores Externos (ou qualquer entidade participada ou incorporada na mesma rede dos Auditores Externos), o que resulta da aplicação das regras emitidas pela SEC nesta matéria. De acordo com esta política, a Comissão de Auditoria procede à pré-aprovação global da proposta de prestação de serviços apresentada pelos Auditores Externos e à pré-aprovação específica de outros serviços que venham a ser prestados pelos Auditores Externos, em especial, serviços de consultoria fiscal e outros serviços de "auditoria e relacionados com auditoria".

#### IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39-41. Em função do modelo de governo da EDPR, a informação exigida pelo Capítulo IV do Regulamento da CMVM nº 4/2013 não se aplica à EDPR.

#### V. AUDITOR EXTERNO

##### 42. IDENTIFICAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

O Auditor Externo da EDPR é, desde 2007, a KPMG Auditores S.L., uma empresa espanhola, cujo sócio responsável pela auditoria das contas da EDPR é Ana Fernández Poderós. KPMG Auditores S.L. está registada no registo oficial de auditores espanhol com o número S0702 e possui o número de identificação fiscal B-78510153.

##### 43. NÚMERO DE ANOS DO AUDITOR EXTERNO EM FUNÇÕES

KPMG Auditores S.L. e o sócio responsável pela auditoria das contas da EDPR têm exercido estas funções nos últimos sete anos consecutivos.

##### 44. POLÍTICA DE ROTAÇÃO

De acordo com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades da CMVM 2013, as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. De acordo com a legislação espanhola, o sócio responsável pela auditoria e pela assinatura das contas tem um mandato limitado de sete anos consecutivos. A 31 de Dezembro de 2013, a KPMG Auditores S.L. terminou o seu sétimo ano consecutivo como Auditor Externo da EDPR, pelo que não houve ainda necessidade de promover a rotação do auditor, de acordo com a Recomendação IV.3 do Código de Governo das Sociedades portuguêsas.

##### 45. AVALIAÇÃO DO AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria e Controlo é responsável pela avaliação do Auditor Externo de acordo com as competências que lhe estão cometidas pelo seu Regulamento. A avaliação por parte da Comissão de Auditoria e Controlo é efetuada uma vez por ano. No entanto, a Comissão de Auditoria e Controlo permanece em constante contacto com o auditor externo ao longo do ano para assegurar as condições, incluindo a independência, adequadas aos serviços a serem prestados, atuando como porta-voz da Empresa para assuntos relacionados com o processo de auditoria, bem como recebendo e mantendo informação relativa a quaisquer outras questões relacionadas com as contas. Em 2013, de acordo com as competências da Comissão de Auditoria e Controlo e

com as Recomendações II.2,2, esta Comissão foi a primeira e mais direta entidade e o órgão corporativo responsável pelo contato permanente com o auditor externo sobre assuntos que podem representar um risco para a sua independência e quaisquer outros assuntos relacionados com a auditoria das contas. É também esta Comissão que recebe e guarda informações sobre quaisquer outras questões previstas na legislação relativas a auditorias e a normas de auditoria em vigor, a qualquer momento.

#### 46. TRABALHOS DISTINTOS DOS DE AUDITORIA REALIZADOS PELO AUDITOR EXTERNO

De acordo com as normas descritas no ponto 29 do presente Relatório, existe na EDPR uma política de pré-aprovação, por parte da Comissão de Auditoria e Controlo, para a seleção de serviços distintos dos de auditoria, em conformidade com o Artigo 8º, nº 2, g) do Regulamento da Comissão de Auditoria e Controlo.

Subsequentemente, apresentamos em detalhe serviços distintos dos de auditoria prestados em 2013 para as unidades de negócio da EDPR:

- Serviços de Due Diligence fiscal e de contabilidade assim como de estruturação fiscal.
- Serviços de Consultoria e de estruturação relativamente à transferência de determinados ativos minoritários da EDPR.
- Consultoria da KPMG no processo de examinação fiscal de IRS.
- Consultoria da KPMG no processo de examinação fiscal de impostos relativamente a 2009.
- Serviços de consultoria fiscal para a preparação de seis relatórios técnicos sobre qualificação de PTC's em seis parques eólicos.
- Consultoria extra-contabilidade relacionado com os processos de reestruturação financeira para a criação da EDPR Servicios Financieros.
- Suporte técnico sobre a avaliação do potencial contável e impacto fiscal devido à reestruturação da EDP Renováveis Portugal, S.A.

#### 47. REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR EXTERNO EM 2013

Valores em euros	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Total	%
Auditoria e revisão legal das contas e declarações financeiras	194	667	118	798	543	2.320	83%
Outros serviços de garantia de fiabilidade (*)	180	68	-	104	34	386	11%
<b>Subtotal dos serviços de auditoria e associados</b>	<b>374</b>	<b>735</b>	<b>118</b>	<b>902</b>	<b>577</b>	<b>2.706</b>	<b>94%</b>
Serviços de consultoria fiscal	--	90	-	-	-	90	1%
Outros serviços não associados à auditoria e revisão legal de contas	-	42	-	12	-	54	5%
<b>Subtotal dos serviços não associados à consultoria</b>	<b>-</b>	<b>132</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>144</b>	<b>6%</b>
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>867</b>	<b>118</b>	<b>914</b>	<b>577</b>	<b>2.850</b>	<b>100%</b>

(\*) Os honorários relativos à fiscalização do Sistema de Controlo Interno (SCIRF) das subsidiárias em Espanha (95.000 euros) e da EDPR NA (85.000 euros) foram adstritos a Portugal, já que as faturas foram emitidas neste país.

## C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

### I. ESTATUTOS

#### 48. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

A alteração dos Estatutos da Empresa é da responsabilidade da Assembleia Geral de Acionistas, que tem o poder de decidir sobre essa questão. De acordo com o Artigo 17º dos Estatutos da Empresa ("Constituição da Assembleia Geral de Acionistas, Aprovação de Resoluções"), para que qualquer alteração necessária aos Estatutos seja validamente aprovada, a Assembleia Geral de Acionistas Ordinária ou Extraordinária tem de seguir os seguintes requisitos:

- Em primeira convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representam pelo menos cinquenta por cento (50%) do capital de voto subscrito.
- Em segunda convocatória, os acionistas presentes ou representados por procurador representam pelo menos vinte cinco por cento (25%) do capital de voto subscrito.

Caso os acionistas presentes representem menos de cinquenta por cento (50%) do capital de voto subscrito, as resoluções referidas no presente parágrafo só serão adotadas de forma válida com o voto favorável de dois terços (2/3) do capital presente ou representado em Assembleia Geral de Acionistas.

## II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

### 49. MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

#### WHISTLEBLOWING

A EDPR realizou sempre a sua atividade implementando, de forma consistente, medidas que assegurem o bom governo das suas empresas, incluindo a prevenção de práticas incorretas, particularmente nas áreas de contabilidade e finanças.

A EDPR coloca à disposição dos colaboradores do Grupo um canal que lhes permite comunicar direta e confidencialmente, à Comissão de Auditoria e Controlo, qualquer prática presumivelmente ilícita ou qualquer alegada irregularidade contabilística e/ou financeira na sua empresa, em conformidade com as disposições do Regulamento nº 4/2013.

Com este canal para comunicação de práticas financeiras e contabilísticas irregulares, a EDPR tem como objetivo:

- Garantir condições que permitam aos trabalhadores comunicar livremente quaisquer dúvidas que possam ter nestas áreas à Comissão de Auditoria e Controlo.
- Facilitar a deteção precoce de situações irregulares que, se praticadas, podem causar sérios danos ao Grupo EDPR, seus colaboradores, clientes e acionistas.

O contato com a Comissão de Auditoria e Controlo da Empresa só é possível por correio eletrónico e correio postal, e o acesso à informação recebida é restrito.

Qualquer denúncia dirigida à Comissão de Auditoria e Controlo será mantida estritamente confidencial e a origem da denúncia permanecerá anónima, desde que tal informação não comprometa a sua investigação. A Empresa assegura ao colaborador que este não sofrerá qualquer ação de retaliação ou disciplinar em virtude do exercício do seu direito a denunciar irregularidades, fornecer informações ou ajudar numa investigação.

O Secretário da Comissão de Auditoria e Controlo recebe todas as comunicações e apresenta um relatório trimestral aos membros da Comissão.

Em 2013 não houve qualquer comunicação sobre irregularidades com impacto significativo na EDPR.

#### CANAL ÉTICA E CÓDIGO DE ÉTICA

A EDPR rege-se por um Código de Ética publicado na intranet, que inclui princípios como transparência, honestidade, integridade, não-discriminação, igualdade de oportunidades, e sustentabilidade.

O Código de Ética foi amplamente divulgado entre os colaboradores do Grupo, através de mecanismos de comunicação interna, entrega individual e aos novos colaboradores, e publicação na intranet.

Há um forte compromisso da Empresa em relação à divulgação e promoção de comportamentos em conformidade com o Código, estando diversas ações disponíveis para todos os colaboradores, como formação, questionários e discussões abertas das conclusões.

Há também um Canal de Ética e um Regulamento de Ética para articular as reivindicações específicas sobre o Código de Ética e resolver dúvidas sobre todos os assuntos relacionados com o Código de Ética.

Quaisquer participações sobre possíveis violações do Código de Ética são enviadas ao Provedor de Ética, que realiza uma primeira análise, encaminhando o seu parecer para a Comissão de Ética da EDPR, que procede à receção, registo, processo e elaboração de um relatório para o Conselho de Administração.

Em 2013 não foi comunicada ao Provedor de Ética qualquer irregularidade na EDPR.

## III. CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCOS

### 50. AUDITORIA INTERNA

A EDPR possui um Departamento de Auditoria Interna composto por cinco (5) pessoas. A função do Departamento de Auditoria Interna da EDPR é o de desenvolver uma avaliação independente das atividades do Grupo e da sua situação de controlo interno, por forma a elaborar recomendações de melhoria dos mecanismos de controlo interno sobre os sistemas e processos de gestão de acordo com os objetivos do Grupo.

Adicionalmente, a EDPR possui um Modelo de Responsabilidades e um Manual de SCIRF (Sistema de Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros), no qual são indicados os indivíduos, órgãos de gestão e comissões responsáveis pela implementação e gestão do sistema de controlo interno.

O Modelo de Responsabilidades inclui as funções e principais atividades na gestão e manutenção do sistema a todos os níveis da organização, incluindo atividades de monitorização relacionadas com o ciclo anual, a implementação de controlos e a documentação de provas e atividades de supervisão.

A EDPR dispõe também de um Manual de SCIRF onde são estabelecidos os princípios gerais do Sistema de Controlo Interno sobre os Relatórios Financeiros, bem como a metodologia utilizada, os procedimentos para assegurar a eficácia do controlo interno, desenho de modelos, documentação, avaliação e relatórios.

Em linha com os princípios gerais do modelo adotado pela EDPR para a gestão do SCIRF, a ferramenta COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), a responsabilidade de supervisão do Sistema de Controlo Interno cabe ao Conselho de Administração e à Comissão de Auditoria e Controlo. O CEO é responsável, perante o Conselho de Administração, por assegurar o correto funcionamento e eficácia do SCIRF, promovendo o seu desenho, implementação e manutenção. A Comissão Executiva deve apoiar o CEO nesta tarefa, orientando o desenvolvimento de níveis de controlo da entidade e o controlo na sua área de responsabilidade, apoiando-se, quando necessário, em outros níveis da organização. Simultaneamente, a gestão de topo é responsável pela avaliação de quaisquer deficiências e pela implementação de oportunidades de melhoria adequadas.

Para cumprir estas responsabilidades, a área de Auditoria Interna da EDPR proporciona apoio e aconselhamento à gestão e desenvolvimento do SCIRF.

Adicionalmente, em 2013, o Grupo EDPR auditou o seu SCIRF através do Auditor Externo. Como resultado da sua avaliação, o auditor externo emitiu um relatório com opinião favorável sobre o SCIRF do Grupo EDPR de acordo com ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000).

## 51. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA AUDITORIA INTERNA



## 52. GESTÃO DE RISCO

A gestão de riscos da EDPR é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativos e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades da Empresa. A gestão inclui desde o planeamento estratégico até à avaliação de novos investimentos e contratos.

A gestão de riscos da EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com um papel diferente: Estratégia (perfil de risco), Gestão (gestão de riscos) e Controlo (controlo de riscos).

Os riscos de mercado, crédito e operativos são identificados e avaliados e, em função da avaliação, são definidas e implementadas Políticas de Risco em toda a Empresa. Estas políticas têm como objetivo mitigar riscos sem comprometer potenciais oportunidades, otimizando a rentabilidade face ao risco de exposição.

Em 2013, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro novas Políticas Globais de Risco: Política de proteção de risco de preços de energia, Política de risco de crédito de contraparte, Política de risco geográfico e Política de risco cambial. Estas políticas encontram-se já implementadas ou em processo de implementação no próximo ano.

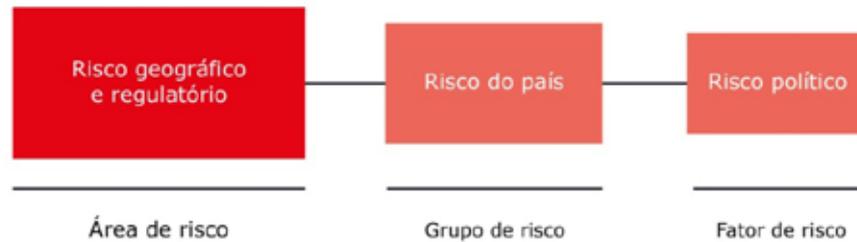
## 53. ÁREAS DE RISCO E PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

A gestão do risco na EDPR cobre todos os riscos de mercado, crédito e operações da Empresa. Por forma a obter uma visão holística dos riscos, estes foram agrupados em Áreas de Risco, que correspondem a toda a cadeia de valor do negócio da EDPR. A listagem subsequente resume as Áreas de Risco definidas no âmbito da EDPR:

- Países e regulamentação – As mudanças de regulamentação num dado país podem ter impacto nos negócios da EDPR;
- Receitas – O nível de receitas dos vários projetos da EDPR pode ser inferior ao previsto;
- Financiamento – A EDPR pode não angariar financiamento suficiente para cobrir a sua previsão de despesas de capital ou para cumprir as suas obrigações financeiras devido a alterações nas taxas cambiais ou falência de contrapartes;
- Contratos de aquisição de turbinas eólicas – A alteração dos preços de aquisição de turbinas pode ter impacto na rentabilidade dos projetos; os contratos devem ter em atenção o risco de desenvolvimento dos projetos em pipeline;
- Desenvolvimento de projetos em pipeline – A EDPR pode alcançar uma capacidade instalada de produção diferente das previsões iniciais ou sofrer atrasos e/ou antecipações na sua instalação;
- Operações – Os projetos podem dar origem a um volume de produção diferente do antecipado.

Em cada Área de Risco, os riscos são classificados em Grupos de Risco e, posteriormente, em Fatores de Risco. Os fatores de risco são a fonte do risco e o objetivo da Gestão do Risco na EDPR é o de medir, controlar e atenuar todos os fatores de risco que afetam a Empresa.

## DAS ÁREAS DE RISCO AOS FATORES DE RISCO



### 1. PAÍSES E REGULAMENTAÇÃO

#### I.I. RISCO GEOGRÁFICO

O Risco geográfico é definido como a probabilidade de ocorrência de uma perda financeira num dado país devido a acontecimentos macroeconómicos, políticos ou desastres naturais. Em 2013, a EDPR definiu uma nova Política de Risco Geográfico que avalia o risco de cada país através de uma classificação interna com base em dados disponíveis publicamente. Esta classificação interna é comparada com avaliações externas de entidades de renome. Cada fator de risco que afeta o risco desse país é avaliado de forma independente para decidir sobre potenciais ações que o minimizem:

**Risco macroeconómico:** Riscos originados pela evolução económica do país, afetando os resultados económicos ou o tempo de custo dos investimentos

**Risco político:** Todas as possíveis ações ou fatores que representem perigo para o negócio das empresas estrangeiras e que derivam de qualquer autoridade política, organismo governamental ou grupo social no país de acolhimento

**Risco de desastres naturais:** Fenómenos naturais (sismicidade, condições meteorológicas) que podem ter um impacto negativo nos negócios.

#### GESTÃO DOS RISCOS POR PAÍSES

Antes de aprovar um novo projeto numa nova localização geográfica, a EDPR analisa o risco do novo país e compara-o ao portfólio existente. Poderão ser tomadas medidas de redução dos riscos quando este é superior a um determinado limite.

#### I.II. RISCO REGULATÓRIO

O desenvolvimento e rentabilidade dos projetos de produção de energias renováveis estão sujeitos a uma série de políticas e quadros de regulamentação diversos. As diferentes jurisdições em que se processam os negócios da EDPR apresentam vários tipos de incentivos de apoio à energia gerada a partir de fontes renováveis.

Embora a União Europeia e vários órgãos federais e estatais norte-americanos tenham frequentemente reafirmado o seu desejo de continuar a reforçar o apoio às energias renováveis, os regimes remuneratórios tornaram-se menos competitivos em alguns países devido à crise financeira. Assim, não é possível garantir que o apoio atual será mantido em todas as regiões geográficas onde a EDPR está presente, ou que a eletricidade produzida por futuros projetos de energia renovável irá beneficiar da obrigatoriedade de compra, incentivos fiscais ou outras medidas de apoio. A regulação que promove a energia verde foi revista, ou a sua revisão está em curso, em alguns países onde a EDPR está presente.

Em especial, em 2013 verificaram-se mudanças na regulação em Espanha que reduziram os incentivos a projetos vigentes e futuros. Na Roménia, o número de certificados verdes atribuídos a novos projetos de energia eólica foi reduzido.

Nos EUA, a geração de energia renovável foi incentivada através de créditos fiscais à produção (Production Tax Credits - PTC), a nível federal, até Dezembro de 2013 e é ainda incentivada através de programas estatais RPS (Renewable Portfolio Standards) que permitem receber créditos de energia renovável (Renewable Energy Credit - REC) para cada MWh de geração renovável. Em geral, a EDPR concentra-se no desenvolvimento em estados que possuem um programa RPS e onde se verifica um subfornecimento de energia renovável. Como referido, terminou em Dezembro de 2013 o esquema de créditos fiscais à produção (PTC) para energia eólica. No enquadramento atual apenas poderão beneficiar de PTC aqueles que se qualificaram ainda em 2013. A EDPR conseguiu assegurar cerca de 1 GW em projetos de acordo de compra de energia (PPA - Power Purchase Agreements) com qualificação aos créditos PTC, cujos projetos serão construídos principalmente em 2014 e 2015.

## GESTÃO DOS RISCOS REGULATÓRIOS

A EDPR gere a sua exposição aos riscos regulatórios tanto através da diversificação (marcando presença em vários países) como pela participação ativa em várias associações ligadas à energia eólica. O risco associado à regulação em cada um dos países onde a EDPR está presente é continuamente monitorizado, considerando tanto a regulação em vigor como os potenciais projetos de leis, o feedback das associações, a evolução da capacidade instalada para geração de energia renovável e outros aspetos relevantes.

Adicionalmente, é efetuada uma análise de alto nível para cada país, considerando o significado da geração de energia renovável do ponto de vista estratégico e financeiro. Entre outros, a EDPR analisa os seguintes aspetos para cada país: mix entre a geração existente e a futura, preços da energia elétrica, incentivos de remuneração para as energias renováveis, objetivo de geração de energia renovável e autonomia energética.

Por fim, o risco regulatório é também considerado ex-ante, no momento do investimento, através de análises de sensibilidade realizadas para avaliar o seu impacto na rentabilidade do projeto.

## 2. RECEITAS

## I.III. RISCO DO PREÇO DA ELETRICIDADE

A EDPR enfrenta um risco limitado no que diz respeito aos preços de mercado, já que a sua estratégia assenta na presença em países ou regiões com visibilidade sobre as receitas a longo prazo. Na maioria dos países em que a Empresa tem operações, os preços são fixados no quadro de mecanismos de regulação específicos. Nos países sem tarifas reguladas, são negociados acordos de compra de energia com diferentes compradores, eliminando o risco do preço da energia elétrica.

Apesar da estratégia da EDPR para eliminar o risco relativo ao preço da energia elétrica, a EDPR possui ainda alguns parques eólicos com exposição comercial.

Na Europa, a EDPR opera em países onde o preço de venda é definido por tarifas *feed-in* (Portugal, França e Itália) ou em mercados onde, para além do preço da eletricidade vendida, a EDPR recebe um prémio de produção predefinido pelas autoridades regulatórias ou um certificado verde, cujo preço é fixado no mercado regulado (Espanha, Bélgica, Polónia e Roménia). A EDPR está também a desenvolver atividades de investimento no Reino Unido, onde o atual sistema de incentivos é baseado em certificados verdes, podendo no entanto ser alterado para tarifa *feed-in*.

Em países com uma bonificação regulada predefinida ou com um esquema de certificados verdes, a EDPR está exposta à flutuação dos preços da energia elétrica. Considerando os PPA atualmente em vigor, a EDPR está exposta ao risco do preço da energia elétrica na Roménia, na Polónia e, parcialmente, em Espanha.

O mercado americano não proporciona um sistema regulado para o preço da eletricidade. No entanto, a maior parte da capacidade da EDPR nos EUA possui preços predefinidos, determinados por contratos de longo prazo com as *utilities* locais, em conformidade com a política da Empresa de evitar o risco do preço da eletricidade. Apesar de possuir contratos de longo prazo (CAE), alguns parques eólicos da EDPR nos EUA não possuem CAE e enfrentam riscos ao nível do preço de eletricidade. Outros, com CAEs, não vendem a sua energia no local onde esta é produzida, pelo que estão expostos ao risco de base.

No Ontário, Canadá, o preço de venda é definido por uma tarifa *feed-in* de longo prazo, pelo que não há exposição ao risco dos preços de eletricidade.

Nas operações no Brasil, o preço de venda é fixado em leilão público, traduzindo-se depois em contratos de longo prazo. A exposição aos preços do mercado de energia elétrica é praticamente nula, com alguma exposição apenas quando a produção é superior ou inferior à produção contratada.

## GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO À EXPOSIÇÃO AOS PREÇOS DO MERCADO DE ELETRICIDADE

De acordo com a abordagem global da EDPR, para minimizar a exposição aos preços do mercado de eletricidade, a Empresa avalia permanentemente a existência de desvios aos limites predefinidos (medidos através do EBITDA em risco e a exposição total aos preços de mercado).

A EDPR procura eliminar o risco do preço da eletricidade através de CAEs celebrados com entidades privadas. Em 2013, a EDPR assinou CAEs na Europa para 60 MW, 116 MW no Brasil e 1.000 MW nos EUA.

Nessas regiões onde ainda existe exposição aos preços de mercado, a EDPR utiliza diversos instrumentos financeiros de cobertura do risco para minimizar a exposição à flutuação dos preços da eletricidade. Em alguns casos, devido à falta de liquidez dos derivados financeiros, pode não ser possível efetuar a cobertura total aos preços de mercado.

Em 2013, a EDPR efetuou a cobertura financeira de parte da sua geração de energia na Polónia e na Roménia. Em Espanha, o regime especial de produção de energia elétrica em vigor no início de 2013 foi alterado pela nova regulação que eliminou a exposição aos preços de mercado incluída no quadro jurídico anterior (*Real Decreto Ley 661*).

Como mencionado, alguns parques eólicos nos EUA têm exposição ao risco dos preços da eletricidade ou risco de base (diferença no preço da eletricidade entre diferentes locais). A EDPR efetua a cobertura financeira da exposição aos preços da eletricidade e preços base através de contratos de cobertura de risco financeiro (swaps) ou da compra de direitos de transmissão financeira.

## I.IV. CERTIFICADO VERDE OU RISCO NOS PREÇOS DOS CRÉDITOS DE ENERGIA RENOVÁVEL (REC)

Na Europa, a EDPR atua em países onde, sobre o preço da eletricidade, a EDPR recebe um certificado verde, cujo preço é alcançado num mercado regulamentado (Polónia e Roménia).

Nestes países europeus com um esquema de certificados verdes, a EDPR está exposta a flutuações no preço dos mesmos.

Nos EUA, a geração de energias renováveis é incentivada através de programas estatais RPS que permitem receber créditos de energia renovável (REC) por cada MWh de geração de energia renovável. Os preços REC são muito voláteis e dependem do equilíbrio entre a oferta e a procura no mercado.

## GESTÃO DE RISCOS ASSOCIADOS À EXPOSIÇÃO A CERTIFICADOS VERDES OU PREÇOS DOS CRÉDITOS DE ENERGIA RENOVÁVEL (REC)

A EDPR pretende eliminar o risco dos certificados verdes e dos preços REC através da assinatura de pacotes de CAEs, que incluem a venda da eletricidade e o certificado verde ou REC. Em alguns casos, o comprador pode estar interessado em contratar apenas o certificado verde ou o REC, pelo que é assinado um Contrato de Compra de Certificado Verde (*Green Certificate Purchase Agreement - GCPA*) ou um Contrato de Compra de REC (*REC Purchase Agreement - RECPA*).

O mercado de GCPA ou RECPA é muito ilíquido e não existem derivados financeiros para os certificados verdes nem para RECs, inviabilizando a eliminação da exposição ao risco dos preços dos certificados verdes ou RECs.

## I.V. RISCO DE PRODUÇÃO DE ENERGIA

A quantidade de eletricidade gerada pelos parques eólicos da EDPR está dependente das condições meteorológicas, que variam entre locais, de época para época e de ano para ano. A variação na quantidade de energia elétrica gerada afeta os resultados operacionais da EDPR e a sua eficiência.

O vento em diferentes locais pode ser independente de um outro local ou ser correlacionado (positiva ou negativamente). A correlação negativa implica uma proteção natural das flutuações de produção da carteira.

Outros fatores de risco que afetam a produção são a disponibilidade da turbina e a interrupção das operações, que são considerados riscos de operação e explicados na secção correspondente.

## GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS À VOLATILIDADE DA PRODUÇÃO DE ENERGIA

A EDPR consegue reduzir a volatilidade e sazonalidade dos recursos eólicos através do seu sólido conhecimento das questões envolvidas na concepção dos seus parques eólicos e também através da diversificação geográfica da sua base de ativos. A EDPR analisou a correlação entre diferentes parques eólicos da sua carteira e a diversificação geográfica permite à EDPR compensar parcialmente as variações do vento e manter a quantidade total de energia relativamente estável. A EDPR está atualmente presente em 11 países: Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido (sem geração), Itália, EUA, Canadá e Brasil.

A EDPR analisou em detalhe a potencial utilização de produtos financeiros para cobertura do risco do vento, sendo que podem ser usados para reduzir o risco.

## 3. FINANCIAMENTO

## I.VI. RISCOS RELACIONADOS COM A EXPOSIÇÃO AO MERCADO FINANCEIRO

A EDPR financia os seus parques eólicos através de project finance ou dívida corporativa. Em ambos os casos, uma taxa de juro variável implicaria flutuações no pagamento de juros.

Por outro lado, a presença da EDPR em vários países implica receitas denominadas em moedas diferentes. Consequentemente, as flutuações nas taxas de câmbio podem ter um efeito adverso significativo nos resultados financeiros.

## GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A evolução dos mercados financeiros é analisada de forma permanente, de acordo com a política de gestão de risco do Grupo EDP aprovada pela Comissão Executiva da EDPR.

Tendo em conta a política de gestão de risco e os limites de exposição previamente aprovados, a equipa financeira identifica, avalia e submete à aprovação do Conselho de Administração a estratégia financeira mais apropriada a cada projeto ou localização. A Área de Risco Global apoia a equipa financeira nas decisões de proteção cambial.

## I.VI.2. RISCO DE TAXAS DE JUROS

Dadas as políticas adotadas pelo Grupo EDPR, a exposição atual à taxa de juro variável não é significativa e os fluxos de caixa financeiros são substancialmente independentes da flutuação das taxas de juros.

## A GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JUROS

O objetivo das políticas de gestão de risco de taxa de juro é reduzir a exposição do fluxo de caixa da dívida de longo prazo às flutuações do mercado, principalmente com a contratação de dívida de longo prazo de taxa fixa.

Quando a dívida de longo prazo é emitida com taxas variáveis, a EDPR estabelece instrumentos financeiros derivativos de swap de taxa variável para taxa fixa.

A EDPR dispõe de uma carteira de derivativos de taxas de juro com maturidades até 13 anos. São realizadas periodicamente análises de sensibilidade ao justo valor dos instrumentos financeiros baseados nas taxas de juro.

#### I.VI.3 RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A EDPR opera a nível internacional e está exposta ao risco cambial dos investimentos nas suas subsidiárias no estrangeiro. Atualmente, a principal exposição cambial é a taxa de câmbio dólar/euro, que resulta da atividade da EDPR nos EUA. Com o aumento da capacidade em áreas geográficas ex-euro, a EDPR está a aumentar a sua exposição a moedas diferentes do euro na Polónia, Roménia, Brasil, Reino Unido e Canadá.

#### GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A política geral da EDPR a nível de taxas de câmbio baseia-se numa cobertura natural, procurando uma correspondência dos fluxos monetários nas diversas divisas, minimizando o impacto das flutuações cambiais na Demonstração de resultados. Na sua essência, esta abordagem implica alcançar um fluxo de entrada de capitais numa determinada divisa semelhante ao fluxo de saída dos mesmos.

A EDPR protege o risco de flutuações cambiais através do financiamento na mesma moeda que as receitas do projeto. Quando não há possibilidade de financiamento local, a EDPR protege os fluxos da dívida através de swaps de taxas de juro entre moedas. A EDPR também contrata operações cambiais a prazo para cobrir o risco de transações específicas (compras, etc.)

Os esforços de cobertura de risco da EDPR minimizam a volatilidade das taxas de câmbio mas não eliminam totalmente o risco devido aos elevados custos associados à proteção cambial em determinadas situações.

#### I.VI.4. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

O risco de crédito de contraparte é o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final dos respetivos fluxos financeiros. Se as operações ou carteira de operações com a contraparte tiverem um valor económico positivo no momento do incumprimento, esse incumprimento causaria uma perda económica.

104

Em 2013, a EDPR definiu uma nova Política Global de Risco de Crédito de Contraparte, já implementada em toda a Empresa. Os standards de Basileia foram utilizados como referência para a abordagem da EDPR ao risco de crédito de contraparte.

Numa perspetiva de risco de crédito, a EDPR classifica as suas contrapartes em três grupos distintos:

- Compradores de energia: Contrapartes da EDPR em CAEs (contratos de compra de energia e certificados verdes) e cobertura energética
- Fornecedores: Fabricantes, parceiros, fabricantes de turbinas eólicas, fornecedores de O&M
- Instituições financeiras: Contrapartes da EDPR em contratos cambiais a prazo, swaps de taxas de juros e depósitos bancários.

#### GESTÃO DO RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE

Para controlar o risco de crédito da EDPR, são estabelecidos limites de perda esperada e perda inesperada conforme definidos nos standards de Basileia. Os limites de perda esperada e perda inesperada da exposição ao risco de crédito de contraparte são reavaliados mensalmente. Se esse limite for ultrapassado por qualquer contraparte ou pela Empresa como um todo, são implementadas medidas de atenuação a fim de permanecer dentro do limite preestabelecido.

#### I.VI.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é o risco de a EDPR não cumprir as suas obrigações financeiras.

#### GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ

A estratégia da EDPR para a gestão do seu risco de liquidez consiste em garantir que existe liquidez suficiente para o cumprimento atempado das suas obrigações financeiras, tanto em condições normais como de crise, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou sem correr o risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A EDPR utiliza um modelo financeiro para prever riscos de liquidez a médio e longo prazo por forma a atingir os objetivos estratégicos previamente definidos (EBITDA, rácio da dívida e outros).

## 4. CONTRATOS DE TURBINAS EÓLICAS

As turbinas eólicas (WTG) são um elemento fulcral no desenvolvimento dos projetos relacionados com a produção de energia eólica pela EDPR, pelo que a sua escassez no mercado ou um aumento inesperado dos preços pode colocar em risco o desenvolvimento de novos projetos e a sua rentabilidade.

A aquisição de turbinas eólicas representa, em média, 70% a 80% do investimento na criação de um parque eólico.

#### I.VI.7. RISCO DE FORNECIMENTO DE TURBINAS EÓLICAS

A procura de novos parques eólicos pode ser superior à oferta de turbinas pelos fabricantes. Atualmente, a exigência de componentes locais em algumas regiões (por ex., Brasil) pode criar uma situação de défice.

##### GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO AO FORNECIMENTO DE TURBINAS EÓLICAS

A EDPR enfrenta um risco limitado relativamente à disponibilidade e ao aumento dos preços das turbinas eólicas, graças aos acordos estabelecidos com os principais fornecedores a nível mundial. A Empresa utiliza um conjunto diversificado de fornecedores de turbinas eólicas, a fim de diversificar este risco de fornecimento.

Em áreas geográficas com necessidades específicas de componentes locais, a EDPR assegura previamente o fornecimento das turbinas eólicas.

##### RISCO DO PREÇO DAS TURBINAS EÓLICAS

O preço das turbinas eólicas é afetado não só pelas flutuações de mercado dos materiais utilizados nas turbinas, mas também pela sua procura.

##### GESTÃO DO RISCO DO PREÇO DAS TURBINAS EÓLICAS

Para cada novo projeto, a EDPR protege-se face ao risco do aumento do preço das turbinas derivado da sua crescente procura.

Relativamente ao risco de mercado dos materiais utilizados para o fabrico de turbinas eólicas, é negociada uma fórmula de reajuste de preços com os fabricantes de turbinas eólicas. A EDPR pode, tendo em conta a existência de liquidez no mercado, proteger parte da exposição desta fórmula de reajuste se a mesma estiver acima de um limite preestabelecido.

#### 5. DESENVOLVIMENTO DO PIPELINE

##### I.VII.1. RISCO ASSOCIADO AO LICENCIAMENTO

Os parques eólicos estão sujeitos a rigorosa regulamentação a nível internacional, nacional, estadual, regional e local no que concerne ao seu desenvolvimento, construção, licenciamento, ligação à rede elétrica e operação de centrais de geração elétrica. A regulamentação aplicável incide nomeadamente sobre a aquisição, arrendamento e utilização de terras; as licenças de construção, transporte e distribuição; as licenças ambientais e paisagísticas; e o gestão das redes de distribuição e transmissão de energia.

Apesar do nível de exigência variar em função dos países, a EDPR reconhece uma tendência de alinhamento legislativo de concentração de normas mais restritivas e riscos de desenvolvimento a nível de autorização (ambiental e urbana) e interconexão (ligação do parque eólico à rede nacional).

Neste contexto, a experiência da EDPR em diferentes países revela-se útil para antecipar e lidar com situações semelhantes em outros países.

##### GESTÃO DOS RISCOS ASSOCIADOS AO LICENCIAMENTO

Durante a fase de desenvolvimento e projeção, a EDPR concentra-se na otimização dos seus projetos. Ao dominar as variáveis, tais como a escolha de locais, projeto, etc., o objetivo é o de tornar os nossos projetos mais resistentes aos riscos associados ao licenciamento.

Adicionalmente, os riscos associados ao licenciamento são reduzidos pelo facto de a EDPR dispor de opção pelo facto de conduzir as suas atividades em 11 países diferentes (Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, EUA, Canadá e Brasil), com uma carteira de projetos em várias fases de maturidade. A EDPR tem uma grande carteira de projetos que proporcionam opções para superar possíveis atrasos no desenvolvimento de projetos prioritários, garantindo os objetivos de crescimento e conseguindo compensar atrasos no licenciamento em algumas regiões.

#### 6. OPERAÇÕES

##### I.VII.3. RISCO ASSOCIADO AO DESEMPENHO DAS TURBINAS EÓLICAS

A produção dos parques eólicos depende da disponibilidade operacional das turbinas e do desempenho operacional dos equipamentos, principalmente das componentes das turbinas eólicas e transformadores.

##### GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO AO DESEMPENHO DAS TURBINAS EÓLICAS

A EDPR reduz este risco ao utilizar um conjunto de fornecedores de turbinas, o que minimiza o risco tecnológico e evita dependência de um único fabricante.

A EDPR também envolve os fornecedores de turbinas eólicas através de contratos de manutenção integral de médio prazo, garantindo o seu alinhamento e minimizando os riscos tecnológicos. Por fim, a EDPR criou um programa de O&M com ações de manutenção preventiva, programadas e adequadas.

Mais recentemente, a EDPR tem vindo a subcontratar algumas das atividades mais técnicas de operação e manutenção dos seus parques eólicos, enquanto as atividades primárias e de maior valor acrescentado são asseguradas pela EDPR.

##### I.VII.4. RISCO ASSOCIADO A INTERRUPÇÕES

A interrupção das operações ocorre quando a produção de um parque eólico é suspensa pelos operadores de sistemas de transmissão, por razões externas à Empresa. Alguns exemplos de casos de interrupção são as

atualizações em linhas de transmissão e, excepcionalmente, o elevado nível de produção de energia renovável com baixa procura.

**GESTÃO DO RISCO ASSOCIADO AO DESEMPENHO DAS TURBINAS EÓLICAS**

O risco de interrupção é gerido ex-ante. Para cada novo investimento, a EDPR analisa o efeito que uma potencial interrupção pode ter na produção do parque eólico. A análise das interrupções é realizada considerando a situação existente e as potenciais atualizações do sistema de transmissões no parque eólico.

As interrupções dos parques eólicos da EDPR são constantemente monitorizadas por gestores de ativos.

**I.VII.5. RISCO OPERACIONAL DE CONTRAPARTE**

O risco operacional de contraparte é o risco de incumprimento pela contraparte de uma operação antes da liquidação final do contrato sem perda económica direta para a EDPR, mas com custo de substituição inerente. Apesar de não existir exposição à contraparte no momento do incumprimento, a substituição desta pode implicar custos para a EDPR devido a possíveis atrasos, preços de novos contrato com a nova contraparte, etc.

Os fornecedores na área de construção e O&M são contrapartes às quais a EDPR está exposta do ponto de vista operacional.

**GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL DE CONTRAPARTE**

Para minimizar a probabilidade de incorrer em custos derivados da potencial substituição de contrapartes, a política da EDPR sobre risco operacional de contraparte é gerida por uma análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e custo de substituição.

**54. FUNÇÕES DE RISCO E FERRAMENTA DE ATUAÇÃO**

A gestão de risco na EDPR é apoiada por três funções organizativas distintas, cada uma com uma função diferente: Estratégia (Perfil de risco), Gestão (Gestão de risco) e Controlo (Controlo de risco).



As três áreas funcionais do risco trabalham em conjunto seguindo a ferramenta de risco da EDPR, através da qual as questões estratégicas da Comissão Executiva são traduzidas em diretrizes ou políticas específicas a serem usadas pelos gestores nas suas decisões quotidianas. O Comité de Risco é o fórum onde as diferentes funções na área do risco discutem as políticas a implementar e controlam a exposição ao risco da Empresa.



## COMITÉ DE RISCO

O Comité de Risco da EDPR integra e coordena todas as funções na área do risco e assegura a ligação entre a apetência corporativa pelo risco, a estratégia definida e as operações da Empresa.

Para separar as discussões sobre as decisões de negócios decorrentes de novas análises, e a definição de novas políticas, a EDPR criou duas reuniões distintas do Comité de Risco com periodicidade distinta:

- Comité de Risco restrito: Realizada mensalmente, abrange o risco de novas operações, tais como novos contratos de compra de energia, novos investimentos, preço da energia e coberturas cambiais, bem como o estado da carteira de projetos e o Ebitda em risco. Ajuda a controlar a implementação das políticas definidas e a exposição aos fatores de risco mais importantes.
- Comité de Risco: Realizada trimestralmente, é o fórum onde são discutidas as novas análises e onde são propostas as políticas recém-definidas a fim de serem apresentadas à Comissão Executiva para aprovação. Adicionalmente, é também revista a posição de risco global da EDPR.

107

NEVERENDING ENERGY

## 55. POLÍTICAS DE RISCO

Com o objetivo de controlar os riscos e gerir os mesmos, a EDPR criou políticas globais de risco, exequíveis a nível global. Essas políticas são propostas e discutidas no Comité de Risco e aprovadas pela Comissão Executiva.

Em 2013, a EDPR procedeu à definição ou revisão de quatro Políticas Globais de Risco, que estão implementadas ou em processo de implementação com conclusão prevista em 2014:

- Política de Proteção do Preço da Energia
- Política de Risco de Crédito de Contraparte
- Política de Risco Geográfico
- Política de Risco Cambial

Todos os meses é verificada a conformidade com as políticas globais de risco na Comité de Risco restrita.

## IV. APOIO AO INVESTIDOR

### 56. DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A EDPR procura tornar acessível aos seus acionistas, investidores e *stakeholders*, numa base regular, toda a informação relevante sobre a Empresa e o seu ambiente de negócio. A promoção de informação transparente, consistente, rigorosa, facilmente acessível e de alta qualidade tem um papel fundamental para criar a perceção exata da estratégia da Empresa, da sua situação financeira, contas de ativos, projeções futuras, riscos e eventos significativos.

Deste modo, a EDPR procura fornecer aos investidores informação que os possa apoiar na tomada de decisões informadas, claras e completas relativamente aos investimentos a efetuar.

A EDPR criou uma Direção de Relações com Investidores para assegurar o contacto direto e permanente com todos os agentes e *stakeholders* relacionados com o mercado, garantir o princípio da igualdade entre os acionistas e evitar assimetrias no acesso à informação.

A Direção de Relações com Investidores da EDPR atua como intermediário entre a Empresa e os seus acionistas atuais e potenciais, os analistas financeiros que seguem a sua atividade, todos os investidores e outros membros

da comunidade financeira. O seu principal objetivo é garantir o princípio de igualdade entre os acionistas, prevenir as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores e diminuir o eventual desvio entre a perceção destes sobre a estratégia da Empresa e o seu valor intrínseco. Este departamento é responsável pelo desenvolvimento e implementação da estratégia de comunicação da EDPR e pela manutenção de uma adequada relação institucional a nível da informação com os mercados financeiros, com a bolsa de valores na qual as ações da EDPR foram admitidas à negociação e com as entidades de regulação e supervisão (a CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, em Portugal, e a CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores, em Espanha).

A EDPR tem plena consciência da importância de disponibilizar informação transparente, detalhada e atualizada ao mercado. Consequentemente, a EDPR publica informação confidencial sobre preços antes da abertura da Bolsa de Valores de Lisboa através do sistema de informação da CMVM, e, simultaneamente, torna a mesma informação disponível na área de investidores do site e através da lista de divulgação da Direção de Relações com Investidores. A Direção de Relações com Investidores também elabora e torna acessível, com periodicidade trimestral, semestral e anual, apresentações sobre os resultados, folhetos, ficheiros de dados relevantes e apresentações provisórias.

No momento do anúncio de novos resultados financeiros, a EDPR promove uma conferência de imprensa e um *webcast*, em que a Administração da Empresa comunica ao mercado informação atualizada sobre as atividades da EDPR. Em cada um desses eventos os acionistas, investidores e analistas têm a oportunidade de apresentar diretamente as suas questões e discutir os resultados da EDPR, assim como as perspetivas da Empresa.

A Direção de Relações com Investidores é coordenada por Rui Antunes e está sediada nos escritórios da Empresa em Madrid, Espanha. A estrutura da Direção e os seus contactos são os seguintes:

#### Contactos da Direção de Relações com Investidores:

##### Rui Antunes, Diretor

Calle Serrano Galvache 56  
Centro Empresarial Parque Norte  
Edificio Olmo – 7º  
28033 – Madrid – España  
Website: [www.edpr.com/investors](http://www.edpr.com/investors)  
E-mail: [ir@edpr.com](mailto:ir@edpr.com)  
Telefone: +34 902 830 700 / Fax: +34 914 238 429

Em 2013, a EDPR promoveu e participou em diversos eventos, nomeadamente roadshows, apresentações a investidores e analistas, reuniões e conferências telefónicas. Ao longo do ano, a equipa de gestão da EDPR e a equipa de Relações com Investidores participou em 12 conferências com corretores e realizou 14 roadshows, num total de mais de 280 encontros com investidores institucionais em 13 das maiores capitais financeiras na Europa, EUA e Canadá.

A Direção de Relações com Investidores da EDPR esteve em contacto permanente com os agentes dos mercados de capitais, nomeadamente analistas financeiros que avaliaram a Empresa, acionistas e investidores por e-mail, telefone, ou encontros pessoais. Em 2013, a EDPR teve conhecimento de que os analistas produziram mais de 200 relatórios de avaliação do negócio e do desempenho da EDPR.

No final de 2013, tanto quanto a Empresa teve conhecimento, 21 instituições elaboraram relatórios e acompanharam ativamente a atividade da EDPR. A 31 de dezembro de 2013, o preço-alvo médio dos analistas era de 4,51 euros por ação, tendo a maioria dos analistas recomendado as ações da EDPR para compra: 12 Compra, 7 Neutral, 1 Venda e 1 analista com classificação suspensa.

Empresa	Analista	Preço-alvo	Recomendação
Bank of America Merrill Lynch	Pinaki Das	€ 4,65	Buy
Barclays	Monica Girardi	€ 4,90	Equalweight
BBVA	Daniel Ortea	€ 4,25	Market Perform
Berenberg	Lawson Steele	€ 3,80	Hold
BES	Felipe Echevarria	€ 5,60	Buy
BPI	Flora Trindade	€ 4,90	Buy
Caixa BI	Helena Barbosa	-	Suspended
Citigroup	Andrew Simms	€ 4,55	Buy
Deutsche Bank	Virginia Sanz de Madrid	€ 4,00	Hold
Exane BNP	Manuel Palomo	€ 4,60	Outperform
Fidentis	Daniel Rodríguez	€ 4,60	Buy
Goldman Sachs	Manuel Losa	€ 4,80	Buy
JP Morgan	Sarah Laitung	€ 4,31	Overweight
Kepler Cheuvreux	Jose Porta	€ 3,64	Underperform
Macquarie	Shai Hill	€ 4,20	Outperform
Millennium BCP	Vanda Mesquita	€ 5,40	Buy
Morgan Stanley	Carolina Dores	€ 4,50	Overweight
Natixis	Philippe Ourpatian	€ 3,91	Neutral
Santander	Bosco Mugiro	€ 5,00	Buy
Société Générale	Jorge Alonso	€ 4,00	Hold
UBS	Alberto Gandolfi	€ 4,20	Neutral

## 57. REPRESENTANTE DAS RELAÇÕES COM O MERCADO

O representante da EDPR para as relações com o mercado é o Administrador Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira, membro da Comissão Executiva.

## 58. PEDIDOS DE INFORMAÇÃO

Em 2013, 21 instituições publicaram relatórios sobre a actividade da EDPR. Durante o ano, a EDPR esteve presente em vários eventos, incluindo *roadshows*, apresentações, encontros e conferências telefónicas, com analistas e investidores, comunicando a estratégia da Empresa e a sua performance operacional e financeira.

Durante o ano a EDPR efectuou 46 comunicados ao mercado. Em 2013, o Departamento de Relações com Investidores recebeu mais de 600 pedidos de informação e esteve presente em 280 encontros com investidores institucionais. Em média, os pedidos de informação foram respondidos em menos de 24 horas. A 31 de Dezembro de 2013 não existiam pedidos de informação pendentes.

## V. SÍTIOS DE INTERNET – INFORMAÇÃO ONLINE

59-65. A EDPR considera que a informação online é uma ferramenta da maior importância na disseminação de informação, pelo que atualiza o seu site na internet com todos os documentos relevantes. Além das informações exigidas pelos regulamentos da CMVM e da CNMV, a página da Empresa também disponibiliza atualizações financeiras e operacionais sobre as atividades da EDPR, garantindo a todos um acesso fácil à informação.

Endereço do site na internet da EDPR: [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com)

### Informação

Informação sobre a Empresa

Estatutos corporativos e regulamentos de órgãos/comissões  
Membros dos órgãos sociais  
Representante das relações com o mercado, Direção de Relações com Investidores  
Meios de acesso  
Demonstrações financeiras  
Agenda de eventos corporativos  
Informação sobre a Assembleia Geral de Acionistas

### Ligação

[www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/Company-name](http://www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/Company-name)  
[www.edprenovaveis.com/our-Company/who-we-are](http://www.edprenovaveis.com/our-Company/who-we-are)  
[www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance](http://www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance)  
[www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/directors](http://www.edprenovaveis.com/investors/corporate-governance/directors)  
[www.edprenovaveis.com/investors/contact-ir-team](http://www.edprenovaveis.com/investors/contact-ir-team)  
[www.edprenovaveis.com/our-Company/contacts/contact-us](http://www.edprenovaveis.com/our-Company/contacts/contact-us)  
[www.edprenovaveis.com/investors/reports-and-results](http://www.edprenovaveis.com/investors/reports-and-results)  
[www.edprenovaveis.com/investors/calendar](http://www.edprenovaveis.com/investors/calendar)  
[www.edprenovaveis.com/investors/shareholders-meeting-2](http://www.edprenovaveis.com/investors/shareholders-meeting-2)

## D. REMUNERAÇÕES

### I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

#### 66. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Comissão de Nomeações e Remunerações é o órgão responsável por propor ao Conselho de Administração a determinação da remuneração dos administradores da Empresa. A Comissão de Nomeações e Remunerações é um órgão permanente no seio do Conselho de Administração, com carácter informativo e consultivo. As suas recomendações e relatórios não são vinculativos.

Como tal, a Comissão de Nomeações e Remunerações não tem quaisquer funções executivas. As principais funções da Comissão de Nomeações e Remunerações consistem em assistir e informar o Conselho de Administração sobre nomeações (inclusive por cooptação), reeleições, destituições e remunerações dos membros do Conselho, assim como a sua posição sobre a composição do Conselho de Administração e a nomeação, remuneração e destituição de quadros de topo.

A Comissão de Nomeações e Remunerações propõe anualmente ao Conselho de Administração a Política de Remunerações a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, como proposta independente. De acordo com os Estatutos corporativos, a remuneração dos Administradores está sujeita a um valor máximo, que só pode ser modificado por acordo de acionistas.

### II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

#### 67. COMISSÃO DE NOMEAÇÕES E REMUNERAÇÕES

A composição da Comissão de Nomeações e Remunerações é referida no ponto 29 do presente Relatório.

Em 2013, a empresa Heidrick & Struggles foi contratada para prestar serviços de consultoria à Comissão, tais como:

- Aconselhamento sobre os regulamentos e regras aplicáveis à remuneração os membros do Conselho Executivo;
- Elaboração de um modelo de avaliação de desempenho e determinação dos níveis de remuneração variável aplicáveis aos membros do Conselho Executivo;
- Elaboração de um estudo de referência para analisar o modelo de avaliação de desempenho em comparação com empresas congéneres.

#### 68. CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIA EM MATÉRIA DE POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

A Comissão de Nomeações e Remunerações da EDPR tem pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. As biografias dos membros da Comissão de Nomeações e Remunerações encontram-se no anexo IV do Relatório.

### III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

#### 69. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Nos termos do artigo 26º dos Estatutos corporativos, os Administradores terão direito a uma remuneração que consiste em: (i) um valor fixo a ser determinado anualmente pela Assembleia Geral de Acionistas para todo o Conselho de Administração e (ii) senhas de presença pela participação nas reuniões do Conselho.

O referido artigo estabelece ainda que os Administradores podem ser remunerados através da atribuição de ações da Empresa, opções de aquisição de ações ou outros valores mobiliários que confiram o direito à aquisição de ações da Empresa, ou mediante sistemas remuneratórios indexados ao valor das ações. Em qualquer caso, o sistema escolhido deve ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas e estar em conformidade com a legislação em vigor.

O valor total das remunerações pagas aos Administradores, nas condições previstas nos parágrafos anteriores, não poderá exceder o montante determinado para o efeito pela Assembleia Geral de Acionistas. A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração, aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, é de 2.500.000 euros.

Nos termos do Artigo 26.4º dos Estatutos da Empresa, os direitos e deveres que advenham da condição de membro do Conselho de Administração deverão ser compatíveis com quaisquer direitos e obrigações, fixas ou variáveis, que possam corresponder aos Administradores por outras relações laborais ou profissionais que, a existirem, desempenhem na Empresa. As retribuições variáveis que derivem dos correspondentes contratos ou de qualquer outro tipo, incluindo a sua presença num órgão de Administração, serão limitadas a um máximo anual a estabelecer em Assembleia Geral de Acionistas.

A remuneração máxima anual do conjunto do Conselho de Administração aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas para esta componente variável é de 600.000 euros.

A EDPR, em linha com as práticas de governo corporativo do Grupo EDP, assinou um Acordo de Serviços de Administração Executiva com a EDP, nos termos do qual a Empresa suporta o custo de tais serviços para alguns membros do Conselho de Administração, na medida em que os seus serviços são dedicados à EDPR.

Os Administradores não executivos auferem apenas uma remuneração fixa, calculada com base nas funções desempenhadas exclusivamente enquanto Administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo. Os membros que pertencem a duas comissões diferentes não acumulam duas remunerações. Nestes casos, a remuneração a receber corresponde ao valor mais elevado.

A EDPR não atribuiu qualquer remuneração em ações ou planos de opção de compra de ações aos membros do Conselho de Administração.

Nenhum Administrador estabeleceu qualquer contrato com a Empresa ou terceiros para o efeito de reduzir o risco inerente à variabilidade da remuneração estabelecida pela Empresa.

Não há na EDPR quaisquer compensações pela exoneração ou saída do cargo de Administrador.

A política de remuneração dos Administradores da Empresa é submetida anualmente à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação.

#### 70. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

A política de remunerações proposta pela Comissão de Nomeações e Remunerações, e aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas a 23 de Abril de 2013 (Política de Remunerações), define uma estrutura com uma remuneração fixa para todos os membros do Conselho de Administração e uma remuneração variável, com uma componente anual e uma componente plurianual para os membros da Comissão Executiva.

Para o período 2011-2013, foi decidido manter a estrutura de remuneração em termos das suas componentes, bem como o mesmo valor nominal da componente fixa anual em vigor durante o período 2009-2010, revendo os Indicadores-Chave de Desempenho para as componentes variáveis plurianuais e anuais.

#### 71. COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO

A componente variável anual e plurianual da remuneração aplica-se aos membros da Comissão Executiva.

A componente variável anual e plurianual da remuneração será uma percentagem das componentes anuais fixas, com um peso superior da componente plurianual vs. a componente anual (120% vs. 80%). Ou seja, o valor da componente variável da remuneração oscila entre 0% a 85% dos 80% da remuneração fixa anual bruta, no caso da componente variável anual, e de 0% a 85% dos 120% da remuneração fixa anual bruta, no caso da componente variável plurianual.

Os principais indicadores de desempenho (KPI's) utilizados para determinar o valor da componente variável anual e plurianual em relação a cada ano estão alinhadas com os fundamentos estratégicos da Empresa: crescimento, controlo de risco e eficiência. Estes indicadores são os mesmos para todos os membros da Comissão Executiva, embora com metas específicas para as plataformas no caso dos (COO's) Diretores de Operações:

- Desempenho relativo do retorno total para os acionistas da EDPR vs. valores de referência (TSR vs. outras empresas do setor eólico e PSI-20);
- Crescimento da EDPR (aumento de MW e *pipeline* pronto a construir);
- Risco-resultado da EDPR (rentabilidade do capital investido; EBITDA e resultado líquido);
- Eficiência (disponibilidade técnica, OPEX/MW, CAPEX/MW).

- Perspetivas ambientais e sociais: (i) desempenho do Índice de Sustentabilidade aplicado à EDPR (método DJSI), (ii) inquérito de satisfação aos colaboradores, (iii) avaliação da Comissão de Nomeações e Remunerações.

De acordo com a Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, a remuneração variável máxima (anual e plurianual) só é aplicável se todos os indicadores-chave acima referidos forem atingidos, e apenas se a avaliação de desempenho for igual ou superior a 110%.

## 72. REMUNERAÇÃO PLURIANUAL

De acordo com a Lei Espanhola, a componente variável plurianual da remuneração é apenas devida se os objetivos predefinidos forem alcançados e é paga no ano seguinte ao período a que se refere.

## 73. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL BASEADA EM AÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em ações, não mantendo os Administradores Executivos ações atribuídas como remuneração variável.

## 74. REMUNERAÇÃO VARIÁVEL BASEADA EM OPÇÕES

A EDPR não atribuiu remuneração variável em opções.

## 75. PRÉMIOS ANUAIS E BENEFÍCIOS NÃO PECUNIÁRIOS

Os principais fatores e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais encontram-se descritos nos pontos 71 e 72. Adicionalmente, os membros da Equipa de Gestão, exceto o CEO, recebem os seguintes benefícios não monetários: carro de empresa, e aqueles que são deslocados para o estrangeiro, recebem subsídio de alojamento. Em 2013, os benefícios não pecuniários corresponderam a 162.315,86 euros.

Os membros da Equipa de Gestão não recebem quaisquer benefícios não-monetários relevantes a título de remuneração

## 76. PLANO DE POUPANÇA REFORMA

O plano de poupança reforma para os membros da Comissão Executiva, que também são Administradores, atua como um complemento de reforma com um intervalo entre 3% a 6% do seu salário anual. A percentagem é definida de acordo com o plano de poupança reforma aplicável no seu país de origem. O plano de poupança reforma foi aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas a 23 de Abril de 2013 (a Política de Remuneração incluía o Plano de Reforma).

## IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

### 77. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos membros do Conselho de Administração para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2013 foi a seguinte:

Remunerações	Fixa	Variável		Total
		Anual	Plurianual	
Euros				
<b>Administradores Executivos</b>				
João Manso Neto (CEO) <sup>A)</sup>	0	0	0	0
Nuno Alves <sup>A)</sup>	0	0	0	0
Gabriel Alonso <sup>B)</sup>	0	0	0	0
João Paulo Costeira <sup>B)</sup>	5.150	0	0	5.150
Rui Teixeira <sup>B)</sup>	10.301	0	0	10.301
<b>Administradores Não Executivos</b>				
António Mexia <sup>C)</sup>	0	0	0	0
Acácio Piloto <sup>D)</sup>	37.500	0	0	37.500
António Nogueira Leite <sup>D)</sup>	45.833	0	0	45.833
Gilles August	45.000	0	0	45.000
João Lopes Raimundo	60.000	0	0	60.000
João Manuel de Mello Franco	80.000	0	0	80.000
João Marques da Cruz <sup>C)</sup>	0	0	0	0
Jorge Santos	60.000	0	0	60.000
José Araújo e Silva	45.000	0	0	50.000
José Ferreira Machado <sup>D)</sup>	50.000	0	0	45.000
Manuel Menéndez Menéndez	45.000	0	0	45.000
Rafael Caldeira Valverde	55.000	0	0	55.000
<b>Total</b>	<b>538.784</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>538.784</b>

<sup>A)</sup> João Manso Neto e Nuno Alves recebem a sua remuneração através do Acordo de Serviços de Administração Executiva.

<sup>B)</sup> Gabriel Alonso, João Paulo Costeira e Rui Teixeira, como Dirigentes e membros da Comissão Executiva recebem a sua remuneração como administradores e/ou colaboradores do Grupo EDPR, conforme descrito na tabela seguinte.

<sup>C)</sup> António Mexia e João Marques da Cruz recebem a sua remuneração através do Acordo de Serviços de Administração Executiva. <sup>D)</sup> Acácio Piloto, António Nogueira Leite e José Ferreira Machado foram eleitos membros do Conselho de Administração a 26 de Fevereiro de 2013 e as suas nomeações foram ratificadas na Assembleia Geral de Acionistas de 11 de Abril de 2013. A remuneração reflete os meses do ano a partir da sua nomeação.

Segundo o Acordo de Serviços de Administração Executiva assinado com a EDP, na redação em vigor, a EDPR deve pagar à EDP, pelos serviços prestados pelos Administradores Executivos e pelos Administradores Não Executivos; os montantes devidos no âmbito desse Acordo pelos serviços de administração prestados pela EDP em 2013: 994.335,61 euros, i) este valor correspondente à remuneração fixa dos Administradores Executivos, acrescida da componente variável, de acordo com a Política de Remunerações, e da percentagem correspondente ao PPR, e ii) 90.000 euros, valor correspondente à remuneração fixa dos Administradores Não Executivos. O Plano de Poupança Reforma dos membros da Comissão Executiva, excluindo os *Officers*, funciona como complemento efetivo de reforma e corresponde a 5% do valor do respetivo vencimento anual.

Os Administradores Não Executivos podem optar por uma remuneração fixa ou pelo pagamento pela presença nas reuniões, num valor equivalente à remuneração fixa proposta para os Administradores, tendo em conta as respetivas funções.

Em 2013, a remuneração dos *Officers*, como colaboradores da EDPR, excluindo o *Chief Executive Officer*, foi a seguinte:

Remunerações Euros	Fixa	Variável*		Total
		Anual	Plurianual	
Gabriel Alonso	-	-	-	-
João Paulo Costeira <sup>A)</sup>	232.143	85.000	-	317.143
Rui Teixeira <sup>A)</sup>	208.366	85.000	-	293.366
<b>TOTAL</b>	<b>440.509</b>	<b>170.000</b>	-	<b>610.509</b>

\*Corresponde ao valor variável anual de 2013.

<sup>A)</sup> João Paulo Costeira e Rui Teixeira receberam as suas remunerações como colaboradores da EDPR até 30 de Novembro de 2013 e 31 de Outubro de 2013, respectivamente, conforme explicado no ponto 78.

#### 78. REMUNERAÇÃO DE OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO

Devido ao termo da sua expatriação de três *officers* (CFO-Diretor Financeiro, COO EU-Diretor de Operações para a Europa e COO NA Diretor de Operações para a América do Norte) foram assinados novos contratos de trabalho com outras empresas do Grupo:

- Gabriel Alonso com a EDP Renewables North America LLC a 31 de Dezembro de 2012;
- João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España a 30 de Novembro de 2013; e
- Rui Teixeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España a 31 de Outubro de 2013.

Em 2013, a partir do momento em que os referidos *officers* se tornaram colaboradores das empresas acima referidas, as suas remunerações foram as seguintes:

Remunerações	Fixo (Euros)	Prémio (Euros)	Total
Gabriel Alonso	276.261,00	85.000	361.261,00
João Paulo Costeira	16.041,86	0	16.041,86
Rui Teixeira	37.997,82	0	37.997,82
<b>TOTAL</b>	<b>330.300,68</b>	<b>85.000</b>	<b>415.300,68</b>

#### 79. REMUNERAÇÃO PAGA SOB FORMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU DE PAGAMENTO DE PRÉMIOS

Na EDPR não há pagamento de remunerações sob a forma de participação nos lucros e/ou pagamento de prémios.

#### 80. INDEMNIZAÇÕES A ADMINISTRADORES CESSANTES

Na EDPR não há lugar ao pagamento de indemnizações devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

#### 81. COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLO

Membro	Cargo	Remuneração*
João Mello Franco	Presidente	80.000
João Raimundo	Vogal	60.000
Jorge Santos	Vogal	60.000

\* Os Administradores Não Executivos auferem apenas uma remuneração fixa pelas funções desempenhadas exclusivamente como Administradores ou, cumulativamente, pela sua participação na Comissão de Nomeações e Remunerações, na Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e na Comissão de Auditoria e Controlo.

**82. REMUNERAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS**

Em 2013, a remuneração do Presidente da Assembleia Geral de Acionistas da EDPR foi de 15.000 euros.

**V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS**

83-84. A EDPR não possui acordos com implicações a nível da remuneração.

**VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES**

85-88. A EDPR não possui quaisquer planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

**E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS****I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO****89. MECANISMOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A fim de supervisionar as transações entre as empresas do Grupo e os seus acionistas qualificados, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Transações com Partes Relacionadas, um órgão permanente, com funções delegadas. As atribuições da Comissão de Transações com Partes Relacionadas são descritas no ponto 29 do Relatório. A Comissão de Auditoria e Controlo também supervisiona as transações com acionistas qualificados que requerem parecer prévio. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de que um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas é o Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

**90. TRANSAÇÕES SUJEITAS A CONTROLO EM 2013**

Em 2013, a EDPR não assinou qualquer contrato com os membros dos seus órgãos sociais ou com detentores de participações qualificadas, excluindo a EDP, conforme mencionado subseqüentemente.

No entanto, a EDPR procedeu à assinatura de um contrato com a China Three Gorges (CTG), acionista titular de participação qualificada da EDP, mas não da EDPR, para a aquisição de 49% do capital social da EDP Renováveis Portugal (subsidiária da EDPR). A operação foi aprovada pelas autoridades reguladoras correspondentes. A Comissão de Auditoria e Controlo da EDPR emitiu um parecer favorável a esta operação, seguindo a Recomendação IV.1.2 da CMVM.

Quanto a transações entre partes relacionadas, a EDPR e/ou as suas subsidiárias assinaram os contratos abaixo detalhados com a EDP - Energias de Portugal, S.A. (doravante, EDP) ou outros membros do seu Grupo mas que não pertencem ao subgrupo EDPR.

Os contratos assinados entre a EDPR e partes relacionadas foram analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no ponto anterior, e concluídos de acordo com as condições de mercado.

A Comissão de Operações entre Partes Relacionadas foi informada de que, em 2013, o valor médio e o valor máximo das operações analisadas pela Comissão foi de 1.041.256,60 euros e 2.893.060 euros, respetivamente.

O valor total das operações com o Grupo EDP em 2013 foi de 16,1 milhões de euros, o que corresponde a 6,1% do valor total de fornecimentos e serviços, e de 263 milhões de euros para o total de custos operacionais

OS CONTRATOS ATUALMENTE EM VIGOR SÃO OS SEGUINTEs:

**ACORDO-QUADRO**

A 7 de maio de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo-Quadro que entrou em vigor aquando da entrada em bolsa da EDPR. O Acordo-Quadro visava definir os princípios e as regras a que deviam obedecer as relações comerciais e jurídicas existentes aquando da entrada em vigor do mesmo e as que viessem a estabelecer-se posteriormente.

O Acordo-Quadro estabelece que nem a EDP nem as sociedades do Grupo EDP, salvo a EDPR e as suas subsidiárias, poderão desenvolver atividades na área das energias renováveis sem o consentimento da EDPR. Esta última terá exclusividade a nível mundial, com exceção do Brasil, onde deverá desenvolver a sua atividade através de parcerias com a EDP - Energias do Brasil, S.A., para o desenvolvimento, construção, operação e manutenção de instalações ou atividades relacionadas com as energias eólica, solar, das ondas e/ou das marés, bem como as tecnologias de produção de energia através de fontes renováveis suscetíveis de serem desenvolvidas no futuro. Contudo, são excluídas do âmbito de aplicação do acordo as tecnologias, em desenvolvimento, relacionadas com a energia hidroelétrica, a biomassa, a coprodução e a valorização energética de resíduos em Portugal e Espanha.

O Acordo prevê também que a EDPR está obrigada a prestar à EDP quaisquer informações que esta venha a requerer àquela para cumprimento das suas obrigações legais e para a preparação das contas consolidadas do Grupo EDP.

O Acordo-Quadro mantém-se em vigor enquanto a EDP mantiver, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital social da EDP Renováveis ou desde que nomeie mais de 50% dos seus Administradores.

#### ACORDO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

A 4 de Novembro de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um Acordo de Serviços de Administração Executiva, que foi renovado a 4 de maio de 2011 e entrou em vigor a 18 de março de 2011, tendo sido renovado a 10 de maio de 2012.

Através deste contrato, a EDP proporciona serviços de gestão à EDPR, incluindo os assuntos relacionados com a gestão diária da Empresa. Ao abrigo do acordo, a EDP nomeia quatro pessoas da EDP para fazerem parte da Comissão Executiva da EDPR: i) dois membros executivos, que são membros do Conselho Executivo da EDPR, e ii) dois membros não executivos, pelos quais a EDPR paga à EDP um montante definido pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas e aprovado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral de Acionistas.

No âmbito deste acordo, a EDPR deve pagar a quantia de 994.335,61 euros, correspondente à remuneração fixa e variável para os serviços de administração prestados em 2013.

O termo de vigência do contrato é 21 de junho de 2014.

#### ACORDOS DE FINANCIAMENTO E GARANTIAS

Os acordos de financiamento entre empresas do Grupo EDP e empresas do Grupo EDPR foram estabelecidos ao abrigo do Acordo-Quadro acima referido, incluindo atualmente os seguintes:

#### 114 ACORDOS DE EMPRÉSTIMO

A EDPR (na qualidade de mutuário) celebrou contratos de financiamento com a EDP Finance BV (na qualidade de mutuante), uma sociedade detida a 100% pela EDP – Energias de Portugal, S.A. Tais contratos de financiamento podem ser estabelecidos quer em euros quer em dólares norte-americanos, tendo habitualmente uma maturidade de 10 anos e sendo remunerados a taxas calculadas com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de Dezembro de 2013, os acordos de empréstimo ascendiam a 1.451.042.386 euros e 1.836.699,611 dólares norte-americanos.

#### CONTRATO DE CONTRAGARANTIA

Foi celebrado um contrato de contragarantia através do qual a EDP ou EDP Energias de Portugal, S.A., Sucursal em Espanha (adiante conjuntamente designadas por "Garante" ou "EDP Sucursal") se obriga a prestar garantias acionistas ou a solicitar a emissão de outras garantias, por conta da EDPR, da EDP Renewables Europe, SLU (doravante abreviadamente designada "EDPR EU") e da EDPR North America LLC (doravante designada "EDPR NA"), nos termos e condições definidos pelas subsidiárias e aprovados, caso a caso, pelo Conselho Executivo da EDP.

A EDPR é solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações resultantes do contrato pela EDPR EU e pela EDPR NA. As subsidiárias da EDPR obrigam-se a indemnizar o Garante por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). Contudo, podem ter sido estabelecidas condições diferentes para certas garantias emitidas antes da data de aprovação destes contratos. À data de 31 de Dezembro de 2013, estes contratos de contragarantia ascendiam a um total de 34.181.464 euros e 171.500.000 dólares.

Há um outro Acordo de contragarantia assinado, segundo o qual a EDP Energias do Brasil, SA, ou a EDPR em nome da EDPR Brasil, se compromete a proporcionar garantias corporativas ou a pedir a emissão de tais garantias, segundo os termos e condições solicitados pelas subsidiárias, e que tenham sido aprovadas, caso a caso, pela Comissão Executiva da EDPR. Cada uma das partes compromete-se a indemnizar a outra parte no valor pro rata da sua participação por quaisquer perdas ou danos decorrentes das garantias prestadas ao abrigo do contrato e a pagar uma remuneração calculada com base em valores de mercado (*arm's length*). A 31 de Dezembro de 2013, tais acordos de contragarantia totalizavam o pagamento de um montante correspondente a 200.738.411 reais

#### CONTRATO DE CONTA-CORRENTE

A EDP Servicios Financieros España e a EDPR celebraram um contrato através do qual a EDP Servicios Financieros España gere as contas de tesouraria da EDPR. O contrato regula ainda uma conta-corrente entre ambas as empresas, remunerada com base em valores de mercado (*arm's length*). À data de 31 de Dezembro de 2013, existiam DUAS conta-correntes diferentes com o seguinte balanço e contrapartes:

- em dólares americanos, a EDPR SF com a EDP SF España por um montante total de 47.250.188,09 dólares a favor da EDP SF España;
- em euros, a EDPR SF com a EDP SF España por um montante total de 63.775.266,28 euros a favor da EDPR;

Os acordos em vigor são válidos por um ano a partir da data de assinatura, sendo automaticamente renováveis por períodos iguais.

#### SWAPS CRUZADOS DE DIVISAS E TAXAS DE JURO

Devido ao investimento líquido na EDPR NA, EDPR Brasil e nas empresas polacas, as contas da EDPR estiveram expostas ao risco cambial. Com o objetivo de cobrir este risco cambial, a EDPR negociou o seguinte swap cruzado de divisas e taxas de juro (CIRS):

- em dólares Americanos e euros, com a EDP Sucursal pelo montante total de USD 2,632,613,000;
- em reais e euros, com a EDP Energias de Portugal, S.A. pelo montante total de BRL 118,000,000;
- em zlotys e euros, com a EDP Energias de Portugal, S.A. pelo montante total de PLN 597,357,663.

#### ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – TAXA DE CÂMBIO

A EDP Sucursal e a EDPR estabeleceram diversos acordos para cobertura de risco com o objetivo de gerir a exposição às transações relacionadas com os pagamentos dos investimentos de curto prazo realizados na América do Norte, na Polónia, e nas subsidiárias na Roménia, fixando a taxa de câmbio EUR/USD, EUR/PLN e EUR/RON de acordo com os preços no mercado de futuros à data de cada contrato. À data de 31 de Dezembro de 2013, os seguintes montantes permaneciam em dívida.

- Operações Polacas, em EUR/PLN, montante total de 1.168.793,373PLN;
- Operações Romenas, em EUR/RON o montante total de RON 52.158.079;
- Operações com EUA, em EUR/USD o montante total de dólares americanos 329.000.000;
- Operações Canadianas, em CAD/DKK o montante total de DKK 54.784.168, e para CAD/USD o montante total de dólares americanos 9.894.148 e para EUR/CAD o montante total de dólares canadianos de CAD 45.661.600 (que é suposto ser convertido em CIRS assim que o primeiro projecto se encontre operacional)

#### ACORDOS PARA COBERTURA DE RISCO – COMMODITIES

A EDP e a EDP EU estabeleceram acordos para 2013 para a cobertura de riscos num volume total de 3.259.620 MWh (posição de venda) e 2.848.095 MWh (posição de compra) a preços do mercado de futuros à data da execução relacionados com as vendas esperadas de energia no mercado espanhol.

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

A 4 de Junho de 2008, a EDP e a EDPR celebraram um contrato de prestação de serviços de consultoria. Através deste contrato, e mediante solicitação da EDPR, a EDP (ou a EDP Sucursal) deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulamentação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing corporativo e desenvolvimento organizativo.

O preço do contrato é calculado através da soma do custo suportado pela EDP acrescido de uma margem. No primeiro ano, a margem aplicada, fixada por um perito independente com base num estudo de mercado, foi de 8%. Em 2013, o custo estimado dos serviços prestados foi de 2.893.060,00 euros. Este valor engloba a totalidade dos custos dos serviços fornecidos à EDPR, à EDPR EU e à EDPR NA.

O contrato tem a duração de um (1) ano, e é automaticamente renovável por iguais períodos de tempo.

#### ACORDO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A 13 de maio de 2008, a EDP Inovação, S.A. (doravante designada EDP Inovação), uma empresa do Grupo EDP, e a EDPR celebraram um acordo com o objetivo de regular as relações entre ambas no que se refere ao desenvolvimento de projetos na área das energias renováveis (doravante designado Acordo de I&D).

O Acordo de I&D tem por objetivo evitar os conflitos de interesses e promover a troca de conhecimentos entre as empresas, assim como o estabelecimento de relações jurídicas e comerciais. Consequentemente, o acordo proíbe que outras empresas do Grupo EDP, exceto a EDP Inovação, desenvolvam ou invistam em empresas que desenvolvam determinados projetos de energias renováveis descritos no Acordo de I&D.

O Acordo de I&D confere à EDP Inovação o direito exclusivo sobre os projetos de desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas às energias renováveis já em fase piloto, de estudo de viabilidade económica e/ou comercial, sempre que a EDPR opte por desenvolvê-los.

O Acordo mantém-se em vigor enquanto a EDP controlar, direta ou indiretamente, mais de 50% do capital de ambas as empresas ou enquanto puder nomear a maioria dos membros dos respetivos Conselhos de Administração e Comissões Executivas.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO CELEBRADO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A. E A EDP VALOR – GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS, S.A.

A 1 de Janeiro de 2003, a EDP Renováveis Portugal, S.A., que lidera o subgrupo EDPR em Portugal, e a EDP Valor – Gestão Integrada de Recursos, S.A. (doravante EDP Valor), uma empresa do Grupo EDP, celebraram um acordo de prestação de serviços de apoio à gestão.

O contrato tem por objeto a prestação à EDP Renováveis Portugal, por parte da EDP Valor, de serviços nas áreas de compras, gestão económica e financeira, gestão de frota, gestão e conservação do património imobiliário, seguros, saúde e segurança no trabalho, gestão e formação de recursos humanos.

O montante a pagar à EDP Valor pela EDP Renováveis Portugal e suas subsidiárias pelos serviços prestados em 2013 foi de 799.736,92 euros.

O contrato tinha uma duração inicial de cinco (5) anos a contar da data da sua assinatura e foi renovado automaticamente por igual período a 1 de Janeiro de 2008.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) ano.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO ENTRE A EDP RENOVÁVEIS, S.A. E A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

A 1 de Janeiro de 2010, a EDPR e a EDP assinaram um contrato de serviços de gestão de tecnologias de informação.

O contrato tem por objeto o fornecimento pela EDP à EDPR dos serviços de gestão de tecnologias de informação descritos no seu articulado e respetivos anexos.

A quantia a pagar à EDP pelos serviços prestados em 2013 foi de 196.827,74 euros.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

Qualquer uma das partes poderá denunciar o contrato com um pré-aviso de um (1) mês.

ACORDO DE REPRESENTAÇÃO PELA HIDROELÉCTRICA DEL CANTÁBRICO, S.A. PARA A EDP RENOVÁVEIS, S.A. CARTEIRA EM ESPANHA

A 27 de Outubro de 2011, a EDPR e a Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. assinaram um acordo de serviços de representação.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDPR de serviços de representação no mercado e de gestão de risco para uma tarifa fixa baseada no volume de produção (0,12€/MWh) no mercado elétrico.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

ACORDO DE CONSULTORIA ENTRE A EDP RENOVÁVEIS BRASIL S.A. E A EDP ENERGIAS DO BRASIL S.A.

Este acordo tem por objeto o fornecimento à EDP Renováveis Brasil S.A. (doravante EDPR Brasil) dos serviços de consultoria descritos no contrato e seus anexos pela EDP – Energias do Brasil S.A. (doravante EDP Brasil). Através deste acordo, e mediante solicitação pela EDPR Brasil, a EDP Brasil deverá prestar serviços de consultoria nas seguintes áreas: serviços jurídicos, sistema de controlo interno e de reporte financeiro, tributação, sustentabilidade, regulação e concorrência, gestão de risco, recursos humanos, tecnologias de informação, marca e comunicação, planeamento energético, contabilidade e consolidação, marketing e desenvolvimento organizacional.

A quantia a pagar à EDP Brasil pelos serviços prestados em 2013 totalizou 322.322,89 reais.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO E INFRAESTRUTURAS CELEBRADO ENTRE A EDP RENEWABLES EUROPE S.L.U., A HIDROCANTÁBRICO DISTRIBUCIÓN ELÉCTRICA S.A.U. E A HIDROELÉCTRICA DEL CANTÁBRICO S.A.

A 10 de janeiro de 2012, a EDPR Europe S.L.U., a Hidrocantábrico Distribución Eléctrica S.A.U. (HCDE) e a Hidroeléctrica del Cantábrico S.A. celebraram um contrato de prestação de serviços de abastecimento e infraestruturas.

O objeto deste contrato é a prestação de serviços de comunicação e assistência técnica relacionados com as infraestruturas de produção de energia à EDPR Europe S.L.U.

A quantia a pagar à HCDE pelos serviços prestados em 2013 totalizou 51.560,26 euros.

O acordo tem uma duração inicial de um (1) ano a contar da data da sua assinatura, e é renovável automaticamente por igual período.

## 91. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AO ÓRGÃO DE SUPERVISÃO PARA A AVALIAÇÃO DAS TRANSACÇÕES

Os contratos celebrados entre a EDPR e os seus acionistas qualificados são analisados pela Comissão de Operações entre Partes Relacionadas de acordo com as suas competências, como mencionado no ponto 89 do presente Relatório, e pela Comissão de Auditoria e Controlo. De acordo com o Artigo 9º n.º 1 c) do Regulamento da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas, a comissão analisa e supervisiona, nos termos correspondentes às necessidades de cada caso específico, as operações entre participações qualificadas de outros titulares que não a EDP com entidades do Grupo EDP Renováveis, cujo valor anual seja superior a 1.000.000 euros. Esta informação está incluída no relatório anual da Comissão de Auditoria e Controlo em relação aos casos que exigem parecer prévio da Comissão. Os mecanismos estabelecidos nos regulamentos de ambas as Comissões e também o facto de um dos membros da Comissão de Operações entre Partes Relacionadas ser Presidente da Comissão de Auditoria e Controlo, como referido no ponto 39 do presente relatório, constituem elementos relevantes para uma avaliação adequada das relações estabelecidas entre a EDPR e terceiros.

## II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

### 92. DETALHES SOBRE O LUGAR ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da EDPR, incluindo a informação sobre negócios com partes relacionadas, estão publicamente disponíveis no site da Empresa em [www.edprenovaveis.com](http://www.edprenovaveis.com) e na sua sede, na Plaza de la Gesta, 2, 33007 Oviedo, Espanha.

## PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

De acordo com o Artigo 2º do Regulamento nº 4/2013 da CMVM, a EDPR informa que o presente Relatório foi elaborado de acordo com as Recomendações do Código de Governo das Sociedades da CMVM, publicado em julho de 2013. O Código de Governo das Sociedades da CMVM e os seus regulamentos estão disponíveis no site da CMVM, em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

### 2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Na tabela seguinte, identificam-se as recomendações da CMVM previstas no referido código, especificando-se se as mesmas foram ou não adotadas integralmente pela EDP Renováveis, e o capítulo do presente relatório onde as mesmas são descritas em maior detalhe.

Em 2013, a EDPR continuou o seu trabalho de consolidação relativamente aos princípios e práticas de governo da sociedade. O elevado nível de conformidade com as melhores práticas de governo corporativo por parte da EDPR foi reconhecido por um estudo independente desenvolvido em 2013 pela Universidade Católica Portuguesa a pedido da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado, em que a empresa recebeu a classificação máxima – AAA – com base no seu Relatório de Governo Corporativo de 2012 e a conformidade com as recomendações da CMVM supracitadas.

Adicionalmente, a fim de cumprir a Recomendação II.2.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, e de acordo com os resultados da reflexão realizada pela Comissão de Auditoria e Controlo, o modelo de governo adotado tem garantido um desempenho eficaz e a correta articulação com os órgãos sociais da EDPR. A estrutura de governo da sociedade adotada tem-se revelado adequada e sem restrições para o desempenho do seu sistema de verificações e balanços adotado para justificar as alterações feitas nas práticas de governo da EDPR.

Na tabela seguinte pode ser encontrada a explicação das recomendações da CMVM que a EDPR não adotou ou não considera aplicáveis, a sua justificação e outras observações relevantes, bem como referência ao capítulo do presente relatório onde se encontram.

Neste contexto, a EDPR declara ter adotado integralmente as recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas constantes do “Código de Governo das Sociedades”, com as seguintes exceções:

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO (RECOMENDAÇÕES DA CMVM)

RECOMENDAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO	DESCRIÇÃO NO RELATÓRIO
<b>I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE</b>		
<b>I.1</b> As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	<b>Adotada</b>	Capítulo B - I, b), Pontos 12 e 13
<b>I.2</b> As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	<b>Adotada</b>	Capítulo B - I, b), Ponto 14
<b>I.3</b> As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	<b>Adotada</b>	Capítulo B - I, b) Ponto 14
<b>I.4</b> Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	<b>Não Aplicável</b>	Capítulo A - I, Ponto 5
<b>I.5.</b> Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	<b>Adotada</b>	Capítulo A - I, Pontos 2 e 4
<b>II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.1 Supervisão e administração</b>		
<b>II.1.1</b> Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade.	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Pontos 21 e 28
<b>II.1.2.</b> O Conselho de Administração deve assegurar que a Sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da Sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	<b>Não Aplicável</b>  (De acordo com a lei espanhola, as matérias referidas nesta Recomendação podem ser delegadas pelo Conselho de Administração na Comissão Executiva. É prática corrente, em Espanha, haver uma delegação de competências alargada, excetuando para os assuntos relacionados com a preparação das contas. No entanto, a Comissão Executiva informa sempre o Conselho de Administração de todas as decisões estratégicas ou alterações estruturais relevantes.)	
<b>II.1.3.</b> O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhe estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deve ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da Sociedade.	<b>Não aplicável</b>  (O modelo de governo adotado pela EDPR, compatível com a sua própria lei, corresponde ao chamado modelo "anglo-saxónico" estabelecido no Código das Sociedades Comerciais português, em que o órgão de administração é um Conselho de Administração, e os deveres de supervisão e controlo são da responsabilidade de uma Comissão de Auditoria e Controlo.)	

RECOMENDAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO	DESCRIÇÃO NO RELATÓRIO
<p><b>II.1.4.</b> Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:</p> <p>a) Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;</p> <p>b) Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, C), Pontos 27, 28 e 29
<p><b>II.1.5.</b> O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - III, C), III - Pontos 52, 53, 54 e 55
<p><b>II.1.6.</b> O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Pontos 18 e 29
<p><b>II.1.7.</b> Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente. E quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Ponto 18
<p>a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade com que esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;</p> <p>c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;</p> <p>e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Ponto 18
<p><b>II.1.8.</b> Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, C) - Ponto 28
<p><b>II.1.9.</b> O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, C) - Ponto 28
<p><b>II.1.10.</b> Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação do trabalho dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	<b>Não Aplicável</b> (O Presidente do Conselho de Administração da EDPR não tem funções executivas.)	Capítulo B - II, A) - Ponto 18
<b>II.2. FISCALIZAÇÃO</b>		
<p><b>II.2.1.</b> Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II - Ponto 18; Capítulo B - II, C) - Ponto 29; Capítulo B - III, A) - Ponto 32
<p><b>II.2.2.</b> O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da Empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - C), Ponto 29; Capítulo B - V, Ponto 45
<p><b>II.2.3.</b> O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Ponto 29; Capítulo B - III, C) - Ponto 38; Capítulo B - III - V, Ponto 45

RECOMENDAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO	DESCRIÇÃO NO RELATÓRIO
<p><b>II.2.4.</b> O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Ponto 29; Capítulo B - III, C) - III, Pontos 50 e 51
<p><b>II.2.5.</b> A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - II, Ponto 29;
<b>II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES</b>		
<p><b>II.3.1.</b> Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - II - Pontos 67 e 68
<p><b>II.3.2.</b> Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da Sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - II - Ponto 67
<p><b>II.3.3.</b> A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III - Ponto 69
<p><b>II.3.4.</b> Deve ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo V - III, Ponto 69
<p><b>II.3.5.</b> Deve ser submetida à Assembleia Geral de Acionistas a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefício de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Ponto 76
<b>III. REMUNERAÇÕES</b>		
<p><b>III.1.</b> A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Pontos 69, 70, 71 e 72
<p><b>III.2.</b> A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Ponto 69; Capítulo D - IV, Ponto 77
<p><b>III.3.</b> A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Pontos 71 e 72
<p><b>III.4.</b> Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>	<b>Não aplicável</b>	Capítulo D - III, Ponto 72
<p><b>III.5.</b> Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Ponto 72

RECOMENDAÇÃO	INFORMAÇÃO SOBRE A ADOÇÃO	DESCRIÇÃO NO RELATÓRIO
<p><b>III.6.</b> Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.</p>	<b>Não aplicável</b>	Capítulo D - III, Ponto 73
<p><b>III.7.</b> Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p>	<b>Não Aplicável</b>	Capítulo D - III, Ponto 74
<p><b>III.8.</b> Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo D - III, Pontos 69 e 72
<b>IV. AUDITORIA</b>		
<p><b>IV.1.</b> O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - III - V, Ponto 46
<p><b>IV.2.</b> A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços - que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade - eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - III - V, Ponto 46
<p><b>IV.3.</b> As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - III - V, Ponto 44
<b>V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS</b>		
<p><b>V.1.</b> Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - C), Ponto 90
<p><b>V.2.</b> O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no nº 1 do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - C), Pontos 89 e 91
<b>VI. INFORMAÇÃO</b>		
<p><b>VI.1.</b> As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, o acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.</p>	<b>Adotada</b>	Capítulo B - C) - V

## ANEXO I

## PRINCIPAIS FUNÇÕES EXERCIDAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
<b>ANTÓNIO MEXIA</b>	Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (CEO) Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
<b>JOÃO MANSO NETO</b>	Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. Presidente do Conselho de Administração da EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. Vice-Presidente da Hidroelétrica del Cantábrico, S.A. Vice-Presidente da Naturgás Energia Grupo, S.A. Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL) Membro do Conselho de Administração do OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.
<b>NUNO ALVES</b>	Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A. (CFO)
<b>JOÃO MARQUES DA CRUZ</b>	Membro do Conselho da EDP Internacional, S.A. Presidente do Conselho de Administração da CEM - Empresa Elétrica de Macau Membro do Conselho de Administração Executivo da EDP - Energias de Portugal, S.A.
<b>RUI TEIXEIRA</b>	Diretor Financeiro da EDP Renováveis, S.A. Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
<b>JOÃO PAULO COSTEIRA</b>	Diretor de Operações para a Europa e Brasil da EDP Renováveis, S.A. Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
<b>GABRIEL ALONSO IMAZ</b>	Diretor de Operações para a América do Norte da EDP Renováveis, S.A. Membro da Comissão Executiva da EDP Renováveis, S.A.
<b>ACÁCIO PILOTO</b>	Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP Investimento, S.A. Membro do Conselho de Administração e CEO da Millennium Gestão de Activos, SGFI, S.A. Presidente do Conselho de Administração do BII International, Luxemburgo Presidente do Conselho de Administração do Millennium SICAV, Luxemburgo Membro do Conselho de Administração da INAPA, IPG, S.A. Membro da Comissão de Auditoria da INAPA, IPG, S.A.
<b>ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE</b>	Vice-Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, S.A. (2011-2012) Presidente do Conselho de Administração do Caixa Banco de Investimento, S.A. (2011-2012). Presidente do Conselho de Administração da Caixa Capital, SCR, SGPS, S.A. (2011-2012). Presidente do Conselho de Administração da Caixa Leasing e Factoring, S.A., 2011. Presidente do Conselho de Administração da Partang, SGPS, S.A., (2011-12). Administrador da Reditus, SGPS, S.A., de 2002 a 2011. Administrador da José de Mello Investimentos e Diretor-Geral (Planeamento Estratégico, Desenvolvimento e Controlo de Gestão) da José de Mello, SGPS, S.A., desde 2005. Administrador da Companhia União Fabril CUF, SGPS, S.A., de 2002 a julho de 2011. Administrador da Quimigal, S.A. (2002-2006) e CUF-Químicos Industriais, S.A. desde 2006 a julho de 2011. Administrador da Brisa, S.A. de 2002 a julho de 2011. Administrador da Efacec Capital, SGPS, S.A., de 2006 a julho de 2011. Administrador da Comitur, SGPS, S.A., de 2005 - a julho de 2011. Administrador da Comitur Imobiliária, S.A. de 2005 a julho de 2011. Administrador da Expocomitur - Promoções e Gestão Imobiliária, S.A., de 2005 a julho 2011. Administrador da Herdade do Vale da Fonte-Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., de 2005 a julho de 2011. Administrador da Sociedade Imobiliária e Turística do Cojo, S.A., de 2005 a julho de 2011. Administrador da José de Mello Saúde, SGPS, S.A., de 2007 a julho de 2011. Administrador da EDP Renováveis, de 2008 a julho de 2011. Vice-Presidente e posteriormente Vogal do Conselho Consultivo do Banif Banco de Investimento, de 2004 a julho de 2011.
<b>GILLES AUGUST</b>	Cofundador da August & Debouzy. Dirige atualmente o departamento corporativo da empresa.
<b>JOÃO LOPES RAIMUNDO</b>	Membro do Conselho de Administração do OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS) Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP no Luxemburgo Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP em França Membro do Conselho de Administração do Millennium Banque Privée na Suíça Diretor-Geral do Banco Comercial Português Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Angola Membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento Vice-Presidente do Conselho de Administração do Millennium Bank nos EUA Membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal SGPS, S.A. Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA), Inc.

Nome	Cargo
<b>JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO</b>	Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal S.A.D.
<b>JORGE SANTOS</b>	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa Diretor do Departamento de Economia (ISEG) Membro do Conselho Científico do ISEG Coordenador do Mestrado em Economia no ISEG Membro do Conselho da "Fundação Económicas" Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas do IDEFE.
<b>JOSÉ ARAÚJO E SILVA</b>	Administrador da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. Membro da Comissão Executiva da Corticeira, SGPS, S.A. Administrador da Caixa Geral de Depósitos Membro do Conselho de Administração da RTP, Rádio Televisão de Portugal, S.A.
<b>JOSÉ FERREIRA MACHADO</b>	Reitor da Nova School of Business & Economics
<b>MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ</b>	Presidente e CEO do Liberbank S.A. Presidente do Banco de Castilla-La Mancha Presidente da Cajastur Presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. Presidente da Naturgas Energía, S.A. Administrador da EDP Renewables Europe, SL Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração do CECABANK Membro do Conselho de Administração da UNESA
<b>RAFAEL CALDEIRA VALVERDE</b>	Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Membro do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento Membro do Conselho de Administração da ESSI SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da ESSI Comunicações, SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da ESSI Investimentos, SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holdings Limited Membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. Membro do Conselho de Supervisão da Academia de Música de Santa Cecília Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Rugby Membro do Conselho de Supervisão da TRANS-POR

## ANEXO II

PRINCIPAIS POSIÇÕES ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS NÃO PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, S.A. OU A EDP – ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>
<b>ANTÓNIO MEXIA</b>	Membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A.
<b>JOÃO MANSO NETO</b>	Membro do Conselho de Administração do Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español (OMEL) Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.
<b>NUNO ALVES</b>	N/A
<b>JOÃO MARQUES DA CRUZ</b>	Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A.
<b>RUI TEIXEIRA</b>	N/A
<b>JOÃO PAULO COSTEIRA</b>	N/A
<b>GABRIEL ALONSO IMAZ</b>	N/A
<b>ACÁCIO PILOTO</b>	N/A
<b>ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE</b>	Administrador da HipogesIberia, S.A. Administrador da MP- Microprocessador, S.A. Administrador da Reditus SGPS, S.A.
<b>GILLES AUGUST</b>	Cofundador da August & Debouzy. Dirige atualmente o departamento corporativo da empresa.
<b>JOÃO LOPES RAIMUNDO</b>	Membro do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS) Presidente do Conselho de Administração da BCP Holdings (USA), Inc. Diretor-Geral do Banco Comercial Português
<b>JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO</b>	Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom SGPS, S.A. Presidente da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Avaliação da Portugal Telecom SGPS, S.A. Membro da Comissão de Governo Societário da Portugal Telecom SGPS, S.A.
<b>JORGE SANTOS</b>	Professor Catedrático de Economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa Diretor do Departamento de Economia (ISEG) Membro do Conselho Científico do ISEG Coordenador do Mestrado em Economia no ISEG Membro do Conselho da "Fundação Económicas" Presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas do IDEFE.
<b>JOSÉ ARAÚJO E SILVA</b>	Consultor
<b>JOSÉ FERREIRA MACHADO</b>	Reitor da Nova School of Business & Economics
<b>MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ</b>	Presidente e CEO da Liberbank, S.A. Presidente da Cajastur Membro do Conselho de Administração da Confederación Española de Cajas de Ahorro Membro do Conselho de Administração da UNESA
<b>RAFAEL CALDEIRA VALVERDE</b>	Vice-Presidente e Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. Membro do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil S.A. - Banco de Investimento Membro do Conselho de Administração da ESSI SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da ESSI Investimentos, SGPS, S.A. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holdings Limited Membro do Conselho de Supervisão da Academia de Música de Sta. Cecília

## ANEXO III

CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP - ENERGIAS DE PORTUGAL, S.A.

	António Mexia	João Manso Neto	João Marques da Cruz	Manuel Ménéndez Menéndez	Nuno Alves	Gabriel Alonso Imaz	João Paulo Costeira	Rui Teixeira
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Sociedade Unipessoal, Lda.	-	-	-	-	G	-	-	-
Companhia de Electricidade de Macau – CEM, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP – Ásia Investimentos e Consultoria, Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP – Ásia Soluções Energéticas Lda.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha	PR	PR	PR	-	PR	-	-	-
EDP Energía Gas SL	-	D	-	-	-	-	-	-
EDP Energia Ibérica S.A.	-	D	-	-	-	-	-	-
EDP Finance BV	R	R	R	-	R	-	-	-
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
EDPInovação, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
EDP Valor—Gestão Integrada de Serviços, S.A.	-	-	PCA	-	-	-	-	-
EDP—Energias de Portugal, S.A.	PECA	D	D	-	D	-	-	-
EDP—Energias do Brasil, S.A.	PCA	-	-	-	D	-	-	-
EDP—Estudos e Consultoria, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
EDP—Imobiliária e Participações, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
Eléctrica de la Ribera de Ebro, SL	-	PCA	-	-	-	-	-	-
ENEOP – Eólicas de Portugal, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	-	-
Energia RE, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	-	D	-	PCA	D	-	-	-
Naturgás Energia Grupo, S.A.	-	D	-	PCA	-	-	-	-
Sávida—Medicina Apoiada, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-
SCS—Serviços Complementares de Saúde, S.A.	-	-	-	-	PCA	-	-	-

PECA – Presidente Executivo do Conselho de Administração

PCA – Presidente do Conselho de Administração / CEO – Chief Executive Officer

D - Diretor

G – Gestor

R – Representante

PR - Representante permanente

126

NEVERENDING ENERGY

CARGOS ATUAIS DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EM EMPRESAS PERTENCENTES AO MESMO GRUPO QUE A EDP RENOVÁVEIS, S.A.

	António Mexia	João Manso Neto	João Marques da Cruz	Manuel Ménéndez Menéndez	Nuno Alves	Gabriel Alonso Imaz	João Paulo Costeira	Rui Teixeira
EAP Renewables Italy, SRL	-	-	-	-	-	-	PCA	-
EAP Renewables Canada, Ltd	-	-	-	-	-	CEO	-	A
EAP Renewables Europe, S.L.	-	PCA	-	A	-	-	A	A
EAP Renewables France S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	-
EAP Renewables North America LLC	-	-	-	-	-	CEO	-	-
EAP Renewables Polska, SP, z.o.o.	-	-	-	-	-	-	A	A
EAP Renewables Romania SRL	-	-	-	-	-	-	A	-
EDP Renováveis SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	A
EDP Renewables South Africa Proprietary Limited	-	-	-	-	-	-	PCA	-
EAP Renewables UK Ltd	-	-	-	-	-	-	-	-
EAP Renováveis Brasil, S.A.	-	PCA	-	-	-	-	A	A
EAP Renováveis Portugal, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	A
ENEOP 2 S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	-
Greenwind, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	-	-	-	-	-	-	PCA	A
South Africa Wind & Solar Power SLU	-	-	-	-	-	-	PCA	-

PCA – Presidente do Conselho de Administração

CEO – Chief Executive Officer

A - Administrador

MCS – Membro do Conselho de Supervisão

PAG – Presidente da Assembleia Geral de Acionistas

G – Gestor

NOTA: Este anexo contém informações relativas a todas as principais empresas do Grupo EDP Renováveis. A informação relativa a outras empresas subsidiárias em que os membros do Conselho de Administração ocupam cargos de direção está disponível na Nota 38 do Relatório e Contas anual.

## ANEXO IV

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## ANTÓNIO LUÍS GUERRA NUNES MEXIA (PRESIDENTE)

Nascido a 12 de Julho de 1957, licenciou-se em 1980 em Economia pela Universidade de Genebra (Suíça), onde foi também professor assistente no Departamento de Economia. Possui uma pós-graduação em Estudos Europeus na Universidade Católica. Foi membro dos órgãos sociais da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade Católica, onde exerceu o cargo de diretor entre 1982 e 1995. Foi adjunto do Secretário de Estado do Comércio Externo entre 1986 e 1988. De 1988 a 1990, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração do ICEP (Instituto de Comércio Externo de Portugal). De 1990 a 1998, foi Administrador do Banco Espírito Santo de Investimentos. Em 1998, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Gás de Portugal e Transgás. Entrou para a Galp Energia em 2000, onde passou a exercer as funções de Vice-Presidente do Conselho de Administração. Entre 2001 e 2004, foi Presidente da Comissão Executiva da Galp Energia e Presidente do Conselho de Administração da Petrogal, Gás de Portugal, Transgás e Transgás-Atlântico. Em 2004, foi nomeado ministro das Obras Públicas, dos Transportes e da Comunicação do 16º Governo Constitucional de Portugal. Foi ainda Presidente da Associação Portuguesa de Energia (APE) entre 1999 e 2002, membro da Comissão Trilateral entre 1992 e 1998, Vice-Presidente da Associação Industrial Portuguesa (AIP) e Presidente do Conselho Geral de Supervisão da Ambelis, além de representante do Governo português junto da União Europeia num grupo de trabalho para o desenvolvimento das redes de comunicação transeuropeias. Foi também representante do Governo para o grupo de trabalho da UE para o desenvolvimento da rede transeuropeia. Em Janeiro de 2008, foi nomeado membro do Conselho Geral e de Supervisão do Banco Comercial Português, S.A., tendo anteriormente integrado o Conselho Superior deste banco. A 30 de Março de 2006, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP, tendo iniciado o seu mandato a 30 de Junho de 2006. Foi reeleito para as mesmas funções a 15 de Abril de 2009 e a 20 de Fevereiro de 2012.

## JOÃO MANUEL MANSO NETO (VICE-PRESIDENTE)

Nascido em 1958, licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia em 1981 e obteve uma pós-graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1982). Fez um curso de formação profissional através da Associação Americana de Banqueiros (1982) e concluiu a componente letiva do curso de mestrado em Economia na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e, em 1985, o "Advanced Management Program for Overseas Bankers" na Wharton School, em Filadélfia. Entre 1981 e 1995 exerceu inúmeras funções no Banco Português do Atlântico, nomeadamente as de diretor da Divisão de Crédito Internacional, e diretor-geral responsável pelas áreas Financeira e Retalho da Região Sul. Entre 1995 e 2002, trabalhou no Banco Comercial Português, ocupando os cargos de diretor-geral da Gestão Financeira, diretor-geral de Grandes Negócios Institucionais, diretor-geral de Tesouraria, membro do Conselho de Administração do BCP Banco de Investimento e Vice-Presidente do BIG Bank Gdansk na Polónia. Entre 2002 e 2003, foi membro do Conselho de Administração do Banco Português de Negócios. Entre 2003 e 2005, integrou os quadros da EDP como diretor-geral e Administrador da EDP Produção. Em 2005, foi nomeado CEO da HC Energia, Presidente da Genesa e membro do Conselho de Administração da Naturgas Energia e da OMEL. A 30 de março de 2006, foi nomeado membro do Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de Junho de 2006, e sendo reeleito a 15 de Abril de 2009 e a 20 de Fevereiro de 2012. A 28 de Fevereiro de 2012, foi nomeada Vice-Presidente do Conselho de Administradores e CEO da EDP Renováveis, S.A. Atualmente é o Responsável Ibérico pela Regulação da Gestão Energética (Gaz e Eletricidade).

## JOÃO MARQUES DA CRUZ

Nascido em 1961, é licenciado em Gestão (1984) pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, possui um MBA (1989) pela Universidade Técnica de Lisboa e uma pós-graduação em Marketing e Gestão de Empresas Aéreas (1992) pela Universidade de Bath/ International Air Travel Association, do Reino Unido. Começou sua carreira no Grupo TAP (Transportes Aéreos de Portugal) em 1984, onde exerceu várias funções até se tornar Diretor Geral. Entre 1997 e 1999 foi membro do Conselho de Administração da TAPGER. Entre 2000 e 2002, foi membro do Conselho de Administração de várias empresas dentro da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, nomeadamente da EMEF. De 2002 a 2005 foi CEO da AirLuxor, uma companhia aérea, e de 2005 a 2007 foi Presidente e CEO do ICEP - Instituto do Comércio Externo de Portugal, uma agência do Estado português para o comércio internacional e promoção. Desde Março de 2007 é membro do Conselho de Administração da EDP Internacional S.A. e em 2009 foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da CEM - Empresa Elétrica de Macau. A 20 de Fevereiro de 2012 foi nomeado membro do Conselho de Administração Executivo da EDPR. A 8 de maio de 2012 foi nomeado membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. por cooptação.

## NUNO MARIA PESTANA DE ALMEIDA ALVES

Nascido em 1958, possui uma licenciatura em Engenharia e Construção Naval (1980) e um MBA (1985) pela Universidade do Michigan. Em 1988, entrou para o Departamento de Planeamento e Estratégia do Millennium BCP e em 1990 assumiu as funções de diretor associado da Divisão de Investimentos Financeiros do banco. Em 1991, Nuno Alves foi nomeado diretor de Relações com Investidores do Grupo e em 1994 assumiu o cargo de Diretor Coordenador do da Rede de Retalho. Em 1996, tornou-se diretor da Divisão de Mercados de Capitais do Banco CISF, atualmente Millennium BCP Investimento, e, em 1997, codiretor da Divisão de Banca de Investimento do banco. Em 1999, Nuno Alves foi nomeado Presidente e CEO do CISF Dealer, a entidade de corretagem do Banco CISF. Desde 2000, antes da sua nomeação como Diretor Financeiro da EDP, em Março de 2006, Nuno Alves foi vogal da Comissão Executiva do Millennium BCP Investimento, responsável pela Tesouraria e Mercado de Capitais do Grupo BCP. A 30 de Março de 2006, foi nomeado membro do Conselho de Administração Executivo da EDP, iniciando funções a 30 de Junho de 2006, e sendo reeleito a 15 de Abril de 2009 e a 20 de Fevereiro de 2012.

## GABRIEL ALONSO

Nascido em 1973, trabalha no setor da indústria eólica há mais de 15 anos, em vários países da Europa, América do Norte e Norte de África. Ingressou na EDP no início de 2007, como diretor-geral para a América do Norte, liderando a entrada da EDP na área das energias renováveis nos EUA, com a aquisição à Goldman Sachs da Horizon Wind Energy – a maior transação até à data no âmbito das energias renováveis. Foi também um elemento fundamental no lançamento da oferta pública inicial (IPO) da EDPR, em Junho de 2008. Trabalhou na EDPR NA como Chief Development Officer (CDO) e Chief Operating Officer (COO), responsável pela supervisão do desenvolvimento, engenharia, construção, gestão de energia, adjudicação e operações e manutenção. Atualmente é Diretor de Operações da EDP Renewables North America LLC (EDPR NA), membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A. (EDPR). (EDPR) e membro da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da American Wind Energy Association (AWEA). É licenciado em Direito e possui um mestrado em Economia, ambos pela Universidade de Deusto, em Espanha, e concluiu o Programa Avançado de Gestão na Booth School of Business da Universidade de Chicago.

## 128 JOÃO PAULO COSTEIRA

Nascido em 1965, foi Diretor Comercial da Portgás entre 1992 e 1998. Em 1998 entrou para o Grupo Galpenergia, onde ocupou diversos cargos, tais como Diretor-Geral da Lisboagás, Diretor-Geral da Transgás Indústria e Diretor-Geral da Lusitaniagás. Foi ainda membro da Equipa de Gestão da GalpEmpresas e Galpgás. Em 2006, tornou-se membro do Conselho Executivo para a Distribuição de Gás Natural e Marketing (Portugal e Espanha). Em 2007 ingressou na EDP Renováveis S.A., onde atualmente exerce as funções de Diretor de Operações para a Europa, Brasil e África do Sul, sendo também membro da Comissão Executiva, e membro do Conselho de Administração. Possui uma licenciatura em Engenharia Eletrotécnica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e um mestrado em Administração de Empresas pelo IEP/ESADE (Porto e Barcelona). Fez também o Programa de Desenvolvimento Executivo da École des HEC (Universidade de Lausanne, 1997), o Programa de Desenvolvimento de Liderança Estratégica do INSEAD (Fontainebleau, 2002) e o Programa de Gestão Avançada do IESE (Barcelona, 2004).

## RUI TEIXEIRA

Nascido em 1972, é membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A., membro da Comissão Executiva e Diretor Financeiro da Empresa. De 1996 a 1997 foi subdiretor do departamento comercial naval da Gellweiler-Sociedade de Equipamentos Marítimos e Industriais, Lda. Entre 1997 e 2001, trabalhou como gestor de projeto e inspetor naval para a Det Norske Veritas, com responsabilidades nas áreas de estruturas offshore, construção naval e reparação naval. Entre 2001 e 2004, foi consultor na McKinsey & Company, concentrando-se nas áreas de energia, navegação e banca de retalho. Entre 2004 e 2007, passou a chefiar o planeamento empresarial e a divisão de controlo dentro do Grupo EDP. Em 2007 exerceu também as funções de diretor financeiro na EDP Renewables Europe SL (ex-NEO). E em 2008 foi nomeado diretor financeiro da EDPR. É ainda membro do Conselho de Administração de diversas subsidiárias do Grupo. Possui um mestrado em Arquitetura Naval e Engenharia Marinha pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, e um mestrado em Gestão e Administração pela Universidade Nova de Lisboa, tendo também concluído o Programa Avançado de Gestão da Harvard Business School.

## ACÁCIO PILOTO

Nascido em 1957, Acácio Piloto possui uma licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1983). Entre 1984 e 1985, frequentou a Fundação Hanns Seidel, em Munique, como bolsheiro, tendo obtido uma Pós-Graduação em Direito Económico pela Universidade Ludwig Maximilian e uma Pós-Graduação em Direito Europeu da Concorrência pelo Instituto Max Planck. Posteriormente, fez um estágio na Divisão Internacional do Bayerische Hypoteken und Wechsel Bank. Completou, ainda, a sua formação profissional com diversos cursos, principalmente na área de banca e gestão financeira, nomeadamente na International Banking School (Dublin, 1989), o Seminário de Gestão de Ativos e Passivos (Merrill Lynch International, 1991) e o Programa Executivo do Insead (Fontainebleau, 1999).

Em 1986 passou a integrar a Divisão Internacional do Banco Pinto & Sotto Mayor. Em 1988, Acácio Piloto passa para a Divisão Internacional e de Tesouraria do Banco Comercial Português. Em 1989 é nomeado Diretor da área

de Corporate Banking Internacional. De 1991 a 1996, exerceu as funções de Diretor da Divisão de Tesouraria e Mercado de Capitais do CISF - Banco de Investimento (BCP Banco de Investimento). Em 1996, é destacado para a Subsidiária do grupo responsável por Asset Management, a AF- Investimentos, sendo nomeado para a sua Comissão Executiva e atuando como Presidente das seguintes empresas do grupo: AF Investimentos, Fundos Mobiliários; AF Investimentos, Fundos Imobiliários; BPA Gestão de Patrimónios; BCP Investimentos Internacional; AF Investimentos Internacionais e Prime Internacional. Em 1988, regressa à banca de investimento, inicialmente como membro da Comissão Executiva e, em 2000, como administrador executivo do BCP- Banco de Investimento, responsável pela Banca de Investimento e, a partir de 2006, pela Tesouraria e Mercados de Capitais. Em 2010, é nomeado diretor-geral do Millennium BCP para o negócio de Gestão de Ativos e CEO da Millennium Gestão de Activos, SGFIM, Presidente do Millennium SICAV e Presidente do BII Internacional.

Durante o período 2010/2013, foi também membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da INAPA, IPG, S.A. Atualmente, é Administrador Não Executivo da EDP Renováveis, SA

#### ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

Nascido em 1962, foi consultor de várias instituições nacionais e internacionais, entre as quais o Banco de Portugal, a OCDE e a Comissão Europeia, entre 1988 e 1996. Entre 1995 e 1998, foi secretário-geral da APRITEL e, entre 2000 e 2002, foi membro do Conselho de Administração da APRITEL. Foi diretor na Soporcel, S.A., em 1997-1999, diretor na Papercel, S.A., em 1998-1999 e administrador da MC Corretagem, SA, também em 1999. No mesmo ano, foi nomeado Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Lisboa e membro da Comissão Executiva da Associação Ibero-americana de Bolsas. António Nogueira Leite é, desde 2000, membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. Foi consultor da Vodafone - Telecom Personal S.A. entre 2000 e 2002, e da GE Capital, entre 2001 e 2002. Em 2002, foi membro do Conselho Consultivo do IGCP. Desde 2002, tem exercido diversas funções no Grupo José de Mello, e ocupado cargos de gestão em várias organizações, incluindo Reditus, SGPS, SA, Quimigal, S.A., Brisa, S.A., ADP, S.A. Comitur, SGPS, S.A., Comitur Imobiliária, S.A., Expocomitur - Promoção e Gestão Imobiliária, S.A., Valley Farm Supply - Sociedade Agrícola, Turística e Imobiliária, S.A., SGPS, S.A., Efacec Capital, SGPS, S.A. e CUF - Químicos Industriais, S.A. Foi administrador da Sociedade de Explosivos Civis, SEC, S.A., de 2007 a março de 2008. De Outubro de 1999 a agosto de 2000, exerceu as funções de Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças e vice-governador do Banco Europeu de Investimento. Colaborou, ainda, com o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional e foi membro do Conselho Económico e Financeiro da União Europeia. Ocupou também o cargo de Vice-Presidente do Conselho Consultivo do Banif - Banco de Investimentos S.A. e de Presidente do Conselho Geral e de Supervisão da OPEX, S.A. Entre 2009 e 2011 foi Presidente da Associação Oceano XXI (cluster do Mar). Entre 2011 e 2013, foi administrador e Vice-Diretor Presidente da Comissão Executiva da CGD, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Caixa Banco de Investimento e administrador da Caixa Capital, Caixa Desenvolvimento, Caixa Leasing & Factoring, e Partang, SGPS, S.A. Desde 2008, é um administrador não-executivo do Conselho de Administração da EDPR e membro da Comissão de Transações com Partes Relacionadas. António Nogueira Leite possui uma licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa, e um mestrado e um doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois.

#### GILLES AUGUST

Nasceu em 1957. Entre 1984 e 1986, exerceu advocacia nos escritórios da Finley, Kumble, Wagner, Heine, Underberg, Manley & Casey, em Washington, D.C. Entre 1986 e 1991, foi associado e, mais tarde, partner da sociedade de advogados Baudel, Salès, Vincent & Georges, em Paris. Em 1991 tornou-se sócio da Salès Vincent Georges, onde permaneceu até 1994. Em 1995, foi cofundador da sociedade de advogados August & Debouzy, onde dirige atualmente o departamento empresarial. Foi docente na École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales e no Collège de Polytechnique e leciona atualmente no CNAM (Conservatoire National des Arts et Métiers). É cavaleiro da Legião de Honra. Desde 2009, é Administrador não executivo da EDPR. Possui um mestrado em Direito pela Georgetown University Law Center, em Washington DC (1986); uma pós-graduação em Direito Empresarial pela Universidade de Paris II Phantéon, DEA (1984) e um mestrado em Direito Privado pela mesma Universidade (1981). Possui uma licenciatura em Economia pela Ecole Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC).

#### JOÃO JOSÉ BELARD DA FONSECA LOPES RAIMUNDO

Nascido em 1960, exerceu as funções de auditor sénior, de 1982 a 1985, na BO - Binder Dijker Otte Co. De 1987 a 1990, foi diretor do Banco Manufactures Hanover (Portugal), S.A. e entre 1990-1993 foi membro dos Conselhos de TOTTA Factor, S.A. (Grupo Banco Totta e Açores) e da Valores Ibéricos, SGPS, S.A. Em 1993, exerceu cargos diretivos na Nacional Factoring, da CISF - Imóveis e na CISF Equipamentos. Entre 1995 e 1997 foi administrador da CISF - Banco de Investimento e membro do Conselho de Administração da Nacional Factoring. Em 1998, foi nomeado para o Conselho de Administração de várias empresas, incluindo a Leasing Atlântico, Comercial Leasing, Factoring Atlântico, Nacional Leasing e Nacional Factoring. Entre 1999 e 2000, foi Administrador do BCP Leasing, BCP Factoring e Leasefactor SGPS. De 2000 a 2003, desempenhou as funções de Presidente do Conselho de Administração do Banque BCP (Luxemburgo) e Presidente da Comissão Executiva do Banque BCP (França). Entre 2003 e 2006, integrou a administração do Banque Privé BCP (Suíça) e foi diretor-geral do Private Banking do BCP. De 2006 a 2009, foi membro do Conselho de Administração do Banco Millennium BCP de Investimento, SA e diretor-geral do Banco Comercial Português, S.A. Até 2010 foi também vice-presidente da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas do Millennium Angola. De 2009 a 2010, foi nomeado

Vice-Presidente e CEO da Millenniumbcppbank, NA (EUA). De 2009 a 2012 foi membro do Conselho de Administração da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. Atualmente é Presidente do Conselho de Administração do BCP Holdings (EUA), Inc., Diretor-geral de Investment Banking do Banco Comercial Português, membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. e do OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal) SGPS, S.A. Possui uma licenciatura em Gestão e Administração pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa e um MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, França).

#### JOÃO MANUEL DE MELLO FRANCO

Nascido em 1946, foi membro do Conselho de Administração da Tecnologia das Comunicações, Lda., entre 1986 e 1989. De 1989 a 1994, foi presidente do Conselho de Administração da Telefones de Lisboa e Porto, S.A., e entre 1993 a 1995 foi presidente da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações. De 1994 a 1995, foi Presidente do Conselho de Administração da Empresa Portuguesa Rádio Marconi e, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Santomense de Telecomunicações e da Guiné Telecom. De 1995 a 1997, foi Vice-Presidente do Conselho de Administração e CEO da Lisnave (Estaleiros Navais) S.A. Entre 1997 e 2001, foi CEO (e, no último ano, Presidente do Conselho de Administração) da Soponata e, durante o mesmo período, Administrador e membro da Comissão de Auditoria da International Shipowners Reinsurance, Co S.A. Entre 2001 e 2004, foi Vice-Presidente da José de Mello Imobiliária SGPS, S.A. É, desde 1998, Administrador da Portugal Telecom SGPS, S.A., Presidente da Comissão de Auditoria desde 2007, membro da Comissão de Governo Societário desde 2006 e membro da Comissão de Avaliação desde 2008. É membro do Conselho de Administração da Villas Boas ACP - Corretores de Seguros, Lda., desde 2012. Foi membro da Comissão de Remunerações da Portugal Telecom, SGPS, S.A., entre 2003 e 2008. Entre 2011 e 2013, foi presidente da Comissão de Auditoria do Sporting Clube de Portugal, SAD. Possui uma licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico. Possui ainda um diploma em gestão estratégica e direção de empresas e é titular de uma bolsa da Junta de Energia Nuclear.

#### JORGE SANTOS

Nascido em 1951, foi coordenador da comissão de avaliação do II Quadro Comunitário de Apoio e membro da comissão para a elaboração ex-ante do III Quadro Comunitário de Apoio, entre 1997 e 1998. De 1998 a 2000, foi Presidente da Comissão Diretiva da Unidade de Estudos sobre a Complexidade na Economia e, de 1998 a 2002, foi Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Entre 2001 e 2002, foi coordenador da equipa responsável pela elaboração do Programa Estratégico de Desenvolvimento Económico e Social para a Península de Setúbal. Desde 2007, coordena o curso de mestrado em Economia e desde 2009 é Presidente do Departamento de Economia do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. Em Dezembro de 2011 foi eleito presidente da Assembleia Geral de Acionistas do IDEFE, e é atualmente administrador da "Fundação Económicas". Possui uma licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, um mestrado em Economia pela Universidade de Bristol e um doutoramento também em Economia pela Universidade de Kent. Possui também um doutoramento em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, e tem, consequentemente, ocupado os cargos de Professor Auxiliar e Professor Associado da Universidade Técnica de Lisboa. Foi nomeado professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa e é presidente do Departamento de Economia do ISEG.

#### JOSÉ FERNANDO MAIA DE ARAÚJO E SILVA

Nascido em 1951, começou sua carreira profissional como professor assistente na Faculdade de Economia do Porto e, em 1987 e 1988, foi responsável pelo curso de Gestão Financeira Internacional na mesma universidade. De 1980 a 1983, ocupou uma posição a tempo parcial como técnico para a Comissão de Coordenação da Região Norte e, a partir de 1991, foi convidado para professor na Universidade Católica do Porto. Desde então, ocupou o cargo de administrador de várias empresas, incluindo o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e o grupo Soserfin -Sociedade Internacional de Serviços Financeiros- Porto. Tem estado envolvido na coordenação e gestão financeira da Sonae Investimentos SGPS, foi diretor executivo da Sonae Participações Financeiras, SGPS, S.A. e Vice-Presidente da Sonae Indústria, SGPS, S.A. Ocupou também cargos de direção na Tafisa, S.A., Spread, SGPS, S.A. e Corticeira Amorim, S.A. Atualmente, é membro do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A., e Presidente da Caixa Seguros e Saúde, Caixa Leasing and Factoring e Locarent, além de Administrador não executivo em várias outras Empresas. É Administrador não executivo da EDPR desde 2008. Possui uma licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e obteve diplomas pela Universidade de Paris IX, Dauphine e realizou o curso de banqueiro internacional no Midland Bank, em Londres.

#### JOSÉ FERREIRA MACHADO

Nascido em 1957, possui um doutoramento em Economia pela Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, nos EUA e uma agregação em Estatística e Econometria pela Universidade Nova de Lisboa.

É membro dos conselhos editoriais do Empirical Economics e do Jornal Económico e tem publicado os resultados da sua investigação científica em algumas das principais revistas da área, como Journal of the American Statistical Society, Journal of Econometrics, Journal of Economic Letters. É consultor do Banco de Portugal desde 1992.

É Reitor da Nova School of Business and Economics, em Lisboa, desde 2005, e da Angola Business School, em Luanda, desde 2010.

#### MANUEL MENÉNDEZ MENÉNDEZ

Nascido em 1960, é Presidente do Conselho de Administração e CEO do Liberbank, S.A., uma instituição financeira formada pela integração dos negócios financeiros dos bancos Cajastur, Caja de Extremadura, Caja Cantabria e do Banco Castilla-La Mancha, bem como Presidente da Cajastur. É membro dos Conselhos de Administração da CECA e da ENAGAS, onde representa o Grupo Liberbank. É também presidente da Hidroeléctrica del Cantábrico e Naturgas Energía e membro do Conselho de Administração da EDP Renováveis e da UNESA (associação espanhola do setor de energia elétrica).

Foi Presidente do Banco de Castilla-La Mancha, que integra o grupo Liberbank e membro do Conselho de Administração da CECABANK, Enagas e EDP Renewables Europa. É professor universitário no Departamento de Administração de Empresas e Contabilidade da Universidade de Oviedo. Possui um doutoramento em Ciências Económicas e uma licenciatura em Economia e em Administração de Empresas, ambas pela Universidade de Oviedo. Tem orientado diversas teses de doutoramento, desenvolvido trabalhos de investigação e participado como orador em vários cursos e seminários. As principais áreas da sua investigação são a eficiência em instituições de crédito, controlo de gestão em empresas descentralizadas e as que atuam em setores com economias reguladas. É ainda autor de vários livros e artigos técnicos sobre as matérias em questão.

#### RAFAEL CALDEIRA VALVERDE

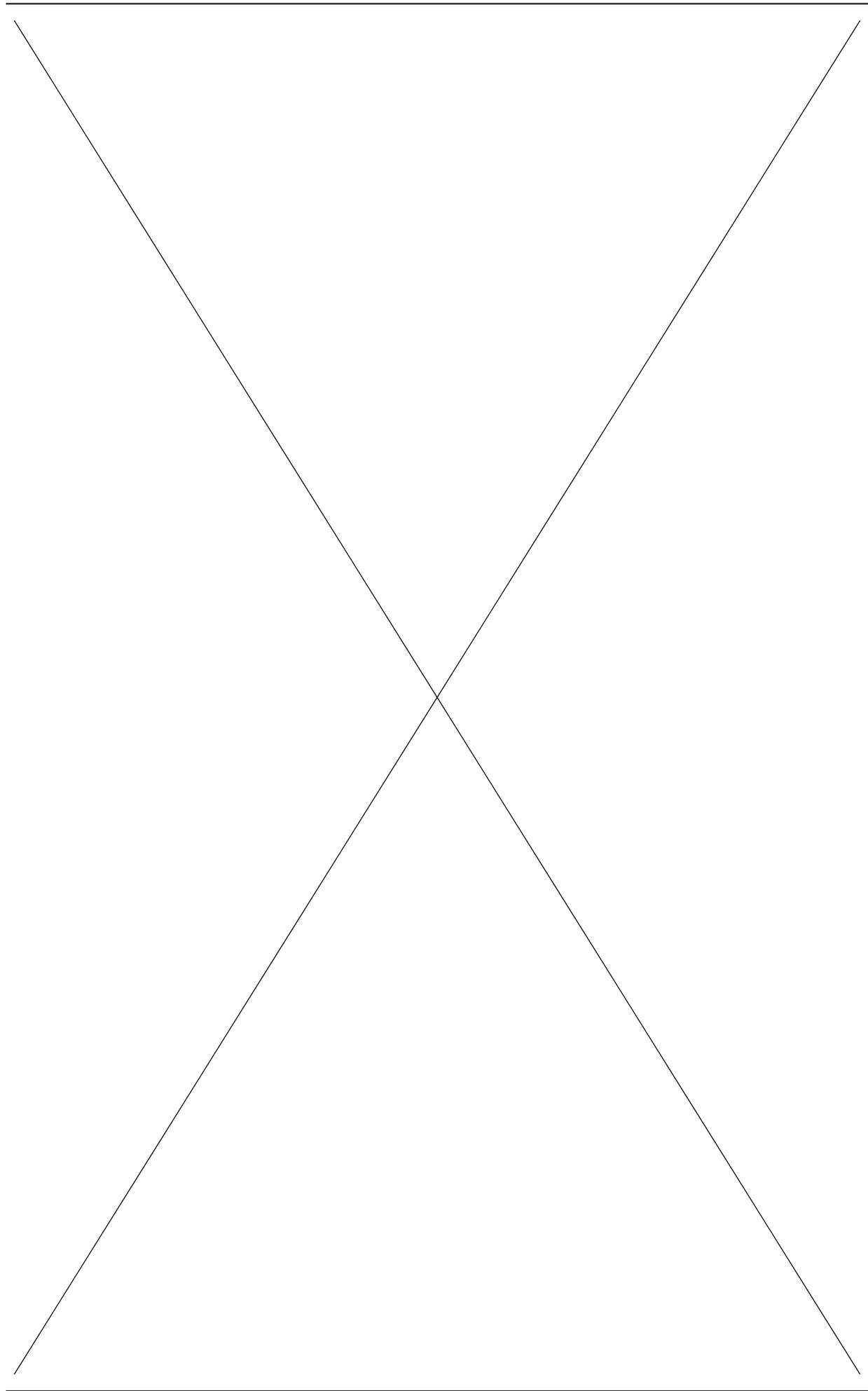
Nascido em 1953, ingressou no Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. em 1987, tendo sido o administrador responsável pela gestão de serviços financeiros, clientes, financiamento estruturado e mercados de capitais, e pelo departamento de originação e informação; entre 1991 e 2005 foi também administrador e membro da Comissão Executiva. Em março de 2005, foi nomeado vice-presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., passando a fazer parte da Comissão Executiva. Atualmente, é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Membro da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A.; administrador do BES Investimento do Brasil, S.A.; ESSI, SGPS, S.A.; ESSI COMUNICAÇÕES, SGPS, S.A.; e ESSI INVESTIMENTOS, S.A. e Espírito Santo Investment Holdings Limited. Desde 2008 é Administrador Não Executivo do Conselho de Administração da EDPR e membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Possui uma licenciatura em Economia pelo Instituto de Economia da Faculdade Técnica de Lisboa.

### SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### EMILIO GARCÍA-CONDE NORIEGA

Nascido em 1955, ingressou como advogado, em 1981, na central elétrica Soto de Ribera, que era propriedade de um consórcio formado pela Electra de Viesgo, Iberdrola e Hidrocantábrico. Em 1995, foi nomeado conselheiro geral da Soto de Ribera, sendo, também, responsável pelas áreas administrativa e de recursos humanos do consórcio. Em 1999, foi nomeado assessor jurídico da Hidrocantábrico e, em 2003, foi nomeado conselheiro geral da Hidrocantábrico e membro da sua comissão executiva. Atualmente, é conselheiro geral da empresa, como secretário do Conselho de Administração, e presidente, administrador e/ou secretário em Conselhos de Administração de diversas subsidiárias da empresa na Europa. Possui uma licenciatura em Direito pela Universidade de Oviedo.



# 07

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

Demonstração dos resultados consolidados	135
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral	136
Demonstração da Posição Financeira Consolidada	137
Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios Consolidados	138
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	139
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	140
Relatório de Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas	225
Declaração de Conformidade com o Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro	226
Relatório de Auditoria ao Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro	227
Declaração de Conformidade com a Informação Financeira	229





> POLÓNIA  
CASTELO REAL  
Coordenadas:  
50° 03' 16" N 19° 56' 12" E  
Hora do dia: 15H

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração dos Resultados Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

Milhares de Euros	<b>Notas</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Volume de negócios	6	1.230.963	1.157.796
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	7	125.101	127.350
		<u>1.356.064</u>	<u>1.285.146</u>
Outros proveitos / (custos) operacionais:			
Outros proveitos operacionais	8	41.726	63.116
Fornecimentos e serviços externos	9	-262.795	-261.810
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-66.554	-62.659
Outros custos operacionais	11	-121.314	-86.212
		<u>-408.937</u>	<u>-347.565</u>
		947.127	937.581
Provisões do exercício		-1.290	3
Depreciações, amortizações e imparidades do exercício	12	-491.158	-502.709
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	12	18.472	15.231
		<u>473.151</u>	<u>450.106</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros		-3	2.766
Proveitos financeiros	13	108.411	74.188
Custos financeiros	13	-371.626	-351.804
Ganhos / (perdas) em associadas		15.909	6.833
Resultado antes de impostos		<u>225.842</u>	<u>182.089</u>
Impostos sobre lucros	14	-56.718	-46.039
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<u>169.124</u>	<u>136.050</u>
<b>Atribuível a:</b>			
Accionistas da EDP Renováveis	27	135.116	126.266
Interesses não controláveis	29	34.008	9.784
Resultado líquido do exercício		<u>169.124</u>	<u>136.050</u>
<b>Resultado por acção (básico e diluído) - Euros</b>	27	<b>0,15</b>	<b>0,14</b>

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral  
para os exercícios findos em 31 Dezembro de 2013 e 2012

Milhares de Euros	2013		2012	
	Accionistas EDP Renováveis	Interesses não controláveis	Accionistas EDP Renováveis	Interesses não controláveis
<b>Resultado líquido do exercício</b>	135.116	34.008	126.266	9.784
<b>Itens que não serão reclassificados para resultados</b>				
Ganhos / (perdas) actuariais	14	-	14	-
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	-4	-	-4	-
	10	-	10	-
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados</b>				
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-1.204	-770	-129	-82
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-	-	-	-
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	18.177	3.372	-31.879	-7.375
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-4.837	-947	6.167	1.922
Variações do rendimento integral de associadas, líquidas de imposto	3.873	-	-5.149	-
Diferenças cambiais de consolidação	-10.589	-14.507	1.847	-6.861
	5.420	-12.852	-29.143	-12.396
<b>Outro rendimento integral do exercício depois de impostos</b>	5.430	-12.852	-29.133	-12.396
<b>Total do rendimento integral do exercício</b>	140.546	21.156	97.133	-2.612

## EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias

Demonstração da Posição Financeira Consolidada  
em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012

Milhares de Euros	Notas	2013	2012
<b>Activo</b>			
Activos fixos tangíveis	15	10.358.725	10.536.907
Activos intangíveis	16	89.796	24.915
Goodwill	17	1.255.725	1.301.930
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	64.660	47.473
Activos financeiros disponíveis para venda	19	7.434	9.407
Activos por impostos diferidos	20	111.055	89.378
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	53.160	55.153
Outros devedores e outros activos	24	320.440	251.220
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	30	74.172	48.433
Total dos Activos Não Correntes		12.335.167	12.364.816
Inventários	21	15.489	16.209
Clientes	22	207.189	180.259
Devedores e outros activos de actividades comerciais	23	45.768	104.165
Outros devedores e outros activos	24	133.094	334.490
Impostos a receber	25	103.652	55.089
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		76	389
Depósitos colaterais associados à dívida financeira	30	6.054	719
Caixa e equivalentes de caixa	26	265.229	245.837
Total dos Activos Correntes		776.551	937.157
<b>Total do Activo</b>		<b>13.111.718</b>	<b>13.301.973</b>
<b>Capitais próprios</b>			
Capital	27	4.361.541	4.361.541
Prémios de emissão de acções	27	552.035	552.035
Reservas	28	-69.605	-74.385
Outras reservas e resultados acumulados	28	692.179	458.202
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP Renováveis		135.116	126.266
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP Renováveis		5.671.266	5.423.659
Interesses não controláveis	29	418.230	325.168
<b>Total dos Capitais Próprios</b>		<b>6.089.496</b>	<b>5.748.827</b>
<b>Passivo</b>			
Dívida financeira de médio/longo prazo	30	3.543.805	3.657.083
Provisões	31	68.539	63.825
Passivos por impostos diferidos	20	383.329	380.592
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	32	1.508.495	1.679.753
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	418.140	376.503
Outros credores e outros passivos	34	239.770	258.824
Total dos Passivos Não Correntes		6.162.078	6.416.580
Dívida financeira de curto prazo	30	148.131	217.237
Credores e outros passivos de actividades comerciais	33	478.853	704.610
Outros credores e outros passivos	34	134.511	157.876
Impostos a pagar	35	98.649	56.843
Total dos Passivos Correntes		860.144	1.136.566
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.022.222</b>	<b>7.553.146</b>
<b>Total dos Capitais Próprios e Passivo</b>		<b>13.111.718</b>	<b>13.301.973</b>

**EDP Renováveis, S.A.**  
**Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 Dezembro 2013 e 2012**

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reservas e resultados acumulados	Diferenças Cambiais	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP Renováveis	Interesses não controláveis
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2011</b>	<b>5.453.725</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>454.135</b>	<b>-31.002</b>	<b>-14.118</b>	<b>4.575</b>	<b>5.327.166</b>	<b>126.559</b>
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-211	-	-	-	-	-	-129	-129	-82
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-31.165	-	-	-	-	-25.712	-	-25.712	-5.453
Variações do rendimento integral de associadas, líquidas de imposto	-5.149	-	-	-	-267	-4.882	-	-5.149	-
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	10	-	-	10	-	-	-	10	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-5.014	-	-	-	1.847	-	-	1.847	-6.861
Resultado líquido do exercício	136.050	-	-	126.266	-	-	-	126.266	9.784
Rendimento integral total do exercício	94.521	-	-	126.276	1.580	-30.594	-129	97.133	-2.612
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-4.805	-	-	-	-	-	-	-	-4.805
Aumento de capital na EDP Renováveis Brasil	26.443	-	-	-	-	-	-	-	26.443
Alienação da Vento II sem perda de controlo	176.121	-	-	4.057	-3.224	-1.473	-	-640	176.761
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	2.822	-	-	-	-	-	-	-	2.822
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>5.748.827</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>584.468</b>	<b>-32.646</b>	<b>-46.185</b>	<b>4.446</b>	<b>5.423.659</b>	<b>325.168</b>
Rendimento integral:									
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-1.974	-	-	-	-	-	-1.204	-1.204	-770
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	15.765	-	-	-	-	13.340	-	13.340	2.425
Variações do rendimento integral de associadas, líquidas de imposto	3.873	-	-	-	-267	4.140	-	3.873	-
Ganhos/(perdas) actuariais líquidas de imposto	10	-	-	10	-	-	-	10	-
Variações na diferença cambial de consolidação	-25.096	-	-	-	-10.589	-	-	-10.589	-14.507
Resultado líquido do exercício	169.124	-	-	135.116	-	-	-	135.116	34.008
Rendimento integral total do exercício	161.702	-	-	135.126	-10.856	17.480	-1.204	140.546	21.156
Pagamento de dividendos	-34.892	-	-	-34.892	-	-	-	-34.892	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-16.719	-	-	-	-	-	-	-	-16.719
Alienação da EDPR Portugal sem perda de controlo	226.048	-	-	148.334	-	-	-	148.334	77.714
Alienação da Wheatfield sem perda de controlo	34.977	-	-	-1.043	-231	-	-	-1.274	36.251
Aquisições sem alterações de controlo	-15.986	-	-	-4.754	-	-409	-	-5.163	-10.823
Outras variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-14.514	-	-	-	-	-	-	-	-14.514
Outros	53	-	-	56	-	-	-	56	-3
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>6.089.496</b>	<b>4.361.541</b>	<b>552.035</b>	<b>827.295</b>	<b>-43.733</b>	<b>-29.114</b>	<b>3.242</b>	<b>5.671.266</b>	<b>418.230</b>

**EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias**  
**Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados**  
**para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

Milhares de Euros	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Actividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1.239.154	1.141.490
Pagamentos a fornecedores	-314.289	-285.247
Pagamentos ao pessoal	-66.842	-68.893
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional	-81.256	-75.573
	<u>776.767</u>	<u>711.777</u>
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-76.655	-45.465
<b>Fluxo das Actividades Operacionais</b>	<u>700.112</u>	<u>666.312</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>700.112</u>	<u>666.312</u>
<b>Actividades de Investimento</b>		
Recebimentos:		
Activos fixos tangíveis	2.193	2.273
Juros e proveitos similares	3.468	20.559
Dividendos	1.985	4.075
Empréstimos a partes relacionadas	138.954	-
Outros recebimentos de actividades de investimento	2.170	11.602
	<u>148.770</u>	<u>38.509</u>
Pagamentos:		
Aquisições de activos / filiais	-46.728	-27.808
Aquisição de activos fixos tangíveis	-809.705	-612.495
Empréstimos a partes relacionadas	-174.443	-
Outros pagamentos de actividades de investimento	-1.669	-1.072
	<u>-1.032.545</u>	<u>-641.375</u>
<b>Fluxo das Actividades de Investimento</b>	<u>-883.775</u>	<u>-602.866</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>-883.775</u>	<u>-602.866</u>
<b>Actividades de Financiamento</b>		
Venda de activos / filiais sem perda de controlo	292.143	175.687
Recebimentos / (pagamentos) de empréstimos obtidos	1.187	-4.413
Juros e custos similares	-49.381	-215.330
Subsídios governamentais	90.539	4.817
Dividendos pagos	-51.610	-4.805
Recebimentos / (Pagamentos) de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	-35.579	-15.159
Outros fluxos de actividades de financiamento	-37.293	26.683
<b>Fluxo das Actividades de Financiamento</b>	<u>210.006</u>	<u>-32.520</u>
<b>Operações em continuação</b>	<u>210.006</u>	<u>-32.520</u>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>	<u>26.343</u>	<u>30.926</u>
Efeito das diferenças de câmbio	-6.951	-5.011
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício (*)</b>	<u>245.837</u>	<u>219.922</u>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício (*)</b>	<u>265.229</u>	<u>245.837</u>

(\*) Ver detalhe da composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa na Nota 26 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

**Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas**

1. Actividade económica do Grupo EDP Renováveis	141
2. Políticas contabilísticas	147
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas	160
4. Políticas de gestão do risco financeiro	162
5. Perímetro de consolidação	165
6. Volume de negócios	168
7. Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	168
8. Outros proveitos de exploração	168
9. Fornecimentos e serviços externos	169
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	169
11. Outros custos de exploração	169
12. Depreciações, amortizações do exercício e proveitos diferidos	170
13. Proveitos e custos financeiros	170
14. Impostos sobre os lucros	171
15. Activos fixos tangíveis	172
16. Activos intangíveis	174
17. Goodwill	175
18. Investimentos financeiros em empresas associadas	178
19. Activos financeiros disponíveis para venda	179
20. Impostos diferidos activos e passivos	180
21. Inventários	181
22. Clientes	181
23. Devedores e outros activos de actividades comerciais	181
24. Outros devedores e outros activos	182
25. Impostos a receber	182
26. Caixa e equivalentes de caixa	182
27. Capital	182
28. Reservas e resultados acumulados	184
29. Interesses não controláveis	185
30. Dívida financeira	186
31. Provisões	188
32. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	188
33. Credores e outros passivos de actividades comerciais	189
34. Outros credores e outros passivos	190
35. Impostos a pagar	191
36. Instrumentos financeiros derivados	191
37. Compromissos	194
38. Partes relacionadas	196
39. Justo valor de activos e passivos financeiros	202
40. Eventos relevantes e subsequentes	204
41. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	205
42. Matérias ambientais	210
43. Relato financeiro por segmentos	210
44. Honorários de auditoria e outros	211
45. Nota de tradução	212
Anexo 1	213
Anexo 2	221

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 1. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP RENOVÁVEIS

A EDP Renováveis, Sociedade Anónima (adiante designada por "EDP Renováveis") foi constituída em 4 de Dezembro de 2007. Esta sociedade tem como objecto social principal a realização de actividades relacionadas com o sector eléctrico, nomeadamente a projecção, construção, operação e manutenção de instalações de produção de energia eléctrica, utilizando fontes de energia renovável, em especial de energia eólica. A EDP Renováveis tem a sua sede social em Oviedo, Espanha. Em 18 de Março de 2008, o capital social da EDP Renováveis foi convertido em acções (Sociedade Anónima).

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social é detido em 62,02% pela EDP S.A. - Sucursal en España ("EDP Sucursal"), em 15,51% pela Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A., estando 22,47% do capital disperso em bolsa na NYSE Euronext Lisboa.

Em 31 de Dezembro de 2013, a EDP Renováveis detém 100% do capital social das seguintes empresas: EDP Renewables Europe, S.L. ("EDPR EU"), EDP Renewables North America, L.L.C. ("EDPR NA"), EDP Renewables Canada, Ltd., ("EDPR Canada"), South África Wind & Solar Power, S.L.U. e EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.. Também detém 55% do capital social da EDP Renováveis Brasil, S.A. ("EDPR BR").

A EDP Renováveis pertence ao Grupo EDP, cuja empresa-mãe é a EDP - Energias de Portugal, S.A., com sede social na Praça Marquês de Pombal, n.º 12, 4.º em Lisboa.

Em Dezembro de 2011, a China Three Gorges Corporation (CTG) adquiriu à Parpública - Participações Públicas SGPS, S.A. 780.633.782 acções ordinárias da EDP, representativas de 21,35% do capital social e direitos de voto da EDP Energias de Portugal, S.A., accionista maioritário da EDP Renováveis. Esta operação foi concluída em Maio de 2012.

Os termos do acordo celebrado através do qual a CTG se tornou accionista do Grupo EDP determinam que a CTG irá realizar investimentos minoritários no montante de 2.000 milhões de Euros em projectos de geração de energia renovável em operação e prontos para construir (incluindo co-financiamento de CAPEX).

No âmbito do acordo acima mencionado, em Junho de 2013, a EDPR completou a venda de 49% da participação financeira detida na EDPR Portugal à CTG através da CITIC CWEI Renewables, S.C.A.

A actividade da EDPR EU é desenvolvida através das suas subsidiárias localizadas em Portugal, Espanha, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Itália e Reino Unido. As principais subsidiárias da EDPR EU são: EDP Renováveis Portugal, S.A. (parques eólicos em Portugal), EDP Renewables Espanã, S.L. (produção de electricidade a partir de fontes renováveis em Espanha), EDP Renewables France (parques eólicos em França), EDP Renewables Belgium (parques eólicos na Bélgica), EDP Renewables Polska, SP. ZO.O. (parques eólicos na Polónia), EDP Renewables Romania, S.R.L. (parques eólicos na Roménia), EDP Renewables Italy, SRL (parques eólicos em Itália), EDPR UK Limited (projectos de desenvolvimento offshore) e EDPR RP PV (parques solares fotovoltaicos na Roménia).

As principais actividades da EDPR NA são o desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos nos Estados Unidos da América a prestação de serviços de gestão à EDPR Canada.

As principais actividades da EDPR Canada consistem no desenvolvimento, gestão e operação de parques eólicos no Canadá.

A EDP Renováveis Brasil foi constituída com o objectivo de estabelecer uma nova unidade de negócio capaz de agregar todos os investimentos no mercado das energias renováveis no Brasil.

A 31 de Dezembro de 2013, a capacidade instalada total consolidada da EDP Renováveis e suas subsidiárias ("o Grupo" ou o "Grupo EDP Renováveis") apresenta-se como segue:

Capacidade instalada MW	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Estados Unidos da América	3.637	3.637
Espanha	2.310	2.310
Portugal	619	615
Roménia	521	350
Polónia	370	190
França	322	314
Brasil	84	84
Bélgica	71	57
Itália	70	40
Canadá	30	-
	8.034	7.597

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Adicionalmente, através da participação na ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. são atribuíveis à EDPR - consolidados pelo método de equivalência patrimonial - 455 MW (390 MW em 31 de Dezembro de 2012).

### Enquadramento regulatório das actividades em Espanha

Em Dezembro de 2012 através da Lei 15/2012 de 27 de Dezembro, o Governo espanhol aprovou uma taxa única de 7% (sobre receitas) aplicável a toda a produção de electricidade, tal como novas taxas na produção de energia nuclear e produção hídrica de larga escala, além de uma nova taxa sobre o carbono. A taxa será aplicada de 2013 em diante.

A 4 de Fevereiro de 2013, o Governo Espanhol publicou no Boletim Oficial do Estado o Real Decreto-Ley 2/2013 que inclui um conjunto de alterações regulatórias aplicáveis ao sector eléctrico Espanhol, afectando os activos de energia eólica.

As principais alterações regulatórias que o Real Decreto-Ley 2/2013 apresenta face ao Real Decreto-Ley 661/2007 com impacto na EDP Renováveis, S.A. (EDPR) e com efeitos desde 1 de Janeiro de 2013, são as seguintes:

- Todas as instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial são remuneradas de acordo com os actuais esquemas "feed-in tariff" durante os restantes anos da vida útil dos activos;
- As instalações de produção de electricidade englobadas no regime especial que sejam remuneradas de acordo com a opção de mercado podiam escolher, até 15 de Fevereiro de 2013 e para os restantes anos da vida útil dos activos, uma remuneração com base no preço realizado no mercado grossista de electricidade, sem incentivos à energia renovável ou preços mínimos ou máximos de venda;
- O índice utilizado para a actualização anual de todas as actividades reguladas do sector eléctrico é a inflação anual excluindo produtos energéticos e alimentares, e qualquer impacto de alterações de impostos.

O Governo Espanhol divulgou a Reforma do Mercado de Energia, que visa acabar com o défice tarifário espanhol. O governo afirma que a reforma pode eliminar 4,5 mil milhões de Euros/ano do défice estrutural: (i) redução de 2,7 mil milhões de Euros em custos regulados de utilidades e empresas de fontes de energia renováveis e (ii) 0,9 mil milhões de Euros de contribuição do Tesouro Espanhol, que vai pagar através do orçamento, 50% dos custos adicionais de geração em territórios não continentais.

O pacote legislativo completo da reforma consistirá em: (i) um Real Decreto-Ley (RD- L 9/ 2013, publicado no Diário Oficial da União em 13 de Julho), (ii) oito decretos e portarias e (iii) apresentação no Parlamento do Projeto de Lei ("Anteproyecto de Ley").

Até agora, o RD-L 9/ 2013 é o único regulamento aprovado e publicado: descreve os princípios que regem o sector de energia de fontes renováveis, mas não revela os detalhes da nova remuneração. De acordo com este RD-L, as instalações de fontes de energias renováveis estarão sujeitas a um novo enquadramento jurídico e económico: o enquadramento anterior (RD-L 661) irá desaparecer e as instalações de fontes de energias renováveis irão ser remuneradas pelo preço de mercado acrescido de um pagamento por MW instalado, de modo que o retorno sobre o investimento será equivalente ao rendimento das Obrigações do Governo a 10 anos acrescida de um spread 300 pb. Além disso, este Real Decreto-Ley suprime o complemento da potência reactiva (2€/MWh).

A 26 de Novembro de 2013, o Governo submeteu à CNMC ("Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia"), um "draft" do decreto que descreve o novo regime de remuneração para as energias renováveis. Este "draft" não incluía os parâmetros requeridos para o cálculo da remuneração para as actividades do sector renovável mas define que deve ser aplicado retrospectivamente desde 14 de Julho. Estes parâmetros foram divulgados a 3 de Fevereiro de 2014 quando a CNMC divulgou o "draft" da portaria que contém os parâmetros necessários para o cálculo da remuneração para cada um dos 1.600 diferentes tipos de instalações renováveis definidas pelo governo.

De acordo com estes parâmetros, os parques eólicos construídos até 2004 inclusive não são elegíveis para receber qualquer incentivo, enquanto que os novos parques eólicos receberão um prémio fixo por MW instalado até o final de sua regulamentação. A remuneração é fixa e estará sujeita a modificações trianuais, devido a actualizações na previsão dos parâmetros que afectam a rentabilidade dos parques. No geral, o sector eólico receberá 1.191 milhões de Euros em 2014, comparativamente com os 2.000 milhões de Euros que teriam sido recebidos no âmbito da antiga regulamentação. Este corte de cerca de 800 milhões de Euros no sector de energia eólica representa 45% do total da poupança para todo o sector das energias renováveis, que foi estimada em 1.750 milhões de Euros no orçamento publicado na ordem "draft" relativa a tarifas e encargos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Governo Espanhol cancelou os resultados dos leilões CESUR (Contratos de Energia para el Suministro de Último Recurso) de dia 19 Dezembro de 2013, que teriam levado a um aumento de 26% no preço da electricidade a cobrar aos clientes residenciais regulados no primeiro trimestre de 2014. Em alternativa, houve um aumento de 2,8% no custo da electricidade e um aumento de 0,9% na tarifa de acesso. Adicionalmente, o Governo anunciou uma alteração estrutural no procedimento de definição dos preços que será publicada nos próximos meses.

A 26 de Dezembro de 2013, o Governo Espanhol publicou um novo regulamento que irá reger o sector eléctrico (Lei 24/2013) substituindo o existente de 1997 (Lei 54/1997).

O Governo define que o objectivo da nova lei é garantir o fornecimento de electricidade e adaptar-se à necessidade do consumidor ao menor custo possível. Refere-se à necessidade de terminar com o défice estrutural do sector que tem sido acumulado durante a última década, para realizar a reforma.

Em relação ao sector das energias renováveis, o desenvolvimento de novas instalações será condicionada às necessidades do mercado, e a sua retribuição será baseada no preço de mercado com receitas complementares, a fim de garantir uma taxa de retorno razoável. Os detalhes sobre a remuneração aplicável ao sector renovável serão divulgados nos próximos meses após a aprovação do Real Decreto-Ley para as energias renováveis, nomeadamente nos activos eólicos e nos activos de cogeração.

#### **Enquadramento regulatório das actividades em Portugal**

As bases legais aplicáveis à geração de energia eléctrica com recursos renováveis encontram-se actualmente definidas pelo Decreto-Lei 189/88, de 27 de Maio, alterado pelo Decreto-Lei 168/99, de 18 de Maio, pelo Decreto-Lei 312/2001, de 10 de Dezembro, e pelo Decreto-Lei 339-C/2001, de 29 de Dezembro. O Decreto-Lei 33-A/2005, de 16 de Fevereiro ("Decreto-Lei 33-A/2005"), estabelece os montantes actualmente utilizados na fórmula de remuneração aplicável à energia produzida através de recursos renováveis e os prazos para a aplicação dessa fórmula remunerativa.

O Governo Português publicou a 28 de Fevereiro de 2013, o Decreto-Lei 35/2013 que mantém a estabilidade legal dos actuais contratos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior estabilidade remuneratória através da adesão a um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: (i) diferentes preços máximos ("cap") e mínimos ("floor"); (ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos dos actuais contratos; e consequentemente (iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para aderir ao esquema tarifário eleito. A EDPR optou por uma prorrogação de 7 anos com a tarifa definida como o preço médio de mercado dos doze meses anteriores, com um floor de 74€/MWH e um cap de 98€/MWH actualizados de acordo com a inflação de 2021 em diante em troca de um pagamento de 5.800€/MW de 2013 a 2020. Este decreto também prevê a possibilidade dos parques eólicos regulados pelo novo regime (i.e. ENEOP) aderirem a um esquema semelhante ainda em negociação.

Este Decreto-Lei modifica o regime remuneratório aplicável à produção de electricidade por pequenas centrais hídricas (PCH). Estabelece que as PCH que se encontravam enquadradas por um regime de remuneração anterior ao Decreto-Lei n.º 33-A/2005, de 16 de Fevereiro, beneficiam desse regime remuneratório por um prazo de 25 anos desde a data de atribuição da respectiva licença de exploração ou até ao final da respectiva licença de utilização de água para produção de electricidade, consoante a data que se verificar mais cedo. Após este período de 25 anos e enquanto se mantiver válida a referida licença, a electricidade produzida por estas centrais será vendida em regime de mercado.

#### **Enquadramento regulatório das actividades em França**

O sector eléctrico em França está regulamentado essencialmente pelo Acto 2000-108, alterado pelos Actos 2004-803 e 2006-1537 ("Act 2000"), aprovado em 10 de Fevereiro de 2000, que regula a modernização e desenvolvimento dos serviços públicos de energia e que representa o enquadramento legislativo geral para a operação de parques eólicos em França.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Acto 2000 prevê que o operador de instalações eólicas possa estabelecer acordos de longo prazo de compra e venda de energia com a Electricité de France (EDF). As tarifas encontram-se estabelecidas pela Ordem de 10 de Julho de 2006, revogada em Agosto de 2008 devido ao defeito formal na sua aprovação e republicada sem qualquer alteração em Dezembro de 2008. As tarifas são as seguintes: (i) durante os primeiros 10 anos do contrato com a EDF, a EDF paga uma tarifa fixa anual de 82 Euros por MWh para aplicações construídas em 2006 (a tarifa é revista anualmente baseada em parte no índice de inflação), (ii) entre o 11º e 15º ano do contrato com a EDF, a tarifa é baseada na percentagem média anual de energia produzida pelas instalações eólicas nos primeiros 10 anos. Estas tarifas são também revistas anualmente, baseadas em parte no índice de inflação, (iii) a partir do 16º ano não existe estrutura específica de suporte à actividade, pelo que os produtores de energia eólica passam a vender a electricidade ao preço de mercado.

Em Março de 2012, a legalidade da Ordem Ministerial de 2008 que estabeleceu as tarifas reguladas para projectos eólicos foi questionada perante o Conselho de Estado Francês (Conseil d'État) tendo por base o incumprimento da notificação obrigatória à Comissão Europeia sobre auxílios estatais. Em 15 de Maio, o Conselho de Estado Francês decidiu submeter o assunto para apreciação do Tribunal de Justiça da União Europeia (espera-se resolução no prazo de 12 a 18 meses). O governo francês solicitou ao Conselho de Estado que, caso a tarifa seja efectivamente cancelada, a aplicação desta decisão seja adiada até 2013, porque não são expectáveis efeitos retroactivos.

### Enquadramento regulatório das actividades nos Estados Unidos da América

O Governo Federal dos Estados Unidos e vários Governos Estaduais têm vindo a implementar políticas destinadas a promover o crescimento das energias renováveis, incluindo a energia eólica. O principal programa de incentivo federal para as energias renováveis é o "Production Tax Credit" (PTC) criado pelo Congresso dos Estados Unidos como parte do EPACT 1992. Adicionalmente, diversos Estados aprovaram a legislação, particularmente sob a forma de "Renewable Portfolio Standards" (RPS), que estabelecem que a aquisição de uma determinada percentagem da energia consumida seja proveniente de fontes renováveis. Esta legislação é semelhante à Directiva Comunitária relativa à utilização de energias renováveis.

A 1 de Janeiro de 2013, o Congresso dos Estados Unidos da América, aprovou a lei "The American Taxpayer Relief Act" que contem a extensão dos créditos fiscais à produção (PTC) para a energia eólica, incluindo a possibilidade de um crédito fiscal de incentivo ao investimento de 30% em alternativa ao PTC. O Congresso determinou uma nova data limite para o vencimento destes incentivos, 31 de Dezembro de 2013, e alterou os critérios de elegibilidade (os projectos serão elegíveis desde que estejam em construção até ao final de 2013). A legislação incluiu também um bónus de depreciação para os novos equipamentos a entrar em exploração que permite a depreciação de uma maior percentagem do custo do projecto (menos 50% do ITC) no ano em que o mesmo entra em exploração. Este bónus para a depreciação foi de 100% em 2011 e 50% em 2012.

### Enquadramento regulatório das actividades na Polónia

A legislação aplicável às energias renováveis na Polónia está principalmente contida numa Lei da Energia aprovada em 10 de Abril de 1997, a qual foi alterada pela Lei de 24 de Julho de 2002 e pela Lei da Energia de 2 de Abril de 2004, que se tornou efectiva a partir de Janeiro de 2005 (em conjunto, a Lei da Energia).

De acordo com a Lei da Energia, a produção de energia através de fontes renováveis na Polónia é suportada através de: (i) Um sistema de compra obrigatória de certificados de origem das empresas produtoras e comercializadoras que vendam electricidade ao consumidor final em conexão com uma rede na Polónia. Estas empresas de electricidade são obrigadas a: a) obter um certificado de origem e submetê-lo ao Presidente da ERA para cancelamento ou b) pagar um fee de substituição calculado de acordo com a Lei da Energia, ii) e se a empresa não adquirir certificados de origem ou não pagar o fee de substituição é penalizada pelo Presidente da ERA com uma multa calculada de acordo com as disposições da Lei da Energia.

Em 13 de Novembro de 2013, o Governo Polaco divulgou um novo projecto, para regulação da produção de energia renovável, que institui um esquema de leilões para atribuição de capacidade instalada de energia renovável. Seguidamente, o Ministério da Economia publicou uma segunda versão da lei das energias renováveis, a 2 de Janeiro de 2014. Não é expectável que a lei seja aplicável antes de 1 de Janeiro de 2016, uma vez que a mesma entrará em vigor no primeiro dia do mês, 12 meses após a emissão da decisão favorável da Comissão Europeia sobre a conformidade desta lei com as regulações acerca de ajudas de estado. De acordo com esta proposta, as Centrais em operação terão o direito de escolher entre permanecer ao abrigo do Regime de Certificados Verdes ou participar nos concursos. Esta proposta já foi apresentada na Comissão Permanente do Conselho de Ministros.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### Enquadramento regulatório das actividades na Bélgica

O enquadramento regulatório para a electricidade na Bélgica está condicionado à divisão de poderes entre o governo federal e as três entidades regionais: Valónia, Flandres e Bruxelas. A área de competência federal de regulação inclui a transmissão de electricidade (níveis de transmissão acima de 70 kV), produção, tarifas, planeamento e energia nuclear. A legislação federal relevante é a Lei da Electricidade de 29 de Abril de 1999 (alterada) ("Lei da Electricidade"). As entidades reguladoras regionais são responsáveis pela distribuição, energias renováveis e cogeração (com excepção das centrais "offshore") e eficiência energética. A legislação regional relevante é respectivamente: (a) para Flandres, o Decreto da Electricidade de 17 de Julho de 2000; (b) para Valónia, o Decreto do Mercado Regional de Electricidade de 12 de Abril de 2001; e (c) para Bruxelas, a Ordem de 19 de Julho de 2001, relativa à Organização do Mercado Eléctrico.

O sistema regulatório Belga promove a produção de electricidade através de fontes renováveis (e cogeração) através de um sistema de certificados verdes, conforme descrito abaixo. O governo federal Belga é responsável pelas centrais "offshore" e por impôr obrigações aos operadores do sistema de transmissão. Os vários sistemas certificados verdes são semelhantes nas três regiões e nas centrais "offshore" reguladas pelo governo federal. Existem actualmente diferenças em termos de quotas, multas e limites para a concessão de certificados verdes.

Em 21 de Março de 2012, o governo da Valónia aprovou um decreto que fixa as quotas de certificados verdes até 2020. As novas quotas são: (i) 19,4% em 2013; (ii) 23,1% em 2014; (iii) 26,7% em 2015; (iv) 30,4% em 2016. Para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2017 e 31 de Dezembro de 2019, as quotas anuais serão fixadas até 2014, com base na avaliação a efectuar pelo regulador do sector de energia da Valónia (CWaPE).

Em Julho de 2012, foi aprovado um novo imposto para os produtores eólicos em Valónia. De acordo esta regulação, todos os produtores a quem sejam atribuídos certificados verdes deverão pagar 0,54€/kWh. O regulador do sector da energia da Valónia (CWaPE) será o beneficiário deste imposto, cujo objectivo é suportar os custos resultantes da gestão dos certificados verdes.

### Enquadramento regulatório das actividades na Roménia

O incentivo à produção de electricidade através de fontes de energia renováveis na Roménia encontra-se regulado pela Lei da Electricidade 318/2003. Em 2005, foi introduzido um mecanismo de Certificados Verdes (CV) com quotas obrigatórias para os comercializadores, de forma a dar cumprimento aos requisitos da UE relativos às energias renováveis. A autoridade reguladora estabelece uma quota fixa de electricidade produzida através de fontes renováveis de energia que os comercializadores são obrigados a adquirir, e anualmente revê as candidaturas dos produtores de energia verde com vista à atribuição de certificados verdes. A Lei 200/2008 de Novembro introduziu algumas alterações no sistema de certificados verdes. Em particular, permite que os produtores de energia eólica recebam 2 CV/MWh até 2015. A partir de 2016, os produtores recebem um certificado verde por cada MWh produzido. O preço da electricidade é determinado no mercado da electricidade e o preço dos certificados verdes é determinado por um mercado paralelo.

O valor de mercado dos certificados verdes oscila entre 27 Euros ("floor") e 55 Euros ("cap"), ambos indexados à taxa de inflação da Roménia. A Lei 220/2008 também garante o acesso à rede nacional para a electricidade produzida a partir de fontes renováveis.

A Lei 220/2008 sobre energias renováveis foi alterada pela Ordem de Emergência 88/2011. Um aspecto fundamental desta alteração foi a análise da sobrecompensação, que deve ser realizada com periodicidade anual. A entidade reguladora da energia na Roménia (ANRE) deverá supervisionar os produtores que beneficiam do regime de apoio e elaborar relatórios anuais sobre este matéria. Caso seja detectada uma sobrecompensação, a ANRE deverá propor a redução do período de aplicação do regime de apoio ou do número de certificados verdes inicialmente atribuídos à tecnologia. Esta redução será aplicada apenas às novas centrais.

A Lei 123/2012 de 19 de Julho de 2012 sobre Electricidade e Gás Natural elimina a celebração de contratos bilaterais não negociados publicamente como meio de venda de electricidade. Desta forma, o comércio de electricidade deve ser efectuado num mercado centralizado. Em 4 de Setembro de 2012, ANRE publicou a regulamentação do Mercado de Compensação de energia. Esta nova regulamentação tem impacto sobre a geração de energia eólica. Por um lado estabelece que o produtor não tem o direito a reclamar compensações por perda de certificados verdes decorrente da redução de energia produzida. Esta perda não pode ser recuperada. Adicionalmente, as novas regras podem resultar no aumento dos custos de compensação de desequilíbrios, na medida em que poderá levar a um aumento do défice que os produtores eólicos têm de assumir no preço quando a produção é inferior ao previsto.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Parlamento Romeno aprovou em 17 de Dezembro de 2013, a lei que aprovou a Portaria Governamental de Emergência 57/2013 (a Portaria). A lei define várias alterações à Portaria e implicitamente à Lei das Energias Renováveis (Lei 220/2008). Contudo, esta lei, embora formalmente aprovada pelo Governo, não foi ratificada pelo Presidente.

Outra disposição importante da lei é o adiamento dos Certificados Verdes atribuíveis a centrais em operação. O adiamento só será aplicável aos produtores de energia renovável credenciados pela ANRE antes de 2013. Os produtores de energia eólica vão receber 2 CVs/MWh até 2017 (inclusive), dos quais a atribuição de 1 CV terá a possibilidade de negociação adiada entre 1 de Julho de 2013 até 31 de Março de 2017. A atribuição de 2 CVs (de 6 CVs) a produtores solares será adiada para negociação no período entre 1 de Julho de 2013 e 31 de Março de 2017. Os CVs adiados irão ser gradualmente recuperados até 31 de Dezembro de 2020 (começando em 1 de Abril de 2017, para energia solar e em 1 Janeiro de 2018 para energia eólica).

As Centrais Eólicas credenciadas depois desta data irão receber 1,5 CV/MWh até 2017 e 0,75 CV/MWh a partir de 2018. Todos estes CVs serão imediatamente negociáveis.

As Centrais Solares irão receber apenas 3 CVs de Janeiro de 2014 em diante.

**Enquadramento regulatório das actividades em Itália**

Em 6 de Julho de 2012, o Governo aprovou a nova regulação sobre energias renováveis através do Decreto de Energias Renováveis (DM FER) baseado no regime de tarifas reguladas. Os principais aspectos da nova regulação estabelecido pelo DM FER são os seguintes: (i) os parques eólicos com mais de 5 MW serão remunerados através de um regime de tarifas reguladas definido por licitadores, (ii) a capacidade objecto de licitação é definida em trajectórias de diferentes tecnologias (apenas definido até 2015), (iii) a tarifa de referência para 2013 é de 127 €/MWh para energia eólica terrestre (onshore). As ofertas dos licitadores consistirão em descontos sobre uma tarifa de referência (em %), (iv) a tarifa de referência diminuirá 2% ao ano e será concedida para a totalidade da vida útil média do parque eólico - 20 anos para energia eólica terrestre.

O novo sistema substitui o anterior baseado em certificados verdes. De acordo com o sistema anterior, os produtores obtinham receitas com a venda da energia eléctrica em mercado e com a venda de certificados verdes. Os parques eólicos construídos até Dezembro de 2012 (com algumas excepções) continuarão a operar sob o sistema anterior até 2015, quando o sistema de certificados verdes será transformado num regime de tarifas reguladas.

**Enquadramento regulatório das actividades no Brasil**

O sector eléctrico no Brasil é regulado pela Lei Federal n.º 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995, que regula o regime de concessão e permissão de serviços públicos; pela Lei n.º 9.074 de 7 de Julho de 1995, que regula a atribuição e extensão de contratos de concessão ou permissão de serviços públicos; pela Lei Federal n.º 10.438 de 26 de Abril de 2002, que rege o aumento do fornecimento de energia eléctrica de emergência e cria o Programa de Incentivos para Fontes de Electricidade Alternativas (PROINFA) para 3.300 MW; pela Lei Federal n.º 10.762 de 11 de Novembro de 2003 e pela Lei n.º 10.848 de 15 de Março de 2004, relativas às regras de comercialização de energia eléctrica e por alterações subsequentes à legislação.

O Decreto n.º 5.025 de 30 de Março de 2004, regula a Lei Federal n.º 10.438 e define o enquadramento económico e legal das "Fontes de Energia Alternativas". Os participantes no PROINFA têm um CAE (Contrato de Aquisição de Energia) com a ELETROBRÁS, e são sujeitos à autoridade reguladora (ANEEL). No entanto, a primeira etapa do PROINFA terminou e a segunda etapa é altamente incerta.

Após o final do programa PROINFA, os produtores de energias renováveis obtêm a sua remuneração mediante participação em leilões onde o único critério é o preço. Os vencedores dos leilões obtêm contratos de aquisição de energia ao preço oferecido. Os leilões públicos de electricidade são conduzidos pela empresa estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a qual regista, analisa e permite a entrada de potenciais participantes.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

### a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação. As demonstrações financeiras consolidadas de 2013 e 2012 foram preparadas para apresentar de uma forma verdadeira e apropriada os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os resultados consolidados das suas operações, os fluxos de caixa consolidados e os movimentos ocorridos nos capitais próprios consolidados para os exercícios acima referidos.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 27 de Fevereiro de 2014. Estas demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia-Geral de Accionistas. As demonstrações financeiras são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS tal como adoptadas pela UE requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

### b) Princípios de consolidação

#### *Empresas subsidiárias*

As empresas subsidiárias são entidades em que o Grupo exerce controlo. As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

As políticas contabilísticas das empresas subsidiárias foram, sempre que necessário, alteradas de forma a garantir a sua consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo. As perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis na proporção do capital detido, mesmo que desta alocação resultem interesses não controláveis negativos.

#### *Empresas associadas*

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer entre 20% e 50% dos direitos de voto da associada.

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos inicialmente ao seu custo de aquisição. O custo do investimento inclui os custos de transacção.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, após os ajustamentos de harmonização das suas políticas contabilísticas com as do Grupo, desde a data em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis ao Grupo excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na medida em que o Grupo incorra numa obrigação de assumir essas perdas ou de efectuar pagamentos em nome da associada.

*Entidades conjuntamente controladas*

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

*Concentrações de actividades empresariais*

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 – Concentração de Actividades Empresariais (2008) na contabilização das concentrações de actividades empresariais. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra na data da aquisição, a qual corresponde à data em que o controlo é transferido para o Grupo. O controlo corresponde à capacidade de gerir a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios das suas actividades. Ao avaliar a existência de controlo, o Grupo tem em consideração os potenciais direitos de voto que são actualmente exercíveis.

*Aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições em ou após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo determina o "goodwill" na data da aquisição como:

- O justo valor dos activos transferidos; acrescido dos
- Interesses não controláveis reconhecidos na aquisição; acrescidos do
- Justo valor do investimento previamente existente na adquirida, caso se trate de uma aquisição efectuada por fases; deduzido do
- Valor contabilístico (geralmente o seu justo valor) dos activos adquiridos e passivos assumidos.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício.

Os activos transferidos na aquisição não incluem os montantes relativos à liquidação de relações pré-existentes, os quais são geralmente reconhecidos nos resultados do exercício.

Os custos relacionados com a aquisição e que não respeitam à emissão de títulos de dívida ou de capital, e que o Grupo incorre no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, são reconhecidos em resultados à medida que são incorridos.

Os preços de aquisição contingentes são reconhecidos ao justo valor na data de aquisição. Se o preço contingente é classificado como capital, não é reavaliado e a sua liquidação é contabilizada por contrapartida de capitais próprios. Caso contrário, as alterações subsequentes no justo valor do preço contingente são reconhecidas por contrapartida de resultados.

Algumas concentrações de actividades empresariais do período foram registadas provisoriamente dado que o Grupo ainda se encontra a avaliar o justo valor dos activos líquidos adquiridos. Os activos líquidos identificáveis foram reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor previsional. Os ajustamentos durante o período de avaliação foram reconhecidos com referência à data de aquisição e a informação comparativa relativa ao ano anterior foi reexpressa, quando aplicável. Os ajustamentos aos montantes previsionais apenas incluem a informação relativa a eventos e circunstâncias existentes à data de aquisição os quais, sendo conhecidos nessa data, teriam alterado o montante reconhecido inicialmente.

Após esse período, os ajustamentos ao valor inicial dos activos líquidos adquiridos apenas são efectuados para corrigir um erro existente.

Para as concentrações de actividades empresariais realizadas por fases, o excesso dos activos transferidos, acrescido do justo valor da participação previamente detida na adquirida, face aos activos líquidos adquiridos e passivos assumidos, é reconhecido como "goodwill". Ajustes subsequentes a estes montantes são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício. O Grupo reconhece a diferença entre o justo valor da participação detida anteriormente e o seu valor contabilístico nos resultados do exercício consolidados, de acordo com a classificação da participação. Adicionalmente, o Grupo reclassifica os montantes diferidos em capitais próprios relativos a participações anteriormente detidas para resultados do exercício ou reservas de consolidação, de acordo com a sua natureza.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

*Aquisições entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010*

Para as aquisições realizadas entre 1 de Janeiro de 2004 e 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" representa a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Quando o "goodwill" apurado era negativo, o mesmo era registado directamente em resultados do exercício.

Os custos de transacção, com excepção dos relativos à emissão de títulos de dívida ou de capital, em que o Grupo incorria no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, eram capitalizados como uma componente do custo de aquisição.

*Contabilização de aquisições de interesses não controláveis*

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo aplicou a IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas (2008) na contabilização de aquisições de interesses não controláveis. As alterações da política contabilística foram aplicadas prospectivamente, não existindo impactos materiais nos resultados por acção.

De acordo com a nova política contabilística, as aquisições de interesses não controláveis não resultam no reconhecimento de "goodwill" sendo contabilizadas como transacções com accionistas. Os ajustamentos aos interesses não controláveis são efectuados com base num montante proporcional dos activos líquidos da subsidiária.

Anteriormente o goodwill era reconhecido aquando da aquisição dos interesses não controláveis numa empresa subsidiária, que representavam as diferenças entre o valor de aquisição do investimento e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos à data da transacção.

*Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro*

O valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro, incluindo "goodwill" e ajustamentos de justo valor gerados na aquisição, são registados pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções.

As diferenças são registadas em reservas de conversão cambial na demonstração de rendimento integral. Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Quando a liquidação de um item monetário a receber ou pagar a empresas subsidiárias residentes no estrangeiro não está prevista nem é provável num futuro próximo, os ganhos e perdas cambiais respectivos são registados como fazendo parte do investimento líquido na entidade, sendo reconhecidos por contrapartida do rendimento integral e apresentados nas reservas de conversão cambial.

*Saldos e transacções eliminados na consolidação*

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados, de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

*Transacções sob controlo comum*

A contabilização de concentrações de actividades empresariais que envolvam entidades sob controlo comum encontra-se excluída da IFRS 3. Na ausência de um guia específico dentro das IFRS, o Grupo EDP Renováveis definiu uma política contabilística apropriada para este tipo de transacções. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais entre empresas sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas pelos valores contabilísticos das empresas adquiridas (subgrupo). A diferença entre o valor contabilístico do activo líquido recebido e o valor pago é registado nos capitais próprios.

*Opções de venda de interesses não controláveis*

O Grupo EDP Renováveis regista essas opções de venda ("written put options") concedidas na data de aquisição de uma concentração de actividades empresariais, ou numa data subsequente, como uma aquisição antecipada desses interesses, registando um passivo financeiro pelo valor actual da melhor estimativa do montante a pagar, independentemente da probabilidade estimada de exercício das opções. A diferença entre este montante e o montante correspondente à percentagem de participação detida nos activos líquidos identificáveis adquiridos é registada por contrapartida de "goodwill".

Até 31 de Dezembro de 2009, nos anos subsequentes ao reconhecimento inicial, as variações no passivo resultantes da actualização financeira da responsabilidade são reconhecidas como um custo financeiro nas demonstrações financeiras consolidadas e as restantes variações são reconhecidas como um ajustamento ao custo da concentração de actividades empresariais sendo registadas por contrapartida de "goodwill". Quando aplicável, os dividendos pagos aos accionistas minoritários até à data em que a opção é exercida, são também reconhecidos como ajustamentos ao custo da concentração de actividades empresariais. Na eventualidade de as opções não serem exercidas, a transacção é registada com uma alienação de participação aos accionistas minoritários.

A partir de 1 de Janeiro de 2010 o Grupo aplica a IAS 27 (2008) aos novos compromissos relacionados com opções de venda relativas a investimentos em subsidiárias detidas por interesses não controláveis, registando as alterações subsequentes no valor contabilístico da responsabilidade na demonstração dos resultados.

### c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional das respectivas empresas do Grupo à taxa de câmbio em vigor na data das transacções. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com itens monetários correspondem à diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no início do exercício, ajustado para os pagamentos do juro efectivo durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira convertido à taxa de câmbio no final do exercício de referência.

Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais provenientes da reexpressão são reconhecidas em resultados, excepto para as diferenças resultantes da reconversão dos activos disponíveis para a venda, passivos financeiros designados como "net investment", "cash flow-hedge", que são reconhecidos na demonstração do rendimento integral. Os activos não monetários que sejam mensurados ao custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio à data da transacção.

### d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do exercício, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por técnicas de valorização do valor actualizado líquido, incluindo modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções, conforme for mais apropriado.

#### Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e cambial resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação de cobertura, a relação está identificada e formalmente documentada;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e é considerada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, os custos de transacção atribuíveis são reconhecidos em resultados quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivados são mensurados ao valor justo, e as suas variações são contabilizadas como descrito em seguida.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

*Cobertura de justo valor*

As variações do justo valor dos instrumentos financeiros derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados pelo período remanescente até à sua maturidade.

*Cobertura de fluxos de caixa*

A parte efectiva das variações de justo valor dos derivados designados e que se qualificam como coberturas de fluxos de caixa é reconhecida em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela inefectiva da relação de cobertura são reconhecidos por contrapartida de resultados do exercício, no momento em que ocorre a inefectividade.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados nos exercícios em que o item coberto afecta resultados. Contudo, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas registados em capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os critérios para a contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado registado em capitais próprios nessa data, mantém-se em capitais próprios até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados do exercício.

*Cobertura de activos líquidos ("Net investment")*

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira para a aquisição dessas mesmas subsidiárias. Se o instrumento de cobertura é um instrumento financeiro derivado, os ganhos e perdas provenientes de variações de justo valor são também reconhecidos em reservas cambiais de consolidação. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

**e) Outros activos financeiros**

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição de acordo com as seguintes categorias:

*Empréstimos e contas a receber*

Os empréstimos e contas a receber são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas decorrentes da não cobrabilidade de empréstimos e contas a receber à data da demonstração da posição financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados e podem ser revertidas se a estimativa das perdas diminuir em períodos subsequentes.

*Activos financeiros ao justo valor através dos resultados*

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros detidos para negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados.

*Activos financeiros disponíveis para venda*

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que se encontram designados como disponíveis para venda e não se encontram classificados em nenhuma das restantes categorias. Os investimentos do Grupo em acções encontram-se classificados como activos financeiros disponíveis para venda.

### Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

As aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar os activos.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

### Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados no exercício em que elas ocorrem.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes instrumentos de capital são igualmente reconhecidas em reservas. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando: (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

### Transferências entre categorias

O Grupo não efectua transferências de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados.

### Imparidade

Em cada data da demonstração da posição financeira é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Quando existe evidência de imparidade é determinado o valor recuperável dos activos financeiros, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativa na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade envolve julgamento, sendo que o Grupo considera, entre outros factores, a volatilidade do preço e a actual situação económica. Assim, no que respeita a títulos cotados, é considerada como continuada a desvalorização na cotação por um período superior a 24 meses e como significativa a desvalorização do título acima de 40%.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data da demonstração da posição financeira deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a perda por imparidade não é revertida e qualquer evento subsequente que determine o aumento do justo valor é reconhecido em reservas de justo valor.

#### **f) Passivos financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

O Grupo desreconhece a totalidade ou parte de um passivo financeiro quando a obrigação contida no contrato tenha sido satisfeita ou quando o Grupo está legalmente liberto da obrigação fundamental relacionada com o passivo, através de um processo legal ou pelo credor.

O Grupo considera que as condições são substancialmente diferentes se o valor actual dos fluxos de caixa descontados nas novas condições, incluindo alguma comissão paga, líquida de alguma comissão recebida, e utilizando a taxa de juro original do desconto, divergir em pelo menos 10% do valor actual descontado dos fluxos de caixa do passivo financeiro inicial.

Se a alteração é reconhecida como um cancelamento do passivo financeiro inicial, os custos ou comissões são incluídos na demonstração dos resultados consolidada. Em caso contrário, os custos ou comissões ajustam o valor contabilístico do passivo e são amortizados pelo método do custo amortizado pelo período remanescente do passivo modificado.

O Grupo reconhece a diferença entre o valor contabilístico de um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro que tenha sido cancelado ou transferido para terceiros) e o preço pago, o qual inclui qualquer transferência de activos para além de dinheiro ou do passivo assumido, como um débito ou um crédito na demonstração dos resultados consolidada.

#### **g) Custos com empréstimos obtidos**

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. Na medida em que, de uma forma geral, os fundos são obtidos por via de empréstimos, o montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no exercício, excluindo os empréstimos contraídos especificamente com o objectivo de obter um activo elegível. O montante de custos de empréstimos capitalizados no decorrer de um período não pode exceder o montante de custos de empréstimos incorridos nesse período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização termina quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. A capitalização de custos com empréstimos é suspensa durante períodos extensos em que o desenvolvimento activo seja interrompido.

#### **h) Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O custo de aquisição inclui todos os gastos directamente atribuíveis à aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui o custo dos materiais e trabalho directo, bem como outros custos directamente atribuíveis de forma a colocar o bem em funcionamento e ainda os custos de desmantelamento e remoção dos bens e restauração do local onde se encontram localizados. O custo pode ainda incluir transferências de capitais próprios de qualquer ganho ou perda relativa a cobertura de fluxos de caixa em moeda estrangeira na aquisição de activos fixos. O software adquirido que seja parte integral do equipamento é capitalizado como parte do mesmo.

O custo de aquisição inclui os juros de financiamento externo, custos com o pessoal e outros custos internos directa ou indirectamente relacionados com o trabalho em curso, apenas durante a fase de construção. O custo de produção é capitalizado através da contabilização dos custos atribuíveis ao activo como trabalhos para a própria empresa, em outros proveitos operacionais e custos com o pessoal e benefícios aos empregados na demonstração dos resultados consolidada.

Quando alguma parte constituinte de um item classificado como activo fixo tangível apresenta uma vida útil diferente do item principal, estas são contabilizadas separadamente (contabilização por componentes).

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	<b>Número de anos</b>
Edifícios e outras construções	20 a 33
Equipamento básico:	
Produção Eólica	25
Produção Hidroeléctrica	20 a 30
Outro equipamento básico	15 a 40
Equipamento de transporte	3 a 10
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

#### **i) Activos intangíveis**

Os outros activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade. O Grupo não detém activos intangíveis com um período de vida útil indefinido.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil económica.

#### *Aquisição e desenvolvimento de Software*

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos ao desenvolvimento do referido software, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do exercício em que são incorridos.

*Propriedade industrial e outros direitos*

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

*Certificados Verdes*

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia existe uma nova categoria de Certificados Verdes (CVs), que apesar de serem concedidos, a sua venda está restrita até 2017 (solar) e 2018 (eólica). Estes CVs diferidos são reconhecidos como activos intangíveis quando gerados pelo seu justo valor de mercado. Estes CVs vão ser compensados à medida que forem recebidos.

*Contratos de aquisição de energia*

Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) são contabilizados como activos intangíveis e amortizados pelo método linha recta, de acordo com a duração do contrato.

**j) Imparidade de activos não financeiros**

O valor contabilístico dos activos não financeiros, que não existências e activos por impostos diferidos, é revisto em cada data de reporte, de forma a determinar se existem indícios de imparidade. Caso existam indícios de imparidade, o valor recuperável do activo é estimado. O valor recuperável do "goodwill" é avaliado anualmente.

O valor recuperável de um activo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o seu valor de uso e o seu justo valor menos os custos estimados para a venda. De forma a estimar o valor de uso, os fluxos de caixa futuros são descontados para o seu valor actual, utilizando uma taxa de desconto antes de imposto que reflecta a avaliação corrente do mercado, sobre o valor temporal do dinheiro e o risco específico do activo. Para efeitos de testes de imparidade os activos são agrupados no grupo mais pequeno de activos que gera fluxos de caixa através do seu uso continuado e que são independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou grupos de activos (unidade geradora de caixa). O "goodwill" gerado numa aquisição, para efeitos de teste de imparidade, é alocado às unidades geradoras de caixa, que se espera que beneficiem de sinergias resultantes da aquisição.

Uma perda por imparidade é reconhecida se o valor contabilístico do activo ou da sua unidade geradora de caixa exceder o valor recuperável estimado. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados do exercício. As perdas por imparidade reconhecidas relativamente a unidades geradoras de caixa são primeiro alocadas para reduzir o valor contabilístico de qualquer "goodwill" alocado à unidade geradora de caixa e posteriormente para reduzir o valor contabilístico dos restantes activos da unidade (grupo de unidades) numa base pro rata.

Uma perda por imparidade relativa ao "goodwill" não é reversível. Em relação a outros activos, as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são reavaliadas em cada data de reporte, por forma a verificar se há qualquer indicação de que a perda diminuiu ou deixou de existir. Uma perda por imparidade é revertida se ocorrerem alterações nas circunstâncias que causaram essa imparidade. Uma perda por imparidade é revertida até ao montante em que o valor contabilístico do activo não exceda o valor contabilístico que seria determinado, líquido de amortizações, caso não tivesse sido reconhecida uma perda por imparidade em anos anteriores.

**k) Locações**

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

*Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos exercícios a que dizem respeito.

**l) Inventários**

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

O custo dos inventários é valorizado ao custo médio ponderado.

**m) Classificação dos activos e passivos como correntes e não correntes**

O Grupo classifica os activos e passivos na demonstração da posição financeira como correntes e não correntes. Os activos e passivos correntes são determinados como se segue:

Os activos são classificados como correntes quando é expectável que estes sejam realizados, exista intenção de venda ou consumo pelo Grupo durante o seu ciclo operacional e quando são detidos principalmente para o propósito da actividade do Grupo, ou é esperado que sejam realizados dentro de doze meses desde a data da demonstração da posição financeira ou quando são disponibilidades classificadas como caixa ou equivalentes de caixa, a menos que estes activos não possam ser trocados ou ser usados para liquidar um passivo pelo menos doze meses desde a data da demonstração da posição financeira.

Os passivos são classificados como correntes quando é expectável que sejam liquidados no decorrer da normal actividade do Grupo, e são detidos com o objectivo de serem negociados ou realizados nos doze meses subsequentes à data da demonstração da posição financeira ou o Grupo não tem um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos doze meses após a data da demonstração da posição financeira.

Passivos financeiros são classificados como correntes quando é esperada a sua liquidação no período de doze meses após a data da demonstração da posição financeira, mesmo que o período inicial seja superior a doze meses, e seja concluído um acordo para refinanciamento ou revisão da data dos pagamentos após a data da demonstração da posição financeira e antes da aprovação das demonstrações financeiras consolidadas.

**n) Benefícios aos empregados****Pensões**

A EDP Renováveis Portugal, uma das empresas portuguesas do Grupo EDP Renováveis, atribuiu benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente, planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

*Planos de benefícios definidos*

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

Os planos de pensões das empresas do Grupo em Portugal correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à idade da reforma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em reservas, desde a data da transição em 1 de Janeiro de 2004.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Grupo reconhece como custo operacional, na demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e os custos com serviços passados. O juro líquido sobre o passivo (activo) líquido de benefícios definidos é reconhecido como resultado financeiro.

*Planos de contribuição definida*

Em Espanha, Portugal e nos Estados Unidos da América, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano. O custo relativo aos planos de contribuição definida é reconhecido em resultados no exercício em que a contribuição é efectuada.

**Outros benefícios**

*Planos de cuidados médicos e outros*

Em Portugal algumas empresas do Grupo concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

*Remunerações variáveis aos empregados*

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

**o) Provisões**

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

*Provisões para desmantelamento e descomissionamento*

O Grupo constitui provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual de proceder ao desmantelamento e descomissionamento desses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para os activos tangíveis afectos à produção de energia eólica, para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor actual da totalidade da responsabilidade futura e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Os pressupostos considerados, são os seguintes:

	<b>EDPR EU</b>	<b>EDPR NA</b>
Custo médio por MW (Euros)	14.000	18.549
Valor residual por MW (Euros)	25.000	17.776
Taxa de desconto	6,33%	5,38%
Taxa de inflação	2,00%	2,50%
Taxa de amortização (vida útil)	25	25

Numa base anual, a provisão é sujeita a uma revisão, de acordo com a estimativa das responsabilidades com o desmantelamento e descomissionamento futuro. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

**p) Reconhecimento de custos e proveitos**

Os custos e proveitos são registados no exercício a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os proveitos relativos à venda de electricidade são reconhecidos no exercício em que a electricidade é produzida e transferida para os clientes.

Os proveitos de engenharia incluem o valor inicial acordado contratualmente mais as variações no contrato, reclamações e pagamento de incentivos, na medida em que seja provável que resultarão em proveitos e que podem ser estimados de forma fiável. Assim que os resultados do contrato de construção possam ser estimados de forma fiável, os proveitos e os custos do contrato são reconhecidos em resultados proporcionalmente à fase de conclusão do contrato.

As diferenças entre os valores estimados e os reais, que geralmente não são significativas, são registadas nos exercícios subsequentes.

Os Certificados Verdes (CVs) diferidos são reconhecidos como proveitos tendo por base o seu justo valor de mercado na data em que são gerados.

**q) Resultados financeiros**

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, "unwinding" com passivos a valor descontado e "written put options" sobre interesses não controláveis, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, as variações de justo valor relativa a instrumentos financeiros e especialização do juro associado aos passivos relativos às parcerias com investidores institucionais.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

**r) Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são reconhecidos na demonstração de resultados, excepto quando respeita a uma concentração de actividades empresariais ou a itens reconhecidos directamente em capitais próprios.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data da demonstração da posição financeira, e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido tendo em conta as diferenças temporárias entre a base contabilística dos activos e passivos e respectiva base fiscal. Não são reconhecidos impostos diferidos para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de activos e passivos numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e não afecte quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias e empresas conjuntamente controladas na medida em que não seja provável a sua reversão no futuro. Adicionalmente, não é reconhecido imposto diferido relativamente a diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de "goodwill". Os impostos diferidos são mensurados à taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada à data da demonstração da posição financeira e que se espera que venha a ser aplicada quando as diferenças temporárias se reverterem. Os impostos diferidos activos e passivos são compensados se existir um direito legalmente executável para compensar activos e passivos fiscais correntes que digam respeito aos impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendem liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais e diferenças temporárias até ao limite de quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Os activos por impostos diferidos são revistos a cada data de reporte e são revertidos quando não é provável que o respectivo benefício fiscal seja realizado.

**s) Resultados por acção**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos accionistas maioritários, pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

#### **t) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação**

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos e respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e de todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda, é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

#### **u) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data da demonstração da posição financeira, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez, de risco insignificante de alteração de valor e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos EUA, que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

#### **v) Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos na rubrica de passivo não corrente, quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo exercício em que as despesas são reconhecidas.

#### **w) Matérias ambientais**

O Grupo toma medidas de modo a prevenir, reduzir ou reparar os danos causados ao meio ambiente pela sua actividade.

As despesas de carácter ambiental são reconhecidas como outros custos operacionais no exercício a que respeitam.

#### **x) Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA**

O Grupo estabelece parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos por intermédio de acordos operacionais com empresas de responsabilidade limitada. Estas parcerias distribuem os fluxos de caixa gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a Empresa e distribui os benefícios fiscais, que incluem os créditos fiscais ao investimento (ITC) e a depreciação acelerada, em grande medida aos investidores.

O investidor institucional adquire os interesses nas parcerias societárias mediante adiantamentos de pagamentos efectuados na data de aquisição desses interesses. O montante destes pagamentos é estabelecido por forma a que os investidores obtenham, antecipadamente, determinadas taxas internas de retorno acordadas, desde a data em que procedem à aquisição dos interesses até ao final do período em que os créditos fiscais à produção são gerados. O retorno é calculado com base no valor do benefício total antecipado que o investidor institucional vai receber e inclui a utilização dos créditos fiscais à produção, o lucro/perda tributável alocável e os retornos de capital.

O controlo e gestão destes parques eólicos é da responsabilidade do Grupo EDP Renováveis e encontram-se consolidados integralmente nestas demonstrações financeiras.

O adiantamento recebido é reconhecido em "Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA" e subsequentemente mensurado ao custo amortizado.

Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais e pelas distribuições monetárias efectuadas aos parceiros institucionais durante o período contratual. O valor dos benefícios fiscais entregues, principalmente amortizações aceleradas e créditos fiscais ao investimento (ITC), é registado como proveito de parcerias institucionais numa base "pro rata" pelos 25 anos de vida útil dos projectos subjacentes (ver nota 7). Os créditos fiscais à produção (PTC) entregues são registados à medida que são gerados.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Após a "flip date", o investidor institucional mantém interesses não controláveis pela duração da sua parceria na estrutura. Os interesses não controláveis têm direito a distribuições em caixa e percentagens de alocação de proveitos que oscilam entre 2,5% e 6%, com excepção da Vento VI, cujo parceiro institucional detêm 17% do proveito. A EDPR NA detém uma opção de compra sobre as participações residuais dos investidores institucionais ao preço de mercado na "flip date" para estruturas PTC e geralmente seis meses após o quinto aniversário da data de comissionamento das turbinas ou a "flip date" consoante o que ocorra mais tarde, ou dez anos após o final do financiamento, caso a "flip date" ainda não tenha ocorrido. O passivo relativo ao interesse residual é acrescido numa base linear desde a "funding date" até à "flip date", para reflectir o interesse minoritário do investidor institucional no Grupo EDPR na "flip date".

Os passivos com investidores institucionais são acrescidos de juro calculado tendo por base o montante em dívida e a taxa interna de retorno acordada.

### **z) Actividades de concessão do Grupo EDPR (IFRIC 12)**

O Comité de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC) emitiu em Julho de 2007, a interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009 sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data. A IFRIC 12 é aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infra-estruturas, bem como o preço dessa prestação, e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infra-estruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infra-estruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como locações financeiras, uma vez que se considera que o operador não tem controlo sobre os activos. Estas estruturas são reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente de acordo com os termos do contrato:

#### *Modelo do Activo Financeiro*

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinados montantes monetários, independentemente do nível de utilização das infra-estruturas abrangidas pela concessão, resultando no reconhecimento de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

#### *Modelo do Activo Intangível*

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infra-estruturas afectas à concessão (risco de procura), resultando no reconhecimento de um activo intangível.

#### *Modelo Misto*

Este modelo é aplicável quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infra-estruturas da concessão.

A Gestão da EDPR concluiu que a IFRIC 12 não é aplicável, nos termos dos contratos em vigor, ao segmento do negócio do Grupo EDP Renováveis.

### **3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS**

As IFRS prevêem tratamentos contabilísticos alternativos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Apesar de as estimativas serem calculadas com base na melhor informação disponível em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, eventos futuros poderão requerer alterações a estas estimativas em anos subsequentes. Eventuais alterações às estimativas, efectuadas em anos subsequentes, são reconhecidas prospectivamente.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela EDP Renováveis, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. A EDP Renováveis considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível superior de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados do Grupo.

#### **Justo valor dos instrumentos financeiros**

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

#### **Redefinição da vida útil dos activos afectos à produção**

O Grupo revê numa base regular a vida útil dos seus activos de geração eólica para que a mesma seja consistente com a vida técnica e económica dos mesmos, tendo em consideração a sua capacidade tecnológica e limitações impostas pela legislação.

#### **Imparidade de activos não financeiros**

Os testes de imparidade são efectuados sempre que existam sinais de que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis e intangíveis é inferior ao valor líquido contabilístico.

Numa base anual, o Grupo revê os pressupostos utilizados na avaliação da existência de imparidade no *goodwill* resultante da aquisição de participações no capital de subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações em indicadores macroeconómicos e pressupostos de negócio utilizados pela gestão. O *goodwill* de associadas é revisto quando existem indicadores da existência de imparidade.

Considerando que o valor recuperável dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" é determinado com base na melhor informação disponível à data, alterações das estimativas e dos pressupostos poderão afectar os resultados dos testes de imparidade e, conseqüentemente, os resultados do Grupo.

#### **Impostos sobre os lucros**

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP Renováveis, e pelas suas subsidiárias, durante um determinado período que poderá ser estendido no caso de haver créditos fiscais. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP Renováveis, e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### Provisões para desmantelamento e descomissionamento

O Conselho de Administração considera existirem obrigações contratuais relativamente ao desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia eólica. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações legais e contratuais existentes para fazer face ao valor presente das despesas estimadas com a reposição dos locais e dos terrenos de implementação dos referidos activos. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos, poderiam originar resultados diferentes daqueles que foram considerados.

#### Alterações regulatórias ocorridas em Espanha

Como consequência das recentes alterações regulatórias ocorridas em Espanha relacionadas com a remuneração das centrais eólicas (ver nota 1), o Grupo EDPR estimou e registou o impacto desta alteração: uma diminuição nas vendas de electricidade de 16,6 milhões de Euros (líquidos de 7% de taxa sobre as vendas de electricidade) e uma imparidade de 16 milhões de Euros (ver nota 12).

#### Certificados Verdes

Como consequência das alterações regulatórias na Roménia relativas aos Certificados Verdes (CVs), o Grupo assumiu os seguintes pressupostos:

(i) Para estimar o preço dos CVs, o modelo é baseado na regulamentação actual, incluindo as actualizações publicadas nos últimos meses, e estimativas da capacidade instalada de energia renovável a ser adicionada os próximos anos;

(ii) O modelo de Cvs determina se existirá excesso ou défice e Cvs para estimar o preço a aplicar; De modo a determinar se existirá excesso ou défice de CVs, nós comparamos a oferta com a procura de CVs. A procura de CVs é calculada multiplicando a procura bruta de electricidade pela quota de electricidade renovável. O crescimento da procura de electricidade é determinado com base nas estimativas da ANRE. A EDPR efectuou análises de sensibilidade para as quotas e assumiu um cenário conservador, que considera as últimas alterações regulatórias. No que respeita à oferta de CVs, à capacidade instalada de energia renovável existente no final de 2013, a EDPR assume adições de capacidade em linha com a mais recente visão de mercado relativamente ao desenvolvimento de energias renováveis no país.

### 4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As actividades do Grupo EDP Renováveis expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDPR. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

O Conselho de Administração da EDP Renováveis tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. A gestão operacional do risco financeiro do Grupo EDP Renováveis é subcontratada ao Departamento Financeiro da EDP - Energias de Portugal, S.A., conforme as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A subcontratação de serviços inclui a identificação e avaliação de mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira do Grupo EDP é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, recorrendo à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura com características de exposição simétricas às do item coberto. A efectividade destas coberturas é reavaliada e monitorizada ao longo da sua vida útil.

A EDP Renováveis opera internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de investimentos em subsidiárias estrangeiras. Com o objectivo de minimizar o impacto das flutuações das taxas de câmbio, a política geral da EDP Renováveis é financiar cada projecto na moeda dos fluxos de caixa operacionais gerados pelo projecto.

Actualmente a maior exposição ao risco cambial resulta da exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR resultante do investimento na EDPR NA. Com o aumento da capacidade noutras geografias a EDPR começa a ficar exposta ao risco cambial em várias moedas (Real Brasileiro, Zloty Polaco, Leu Romeno e Dólar Canadiano).

Para cobrir o risco originado com o investimento líquido na EDPR NA, a EDP Renováveis celebrou um CIRS em USD/EUR com a EDP Sucursal, e utiliza ainda dívida financeira expressa em USD. Seguindo a mesma estratégia adoptada para cobrir o risco do investimento nos EUA, a EDP Renováveis celebrou igualmente dois CIRS em BRL/EUR e dois em PLN/EUR para cobrir o risco do investimento no Brasil e na Polónia. (ver nota 36).

### Análise de sensibilidade - Taxa de câmbio

Uma alteração de 10% na taxa de câmbio com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, iria originar um acréscimo/(redução) nos resultados e/ou capitais próprios antes de impostos do Grupo EDP Renováveis, nos seguintes montantes:

Milhares de Euros	31 Dez 2013			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	3.778	-4.617	-	-
PLN / EUR	20.883	-25.524	-	-
RON / EUR	1.019	-1.246	-	-
	25.680	-31.387	-	-

Milhares de Euros	31 Dez 2012			
	Resultados		Capital Próprio	
	+10%	-10%	+10%	-10%
USD / EUR	6.202	-7.581	-	-
PLN / EUR	11.628	-14.213	-	-
RON / EUR	5.957	-7.280	-	-
	23.787	-29.074	-	-

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juro, se mantêm constantes.

### Gestão do risco de taxa de juro

Os fluxos de caixa operacionais do Grupo são substancialmente independentes das flutuações das taxas de juro de mercado.

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações do mercado. Desta forma, sempre que é considerado necessário, e em consonância com a política do Grupo, este contrata instrumentos financeiros derivados de forma a cobrir os riscos de taxa de juro.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro e/ou cambial ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP Renováveis detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, cujos vencimentos variam entre 1 e 13 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro ou fluxos de caixa futuros.

Cerca de 87% da dívida financeira do Grupo EDP Renováveis tem juros à taxa fixa, incluindo as operações cobertas por instrumentos financeiros.

#### **Análise de sensibilidade - Taxas de juro**

A gestão de risco de taxa de juro associado às actividades desenvolvidas no Grupo é subcontratada ao Departamento Financeiro do Grupo EDP, sendo contratados instrumentos financeiros derivados de forma a mitigar este risco.

Tendo por base a carteira de dívida contratada pelo Grupo EDPR EU e os respectivos instrumentos financeiros derivados utilizados para cobertura do risco de taxa de juro associado, bem como os empréstimos dos accionistas recebidos pela EDP Renováveis, uma alteração de 50 pontos base na taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, iria originar um acréscimo / (redução) nos resultados e capital próprio (antes de impostos) do Grupo EDP Renováveis nos seguintes montantes (milhares de Euros):

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2013</b>			
	<b>Resultados</b>		<b>Capitais Próprios</b>	
	<b>+ 50 bp</b>	<b>- 50 bp</b>	<b>+ 50 bp</b>	<b>- 50 bp</b>
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	19.674	-21.050
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-687	687	-	-
	<b>-687</b>	<b>687</b>	<b>19.674</b>	<b>-21.050</b>

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2012</b>			
	<b>Resultados</b>		<b>Capitais Próprios</b>	
	<b>+ 50 bp</b>	<b>- 50 bp</b>	<b>+ 50 bp</b>	<b>- 50 bp</b>
Derivados de cobertura dos fluxos de caixa	-	-	22.203	-24.375
Dívida não coberta (taxas de juro variáveis)	-667	667	-	-
	<b>-667</b>	<b>667</b>	<b>22.203</b>	<b>-24.375</b>

Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, se mantêm constantes.

#### **Gestão do risco de crédito de contraparte em transacções financeiras**

A política do Grupo EDP Renováveis, em termos de risco de contraparte das transacções financeiras com empresas externas ao Grupo EDP, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de crédito e exposição a cada contraparte. As contrapartes nos instrumentos financeiros derivados e transacções financeiras são instituições de crédito de elevada notação de crédito ou empresas do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com as normas internacionais. A generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados é contratada ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No caso específico do Grupo EDPR EU, o risco de crédito não é significativo devido ao curto prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os maiores clientes do Grupo são operadores e distribuidores no mercado de energia dos respectivos países (OMEL e MEFF no caso do mercado Espanhol).

No caso específico do Grupo EDPR NA, o risco de crédito não é significativo devido ao reduzido prazo médio de recebimentos de clientes e à qualidade dos seus devedores. Os principais clientes do Grupo EDP Renováveis são empresas reguladas de electricidade e agentes regionais do mercado energético nos Estados Unidos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A EDP Renováveis considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

#### **Gestão do risco de liquidez**

O risco de liquidez é a possibilidade do Grupo não ser capaz de cumprir com as suas obrigações financeiras na data de vencimento. A estratégia do Grupo em termos de gestão de liquidez é a de assegurar, tanto quanto possível, a existência de liquidez suficiente para cumprir as obrigações no seu vencimento, em condições normais ou desfavoráveis, sem incorrer em custos desnecessários ou afectar a reputação do Grupo.

A política de liquidez seguida garante o cumprimento do pagamento das obrigações contratadas através da manutenção de linhas de crédito suficientes e através do acesso ao financiamento do Grupo EDP.

O Grupo EDP Renováveis procede à gestão do risco de liquidez através da contratação e gestão de linhas de crédito e facilidades de financiamento com o seu principal accionista, bem como directamente no mercado com instituições financeiras nacionais e internacionais, assegurando os fundos necessários para realizar as suas actividades.

#### **Gestão dos riscos de preço de mercado**

Em 31 de Dezembro de 2013 o risco do preço de mercado que afecta o Grupo EDP Renováveis não é significativo. No caso da EDPR NA, os preços são fixos e maioritariamente determinados por contratos de aquisição de energia. No caso da EDPR EU, a electricidade é vendida em Espanha directamente no mercado diário a preços "spot" acrescido de um prémio pré-definido (regulado). Nos restantes países, os preços são maioritariamente determinados através de tarifas reguladas excepto para a Roménia e Polónia, onde a maioria das centrais eólicas tem contratos de preço fixo ou com limites mínimos.

Para a reduzida quantidade de energia gerada com risco de preço de mercado, este risco é gerido através da contratação de "Swaps" de energia. A EDPR EU e a EDPR NA contrataram "swaps" de energia que se qualificam para efeitos de contabilidade de cobertura (cobertura de fluxos de caixa) relacionados com vendas de energia para os anos de 2014 a 2018 (ver nota 36). O objectivo do Grupo EDP Renováveis é o de cobrir volumes de energia produzida reduzindo a sua exposição à volatilidade do preço de venda em mercado.

#### **Gestão de capital**

O objectivo do Grupo relativamente à gestão dos capitais próprios, de acordo com as políticas estabelecidas pelo seu accionista maioritário, é o de salvaguardar a continuidade do Grupo, crescer sustentavelmente de forma a cumprir os objectivos estabelecidos e manter uma estrutura óptima de capitais próprios de forma a reduzir o custo do capital.

Em conformidade com outros Grupos que operam neste sector, o Grupo controla a sua estrutura de financiamento com base no rácio de alavancagem. Este rácio é calculado dividindo os financiamentos líquidos pelo total de capitais próprios e financiamento líquido. O financiamento líquido corresponde ao somatório da dívida financeira do passivo por investimentos institucionais ("institucional equity liabilities"), corrigido do efeito dos proveitos diferidos não correntes, e deduzido de caixa e equivalentes de caixa.

### **5. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO**

Durante o exercício de 2013, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis:

#### **Empresas adquiridas:**

- A EDP Renewables, SGPS, S.A. adquiriu 100% do capital social da Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda. (ver nota 17);
- A South Africa Wind & Solar Power, S.L. (empresa constituída em Março de 2013) adquiriu 42,5% do capital social da Modderfontein Wind Energy Project, Ltd. e 100% do capital social da Dejann Trading and Investments Proprietary Ltd, da EDP Renewables South Africa, Proprietary Ltd. e da Jouren Trading and Investments Pty Ltd. (ver nota 17);
- A EDP Renewables North America L.L.C. adquiriu 100% do capital social da Lone Valley Solar Park I L.L.C. (ex- EDPR Agincourt L.L.C.), da Lone Valley Solar Park II L.L.C. (ex- EDPR Marathon L.L.C.) e Rising Tree Wind Farm III (ver nota 17);
- A EDP Renewables Polska SP. ZO.O. adquiriu 65,07% do capital social da Molen Wind II S.P.ZO.O. (ver nota 17).

**Empresas alienadas e liquidadas:**

- Alienação de 49% do capital social da empresa EDP Renováveis Portugal, S.A. por 257.954 milhares de Euros. Esta transacção ascendeu a 368.483 milhares de Euros aos quais foram deduzidos empréstimos no montante de 110.529 milhares de Euros. Com a subsequente diminuição na participação na Eólica de Alagoa, S.A., Eólica de Montenegro, S.A., Eólica da Serra das Alturas, S.A. e Malhadizes, S.A. Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença positiva entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante de 148.334 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.
- Alienação de 49% do capital social da Wheat Field Holding, L.L.C. (constituída em Setembro de 2013) por 34.977 milhares de Euros (correspondentes ao valor de venda de 48.400 milhares de Dólares Americanos, deduzidos dos custos de transacção, distribuição de capital e efeito fiscal), com a consequente diminuição na participação financeira da Wheat Field Wind Power Project, L.L.C. Esta transacção foi tratada como uma alienação de interesses não controláveis sem perda de controlo pelo que a diferença negativa entre o valor contabilístico e o justo valor dos referidos interesses não controláveis alienados, no montante negativo de 1.274 milhares de Euros, foi registada por contrapartida de reservas, de acordo com a política contabilística adoptada.
- EDPR Renovables España, S.L. procedeu à liquidação da Parc Eolic Molinars S.L.

**Empresas constituídas:**

- South África Wind & Solar Power, S.L.;
- Sustaining Power Solutions, L.L.C.;
- Green Power Offsets, L.L.C.;
- Bourbriac II, S.A.S.;
- EDPR France Holding, S.A.S.;
- Parc Eolien de Montagne Fayel, S.A.S.;
- Arbuckle Mountain;
- Rising Tree Wind Farm II \*;
- Wheat Field Holding, L.L.C.;
- Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, S.A.S.;
- Les Eoliennes en Mer de Vendée, S.A.S.;

\* O Grupo EDP Renováveis detém, através das suas subsidiárias EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e no Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2013 não têm quaisquer activos ou passivos, nem qualquer actividade operacional.

**Outras alterações:**

- A EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a sua participação para 100% do capital social da Greenwind, S.A.;
- EDP Renewables Europe, S.L. aumentou a sua participação para 100% do capital social da Relax Wind Park I, S.P. ZO.O através da sua subsidiária EDP Renewables Polska, S.P. ZO.O.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as alterações ao perímetro de consolidação do Grupo EDP Renováveis foram as seguintes:

**Empresas adquiridas:**

- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 100% do capital social da Pietragalla Eolico S.R.L. (ver nota 17) e 85% do capital social da Sibioara Wind Farm, S.R.L.;
- A EDP Renewables Canada Ltd. adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
  - 0867242 BC Ltd.;
  - Eolia Renewable Energy Canada Ltd.;
  - South Branch Wind Farm Inc.
- A EDPR-RO-PV, S.R.L. (empresa constituída em 2012) adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas (ver nota 17):
  - Cujmir Solar S.R.L.;
  - Foton Delta S.R.L.;
  - Foton Epsilon S.R.L.;
  - Potelu Solar S.R.L.;
  - Studina Solar S.R.L.;
  - Vanju Mare Solar S.R.L.
- A EDP Renewables Polska SP. ZO.O. adquiriu 60% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O. e 100% do capital social da Korsze Wind Farm SP. ZO.O.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

**Empresas alienadas e liquidadas:**

- A EDP Renewables North America, L.L.C. procedeu à liquidação da Horizon Wind Energy International, L.L.C.;
- A EDP Renovables España, S.L. procedeu à liquidação das empresas Parque Eólico Plana de Artajona, S.L.U., Parque Eólico Montes de Castejón, S.L., Siesa Renovables Canarias S L Compañía Eléctrica de Energías Renovables Alternativas S A U e Corporación Empresarial de Renovables Alternativas S L U;
- A Generaciones Especiales I, S.L. procedeu à alienação por 5.531 milhares de Euros da totalidade da sua participação financeira das seguintes empresas, tendo gerado um ganho de 2.857 milhares de Euros reconhecido como Ganhos/(Perdas) na alienação de activos financeiros:
  - 25% de capital social na Hidroastur S.A. (ver nota 18);
  - 80% de capital social na Hidroeléctrica del Rumblar S.L. (ver nota 15);
  - 100% de capital social na Hidroeléctrica Fuentermosa S.L. (ver nota 15);
  - 75% de capital social na Hidroeléctrica Gormaz S.A. (ver nota 15).
- Alienação de 49% do capital social da empresa 2007 Vento II, L.L.C. pelo montante de 175.687 milhares de Euros (225.721 milhares de USD que corresponde a um preço de venda de 230.000 milhares de USD deduzido das contribuições de capital e custos de transacção no montante de 2.800 e 1.478 milhares de USD, respectivamente) e consequente redução de 49% na participação financeira nas seguintes empresas (ver nota 29):
  - Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.;
  - Post Oak Wind, L.L.C.;
  - High Prairie Wind Farm II, L.L.C.;
  - Old Trail Wind Farm, L.L.C.

**Empresas fusionadas:**

- As seguintes empresas foram fusionadas na Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U., que alterou a sua denominação para EDP Renovables España, S.L.:
  - Agrupación Eólica S.L.U.;
  - Desarrollos Eólicos, S.A.;
  - Ceasa Promociones Eólicas S.L.U.;
  - Generaciones Especiales I, S.L.;
  - Neo Catalunya S.L.;
  - Santa Quiteria Energia, S.L.U.;
  - Sinae Inversiones Eólicas S.A.

**Empresas constituídas:**

- 2012 Vento XI, L.L.C. \* ;
- Castellaneta Wind S.R.L.;
- Central Eólica Aventura, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.;
- EDP Renewables SGPS, S.A.;
- EDP Renewables Belgium, S.A.;
- EDP Renewables Canada GP Ltd. \* ;
- EDP Renewables Canada LP Ltd.;
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.;
- EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.;
- EDPR Wind Ventures XI, L.L.C. \* ;
- EDPR-RO-PV, S.R.L.;
- Laterza Wind S.R.L.;
- MFW Gryf SP. ZO.O.;
- MFW Neptun SP. ZO.O.;
- MFW Pomorze SP. ;
- Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.;
- Monts du Forez Energie, S.A.S.;
- SBWFI GP Inc. \* ;
- South Dundas Wind Farm LP \* ;
- Verde Wind Power L.L.C. \*

\* A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR NA e EDPR Canada, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos e Canadá sem capital social e que à data de 31 de Dezembro de 2012 não têm quaisquer activos ou passivos nem qualquer actividade operacional.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 6. VOLUME DE NEGÓCIOS

A rubrica de Volume de negócios é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Vendas por sector de actividade/negócio e geografia:</b>		
Electricidade na Europa	838.415	773.070
Electricidade nos Estados Unidos da América	362.903	355.508
Electricidade, outros	24.250	24.754
	1.225.568	1.153.332
Outros	2.225	6.850
	1.227.793	1.160.182
<b>Prestação de serviços</b>	4.772	4.961
<b>Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis:</b>		
Custo das matérias primas e consumíveis	20	-292
Varição nos inventários	-1.622	-7.055
	-1.602	-7.347
<b>Total Volume de Negócios</b>	1.230.963	1.157.796

## 7. PROVEITOS DECORRENTES DE PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

Os proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA no montante de 125.101 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 127.350 milhares de Euros), incluem o reconhecimento de proveitos relacionados com benefícios fiscais à produção (PTC), benefícios fiscais associados ao investimento (ITC) e outros benefícios fiscais relacionados essencialmente com a aceleração das taxas de depreciação dos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (ver nota 32).

## 8. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros proveitos operacionais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Ganhos em concentrações de actividades empresariais	3.477	32.393
Amortização do proveito diferido relativo a contratos de aquisição de energia	8.362	9.888
Compensações contratuais e indemnizações seguradoras	21.935	8.788
Outros proveitos	7.952	12.047
	41.726	63.116

Durante 2013, a EDP Renewables Polska realizou a alocação do preço de compra aos activos e passivos identificáveis da Molen Wind II, S.P. ZO.O. a qual gerou um proveito de 3.477 milhares de Euros, registados na rubrica de Ganhos em concentrações de actividades empresariais (ver nota 17).

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados com base em pressupostos de mercado em aproximadamente 190,4 milhões de USD e registados como passivo não corrente (ver nota 33). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de outros proveitos operacionais. A amortização do exercício de 31 de Dezembro de 2013 foi de 8.362 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 9.888 milhares de Euros).

A 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de Compensações contratuais e indemnizações de seguradoras inclui 13.779 milhares de Euros relativos a uma indemnização recebida na sequência de uma alteração no contrato de aquisição de energia, entre a Mesquite Wind, L.L.C. (subsidiária da Vento I, L.L.C.) e um cliente.

No decurso de 2012, o Grupo EDPR efectuou a alocação do preço de compra das diversas empresas adquiridas ao justo valor dos activos e passivos adquiridos da qual resultou um proveito operacional de 29.754 milhares de Euros na EDPR Roménia e 2.639 milhares de Euros na EDPR Itália (ver nota 17). Estas aquisições foram vantajosas devido ao poder negocial do Grupo EDPR, da sua capacidade de financiamento e liquidez e ao início do desenvolvimento do mercado de energia solar na Roménia que permite transacções favoráveis.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Rendas e alugueres	42.979	40.670
Conservação e reparação	148.147	143.250
Trabalhos especializados:		
- Serviços de Informática, Jurídicos e de Consultoria	17.493	16.599
- Serviços partilhados	7.807	11.866
- Outros serviços	11.769	12.225
Outros fornecimentos e serviços	34.600	37.200
	262.795	261.810

## 10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e benefícios aos empregados é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Custos com o pessoal</b>		
Remuneração dos órgãos sociais	539	945
Remunerações	53.300	52.320
Encargos com remunerações	8.911	7.582
Remuneração variável dos colaboradores	9.512	8.937
Outros custos	1.347	971
Trabalhos para a própria empresa	-13.913	-15.339
	59.696	55.416
<b>Benefícios aos empregados</b>		
Custos com planos de pensões	2.572	2.825
Custos com plano médico e outros benefícios	2.981	3.320
Outros	1.305	1.098
	6.858	7.243
	66.554	62.659

Em 31 de Dezembro de 2013, os custos com planos de pensões referem-se a planos de contribuição definida (2.566 milhares de Euros) e a planos de benefício definido (6 milhares de Euros).

O número médio de trabalhadores do quadro permanente, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, por cargos de direcção/chefias superiores e categoria profissional, é apresentado como segue:

	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Órgãos sociais	17	14
	17	14
Directores / Chefias superiores	69	68
Quadros médios	532	504
Profissionais altamente qualificados e qualificados	213	221
Outros empregados	61	64
	875	857
	892	871

Em 2013 e 2012, os trabalhadores das empresas do Grupo EDPR consolidadas pelo método de consolidação proporcional, não foram incluídos no quadro acima.

## 11. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros custos operacionais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Impostos directos e indirectos	72.512	41.939
Perdas em imobilizações	12.591	17.035
Outros custos e perdas operacionais	36.211	27.238
	121.314	86.212

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A rubrica Impostos Directos e Indirectos, a 31 de Dezembro de 2013, inclui o montante de 32,5 milhões de Euros relacionados com o novo Decreto Real aprovado pelo Governo Espanhol. Esta lei estabelece um imposto adicional de 7% para produtores de energia, incidindo sobre as vendas de cada parque eólico.

## 12. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Activos fixos tangíveis:</b>		
Edifícios e outras construções	1.398	1.801
Equipamento básico	457.347	433.534
Outros	11.007	12.115
Imparidade	19.763	53.401
	489.515	500.851
<b>Activos intangíveis:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	1.643	1.858
<b>Amortização de proveitos diferidos (Subsídios governamentais)</b>	-18.472	-15.231
	472.686	487.478

O Grupo EDPR registou uma perda por imparidade de 19.763 milhares de Euros, 16.046 milhares de Euros e 3.717 milhares de Euros na EDPR EU e na EDPR NA, respectivamente. A perda por imparidade registada na EDPR EU resulta de alterações regulatórias em Espanha (ver nota 1), e na EDPR NA resulta do "write-off" de activos fixos tangíveis em curso reconhecido durante o segundo trimestre de 2013 (ver nota 15).

## 13. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e custos financeiros é analisada como segue:

	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Proveitos financeiros:</b>		
Juros obtidos	20.677	16.770
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	1.498	5.483
Justo valor	68.167	24.321
Diferenças de câmbio favoráveis	17.388	27.010
Outros proveitos financeiros	681	604
	108.411	74.188
<b>Custos financeiros:</b>		
Juros suportados	197.807	215.987
Instrumentos financeiros derivados:		
Juros	30.635	21.152
Justo valor	70.400	35.136
Trabalhos para a própria empresa	-15.579	-15.697
"Unwinding"	65.069	72.824
Outros custos financeiros	23.294	22.402
	371.626	351.804
<b>Resultados financeiros</b>	-263.215	-277.616

Os Instrumentos financeiros derivados incluem liquidações de juros resultantes do instrumento financeiro derivado estabelecido entre a EDP Renováveis e EDP Sucursal (ver notas 36 e 38).

Em conformidade com a política contabilística apresentada na nota 2g), os custos de empréstimos (juros) capitalizados em activos fixos tangíveis a 31 de Dezembro de 2013, ascendem a 15.579 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 15.697 milhares de Euros) (ver nota 15), e estão incluídos na rubrica de Trabalhos para a própria empresa (juros financeiros). As taxas de juro consideradas para a referida capitalização variam de acordo com o respectivo empréstimo, entre 1,69% e 11,27% (31 de Dezembro de 2012: 1,81% e 10,25%).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A rubrica de Juros Suportados diz respeito aos juros de empréstimos que vencem juro à taxa contratada e de mercado.

Os custos referentes ao "Unwinding" referem-se essencialmente à actualização financeira da provisão para desmantelamento e desactivação de parques eólicos no valor de 3.660 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 3.366 milhares de Euros) (ver nota 31) e ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA no valor de 60.840 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 68.431 milhares de Euros) (ver nota 32).

#### 14. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2008. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitations" para o IRS (autoridade tributária dos Estados Unidos) poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (5 anos em Portugal a partir de 2012, 18 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, apesar de no Brasil existe um limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDPR são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

A EDP Renewables Europe, S.L. e as suas subsidiárias apresentam declarações fiscais individuais de acordo com a legislação fiscal em vigor. No entanto, as principais empresas do Grupo são tributadas pelos princípios específicos do Regime Especial de Consolidação Fiscal contido nos artigos 64º e 82º do Decreto Real 4/2004, que aprovou a lei do imposto sobre o rendimento revista. As subsidiárias do Grupo EDPR em Espanha estão incluídas no perímetro de consolidação fiscal da EDP SA - Sucursal en Espanha (EDP Sucursal).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Imposto corrente	-93.083	-85.225
Imposto diferido	36.365	39.186
	<b>-56.718</b>	<b>-46.039</b>

A taxa efectiva de imposto em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Resultado antes de impostos	225.842	182.089
Imposto do exercício	-56.718	-46.039
Taxa efectiva de imposto	<b>25,11%</b>	<b>25,28%</b>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento, no Grupo, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Resultado antes de impostos	225.842	182.089
Taxa nominal de imposto	30,00%	30,00%
Imposto Teórico	-67.753	-54.627
Imposto do exercício	-56.718	-46.039
Diferença	<b>11.035</b>	<b>8.588</b>
Reavaliações, amortizações, depreciações e provisões	7.922	5.403
Prejuízos e créditos fiscais	-3.938	-4.547
Investimentos financeiros em associadas	4.896	1.692
Diferencial de Taxa	-3.933	4.847
Benefícios fiscais	4.124	4.196
Outros	1.964	-3.003
	<b>11.035</b>	<b>8.588</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A rubrica Reavaliações, amortizações, depreciações e provisões, inclui a reavaliação fiscal dos activos da EDPR em Espanha, decorrentes da Lei 16/2012 de 27 de Dezembro, que apesar de não ter tido impacto contabilístico, gerou um aumento da base tributável desses activos, no montante de 50,3 milhões de Euros. Assim, o Grupo reconheceu um imposto diferido activo de 14,2 milhões de Euros, beneficiando de créditos de imposto para o período findo em 31 de Dezembro de 2013, líquido de uma taxa inicial ("gravamen único") que ascende a 2,4 milhões de Euros, correspondendo a 5% das reservas de reavaliação.

## 15. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Valor bruto:</b>		
Terrenos e recursos naturais	33.637	24.601
Edifícios e outras construções	16.095	16.700
Equipamento básico		
Produção Eólica	11.826.264	11.572.839
Outro equipamento básico	6.692	6.484
Outros activos fixos tangíveis	75.458	76.537
Activos fixos tangíveis em curso	1.058.748	1.080.675
	<b>13.016.894</b>	<b>12.777.836</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>		
Amortizações do exercício	-469.752	-447.450
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-2.129.010	-1 735 706
Imparidade do exercício	-19.763	-53.401
Perdas por imparidade acumuladas de exercícios anteriores	-39.644	-4.372
	<b>-2.658.169</b>	<b>-2.240.929</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>10.358.725</b>	<b>10.536.907</b>

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis, durante o exercício de 2013, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	24.601	8.209	-677	2.070	-585	19	33.637
Edifícios e outras construções	16.700	28	-	-	-633	-	16.095
Equipamento básico	11.579.323	6.826	-1.435	523.974	-281.885	6.153	11.832.956
Outros activos fixos tangíveis	76.537	2.352	-5.521	10.111	-1.466	-6.555	75.458
Activos fixos tangíveis em curso	1.080.675	566.254	-8.181	-536.155	-30.164	-13.681	1.058.748
	<b>12.777.836</b>	<b>583.669</b>	<b>-15.814</b>	<b>-</b>	<b>-314.733</b>	<b>-14.064</b>	<b>13.016.894</b>

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações / Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	7.187	1.398	-	-	-252	-	8.333
Equipamento básico	2.196.605	457.347	19.763	-291	-53.065	-16.174	2.604.185
Outros activos fixos tangíveis	37.137	11.007	-	-43	-934	-1.516	45.651
	<b>2.240.929</b>	<b>469.752</b>	<b>19.763</b>	<b>-334</b>	<b>-54.251</b>	<b>-17.690</b>	<b>2.658.169</b>

A rubrica de equipamento básico inclui os custos incorridos em parques eólicos que se encontram em actividade.

As transferências de Activos tangíveis em curso para exploração ocorridas em 2013, referem-se essencialmente à entrada em exploração de parques eólicos da EDP Renováveis.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da aquisição da Lone Valley Solar Park I L.L.C. (ex-EDPR Agincourt L.L.C.) e da Lone Valley Solar Park II L.L.C. (ex-EDPR Marathon L.L.C.) pela EDP Renewables NA., e o efeito da liquidação da Parc Eolic Molinars S.L. pela EDPR Renovables España, S.L. (ver nota 5).

Os movimentos na rubrica de Activos fixos tangíveis durante o exercício de 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições /Aumentos	Alienações / Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor Bruto:</b>							
Terrenos e recursos naturais	21.389	3.942	-82	-	-417	-231	24.601
Edifícios e outras construções	16.053	954	-	-	-366	59	16.700
Equipamento básico	10.914.817	9.610	-647	771.535	-114.251	-1.741	11.579.323
Outros activos fixos tangíveis	62.428	12.836	-14.099	16.053	-755	74	76.537
Activos fixos tangíveis em curso	1.203.445	662.760	-4.862	-787.588	6.674	246	1.080.675
	<b>12.218.132</b>	<b>690.102</b>	<b>-19.690</b>	<b>-</b>	<b>-109.115</b>	<b>-1.593</b>	<b>12.777.836</b>

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações / Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:</b>							
Edifícios e outras construções	5.487	1.801	-	-	-105	4	7.187
Equipamento básico	1.731.794	433.534	52.977	-311	-19.663	-1.726	2.196.605
Outros activos fixos tangíveis	26.230	12.115	424	-1.221	-394	-17	37.137
	<b>1.763.511</b>	<b>447.450</b>	<b>53.401</b>	<b>-1.532</b>	<b>-20.162</b>	<b>-1.739</b>	<b>2.240.929</b>

O movimento ocorrido na rubrica Variações de Perímetro / Outros inclui o efeito resultante da aquisição da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., da Pietragalla Eolico S.R.L., da aquisição de empresas fotovoltaicas pela EDPR-RO-PV, S.R.L. e o efeito da venda das empresas detentoras das mini-hídricas em Espanha.

Os Activos fixos tangíveis em curso, em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, são analisados como se segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Grupo EDPR EU	675.580	842.278
Grupo EDPR NA	302.244	212.783
Outros	80.924	25.614
	<b>1.058.748</b>	<b>1.080.675</b>

Activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, para a EDPR EU e o Grupo EDPR NA, estão essencialmente relacionados com parques eólicos e centrais fotovoltaicas em fase de construção e desenvolvimento.

Os juros financeiros capitalizados ascendem a 15.579 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2013 (31 de Dezembro de 2012: 15.697 milhares de Euros) (ver nota 13).

Os custos com pessoal capitalizados ascendem a 13.913 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2013 (31 de Dezembro de 2012: 15.339 milhares de Euros) (ver nota 10).

O Grupo EDP Renováveis tem compromissos de locações e de compra tal como divulgado na Nota 37 - Compromissos.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Valor bruto:</b>		
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	108.498	47.221
Activos intangíveis em curso	4.862	4
	<b>113.360</b>	<b>47.225</b>
<b>Amortizações acumuladas:</b>		
Depreciações e amortizações do exercício	-1.643	-1.858
Depreciações acumuladas em exercícios anteriores	-21.921	-20.452
	<b>-23.564</b>	<b>-22.310</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>89.796</b>	<b>24.915</b>

A propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis inclui 78.837 milhares de Euros e 14.035 milhares de Euros relativos a licenças de produção eólica do Grupo EDPR NA (31 de Dezembro de 2012: 30.186 milhares de Euros) e EDPR Portugal (31 de Dezembro de 2012: 14.035 milhares de Euros), respectivamente, e 12.791 milhares de Euros relativos a certificados verdes na Roménia (ver nota 2 i)).

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2013 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	47.221	63.967	-	-	-3.547	857	108.498
Activos intangíveis em curso	4	4.481	-76	-	-188	641	4.862
	<b>47.225</b>	<b>68.448</b>	<b>-76</b>	<b>-</b>	<b>-3.735</b>	<b>1.498</b>	<b>113.360</b>

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por imparidade/ Reversões	Alienações / Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	22.310	1.643	-	-	-389	-	23.564
	<b>22.310</b>	<b>1.643</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-389</b>	<b>-</b>	<b>23.564</b>

As Aquisições/ aumentos incluem o montante de 47.297 milhares de Euros referente a contratos de aquisição de energia da Rising Tree (ver nota 2 i) e 17) e o montante de 12.941 milhares de Euros relativo ao reconhecimento dos direitos dos certificados verdes diferidos na Roménia.

Os movimentos na rubrica de Activos intangíveis durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transf.	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Valor bruto:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	42.462	24	-	-	-601	5.336	47.221
Activos intangíveis em curso	4	-	-	-	-	-	4
	<b>42.466</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-601</b>	<b>5.336</b>	<b>47.225</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Amort. do exercício	Perdas por impa- ridade/ Reversões	Alienações / Abates	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro / Outros	Saldo em 31 Dez
<b>Amortizações acumuladas:</b>							
Propriedade industrial, outros direitos e outros activos intangíveis	20.647	1.858	-	-	-154	-41	22.310
	20.647	1.858	-	-	-154	-41	22.310

## 17. GOODWILL

No Grupo, a decomposição do Goodwill, resultante da diferença entre o valor de aquisição e proporção correspondente do justo valor dos activos líquidos adquiridos, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Goodwill registado no Grupo EDPR EU:	679.256	700.234
- Grupo EDPR Espanha	534.438	534.610
- Grupo EDPR França	64.047	65.752
- Grupo EDPR Portugal	42.915	42.588
- Outros	37.856	57.284
Goodwill registado no Grupo EDPR NA	574.867	600.302
Outros	1.602	1.394
	1.255.725	1.301.930

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2013 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminui- ções	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	534.610	-	-172	-	-	-	534.438
- Grupo EDPR França	65.752	-	-1.705	-	-	-	64.047
- Grupo EDPR Portugal	42.588	327	-	-	-	-	42.915
- Outros	57.284	348	-19.173	-	-603	-	37.856
Grupo EDPR NA	600.302	-	-	-	-25.435	-	574.867
Outros	1.394	477	-	-	-269	-	1.602
	1.301.930	1.152	-21.050	-	-26.307	-	1.255.725

Os movimentos em Goodwill, por subgrupo, durante 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 01 Jan	Aumentos	Diminui- ções	Imparidade	Diferenças Cambiais	Var. de perímetro/ Outros	Saldo em 31 Dez
Grupo EDPR EU:							
- Grupo EDPR Espanha	534.642	-	-32	-	-	-	534.610
- Grupo EDPR França	65.752	-	-	-	-	-	65.752
- Grupo EDPR Portugal	42.588	-	-	-	-	-	42.588
- Outros	55.421	164	-	-	1.699	-	57.284
Grupo EDPR NA	611.882	-	-	-	-11.580	-	600.302
Outros	1.560	-	-	-	-166	-	1.394
	1.311.845	164	-32	-	-10.047	-	1.301.930

### Grupo EDPR EU

A variação do goodwill do Grupo EDPR EU em 2013 inclui essencialmente uma diminuição no valor de 19.173 milhares de Euros que resulta da revisão dos preços contingentes associados a alguns contratos de aquisição anteriores a 1 de Janeiro de 2010, data de adopção da IFRS 3 revista (conforme política contabilística 2 b) (ver notas 5 e 34).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

*Outras informações referentes aos PPA ("Purchase Price Allocation") e concentrações de actividades empresariais em 2013*

*EDPR EU – Outros*

Em 2013, a EDP Renewables Polska S.P. ZO.O. adquiriu 65,07% do capital social da empresa Molen Wind II SP. ZO.O. (ver nota 5) e concluiu o respectivo PPA, o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 3.477 milhares de Euros (ver nota 8).

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	1.691	10.739	12.430
Outros activos (incluindo licenças)	10.112	-	10.112
Total do activo	11.803	10.739	22.542
Impostos diferidos passivos	-	2.040	2.040
Passivo corrente	1.868	-	1.868
Total do Passivo	1.868	2.040	3.908
Activos líquidos	9.935	8.699	18.634
Interesses não controláveis	-3.470	-3.039	-6.509
Activos líquidos adquiridos	6.465	5.660	12.125
Custo de aquisição	8.648		8.648
Badwill			-3.477

Durante 2013, o Grupo EDPR pagou 46.728 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 30.279 milhares de Euros) relativos a concentração de actividades empresariais e sucess fees relacionados com a aquisição de empresas do Grupo EDPR Bélgica (14.149 milhares de Euros), Grupo EDPR Polónia (10.802 milhares de Euros), EDPR Solar Roménia (9.443 milhares de Euros), Grupo EDPR Itália (8.440 milhares de Euros), Grupo EDPR NA (3.860 milhares de Euros) e Outros (34 milhares de Euros).

*Concentrações de actividades empresariais*

Em 2013, o Grupo EDPR adquiriu 100% das seguintes empresas: Gravitangle – Fotovoltaica Unipessoal, Lda., Dejann Trading and Investments Proprietary Ltd., Renewables South Africa, Proprietary Ltd. e Jouren Trading and Investments Pty Ltd. (ver nota 5), com os seguintes impactos agregados:

Milhares de Euros	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	9.885
Outros activos (incluindo licenças)	29.722
Total do activo	39.607
Impostos diferidos passivos	-
Passivo corrente	2.105
Total do Passivo	2.105
Activos líquidos	37.502
Interesses não controláveis	-
Activos líquidos adquiridos	37.502
Custo de aquisição	38.308
Badwill	806

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

*Outras informações referentes aos PPA ("Purchase Price Allocation") e concentrações de actividades empresariais em 2012*

*Grupo EDPR Itália*

Em 2012, o Grupo EDPR Itália adquiriu 100% do capital social da empresa Pietragalla Eolico S.R.L. e concluiu o respectivo PPA o qual originou o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 2.639 milhares de Euros.

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	1.227	10.300	11.527
Outros activos (incluindo licenças)	-	-	-
Total do activo	1.227	10.300	11.527
Impostos diferidos passivos	-	2.833	2.833
Passivo corrente	1.035	-	1.035
Total do Passivo	1.035	2.833	3.868
Activos líquidos adquiridos	192	7.467	7.659
Custo de aquisição	5.020		5.020
Badwill			-2.639

*Outros*

Durante o ano de 2012, o Grupo EDPR Solar Roménia adquiriu 99,99% do capital social das empresas Cujmir Solar S.R.L., Foton Delta S.R.L., Foton Epsilon S.R.L., Potelu Solar S.R.L., Studina Solar S.R.L. e Vanju Mare Solar S.R.L. e concluiu os respectivos PPA os quais originaram o reconhecimento de um proveito operacional no montante de 29.754 milhares de Euros.

Milhares de Euros	Valor contabilístico	PPA	Activos e Passivos ao justo valor
Activos fixos tangíveis	26	43.305	43.331
Outros activos (incluindo licenças)	500	14.167	14.667
Total do activo	526	57.472	57.998
Impostos diferidos passivos	-	9.195	9.195
Passivo corrente	513	-	513
Total do Passivo	513	9.195	9.708
Activos líquidos adquiridos	13	48.277	48.290
Custo de aquisição	18.536		18.536
Badwill			-29.754

*Testes de Imparidade do Goodwill - Grupo EDPR*

O goodwill do Grupo EDPR é testado quanto à sua imparidade anualmente, com base no mês de Setembro. No caso dos parques eólicos em exploração, o teste de imparidade é feito com base no valor recuperável determinado com base no valor de uso dos activos. O goodwill é alocado a cada um dos países onde o Grupo EDPR exerce a sua actividade, pelo que, para determinar o valor recuperável do goodwill alocado a cada país, são agregadas as diferentes unidades geradoras de caixa (UGC) existentes em cada geografia.

Para efectuar esta análise, foi utilizado o método de fluxos de caixa descontados. Este método é baseado no princípio que o valor estimado de uma entidade ou negócio é definido pela sua capacidade de gerar recursos financeiros no futuro, assumindo que estes recursos poderão ser transferidos do negócio e distribuídos pelos accionistas, sem pôr em causa a continuidade da actividade.

Desta forma, a valorização dos negócios desenvolvidos por cada unidade geradora de caixa do Grupo EDPR é efectuada de acordo com os fluxos de caixa gerados por cada negócio, descontados a taxas apropriadas.

A projecção dos fluxos de caixa futuros é baseada na vida útil dos parques eólicos (25 anos) sendo consistente com o método de depreciação actual. Esta projecção também considera os contratos "off-take" de longo prazo e estimativas de preços de energia de longo prazo, para os activos com exposição ao mercado.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os principais pressupostos utilizados nos testes de imparidade são analisados como segue:

- Produção de energia: os "net capacity factors" usados em cada unidade geradora de caixa utilizam estudos de vento que entram em linha de conta com a previsibilidade do vento no médio e longo prazo, e os mecanismos regulatórios existentes em quase todas as geografias que determinam a produção de energia sempre que as condições climáticas o permitem, bem como a prioridade de despacho da energia produzida;
- Remuneração da energia: foram consideradas as remunerações aprovadas ou contratadas quando disponíveis, para as UGC que estejam abrangidas por tarifas reguladas ou que tenham contratos de venda da sua produção durante toda ou parte da sua vida útil. Quando esta informação não está disponível, foram utilizadas as curvas de preços de mercado de longo prazo projectadas pelo Grupo com base na experiência passada e modelos de informação interna com base em fontes de informação externa;
- Nova capacidade: os testes de imparidade basearam-se na melhor informação disponível relativamente aos parques eólicos que se estima que entrem em operação nos próximos anos, ajustados da probabilidade de sucesso, as expectativas de crescimento baseados nos objectivos do plano de negócios, o crescimento histórico e as projecções de crescimento do mercado. Os testes consideraram os preços contratados e esperados para compra das turbinas aos vários fornecedores;
- Custos operacionais: foram utilizados os contratos para arrendamento de terreno e os contratos de manutenção em vigor; os outros custos operacionais foram projectados de forma consistente com a experiência da empresa e modelos internos;
- Valor residual – é determinado como uma percentagem de 15% do valor inicial do investimento em cada parque eólico, actualizado à taxa de inflação esperada;
- Taxa de desconto: as taxas de desconto depois de imposto utilizadas reflectem a melhor estimativa do Grupo EDPR considerando os riscos específicos associados a cada unidade geradora de caixa apresentando as seguintes bandas de variação:

	<b>2013</b>	<b>2012</b>
Portugal e Espanha	5,3% - 6,5%	7,0% - 7,1%
Estados Unidos da América	6,0% - 7,3%	5,5% - 6,8%
Brasil	8,6% - 9,9%	7,6% - 8,8%
Resto da Europa	4,8% - 7,6%	5,9% - 8,2%

Os testes de imparidades foram realizados tendo em consideração as alterações regulatórias de cada país, conforme referido na nota 1.

A EDPR realizou análises da sensibilidade aos resultados dos testes de imparidade efectuados, nomeadamente às seguintes variáveis chave:

- Uma diminuição no "net capacity factor" na EDPR NA;
- Uma diminuição de 5% e 10% nos preços de mercado na EDPR NA.

Adicionalmente, o Grupo EDPR realizou uma análise de sensibilidade adicional aumentando em 100 pontos base a taxa de desconto utilizada no caso base para a EDPR NA e EDPR EU. Estas análises de sensibilidade, realizadas isoladamente para cada pressuposto, não determinaram a existência de indícios de imparidade no valor do "goodwill" alocado a cada país.

## 18. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	<b>31 Dez 2013</b>	<b>31 Dez 2012</b>
<b>Investimentos em associadas:</b>		
Investimentos financeiros em associadas	64.660	47.473
<b>Valor contabilístico</b>	<b>64.660</b>	<b>47.473</b>

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, o "goodwill" gerado na aquisição de associadas é apresentado nesta rubrica, integrado no montante global relativo aos investimentos financeiros em empresas associadas.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O detalhe dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	
	Valor Bruto	Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	13.827	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	8.806	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	26.876	-
Outros	15.151	-
	64.660	-

Milhares de Euros	31 Dez 2012	
	Valor Bruto	Imparidade
<b>Empresas associadas:</b>		
Seaenergy Renewables Inch Cape Limited	14.498	-
Desarrollos Eólicos de Canárias, S.A.	9.933	-
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	9.908	-
Outros	13.134	-
	47.473	-

A movimentação dos Investimentos financeiros em associadas é analisado como segue:

Milhares de Euros	2013	2012
<b>Saldo em 1 de Janeiro</b>	47.473	51.381
Alienações	-	-2.389
Resultados de associadas	15.909	6.833
Dividendos recebidos	-1.461	-3.512
Outros	2.739	-4.840
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	64.660	47.473

Em 2012 as Alienações estão relacionadas com a venda pela Generaciones Especiales I, S.L. da sua participação financeira na Hidroastur S.A., incluída na rubrica de Outros investimentos em associadas.

## 19. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	6.662	8.636
Outros	772	771
	7.434	9.407

Os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação dos activos financeiros detidos para venda são idênticos aos utilizados no teste de imparidade.

A percentagem de capital social, direitos de voto, activo líquido e resultado líquido das últimas demonstrações financeiras aprovadas dos investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda, analisam-se como segue:

	Sede	% do capital	Direitos de voto	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	Madrid	17,00%	17,00%	24.865	8.299

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 20. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS E PASSIVOS

O Grupo EDP Renováveis regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2013	31 Dez 2012	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Prejuízos fiscais reportáveis	684.286	632.050	-	-
Provisões	21.399	11.497	4.265	4.896
Instrumentos financeiros derivados	11.729	15.720	625	361
Activos fixos tangíveis	48.467	24.662	338.481	315.013
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	416.076	418.434
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	299.403	251.786
Encargos financeiros não dedutíveis	21.113	16.230	-	-
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-676.449	-611.281	-676.449	-611.281
Outros	510	500	928	1.383
	<b>111.055</b>	<b>89.378</b>	<b>383.329</b>	<b>380.592</b>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos activos e passivos estão essencialmente relacionados com a Europa e os Estados Unidos da América, tal como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2013	31 Dez 2012	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Europa:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	17.579	24.541	-	-
Provisões	15.422	8.821	4.265	4.896
Instrumentos financeiros derivados	9.723	15.953	500	361
Activos fixos tangíveis	45.529	22.316	25.064	15.142
Encargos financeiros não dedutíveis	21.113	16.230	-	-
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-	-	318.268	331.673
Outros	510	500	830	1.342
	<b>109.876</b>	<b>88.361</b>	<b>348.927</b>	<b>353.414</b>
<b>Estados Unidos da América:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	665.054	606.550	-	-
Provisões	5.761	2.356	-	-
Instrumentos financeiros derivados	2.007	-233	-	-
Activos fixos tangíveis	2.937	2.346	313.029	299.803
Alocação do justo valor a activos e passivos de combinações de negócios	-	-	93.090	81.288
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	299.403	251.786
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-675.759	-611.019	-675.759	-611.019
	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>29.763</b>	<b>21.858</b>

Os movimentos dos impostos diferidos activos e passivos líquidos durante o exercício são analisados como se segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos		Impostos Diferidos Passivos	
	31 Dez 2013	31 Dez 2012	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Saldo em 1 de Janeiro	89.378	55.558	-380.592	-381.468
Dotação a resultados	40.236	27.257	-3.871	11.928
Dotação a reservas	-5.464	8.621	-320	1.173
Diferenças cambiais e outras variações	-13.095	-2.058	1.454	-12.225
<b>Saldo em 31 de Dezembro</b>	<b>111.055</b>	<b>89.378</b>	<b>-383.329</b>	<b>-380.592</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis no Grupo é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Data limite de reporte:		
2013	-	249
2014	259	264
2015	107	108
2016	1.523	1.505
2017	3.597	3.649
2018	33.923	7.645
2019 to 2033	1.755.934	1.651.714
Sem data limite de reporte	229.144	268.983
	<b>2.024.487</b>	<b>1.934.117</b>

## 21. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Adiantamentos por conta de compras	2.951	5.547
Produtos acabados e intermédios	2.248	3.469
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	10.290	7.193
	<b>15.489</b>	<b>16.209</b>

## 22. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Clientes curto prazo - Corrente:</b>		
Europa:		
Espanha	71.765	67.141
Roménia	40.464	26.467
Polónia	19.237	13.356
Resto da Europa	33.022	28.008
	<b>164.488</b>	<b>134.972</b>
Estado Unidos da América	41.328	42.575
Outros	2.715	4.054
	<b>208.531</b>	<b>181.601</b>
Perdas por imparidade	-1.342	-1.342
	<b>207.189</b>	<b>180.259</b>

## 23. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente:</b>		
Custos diferidos	41.771	42.809
Outros devedores e operações diversas	11.389	12.344
	<b>53.160</b>	<b>55.153</b>
<b>Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Adiantamentos relativos à manutenção de turbinas	7.125	7.140
Serviços prestados	12.266	10.648
Adiantamentos a fornecedores	1.709	49.516
Outros devedores e operações diversas	24.668	36.861
	<b>45.768</b>	<b>104.165</b>
	<b>98.928</b>	<b>159.318</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os Custos diferidos - Não correntes respeitam a rendas antecipadas e direitos de superfície pagos aos proprietários de terrenos e participações pagas à EDP Distribuição para construção das linhas de ligação à rede. Estes custos são diferidos numa base linear pelo período de vida útil estimado dos activos.

## 24. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de Outros devedores e outros activos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Outros devedores e outros activos - Não Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	300.054	236.196
Instrumentos financeiros derivados	14.148	5.145
Outros devedores e operações diversas	6.238	9.879
	<b>320.440</b>	<b>251.220</b>
<b>Outros devedores e outros activos - Corrente:</b>		
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	95.324	302.214
Instrumentos financeiros derivados	11.154	7.323
Outros devedores e operações diversas	26.616	24.953
	<b>133.094</b>	<b>334.490</b>
	<b>453.534</b>	<b>585.710</b>

Os Empréstimos concedidos a partes relacionadas - Não corrente incluem essencialmente 286.520 milhares de Euros de empréstimos concedidos ao Grupo ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A. (31 de Dezembro de 2012: 232.200 milhares de Euros) com maturidade até 2015.

Os empréstimos concedidos a partes relacionadas - Corrente incluem essencialmente 63.775 milhares de Euros de empréstimos concedidos à EDP Servicios Financieros España, S.A., (31 de Dezembro de 2012: 62.138 milhares de Euros). A 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica inclui também 189.114 milhares de Euros de empréstimos de curto prazo à EDP S.A. - Sucursal en España.

## 25. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Imposto sobre o rendimento	18.751	16.243
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	78.737	33.610
Outros impostos	6.164	5.236
	<b>103.652</b>	<b>55.089</b>

## 26. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Numerário:		
Caixa	-	2
Depósitos Bancários:		
Depósitos à ordem	214.536	240.667
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais	62	65
Outros depósitos	50.631	5.103
	<b>265.229</b>	<b>245.835</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>265.229</b>	<b>245.837</b>

A rubrica Outros depósitos inclui aplicações financeiras de muito curto prazo convertíveis em Caixa.

## 27. CAPITAL

A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o capital social da EDP Renováveis é composto por 872.308.162 acções com um valor nominal de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado. As acções estão sob a forma de acções ao portador, sendo que a empresa tem o direito de solicitar o acesso aos dados sobre as suas acções e todos os seus titulares encontram-se identificados nos registos escriturais. Todas as acções têm os mesmos direitos de voto e de participação nos resultados e são livremente transmissíveis.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a estrutura accionista da EDP Renováveis, S.A. é a seguinte:

	Nº de acções	% Capital	% Direitos de Voto
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	541.027.156	62,02%	62,02%
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	135.256.700	15,51%	15,51%
Outros(*)	196.024.306	22,47%	22,47%
	<b>872.308.162</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Acções cotadas na Euronext de Lisboa

Em 2007 e 2008 a EDP Renováveis teve vários aumentos de capital, os quais foram subscritos através da incorporação de 100% das acções detidas nas suas participadas EDPR NA e EDPR EU.

Estas contribuições foram efectuadas ao abrigo do Regime Especial que regula fusões, cisões, transferência de activos e troca de acções, estabelecido no Capítulo VIII, Título VII do Real Decreto Lei 4, de 5 de Março de 2004, que aprova a lei revista do imposto sobre o rendimento em Espanha. As divulgações obrigatórias pela presente Lei foram incluídas nas demonstrações financeiras de 2007 e 2008.

Os resultados por acção atribuíveis aos accionistas da EDPR são analisados como segue:

	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Resultado líquido atribuível aos accionistas maioritários (em milhares de Euros)	135.116	126.266
Resultado líquido das operações em continuação atribuível aos accionistas (em milhares de Euros)	135.116	126.266
Nº médio ponderado de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Nº médio ponderado de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Resultado por acção (básico) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,15	0,14
Resultado por acção (diluído) atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,15	0,14
Resultado por acção (básico) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,15	0,14
Resultado por acção (diluído) das operações em continuação atribuível aos accionistas maioritários (em Euros)	0,15	0,14

O Grupo EDPR calcula o seu resultado básico e diluído por acção atribuível aos accionistas maioritários utilizando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato.

A empresa não detém quaisquer acções próprias com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012.

O número médio de acções foi determinado da seguinte forma:

	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Acções emitidas no início do exercício	872.308.162	872.308.162
Efeito de emissão de acções durante o exercício	-	-
<b>Número médio de acções realizadas</b>	<b>872.308.162</b>	<b>872.308.162</b>
Número médio de acções durante o exercício	872.308.162	872.308.162
Número médio de acções diluídas durante o exercício	872.308.162	872.308.162

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

## 28. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Reservas</b>		
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-29.114	-46.185
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	3.242	4.446
Diferença cambial de consolidação	-43.733	-32.646
	-69.605	-74.385
<b>Outras reservas e resultados acumulados:</b>		
Resultados acumulados	601.838	372.944
Reserva de primeira consolidação	60.666	60.666
Reserva legal	29.675	24.592
	692.179	458.202
	622.574	383.817

### Reserva de primeira consolidação

A contabilização de transacções entre entidades sob controlo conjunto não se encontra no âmbito da IFRS 3. Consequentemente, e na ausência de orientações específicas, em base IFRS, o Grupo EDPR adoptou uma política contabilística para as referidas transacções, considerada apropriada. De acordo com a política do Grupo, as concentrações de actividades empresariais de entidades sob controlo comum são contabilizadas nas demonstrações financeiras consolidadas tendo por base o valor contabilístico da empresa adquirida (subgrupo) nas demonstrações financeiras consolidadas da EDPR. A diferença entre o valor contabilístico dos activos líquidos adquiridos e o valor pago é reconhecido em capitais próprios.

### Reserva Legal

A reserva legal deve ser constituída de acordo com o artigo 274º do Código das Sociedades Comerciais Espanhol, segundo o qual as empresas são obrigadas a transferir 10% dos lucros do exercício para a reserva legal até que a mesma represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível aos accionistas e apenas pode ser utilizada para compensar perdas, se não existirem outras reservas disponíveis, e para aumentar o capital social.

### Distribuição de Resultados (Empresa Mãe)

A proposta de aplicação do resultado do exercício de 2013 da EDP Renováveis, S.A. a ser apresentada na Assembleia Geral Anual, é a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	56.998.823,86
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	5.699.882,39
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	16.406.614,99
	56.998.823,86

A aplicação do resultado do exercício de 2012 da EDP Renováveis, S.A., aprovada na Assembleia Geral Anual, foi a seguinte:

	Euros
Resultado líquido do exercício	50.838.439,82
<b>Distribuição</b>	
Reserva legal	5.083.843,98
Dividendos	34.892.326,48
Resultados acumulados	10.862.269,36
	50.838.439,82

### Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos de cobertura na proporção em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

*Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)*

Esta reserva inclui as variações acumuladas de justo valor existentes à data da demonstração da posição financeira referentes a activos financeiros disponíveis para venda.

Milhares de Euros	
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2012</b>	4.575
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-129
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</b>	4.446
Parque Eólico Montes de las Navas, S.L.	-1.204
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	3.242

*Diferença cambial de consolidação*

Esta rubrica reflecte o montante resultante da transposição das demonstrações financeiras das empresas filiais e associadas expressas na sua moeda funcional para Euros. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2013		Taxas de câmbio em 31 de Dezembro de 2012	
		Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dólar americano	USD	1,379	1,328	1,319	1,285
Zloty	PLN	4,154	4,197	4,074	4,185
Real brasileiro	BRL	3,258	2,868	2,704	2,508
Novo Leu	RON	4,471	4,419	4,445	4,459
Libra Esterlina	GBP	0,834	0,849	0,816	0,811
Dólar canadiano	CAD	1,467	1,368	1,314	1,284

## 29. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Interesses não controláveis de resultados	34.008	9.784
Interesses não controláveis de capital e de reservas	384.222	315.384
	418.230	325.168

A rubrica de Interesses não controláveis, por subgrupo, é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Grupo EDPR NA	198.348	176.825
Grupo EDPR EU	192.414	115.389
Grupo EDPR BR	27.468	32.954
	418.230	325.168

O movimento registado nos interesses não controláveis do Grupo EDP Renováveis está essencialmente relacionado com: (i) os resultados atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 34.008 milhares de Euros; (ii) alienação sem perda de controlo da EDPR Portugal tendo gerado interesses não controláveis de 77.714 milhares de Euros (ver nota 5); (iii) alienação sem perda de controlo da Wheat Field (Grupo EDPR NA) tendo gerado interesses não controláveis de 36.251 milhares de Euros (ver nota 5); (iv) aquisição da Relax Wind Park I e Greenwind sem alteração no controlo atribuível a interesses não controláveis com impacto negativo de 10.823 milhares de Euros (ver nota 5); (v) diminuições de capital no Grupo EDPR NA atribuíveis a interesses não controláveis de 24.851 milhares de Euros; (vi) aumentos de capital atribuíveis a interesses não controláveis do Grupo EDPR EU de 10.337 milhares de Euros; (vii) dividendos pagos pela EDPR EU a interesses não controláveis, no montante de 16.719 milhares de Euros; (viii) e diferenças de conversão cambial negativas atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 14.507 milhares de Euros.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### 30. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Dívida financeira - Não corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	665.873	718.681
Grupo EDPR BR	53.833	73.501
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis		
Grupo EDPR BR	29.102	-
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	324.417	2.843.114
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	2.458.436	-
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	11.363	20.521
Grupo EDPR NA	-	1.266
Juros a pagar	781	-
<b>Total Empréstimos - Não corrente</b>	<b>3.543.805</b>	<b>3.657.083</b>
<b>Depósitos colaterais - Não corrente (*)</b>		
Depósitos Colaterais - Project Finance e Outros	-74.172	-48.433
<b>Total Depósitos Colaterais - Não corrente</b>	<b>-74.172</b>	<b>-48.433</b>
<b>Milhares de Euros</b>	<b>31 Dez 2013</b>	<b>31 Dez 2012</b>
<b>Dívida financeira - Corrente</b>		
Empréstimos bancários:		
Grupo EDPR EU	83.928	77.777
Grupo EDPR BR	7.160	17.709
Papel Comercial:		
Grupo EDPR BR	6.139	-
Suprimentos obtidos:		
EDP Renováveis, S.A.	34.262	113.644
Outros empréstimos:		
Grupo EDPR EU	9.716	1.763
Grupo EDPR NA	1.208	1.122
Juros a pagar	5.718	5.222
<b>Total Empréstimos - Corrente</b>	<b>148.131</b>	<b>217.237</b>
<b>Depósitos colaterais - Corrente (*)</b>		
Depósitos Colaterais - Project Finance e Outros	-6.054	-719
<b>Total Depósitos Colaterais - Corrente</b>	<b>-6.054</b>	<b>-719</b>
	<b>3.611.710</b>	<b>3.825.168</b>

#### (\*) Nota Informativa sobre Depósitos Colaterais

Os Depósitos Colaterais correspondem essencialmente a montantes detidos em contas bancárias para cumprir com obrigações em contratos de "project finance" nos quais participam determinadas subsidiárias da EDP Renováveis.

A Dívida financeira - Não corrente da EDP Renováveis refere-se essencialmente a um conjunto de empréstimos concedidos pela EDP Finance BV (2.782.853 milhares de Euros). Estes empréstimos têm uma maturidade média de 5 anos e vencem juros à taxa fixa.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhora de contas bancárias e dos activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2013, estes financiamentos ascendiam a 805.443 milhares de Euros (815.562 milhares de Euros em 31 Dezembro 2012), montantes que já estão incluídos na dívida consolidada do Grupo.

A análise da rubrica de Dívida financeira, por maturidade, é apresentada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Empréstimos bancários:</b>		
Até 1 ano	95.996	100.270
De 1 ano a 5 anos	323.960	319.176
A mais de 5 anos	395.746	473.006
	<u>815.702</u>	<u>892.452</u>
<b>Empréstimos por obrigações - Não convertíveis</b>		
De 1 ano a 5 anos	29.883	-
	<u>29.883</u>	<u>-</u>
<b>Suprimentos obtidos:</b>		
Até 1 ano	35.072	114.082
De 1 ano a 5 anos	2.199.205	241.000
A mais de 5 anos	583.648	2.602.114
	<u>2.817.925</u>	<u>2.957.196</u>
<b>Papel Comercial</b>		
Até 1 ano	6.139	-
	<u>6.139</u>	<u>-</u>
<b>Outros empréstimos:</b>		
Até 1 ano	10.924	2.885
A mais de 5 anos	11.363	21.787
	<u>22.287</u>	<u>24.672</u>
	<u>3.691.936</u>	<u>3.874.320</u>

O justo valor da dívida do Grupo EDP Renováveis é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013		31 Dez 2012	
	Valor Contab.	Valor Mercado	Valor Contab.	Valor Mercado
Dívida financeira - Não Corrente	3.543.805	3.512.894	3.657.083	3.468.395
Dívida financeira - Corrente	148.131	148.131	217.237	217.237
	<u>3.691.936</u>	<u>3.661.025</u>	<u>3.874.320</u>	<u>3.685.632</u>

O valor de mercado da dívida financeira de médio/longo prazo (Não corrente) que vence juros a uma taxa fixa é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro em vigor à data da demonstração da posição financeira. O valor de mercado da dívida a taxa variável considera-se que não é substancialmente diferente do valor contabilístico na medida em que estes empréstimos vencem juros a taxas indexadas à Euribor. O valor contabilístico da dívida financeira de curto prazo (Corrente) é considerado equivalente ao valor de mercado.

À data de 31 de Dezembro de 2013, os pagamentos futuros do capital em dívida são analisados como segue:

Milhares de Euros	Total	2014	2015	2016	2017	2018	Anos seguintes
Dívida financeira - Não Corrente	3.543.805	-	114.995	331.491	82.893	2.035.032	979.394
Dívida financeira - Corrente	148.131	148.131	-	-	-	-	-
	<u>3.691.936</u>	<u>148.131</u>	<u>114.995</u>	<u>331.491</u>	<u>82.893</u>	<u>2.035.032</u>	<u>979.394</u>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O detalhe das garantias encontra-se apresentado na nota 37 das demonstrações financeiras.

O detalhe da Dívida financeira, por moeda, é apresentado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Empréstimos em Euros	2.134.579	2.173.786
Empréstimos em Dólares Americanos	1.333.401	1.508.329
Empréstimos em outras moedas	223.956	192.205
	3.691.936	3.874.320

### 31. PROVISÕES

A rubrica de Provisões é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Provisão para desmantelamento e descomissionamento	66.468	63.336
Provisão para outros riscos e encargos	1.873	267
Benefícios aos Empregados	198	222
	68.539	63.825

A rubrica Provisão para desmantelamento e descomissionamento refere-se a custos que serão incorridos com o desmantelamento de parques eólicos e com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 o). O montante acima inclui essencialmente 37.960 milhares de Euros para parques eólicos nos Estados Unidos da América (31 de Dezembro de 2012: 37.652 milhares de Euros) e 27.715 milhares de Euros para parques eólicos na Europa (31 de Dezembro de 2012: 24.810 milhares de Euros).

A EDP Renováveis considera que as provisões registadas na posição financeira consolidada cobrem adequadamente as responsabilidades descritas nesta nota, pelo que não se espera que das mesmas advenham passivos adicionais aos registados.

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o Grupo EDP Renováveis não tem quaisquer contingências fiscais ou activos ou passivos contingentes relacionados com litígios pendentes com a Administração Fiscal.

O movimento da Provisão para desmantelamento e descomissionamento é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	63.336	57.694
Reforço da responsabilidade	1.362	3.092
Efeito financeiro do desconto ("unwinding")	3.660	3.366
Outras variações e diferenças cambiais	-1.890	-816
<b>Saldo no final do exercício</b>	66.468	63.336

O Reforço da responsabilidade inclui o efeito da actualização dos pressupostos da provisão para desmantelamento.

O movimento da Provisão para outros riscos e encargos é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	267	288
Dotação do exercício	1.290	-
Redução do exercício	-	-3
Outras variações e diferenças cambiais	316	-18
<b>Saldo no final do exercício</b>	1.873	267

### 32. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

A rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Proveitos diferidos relacionados com benefícios previstos	672.154	737.598
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	836.341	942.155
	1.508.495	1.679.753

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O movimento de Investidores Institucionais em parques eólicos nos EUA é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	1.679.753	1.783.861
Pagamentos realizados a investidores institucionais	-35.579	-14.983
Outros proveitos operacionais (ver nota 7)	-125.101	-127.350
"Unwinding" (ver nota 13)	60.840	68.431
Diferenças cambiais	-68.930	-32.601
Outros	-2.488	2.395
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.508.495</b>	<b>1.679.753</b>

O Grupo realizou várias parcerias com investidores institucionais nos Estados Unidos, através de acordos operacionais com sociedades de responsabilidade limitada que distribuem os cash flows gerados pelos parques eólicos entre os investidores e a EDPR NA e distribuem os benefícios fiscais, que incluem os Créditos Fiscais à Produção (PTC), Créditos Fiscais ao Investimento (ITC) e a depreciação acelerada, aos investidores.

### 33. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Credores e outros passivos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não Corrente:</b>		
Subsídios governamentais e participações para invest. imobilizado	379.975	323.763
Contratos de vendas de energia - EDPR NA	35.750	49.449
Outros credores e operações diversas	2.415	3.291
	<b>418.140</b>	<b>376.503</b>
<b>Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:</b>		
Fornecedores	69.852	78.341
Fornecedores de imobilizado	330.274	579.540
Outros credores e operações diversas	78.727	46.729
	<b>478.853</b>	<b>704.610</b>
	<b>896.993</b>	<b>1.081.113</b>

Os subsídios governamentais para investimentos em imobilizado estão essencialmente relacionados com os subsídios recebidos pelo subgrupo EDPR NA nos termos da Lei de Recuperação e Reinvestimento promovidas pelo Governo dos Estados Unidos da América (ver nota 1).

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de Dólares Americanos, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos operacionais (ver nota 8).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### 34. OUTROS CREDORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Outros credores e outros passivos - Não Corrente:</b>		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	14.172	39.496
Suprimentos de interesses não controláveis	125.693	30.864
Instrumentos financeiros derivados	98.655	182.318
Outros credores e operações diversas	1.250	6.146
	<b>239.770</b>	<b>258.824</b>
<b>Outros credores e outros passivos - Corrente:</b>		
Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas	-	11.663
Instrumentos financeiros derivados	37.105	63.079
Suprimentos de interesses não controláveis	49.571	37.700
Outros credores e operações diversas	47.835	45.434
	<b>134.511</b>	<b>157.876</b>
	<b>374 281</b>	<b>416.700</b>

A rubrica Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas - Não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar de diversos projectos europeus e brasileiros. A diminuição nesta rubrica inclui a revisão dos preços contingentes associados às aquisições das participações adicionais de parques eólicos na Polónia no montante de 17.423 milhares de Euros, na Greenwind no montante de 1.750 milhares de Euros e na revisão dos preços contingentes associada a diversos projectos cancelados em França, no montante de 1.705 milhares de Euros. Adicionalmente, inclui o exercício da remanescente "put option" de 6,48% sobre o capital da EDPR Itália no montante de 2.894 milhares de Euros (ver nota 17).

A variação na rubrica Valores a pagar por "success fees" por aquisição de empresas - Corrente corresponde essencialmente ao pagamento de "success fees" das empresas de energia solar fotovoltaica detidas pela EDPR - RO - PV, S.R.L. no montante de 9.444 milhares de Euros e no Feijão, no montante de 1.842 milhares de Euros.

A rubrica de Instrumentos financeiros derivados - Corrente e Não corrente inclui 62.874 e 19.898 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2012: 128.493 e 41.369 milhares de Euros, respectivamente), relativos a um instrumento de cobertura em Dólares Americanos e Euros com a EDP Sucursal, contratado com o objectivo de cobrir o risco cambial do investimento realizado na EDPR NA, expresso em Dólares Americanos (ver nota 36).

A variação da rubrica Suprimentos de interesses não controláveis - Corrente e Não corrente corresponde essencialmente ao suprimento concedido à EDPR Portugal pela EDPR Europe no segundo trimestre de 2013, no montante de 110.529 milhares de Euros que, no âmbito do processo de venda de 49% do capital da EDPR Portugal à CTG, accionista do Grupo EDP, foi igualmente adquirido pela CTG. A data de vencimento deste suprimento é Dezembro de 2022, o qual vence juros à taxa fixa de 5,5% pagos semestralmente. A 31 de Dezembro de 2013, o valor deste suprimento é de 99.414 milhares de Euros.

Outros credores e operações diversas - Corrente inclui 30.915 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 35.220 milhares de Euros) relacionados com a estimativa de imposto sobre o rendimento a liquidar à EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha.

De acordo com a Lei espanhola 15/2010 de 5 de Julho, o Grupo divulgou o detalhe dos pagamentos efectuados pelas empresas espanholas a fornecedores durante o ano de 2013 (distinguindo aqueles que excederam os limites legais de prorrogação), o prazo médio de pagamentos, os saldos em dívida a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 com antiguidade superior ao limite legal, apresentam-se como segue:

Milhares de Euros	Pagamentos e pagamentos pendentes à data de			
	31 Dez 2013		31 Dez 2012	
	Montante	%	Montante	%
Dentro do prazo legal	123.871	70,51%	197.375	82,28%
Remanescente	51.813	29,49%	42.503	17,72%
<b>Total de pagamentos do ano</b>	<b>175.684</b>	<b>100,00%</b>	<b>239.878</b>	<b>100,00%</b>
Prazo médio de pagamento (dias)	146,95		66,55	
Valores a pagar já vencidos relativamente ao período legal	5.890		16.212	

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A 31 de Dezembro de 2013, o saldo de fornecedores cuja data de vencimento excede o limite legal inclui 2.672 milhares de Euros relativos a empresas do Grupo (31 de Dezembro de 2012: 10.560 milhares de Euros).

Esta Lei fixa em 60 dias o prazo legal máximo de pagamento para 2013 e em 75 dias para 2012. A EDP Renováveis aplicou este critério na preparação das divulgações exigidas pela Resolução de 29 de Dezembro de 2010 do ICAC (Instituto de Contabilidad y Auditoría de Cuentas) relativamente a dívidas vencidas a fornecedores comerciais e, consequentemente, a informação relativa a 2013 e 2012 não é directamente comparável.

### 35. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Imposto sobre o rendimento	53.302	17.283
Retenções na fonte	16.884	18.193
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	16.225	17.877
Outras tributações	12.238	3.490
	<b>98.649</b>	<b>56.843</b>

### 36. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Nos termos definidos pela IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment hedge").

A 31 de Dezembro de 2013, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nocional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	12.438	-82.772	438.827	1.509.759	-	1.948.586
"Forwards" de moeda	2.360	-	33.305	-	-	33.305
	<b>14.798</b>	<b>-82.772</b>	<b>472.132</b>	<b>1.509.759</b>	<b>-</b>	<b>1.981.891</b>
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
"Swaps" de energia	4.164	-5.378	55.769	61.578	-	117.347
"Swaps" de taxa de juro	-	-33.263	47.342	214.592	269.229	531.163
"Forwards" de moeda	169	-	2.749	-	-	2.749
	<b>4.333</b>	<b>-38.641</b>	<b>105.860</b>	<b>276.170</b>	<b>269.229</b>	<b>651.259</b>
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	5.046	-7.863	30.965	46.818	-	77.783
"Swaps" de taxa de juro	-	-110	470	1.881	-	2.351
"Swaps" de taxa de juro e moeda	486	-86	-	69.750	-	69.750
"Forwards" de moeda	639	-6.288	539.199	-	-	539.199
	<b>6.171</b>	<b>-14.347</b>	<b>570.634</b>	<b>118.449</b>	<b>-</b>	<b>689.083</b>
	<b>25.302</b>	<b>-135.760</b>	<b>1.148.626</b>	<b>1.904.378</b>	<b>269.229</b>	<b>3.322.233</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A 31 de Dezembro de 2012, o justo valor e a maturidade da carteira de instrumentos financeiros derivados são analisados como segue:

Milhares de Euros	Justo Valor		Nocional			Total
	Activo	Passivo	Até 1 ano	De 1 ano até 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Cobertura de "Net investment"</b>						
"Swaps" de taxa de juro e moeda	3.646	-170.296	1.132.501	122.412	693.674	1.948.587
	3.646	-170.296	1.132.501	122.412	693.674	1.948.587
<b>Cobertura de fluxos de caixa</b>						
"Swaps" de energia	5.589	-3.316	230.797	98.354	-	329.151
"Swaps" de taxa de juro	-	-54.288	120.888	187.975	270.335	579.198
	5.589	-57.604	351.685	286.329	270.335	908.349
<b>Negociação</b>						
"Swaps" de energia	3.233	-3.324	19.012	898	-	19.910
"Swaps" de taxa de juro	-	-172	470	1.881	470	2.821
"Swaps" de taxa de juro e moeda	-	-1.045	-	57.000	-	57.000
"Forwards" de moeda	-	-12.956	428.744	9.290	-	438.034
	3.233	-17.497	448.226	69.069	470	517.765
	12.468	-245.397	1.932.412	477.810	964.479	3.374.701

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado nas rubricas de Outros devedores e outros activos (nota 24) ou Outros credores e outros passivos (nota 34) consoante a sua natureza.

Os derivados de cobertura de investimentos líquidos ("net investment") dizem respeito ao CIRS ("Currency interest rate swap") em USD e Euros contratados com a EDP Sucursal, conforme referido nas notas 38 e 39. Os derivados de cobertura de investimento líquido incluem ainda "Forwards" de moeda em CAD e CIRS em PLN e BRL com a EDP, com o objectivo de cobrir as operações do Grupo EDP Renováveis no Canadá, na Polónia e no Brasil.

Os "swaps" de taxa de juro destinam-se a fixar as taxas de juro variáveis associadas aos "project finance".

Os "swaps" de energia para cobertura de fluxos de caixa referem-se à cobertura de preço das vendas. A EDPR NA contratou um "swap" de energia com o objectivo de cobrir a variabilidade do preço no mercado "spot" em relação a uma parte da produção do projecto Maple Ridge I. Adicionalmente, tanto a EDPR NA como a EDPR EU contrataram "swaps" de energia de curto prazo para a cobertura da volatilidade da produção de alguns dos seus parques eólicos.

Em alguns mercados energéticos dos Estados Unidos, a EDPR NA encontra-se exposta a congestionamento e perdas de energia na rede que tipicamente tem um impacto negativo no preço de venda de energia nesses mercados. Para cobrir a exposição económica a estes riscos, a EDPR NA contratou Direitos de Capacidade de Transmissão (Financial Transmission Rights - FTRs) bem como um "swap" que fixa o preço marginal local (Locational Marginal Price - LMP) por um período de 3 anos.

Os instrumentos financeiros derivados classificados como de negociação tratam-se de instrumentos financeiros contratados para cobertura económica de riscos existentes ao nível do Grupo, mas que não são elegíveis nos termos das IFRS, para efeitos de aplicação de contabilidade de cobertura.

O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa baseia-se nas cotações fornecidas por entidades externas (bancos de investimento). Estas entidades utilizam modelos de fluxos de caixa descontados utilizados de forma generalizada e informação pública. Como tal, de acordo com os requisitos da IFRS 13, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é classificado como Nível 2 (nota 39).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

As variações de justo valor, incluindo juros corridos, dos instrumentos de cobertura e dos respectivos riscos cobertos são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Instrumento de cobertura	Risco coberto	31 Dez 2013		31 Dez 2012	
			Variações justo valor Instrum.	Risco	Variações justo valor Instrum.	Risco
"Net Investment"	"Swaps" de taxa de juro e moeda	Subsidiárias em USD, PLN e BRL	96.316	-95.793	34.014	-33.410
"Net Investment"	"Forward" de moeda	Subsidiárias em CAD	2.360	-2.360	-	-
"Cashflow hedge"	"Swaps" de taxa de juro	Taxa de juro	21.025	-	-33.953	-
"Cashflow hedge"	"Swaps" de energia	Preço de energia	-3.487	-	-3.670	-
"Cashflow hedge"	"Forwards" de moeda	Taxa de câmbio	169	-	-	-
			<b>116.383</b>	<b>-98.153</b>	<b>-3.609</b>	<b>-33.410</b>

Durante os exercícios de 2013 e 2012 foram utilizados os seguintes inputs de mercado no cálculo do Justo valor:

Instrumento	Input de Mercado
"Swaps" de taxa de juro e moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M, CDI BRL diária e Wibor 3M; e taxas de câmbio: EUR/BRL, EUR/PLN e EUR/USD.
"Swaps" de taxa de juro	Justo valor indexado às seguintes taxas de juro: Euribor 3M, Euribor 6M e Wibor 6M.
"Forward" de moeda	Justo valor indexado às seguintes taxas de câmbio: USD/EUR, EUR/RON, EUR/PLN, CAD/DKK, CAD/USD e EUR/CAD.
"Swaps" de energia	Justo valor indexado às cotações de mercado de electricidade.

Os movimentos na reserva de cobertura de fluxos de caixa são apresentadas como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	-64.400	-24.458
Variações de justo valor	24.430	-43.595
Transferências para resultados	3.072	-2.249
Interesses não controláveis incluídos nas variações de justo valor	-3.372	7.375
Efeito da aquisição de 3% da Relax Wind Park I, S.P.ZO.O e 30% da Greenwind, S.A.	-534	-1.473
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>-40.804</b>	<b>-64.400</b>

A EDPR adoptou a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, com o objectivo da cobertura do risco cambial da venda futura dos certificados verdes atribuídos aos parques eólicos Cernavoda, Pestera e VS windfarms na Roménia. Os preços de venda estão indexados às taxas de câmbio EUR/RON para os quais foram eleitos como instrumentos de cobertura os empréstimos em Euros obtidos em regime de "project finance" para esses projectos.

Os ganhos e perdas na carteira de instrumentos financeiros derivados registados em resultados dos exercício de 2013 e 2012 são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Cobertura de "Net investment" - ineficácia	523	604
Cobertura de fluxos de caixa		
Transferência para resultados relativa a cobertura de passivos financeiros	2.711	944
Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas	-5.783	1.305
Ineficácia	-	-
Derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura	-5.467	-12.363
	<b>-8.016</b>	<b>-9.510</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O montante de Transferência para resultados relativa a cobertura de matérias-primas é reconhecido no Volume de negócios, enquanto os restantes ganhos e perdas se encontram reconhecidos em Proveitos financeiros e Custos financeiros, respectivamente (ver nota 13).

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2013 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 1,36% - 4,95% ]	[ 0,33% - 0,39% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	[ 3,30% - 5,41% ]	[ 2,70% - 0,33% ]
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio</b>			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[ 1,35% - 4,25% ]	[ 1,19% - 4,19% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/BRL	[ 7,62% - 7,91% ]	[ 0,22% - 0,29% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[ 1,73% - 2,55% ]	[ 0,25% - 0,29% ]

As taxas de juro efectivas para os instrumentos financeiros derivados associados às operações de financiamento durante 2012 são apresentadas como segue:

	Grupo EDP Renováveis		
	Moeda	Paga	Recebe
<b>Contratos de taxa de juro</b>			
"Swaps" de taxa de juro	EUR	[ 1,36% - 5,01% ]	[ 0,18% - 0,75% ]
"Swaps" de taxa de juro	PLN	5,41%	4,22%
<b>Contratos de taxa de juro e taxa de câmbio</b>			
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/USD	[ 0,35% - 4,00% ]	[ 0,20% - 3,90% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/BRL	[ 5,38% - 5,65% ]	[ 0,19% - 0,22% ]
CIRS ("currency interest rate swaps")	EUR/PLN	[ 3,16% - 3,84% ]	0,19%

### 37. COMPROMISSOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os compromissos assumidos que não figuram na demonstração da posição financeira referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Garantias de carácter financeiro</b>		
Grupo EDPR NA	3.263	3.411
	3.263	3.411
<b>Garantias de carácter operacional</b>		
EDP Renováveis, S.A.	314.979	762.197
Grupo EDPR NA	499.612	368.113
Grupo EDPR EU	44.646	69.285
Grupo EDPR BR	8.609	9.215
	867.846	1.208.810
<b>Total</b>	871.109	1.212.221
<b>Garantias reais</b>	16.166	14.065

Das garantias de carácter operacional contratadas em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, 303.182 milhares de Euros e 494.327 milhares de Euros, respectivamente, referem-se a garantias corporativas prestadas pela EDP Renováveis relacionadas com compromissos comerciais do Grupo Renováveis já reflectidos no passivo.

Adicionalmente à informação divulgada acima:

i) O Grupo tem financiamentos contratados em regime de project finance, cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 31 de Dezembro de 2013, estes financiamentos totalizavam 805.443 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 815.562 milhares de Euros), montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo;

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

ii) A subsidiária EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destas estruturas aos investidores institucionais, para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA no âmbito destas parcerias. A 31 de Dezembro de 2013 e 2012, estas responsabilidades ascendiam a 803.006 milhares de Euros e 901.301 milhares de Euros, respectivamente (montantes já considerados na rubrica de passivos com parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA).

Os compromissos por dívidas financeiras, as rendas vincendas de locações operacionais e as restantes obrigações de compra são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de Euros	31 Dez 2013				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	4.622.605	318.906	787.291	458.163	3.058.245
Rendas vincendas de locações operacionais	753.253	31.023	59.615	58.827	603.788
Obrigações de compra	735.746	473.681	95.682	47.323	119.060
	<b>6.111.604</b>	<b>823.610</b>	<b>942.588</b>	<b>564.313</b>	<b>3.781.093</b>

Milhares de Euros	31 Dez 2012				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívida financeira (inclui juros vincendos)	4.881.982	278.215	537.579	735.867	3.330.321
Rendas vincendas de locações operacionais	978.488	37.759	77.249	76.600	786.880
Obrigações de compra	686.894	369.037	144.244	43.511	130.102
	<b>6.547.364</b>	<b>685.011</b>	<b>759.072</b>	<b>855.978</b>	<b>4.247.303</b>

As obrigações de compra incluem, essencialmente, as responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculos dos compromissos contratuais estimados.

As rendas vincendas de locações operacionais estão essencialmente relacionadas com os terrenos onde os parques eólicos são construídos. Normalmente, o prazo da locação tem a duração da vida útil dos parques eólicos.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013, o Grupo tem as seguintes responsabilidades/direitos com opções de compra e venda de participações sociais:

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre a participação detida pela Cajastur na Quinze Mines (51% do capital social). A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 17 de Julho de 2014 e 17 de Julho de 2016 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação independente a efectuar por bancos de investimento;

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra de 51% sobre o capital social detido pela Cajastur nas empresas Sauvageons, Le Mee e Petite Pièce. A Cajastur detém uma opção de venda equivalente sobre a EDPR EU. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014 inclusive, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação independente a efectuar por bancos de investimento;

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galileia e Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento;

- A EDP Renováveis, detém, através da sua subsidiária EDPR EU uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de Euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019;

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção pode ser exercida entre 3 e 5 anos depois do início dos trabalhos de construção do primeiro parque;

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária South África Wind & Solar Power, S.L., uma opção de compra de um adicional de 42,5% do capital social da Modderfontein Wind Energy Project, Ltd., cujo preço de exercício corresponde ao montante contribuído pelo outro sócio para o desenvolvimento do projecto Modderfontein. Esta opção é exercível a partir da data do acordo até 45 dias antes do prazo para a apresentação das propostas para o próximo leilão de energia;

- A EDP Renováveis detém, através da sua subsidiária EDPR EU, S.L., uma opção de compra dos restantes 35% do capital social da Molen Wind II, S.P. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação. Esta opção é exercível até 2 anos após o vencimento da dívida da construção do parque.

### 38. PARTES RELACIONADAS

O número de acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	<b>31 Dez 2013</b>	<b>31 Dez 2012</b>
	<b>N.º de acções</b>	<b>N.º de acções</b>
<b>Conselho de Administração Executivo</b>		
António Luís Guerra Nunes Mexia	4.200	4.200
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves	5.000	5.000
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira	12.370	12.370
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	300	-
António do Pranto Nogueira Leite	400	-
Gabriel Alonso Imaz	26.503	26.503
João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo	840	840
João Manuel de Mello Franco	380	380
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz	1.200	1.200
João Paulo Nogueira Sousa Costeira	3.000	3.000
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos	200	200
José António Ferreira Machado	630	-
José Fernando Maia de Araújo e Silva	80	80
	<b>55.103</b>	<b>53.773</b>

De acordo com o previsto no artigo 229º da "Ley de Sociedades de Capital" (Código das Sociedades Comerciais Espanhol), os membros do Conselho de Administração da EDP Renováveis não comunicaram ou o accionista maioritário não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses ou incompatibilidade que ponha em causa o desempenho das suas funções.

Em cumprimento com o artigo 229º da "Ley de Sociedades Anónimas", os membros e as partes relacionadas da administração do accionista maioritário declararam que não exerceram cargos de responsabilidade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, e que não exerceram por conta própria ou por conta de outrem qualquer actividade em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
António Luís Guerra Nunes Mexia	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração Executivo
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
João Manuel Manso Neto:	
Naturgás Energia, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Energia Gas, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Gás.com - Comércio de Gás Natural, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Europe, S.L.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Energia Ibérica S.A.	Membro do Conselho de Administração

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
<b>Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias do Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Energias de Portugal Sociedade Anónima, Sucursal en España	Representante Permanente
EDP Finance BV	Representante
EDP - Estudos e Consultoria, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Imobiliária e Participações, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Energia RE, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SCS - Serviços Complementares de Saúde, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Sávida - Medicina Apoiada, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Balwerk - Consultadoria Económica e Participações, Soc.Unip.Lda	Gerente
<b>João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:</b>	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP - Ásia Investimentos e Consultoria, Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP - Ásia Soluções Energéticas Lda.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Valor - Gestão Integrada de Serviços, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Finance BV	Representante
Companhia de Electricidade de Macau - CEM, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>Manuel Menéndez Menéndez:</b>	
Naturgás Energía, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
<b>Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira:</b>	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
South Africa Wind & Solar Power SLU	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada LP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDPR Renewables Canada GP Ltd.	Membro do Conselho de Administração
SBWF GP Inc.	Membro do Conselho de Administração
South Branch Wind Farm Inc.	Membro do Conselho de Administração
Eolia Renewable Energy Canada Inc.	Membro do Conselho de Administração
0867242 B.C. Ltd.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Canada, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park II SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park III SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park IV SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Supervisão
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros S.L.U	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
João Paulo Nogueira Sousa Costeira:	
EDP Renewables Europe, S.L.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Brasil, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables South África, Proprietary Limited	Presidente do Conselho de Administração
South África Wind & Solar Power S.L.U	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.U	Membro do Conselho de Administração
Malhadizes – Energia Eólica, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
ENEOP 2 – Exploração de Parques Eolicos, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables Romania, Srl	Membro do Conselho de Administração
Cernavoda Power, Srl	Membro do Conselho de Administração
Greenwind, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables France, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
Centrale Eolienne Neo Truc de l’Homme, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Vatines	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien du Clos Bataille	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de Varimpre	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien des Bocages	Gerente
Parc Eolien des Longs Champs	Gerente
Socpe de la Mardelle	Gerente
Socpe de la Vallée du Moulin	Gerente
Socpe de Sauvageons	Gerente
Socpe des Quinze Mines	Gerente
Socpe Le Mée	Gerente
Socpe Petite Pièce	Gerente
CE Canet Pont de Salars SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Gueltas Noyal Pontivy	Presidente do Conselho de Administração
CE Patay SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Saint Barnabé SAS	Presidente do Conselho de Administração
CE Segur SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts de la Madeleine Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Monts du Forez Energie SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Callengeville, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Neo Plouvien, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Parc Eolien de la Hetroye, SAS	Presidente do Conselho de Administração
Eolienne de Saugueuse, SARL	Gerente
Eolienne des Bocages, SARL	Gerente
Eolienne d’Etalondes, SARL	Gerente
Parc Eolien d’Ardennes, SARL	Gerente
Parc Eolien de Mancheville, SARL	Gerente
Parc Eolien de Roman, SARL	Gerente
EDP Renewables Polska SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Elektrownia Wiatrowa Kresy I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Masovia Wind Farm I SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Farma Wiatrowa Starozreby SP. Z O.O.	Membro do Conselho de Administração
Karpacka Mala Energetyka SP. Z O.O	Membro do Conselho de Administração
Relax Wind Park I SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
Relax Wind Park III SP. Z O.O	Membro do Conselho de Supervisão
EDPR UK, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Moray Offshore Renewables, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Maccoll Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Stevenson Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
Telford Offshore Windfarm, Ltd	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables Italia, Srl	Membro do Conselho de Administração
Operação e Manutenção Industrial, S.A.	Membro do Conselho de Administração
EDP Renewables SGPS S.A.	Presidente do Conselho de Administração
EDPR PT - Promoção e Operação S.A.	Presidente do Conselho de Administração

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Cargo ocupado</b>
<b>Empresa</b>	
Gabriel Alonso Imaz:	
EDP Renewables Canada, Ltd.	Presidente do Conselho de Administração
EDP Renewables North America, LLC e subsidiárias (ver anexo I)	Presidente do Conselho de Administração
American Wind Energy Association	Administrador Executivo

Adicionalmente os membros do Conselho de Administração declararam que não têm investimentos no capital social em empresas com actividade idêntica, semelhante ou complementar à actividade da EDP Renováveis, com as seguintes excepções:

<b>Membro do Órgão Social</b>	<b>Número de acções</b>
<b>Empresa</b>	
António Luís Guerra Nunes Mexia:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	41.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Manso Neto:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	1.268
Nuno Maria Pestana de Almeida Alves:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	125.000
EDP - Energias do Brasil, S.A.	1
João Manuel Veríssimo Marques da Cruz:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	3.878
Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	7.880
Iberdrola	27
Teresa Sancho, parte relacionada de Gabriel Alonso Imaz:	
Gamesa Corp. Tec. S.A.	12.880
Iberdrola	27
Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira:	
EDP Energias de Portugal, S.A.	19.843
Lina Dantas Martins em representação de Rui Manuel Rodrigues Lopes	
EDP Energias de Portugal, S.A.	4.340
Acácio Jaime Liberado Mota Piloto	
EDP Energias de Portugal, S.A.	15.000
João Manuel de Mello Franco:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	4.550
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	980
Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos:	
EDP - Energias de Portugal, S.A.	2.379

#### Remunerações dos Órgãos Sociais

De acordo com os estatutos, as remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos nomeada em Assembleia Geral, com base na remuneração global autorizada pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração aprova o montante exacto a ser pago a cada administrador com base nesta proposta.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Com referência em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Milhares de Euros	31 Dez 2013	31 Dez 2012
Presidente	-	567
Vogais	539	397
	<b>539</b>	<b>964</b>

A EDPR assinou um Contrato de Prestação de Serviços de Gestão Executiva com a EDP, segundo o qual a EDP suporta o custo dos serviços prestados pelos membros do Conselho de Administração da EDPR. Esta prática de governo societário relativa a remunerações está de acordo com o modelo adoptado pelo Grupo EDP, segundo o qual os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração directamente das empresas em que ocupam cargos, mas através da EDP.

Nos termos deste contrato, a EDP Renováveis deve pagar um montante de 994 milhares de Euros (componentes fixa e variável) relativo a serviços de gestão prestados pela EDP em 2013 (1.295 milhares de Euros em 2012).

Adicionalmente, em 2013 a remuneração dos membros da Comissão Executiva, que também são administradores e que recebem a sua remuneração como colaboradores da EDPR, excluindo o CEO e Gabriel Alonso Imaz (que recebe a sua remuneração através da EDPR EUA, como mencionado abaixo) foi de 611 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 1.231 milhares de Euros). Devido ao término da condição de expatriados de três administradores (CFO, COO EU e COO NA), foram assinados novos contratos com outras empresas do grupo do seguinte modo:

- Gabriel Alonso com a EDPR Renewables North America LLC em Dezembro de 2012;
- João Paulo Costeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha em 30 de Novembro de 2013; e
- Rui Teixeira com a EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha em 31 de Outubro de 2013.

O total de remuneração pago em 2013 desde o momento em que se tornaram funcionários das empresas acima mencionadas foi de 415 milhares de Euros.

O plano de benefícios de reforma para os membros da Comissão Executiva, excluindo o CEO, varia entre 3% a 6% do seu salário anual.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 não existem empréstimos concedidos nem adiantamentos aos administradores da sociedade nem aos principais directores.

Em 2013 e 2012, a empresa não tem qualquer obrigação relativa a pensões ou seguros de vida com os seus anteriores ou actuais administradores.

#### Saldos e transacções relevantes com empresas subsidiárias e associadas do Grupo China Three Gorges

Com a venda de 49% da participação financeira no capital da EDPR Portugal à CTG, através da CITIC CWEI Renewables S.C.A., o Grupo EDPR tem suprimentos com a CTG, no montante de 99 milhões de Euros (9 milhões de Euros como corrente e 90 milhões de Euros como não corrente).

#### Saldos e transacções com partes relacionadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos		
	Empréstimos e Juros a receber	Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	20.456	20.456
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	9.771	9.771
Empresas do Grupo Hidorcantábrico (sector eléctrico)	1	48.285	48.286
Empresas associadas	331.583	1.484	333.067
Outras empresas do Grupo EDP	63.778	42.895	106.673
	<b>395.362</b>	<b>122.891</b>	<b>518.253</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Milhares de Euros	Passivos		
	Empréstimos e Juros a pagar	Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	10.040	10.040
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	119.528	119.528
Empresas do Grupo Hidorcantábrico (sector eléctrico)	24	1.904	1.928
Empresas associadas	-	48	48
Outras empresas do Grupo EDP	2.817.125	9.989	2.827.114
	<b>2.817.149</b>	<b>141.509</b>	<b>2.958.658</b>

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 os activos e passivos com partes relacionadas são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos		
	Empréstimos e Juros a receber	Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	7.027	7.027
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	217.358	7.951	225.309
Empresas do Grupo Hidorcantábrico (sector eléctrico)	2	49.873	49.875
Empresas associadas	255.316	1.037	256.353
Outras empresas do Grupo EDP	65.404	41.902	107.306
	<b>538.080</b>	<b>107.790</b>	<b>645.870</b>

Milhares de Euros	Passivos		
	Empréstimos e Juros a pagar	Outros	Total
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	14.500	14.500
EDP - Energias de Portugal, S.A. Sucursal em Espanha (EDP Sucursal)	-	218.464	218.464
Empresas do Grupo Hidorcantábrico (sector eléctrico)	18	1.550	1.568
Empresas associadas	-	-	-
Outras empresas do Grupo EDP	2.962.732	9.713	2.972.445
	<b>2.962.750</b>	<b>244.227</b>	<b>3.206.977</b>

Os passivos respeitam essencialmente a empréstimos contraídos pela EDP Renováveis junto da EDP Finance BV no montante de 2.782.853 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 2.956.758 milhares de Euros).

Com o objectivo de cobertura do risco cambial da EDP Renováveis e EDP Sucursal, o Grupo EDP estabeleceu uma "Cross-Currency Interest Rate Swap" (CIRS) em USD e EUR, entre a EDP Sucursal e a EDP Renováveis. Em cada data do balanço, este CIRS é reavaliado ao valor de mercado, que corresponde a uma reavaliação cambial "spot", resultando numa cobertura cambial perfeita (reavaliação do investimento na EDPR EUA e do financiamento externo em dólares). Em 31 de Dezembro de 2013, o montante a pagar pela EDP Renováveis à EDP Sucursal relacionado com este CIRS é de 82.772 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 169.862 milhares de Euros) (ver notas 34 e 36).

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos operacion.	Proveitos financ.	Custos operacion.	Custos financ.
EDP Energias de Portugal, S.A.	-	45.179	-1.955	-45.548
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	333	-8.236	-9.371
Empresas do Grupo Hidorcantábrico (sector eléctrico)	454.859	-	-4.236	-1.075
Empresas associadas	2.453	16.700	-278	-2.531
Outras empresas do Grupo EDP	159.207	22.376	-6.243	-179.217
	<b>616.519</b>	<b>84.588</b>	<b>-20.948</b>	<b>-237.742</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os proveitos operacionais incluem essencialmente as vendas de electricidade ao comercializador de último recurso em Portugal, nos termos da legislação em vigor, e vendas de electricidade ao Grupo HC, que desempenha o papel de agente comercial do Grupo EDPR em Espanha. A Hidroeléctrica del Cantábrico (HC Energia) é a empresa mãe de um grupo industrial que opera nos sectores do gás e electricidade em Espanha. No sector da electricidade, a HC produz, distribui e vende energia.

Os proveitos financeiros e os custos financeiros com a EDP, S.A. são maioritariamente relacionados com instrumentos financeiros derivados, desqualificados para efeitos da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa dos "swaps" de energia da EDPR Europe, devido a nova regulação e a alterações no justo valor de mercado.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as transacções com partes relacionadas são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Custos operacionais	Custos financeiros
EDP Energias de Portugal, S.A.	10.595	1.479	-3.310	-16.268
EDP Energias de Portugal, S.A. Sucursal en España (EDP Sucursal)	-	2.878	-12.196	-6.489
Empresas do Grupo Hidrocantábrico (sector eléctrico)	403.965	-	-4.470	-890
Empresas associadas	912	10.999	-	-1
Outras empresas do Grupo EDP	149.877	19.458	-5.826	-186.361
	<u>565.349</u>	<u>34.814</u>	<u>-25.802</u>	<u>-210.009</u>

O Grupo EDP Renováveis, no âmbito da sua actividade operacional, tem de apresentar garantias a favor de determinados fornecedores em articulação com contratos de energias renováveis. Normalmente, estas garantias são concedidas pela EDP, S.A., através da EDP Sucursal. Com referência a 31 de Dezembro de 2013, a EDP, S.A. e a Hidrocantábrico concederam garantias financeiras (45.235 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2012: 45.467 milhares de Euros) e operacionais (243.580 milhares de Euros, 31 de Dezembro de 2012: 375.772 milhares de Euros) aos seus fornecedores a favor da EDPR EU e da EDPR NA. As garantias operacionais são concedidas na sequência dos compromissos assumidos pela EDPR EU e EDPR NA e respeitam na sua maioria à aquisição de activos fixos tangíveis, contratos de fornecimento, turbinas e contratos de energia (contratos de compra de energia) (ver nota 37).

A EDP Renováveis no âmbito da sua actividade realiza transacções comerciais com partes relacionadas em condições normais de mercado.

### 39. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado, sempre que disponível, na cotação de mercado. Caso esta não exista, o justo valor é determinado através de modelos internos, os quais se baseiam em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções, ou através de cotações fornecidas por entidades externas.

Os instrumentos "non-standard" podem necessitar de técnicas alternativas, as quais consideram as suas características e as práticas geralmente aceites pelo mercado, aplicáveis a esses instrumentos. Estes modelos são desenvolvidos considerando as variáveis de mercado que afectam o instrumento subjacente, nomeadamente curvas de rendimento, taxas de câmbio e factores de volatilidade.

Os dados de mercado são obtidos através de fornecedores de dados financeiros geralmente aceites (Bloomberg e Reuters).

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a tabela seguinte apresenta as curvas das taxas de juro das principais moedas às quais o Grupo está exposto. Estas taxas de juro foram utilizadas como base para o cálculo do justo valor através dos modelos internos referidos anteriormente:

	31 Dez 2013			31 Dez 2012		
	Moedas			Moedas		
	EUR	USD	BRL	EUR	USD	BRL
3 meses	0,29%	0,25%	10,50%	0,19%	0,31%	7,06%
6 meses	0,39%	0,35%	10,79%	0,32%	0,51%	7,09%
9 meses	0,49%	0,55%	10,94%	0,43%	0,69%	7,08%
1 ano	0,56%	0,58%	11,06%	0,54%	0,84%	7,14%
2 anos	0,52%	0,48%	11,93%	0,38%	0,39%	7,71%
3 anos	0,73%	0,86%	12,49%	0,44%	0,48%	8,19%
5 anos	1,25%	1,75%	12,91%	0,77%	0,83%	8,64%
7 anos	1,68%	2,43%	13,07%	1,12%	1,27%	9,00%
10 anos	2,15%	3,03%	13,20%	1,57%	1,81%	9,33%

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Os instrumentos de capital não cotados, para os quais não existe uma estimativa fiável e consistente do justo valor através de modelos internos ou externos são reconhecidos ao custo histórico.

#### Instrumentos financeiros disponíveis para venda e activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros cotados são reconhecidos ao justo valor com base em cotações mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não está disponível nenhuma estimativa fiável do justo valor, são registados na demonstração da posição financeira, ao custo de aquisição (nota 19).

#### Caixa e equivalentes de caixa, clientes e fornecedores

Estes instrumentos financeiros incluem essencialmente activos e passivos financeiros de curto prazo. Dada a sua natureza de curto prazo, à data da demonstração da posição financeira o valor contabilístico não difere significativamente do justo valor.

#### Dívida financeira

O justo valor da dívida financeira é calculado através de modelos internos baseados em técnicas geralmente aceites de fluxos de caixa descontados. À data da demonstração da posição financeira, o valor dos empréstimos de taxa variável corresponde aproximadamente ao seu justo valor. No caso de empréstimos de taxa fixa, maioritariamente os empréstimos concedidos por empresas do Grupo EDP, o seu justo valor é calculado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados geralmente aceites pelo mercado.

#### Instrumentos financeiros derivados

Todos os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. Para os instrumentos financeiros derivados cotados em mercados organizados é utilizado o preço de mercado. Para os instrumentos financeiros derivados "over-the-counter" (OTC), o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de fluxos de caixa descontados e em modelos de avaliação de opções geralmente aceites pelo mercado, ou pela cotação do vendedor.

#### "Swap" de taxa de juro e moeda (CIRS) com a EDP Sucursal (nota 36)

Com o objectivo de cobrir o risco de câmbio resultante do investimento na EDPR NA, o Grupo efectuou um CIRS em USD e Euros com a EDP Sucursal. Este derivado é apresentado na Demonstração da posição financeira ao justo valor, o qual é estimado descontando os fluxos de caixa estimados em USD e Euros. As taxas de desconto e as taxas de juro "forward" foram baseadas na curva das taxas de juro acima mencionadas e as taxas de câmbio USD/EUR são as divulgadas na nota 28. Ver adicionalmente as notas 13 e 24.

O justo valor dos activos e passivos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é analisado como segue:

Milhares de Euros	31 Dezembro 2013			31 Dezembro 2012		
	Valor contab.	Justo valor	Diferença	Valor contab.	Justo valor	Diferença
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	7.434	7.434	-	9.407	9.407	-
Clientes	207.189	207.189	-	180.259	180.259	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	98.928	98.928	-	159.318	159.318	-
Outros devedores e outros activos	428.232	428.232	-	573.242	573.242	-
Instrumentos financeiros derivados	25.302	25.302	-	12.468	12.468	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	76	76	-	389	389	-
Caixa e equivalentes de caixa	265.229	265.229	-	245.837	245.837	-
	<u>1.032.390</u>	<u>1.032.390</u>	<u>-</u>	<u>1.180.920</u>	<u>1.180.920</u>	<u>-</u>
<b>Passivos financeiros</b>						
Dívida financeira	3.691.936	3.661.025	-30.911	3.874.320	3.685.632	-188.688
Fornecedores	400.126	400.126	-	657.881	657.881	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.508.495	1.508.495	-	1.679.753	1.679.753	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	116.892	116.892	-	99.469	99.469	-
Outros credores e outros passivos	238.521	238.521	-	171.303	171.303	-
Instrumentos financeiros derivados	135.760	135.760	-	245.397	245.397	-
	<u>6.091.730</u>	<u>6.060.819</u>	<u>-30.911</u>	<u>6.728.123</u>	<u>6.539.435</u>	<u>-188.688</u>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

A EDP Renováveis enquadrou a forma como é obtido o justo valor dos seus activos e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor. Os níveis apresentados são os seguintes:

- Nível 1 - Justo valor calculado com base na cotação (não ajustada) disponível em mercados activos para os activos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Justo valor calculado com base em "inputs" de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para o activo ou passivo, quer directamente (como sejam preços) ou indirectamente (como sejam derivados de preços);
- Nível 3 - Justo valor dos activos e passivos calculado com base em "inputs" que não são baseados em informação observável em mercado.

Milhares de Euros	31 Dezembro 2013			31 Dezembro 2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Activos financeiros</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	7.434	-	-	9.407
Instrumentos financeiros derivados	-	25.302	-	-	12.468	-
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	76	-	-	389	-
	-	25.378	7.434	-	12.857	9.407
<b>Passivos financeiros</b>						
Passivos decorrentes de opções de interesses não controláveis	-	-	16.987	-	-	7.785
Instrumentos financeiros derivados	-	135.760	-	-	245.397	-
	-	135.760	16.987	-	245.397	7.785

Os restantes activos e passivos são avaliados dentro do Nível 1. Em 2013, não existiram transferências entre níveis.

Com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os movimentos verificados nos activos e passivos financeiros dentro do Nível 3 são analisados como segue:

Milhares de Euros	Activos financeiros disponíveis para venda		Credores e outros passivos	
	31 Dez 2013	31 Dez 2012	31 Dez 2013	31 Dez 2012
<b>Saldo no início do exercício</b>	9.407	9.618	7.785	4.112
Ganhos/ (Perdas) em outros rendimentos integrais	-1.973	-211	-	-
Aquisições	-	-	12.650	3.572
Variações de justo valor/ Pagamentos	-	-	74	101
Alienações	-	-	-3.522	-
<b>Saldo no fim do exercício</b>	7.434	9.407	16.987	7.785

Os credores e outros passivos de nível 3 estão relacionados com Passivos decorrentes de opções sobre interesses não controláveis.

Os movimentos em 2013 e 2012 dos instrumentos financeiros derivados são apresentados na nota 36.

#### 40. EVENTOS RELEVANTES E SUBSEQUENTES

##### EDP Renováveis estabelece project finance para primeiro projecto no Canadá

A 16 de Janeiro, a EDP Renováveis, S.A. (EDPR) estabeleceu uma estrutura contratual de project finance para o seu primeiro parque eólico no Canadá. Localizado em Ontário, o projecto eólico South Branch tem capacidade instalada de 30 MW e uma tarifa fixa a 20 anos atribuída pela Ontario Power Authority.

A dívida de longo prazo contratada totaliza 49 milhões de dólares Canadianos, sendo expectável que o financiamento desta operação ocorra durante o primeiro trimestre de 2014. A estratégia de financiamento da EDPR baseia-se na contratação de dívida de longo prazo em moeda local a preços competitivos, com o objectivo de minimizar os riscos de refinanciamento e de reduzir os riscos de variações cambiais.

Com a execução do primeiro projecto no Canadá, a EDPR adiciona ao seu portfólio um mercado de baixo risco com recurso eólico atractivo, estendendo a sua diversificação geográfica a 11 mercados (EUA, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, Brasil e Canadá).

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### Conclusão da transacção de rotação de activos em França

Em 14 de Outubro de 2013, a EDP Renováveis, S.A. ("EDPR") alcançou um acordo com a Axpo Power AG e Centralschweizerische Kraftwerke AG, subsidiárias da Axpo Group ("Axpo") para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital e respectivos empréstimos accionistas referentes a um portfólio de parques eólicos com 100 MW de capacidade instalada localizados em França, que actualmente beneficiam de uma remuneração em regime de feed-in-tariff. Considerando o preço da transacção, o Enterprise Value ("EV") implícito para 100% dos activos ascende a 126 milhões de Euros. A conclusão desta operação ocorreu em Fevereiro de 2014.

### 41. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo, podem ser analisadas como segue:

#### IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Com esta alteração, as divulgações dos instrumentos financeiros passam a incluir informações que permitirão avaliar o efeito ou o potencial efeito dos acordos de compensação, incluindo os direitos de compensação reconhecidos como activos financeiros e passivos financeiros na Demonstração da Posição Financeira.

O Grupo não obteve impactos significativos nas divulgações das notas às demonstrações financeiras do Grupo, decorrentes da adopção desta alteração.

#### IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 – Mensuração ao justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor assim como novos requisitos de informação. Os principais aspectos considerados são os seguintes: (i) princípios do justo valor, (ii) técnicas de avaliação apropriadas e hierarquia de justo valor e (iii) requisitos adicionais de divulgação.

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

#### IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Junho de 2011, alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras: Rendimento integral, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2012, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração consiste no seguinte:

- mantém a opção de apresentar os resultados e o rendimento integral numa única demonstração financeira, ou em demonstrações financeiras separadas mas consecutivas;

- os montantes apresentados na demonstração do rendimento integral e o seu respectivo efeito fiscal devem ser agrupados entre aqueles que vão ou não ser posteriormente reclassificados para resultados.

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

#### Annual Improvement Project (2009-2011)

• Alteração à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. A alteração clarifica a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e informação comparativa mínima exigida, sempre que se efectue reexpressões retrospectivas, reclassificações ou alterações às políticas contabilísticas. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

• Alteração à IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis. A alteração efectuada a esta norma esclarece que se os equipamentos de serviço cumprem com a definição de activo fixo tangível não devem ser classificados em inventários.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

- Alteração à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. A alteração clarifica que os impostos relacionados com a distribuição de dividendos e detentores de capital seguem o tratamento preconizado na IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento.

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

- Alteração à IAS 34 - Relato Financeiro Intercalar. As alterações efectuadas alinham as exigências de divulgação para o total dos activos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares, permitindo que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efectuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo não obteve impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo

#### IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados, substituindo a IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e a SIC 12 - Consolidação de SPE. Esta norma estabelece um modelo único a ser aplicado na avaliação da existência de controlo sobre participadas, onde um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao poder sobre a mesma. Foi introduzido o conceito de controlo de facto.

Desta forma, as empresas apresentadas a 31 de Dezembro de 2013 pelo método de consolidação integral e que passarão a ser registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Total Activos Euro'000</b>	<b>Total Passivos Euro'000</b>	<b>Total Capital Próprio Euro'000</b>	<b>Total Proveitos Euro'000</b>	<b>Total Custos Euro'000</b>	<b>Resultado Líquido Euro'000</b>
Ceprastur AIE-2	419	19	400	-	-4	-4

#### IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a IAS 31 - Interesses em Empreendimentos Conjuntos e introduz um conjunto de alterações na contabilização dos investimentos conjuntamente controlados, sendo o principal aspecto a eliminação da opção de consolidação de empreendimentos conjuntos pelo método de consolidação proporcional, as quais passam a ser obrigatoriamente registadas pelo método de equivalência patrimonial.

Nos termos desta norma, a estrutura de um acordo conjunto deixa de ser o principal factor na determinação do modelo contabilístico a adoptar. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica do acordo contractual e de outros factos e circunstâncias.

Desta forma, as empresas apresentadas a 31 de Dezembro de 2013 pelo método de consolidação proporcional e que passarão a ser registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Total Activos Euro'000</b>	<b>Total Passivos Euro'000</b>	<b>Total Capital Próprio Euro'000</b>	<b>Total Proveitos Euro'000</b>	<b>Total Custos Euro'000</b>	<b>Resultado Líquido Euro'000</b>
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	47.884	9.167	38.717	15.848	-10.473	5.375
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	-	-	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	24.175	17.703	6.472	5.874	-3.784	2.090
Flat Rock Windpower, L.L.C.	137.055	1.389	135.666	12.327	-13.536	-1.209
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	54.539	556	53.983	2.970	-4.845	-1.875
Tebar Eólica, S.A.	14.463	10.649	3.814	4.299	-3.679	620

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma requiere que seja divulgada informação que permita avaliar a natureza e os riscos associados nas participações em outras entidades e os efeitos dessas participações nas demonstrações financeiras. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- nas participações em subsidiárias, deve ser divulgado: (i) a composição do grupo; (ii) interesses não controláveis; (iii) restrições sobre a capacidade de aceder ou utilizar os activos e liquidar os passivos da subsidiária; (iv) a natureza e as alterações nos riscos associados às participações; e (v) alterações na participação detida que pode ou não resultar numa perda de controle durante o exercício;
- nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas, deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações em empreendimentos conjuntos e associadas, incluindo a natureza e os efeitos da sua relação contractual com os outros investidores ; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em empreendimentos conjuntos e associadas;
- nas participações em empresas não consolidadas deve ser divulgada: (i) a natureza, extensão e efeitos financeiros das participações; e (ii) a natureza e as alterações nos riscos associados nas participações em participações não consolidadas.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures**

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Maio de 2011, a IAS 28 (Alterada) – Investimentos em Associadas e Joint Ventures, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio alterar a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelo investidor dos investimentos em associadas e em "joint ventures" definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, quer para associadas quer para "joint ventures".

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre activos e passivos financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Dezembro de 2011, alterações à IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Compensação entre activos e passivos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração clarifica as condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na posição financeira de uma entidade, como segue: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos; e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Activos: Divulgações - Quantia recuperável dos activos não-financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2013, alterações à IAS 36 - Imparidade de Activos: Divulgações - Quantia recuperável dos activos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração elimina a obrigação de divulgar a quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa se durante o período não houve dotação ou reversão de imparidade. Caso tenha sido reconhecida ou revertida uma imparidade e a quantia recuperável represente o justo valor menos os custos de alienação, deve ser divulgada a seguinte informação:

- o nível na hierarquia do justo valor da IFRS 13 na qual a mensuração do justo valor do activo é classificada;

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

- para a mensuração do justo valor nos níveis 2 e 3 da hierarquia do justo valor: (i) descrição da técnica de avaliação utilizada e alterações que tenham ocorrido na técnica utilizada; e (ii) pressupostos-chave utilizados na mensuração do justo valor, incluindo a(s) taxa(s) de desconto utilizada(s) no método de mensuração actual e no anterior se o justo valor menos os custos de alienação for mensurado pelo método de mensuração actual.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Junho de 2013, alterações à IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração indica que a novação do instrumento de cobertura não deve ser considerado expirado ou terminado, dando origem à descontinuação da contabilidade de cobertura quando o derivado de cobertura for renovado:

- como consequência de legislação e ou da introdução de legislação ou regulamentação, uma ou mais contrapartes de compensação deverão substituir a contraparte original; e

- outras alterações aos termos da renovação do derivado estão limitadas às necessárias para levar a cabo a substituição da contraparte (por exemplo: alterações nos requisitos em matéria de garantias, dos direitos de compensação dos saldos de contas a receber e a pagar e das taxas cobradas).

Quaisquer alterações ao justo valor do derivado decorrente da novação, deve ser reflectido na sua mensuração e portanto na avaliação da eficácia de cobertura.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

### **Entidades de Investimentos - Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2012, Entidades de Investimentos - Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O IASB define o termo de "entidade de investimento" como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objectivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou de ambos e deve avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor.

As alterações eliminam o dever de consolidação previsto na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados, sendo igualmente definido um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

O Grupo não espera impactos significativos com a adopção desta alteração.

### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos Financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, que foi alterada em Outubro de 2010, não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

- os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício;
- a excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9; e,
- as alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de opção de justo valor ("fair value option") serão reconhecidas em Rendimento integral do exercício. As restantes variações de justo valor associados a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados no rendimento integral do exercício nunca poderão ser transferidos para resultados.

O Grupo está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

### "Annual Improvement Project (2010-2012)"

Em Dezembro de 2013, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas. As alterações são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Este projecto ainda não foi adoptado pela União Europeia.

- Alteração à IFRS 2 - Pagamento com Base em Acções. Altera as definições de: condição de aquisição e condições de mercado. Adicionalmente, define condição de performance e condição de serviço (que antes pertenciam à definição de condição de aquisição).

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Esta alteração clarifica que o preço contingente que é classificado como activo ou passivo deve ser mensurado pelo justo valor na data de reporte e quaisquer alterações no justo valor devem ser reconhecidas na Demonstração de resultados.

A adopção desta alteração não vai ter impactos no Grupo.

- Alteração à IFRS 8 - Segmentos Operacionais. Esta alteração requer que a entidade divulgue os julgamentos feitos pela Administração na aplicação dos critérios de agregação de segmentos operacionais e clarifica que uma entidade só deve fornecer reconciliações do total de activos dos segmentos reportáveis e dos activos da entidade, se os activos do segmento são apresentados ao principal responsável pela tomada de decisões.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor. Esta alteração clarifica que a emissão da IFRS 13 e com as alterações da IFRS 9 e da IAS 39 não retira a capacidade de mensurar os recebimentos e pagamentos correntes sem taxa de juro na factura, se o efeito de não descontar for imaterial.

A adopção desta alteração não vai ter impactos no Grupo.

- Alteração à IAS 16 - Activos Fixos Tangíveis. Esta alteração clarifica que quando um item do activo imobilizado é reavaliado a quantia escriturada bruta é ajustada de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contabilístico.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 24 - Partes Relacionadas: Divulgações. Esta alteração clarifica que uma entidade que presta serviços essenciais de gestão para a entidade que reporta ou para a empresa-mãe da entidade que reporta é uma parte relacionada da entidade.

O Grupo não espera obter impactos significativos nas divulgações das notas às demonstrações financeiras do Grupo, decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 38 - Activos Intangíveis. Esta alteração clarifica que quando um item do activo imobilizado é reavaliado a quantia escriturada bruta é ajustada de forma que seja consistente com a reavaliação do valor contabilístico.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

**"Annual Improvement Project (2011-2013)"**

Em Dezembro de 2013, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual alterou certas normas. As alterações são efectivas para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida. Este projecto ainda não foi adoptado pela União Europeia.

- Alteração à IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro. Esta alteração esclarece que uma entidade, nas suas primeiras demonstrações financeiras em IFRS, tem a escolha entre a aplicação de uma IFRS existente e actualmente em vigor ou aplicação antecipada de novas ou revistas IFRS. Uma entidade deve aplicar a mesma versão do IFRS ao longo dos períodos abrangidos por essas primeiras demonstrações financeiras em IFRS.

A adopção desta alteração não vai ter impactos no Grupo.

- Alteração à IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Esta alteração esclarece que a IFRS 3 não se aplica na contabilização da formação de todos os tipos de empreendimento conjunto nas suas demonstrações financeiras.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor. Esta alteração clarifica que a excepção a esta norma, inclui todos os contractos contabilizados no âmbito da IAS 39 ou da IFRS 9, independentemente do facto de se enquadrarem na definição de activos financeiros ou passivos financeiros, tal como definido na IAS 32.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

- Alteração à IAS 40 - Propriedades de Investimento. Esta alteração visa esclarecer que esta norma e a IFRS 3 não são mutuamente exclusivas e que a aplicação das duas normas pode ser necessário. Consequentemente, uma entidade que adquira propriedades de investimento deve determinar se : (i) se a propriedade está enquadrada na definição de propriedade de investimento na IAS 40; e (ii) se a transacção se enquadra na definição de concentração de actividades empresariais na IFRS 3.

O Grupo não espera obter impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração.

**42. MATÉRIAS AMBIENTAIS**

As despesas de carácter ambiental são as identificadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal do Grupo.

As despesas de carácter ambiental são registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pela IAS 16.

Durante o exercício, o Grupo reconheceu despesas em resultados do exercício referentes a custos com o plano de gestão ambiental no montante de 2.813 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2012: 3.174 milhares de Euros).

Conforme referido na política contabilística 2 o), o Grupo regista provisões para desmantelamento e descomissionamento dos activos fixos tangíveis quando existe uma obrigação legal ou contratual para descomissionar e desmantelar esses activos no final da sua vida útil. Consequentemente, o Grupo registou provisões para activos fixos tangíveis relacionados com a produção de energia eólica para fazer face às responsabilidades de repor os terrenos para o seu estado original, no montante de 66.468 milhares de Euros com referência a 31 de Dezembro de 2013 (63.336 milhares de Euros em 31 Dezembro de 2012) (ver nota 31).

**43. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS**

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis e tem três segmentos reportáveis que são as unidades de negócio estratégicas do Grupo, Europa, América do Norte e Brasil. As unidades de negócio estratégicas têm actividade em zonas geográficas distintas, e são geridas de forma independente dado as suas diferentes características. Para cada uma das unidades de negócio estratégicas, o CEO do Grupo analisa relatórios de gestão interna numa base trimestral.

As políticas contabilísticas dos segmentos reportáveis são as mesmas descritas na nota 3. As informações respeitantes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas no Anexo 1. O desempenho é mensurado com base nos lucros do segmento, conforme incluídos nos relatórios de gestão interna, que são revistos pela Gestão. Os lucros de cada segmento reportável, são usados para medir o desempenho uma vez que a administração considera que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados de determinados segmentos face a outras entidades que operam neste sector. A política de preços inter-segmento é determinada nas condições normais concorrenciais de mercado.

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo produz energia a partir de fontes renováveis em diversos locais e a sua actividade é gerida com base nos seguintes segmentos de negócios:

- Europa - inclui as empresas do Grupo EDPR EU com actividade em Espanha, Portugal, Bélgica, França, Itália, Holanda, Polónia, Roménia e Reino Unido;
- América do Norte - inclui as empresas do Grupo EDPR EUA e do Grupo EDPR Canada, com actividade nos Estados Unidos da América e no Canadá, respectivamente;
- Brasil - inclui as empresas do Grupo EDPR Brasil, com actividade neste país.

#### Definição de segmento

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, incluindo a anulação das transacções intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

A informação financeira divulgada para cada segmento de negócio é determinada com base nos montantes registados directamente nas subsidiárias que compõem o segmento, incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

Em Dezembro de 2013, o Grupo EDPR procedeu à alteração da informação divulgada no Relato por Segmentos, bem como de acordo com os critérios acima referidos. Para efeitos de comparabilidade, a informação reportada a 31 de Dezembro de 2012 foi reexpressa para reflectir estas alterações.

#### 44. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E OUTROS

A KPMG auditou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP Renováveis em 2013 e 2012. Esta empresa e outras entidades e pessoas relacionadas, de acordo com a Lei 19/1988 de 12 de Julho, facturaram honorários e despesas por serviços profissionais relativos aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, de acordo como o seguinte detalhe (montante em milhares de Euros):

31 Dezembro 2013						
Milhares de Euros	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	194	667	118	798	543	2.320
Outros serviços de auditoria	180	68	-	104	34	386
	<b>374</b>	<b>735</b>	<b>118</b>	<b>902</b>	<b>577</b>	<b>2.706</b>
Serviços de Consultoria fiscal	-	90	-	-	-	90
Outros serviços	-	42	-	12	-	54
	-	<b>132</b>	-	<b>12</b>	-	<b>144</b>
<b>Total</b>	<b>374</b>	<b>867</b>	<b>118</b>	<b>914</b>	<b>577</b>	<b>2.850</b>

31 Dezembro 2012						
Milhares de Euros	Portugal	Espanha	Brasil	Estados Unidos da América	Outros	Total
Auditoria e Revisão Legal de Contas	177	634	68	791	411	2.081
Outros serviços de auditoria	40	54	-	31	12	137
	<b>217</b>	<b>688</b>	<b>68</b>	<b>822</b>	<b>423</b>	<b>2.218</b>
Serviços de Consultoria fiscal	-	164	-	32	-	196
Outros serviços	10	30	-	-	40	80
	<b>10</b>	<b>194</b>	-	<b>32</b>	<b>40</b>	<b>276</b>
<b>Total</b>	<b>227</b>	<b>882</b>	<b>68</b>	<b>854</b>	<b>463</b>	<b>2.494</b>

EDP Renováveis, S.A. e subsidiárias  
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

#### **45. Nota de tradução**

Estas demonstrações financeiras constituem uma tradução livre da versão original emitida em Inglês em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme adoptadas pela União Europeia (UE). Em caso de eventuais discrepâncias, a versão original em Inglês prevalece sobre esta tradução.

**Anexo 1**

As empresas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral, à data de 31 Dezembro 2013 e 2012, são as seguintes:

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
<b>Empresa-Matriz do Grupo e actividades conexas:</b>						
EDP Renováveis, S.A. (Empresa-Matriz do Grupo)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.	Oviedo	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Geografia Europa</b>						
<b>Espanha:</b>						
EDP Renewables Europe, S.L. (Empresa-Matriz Europa)	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Acampo Arias, S.L.	Saragoça	KPMG	98,19%	98,19%	98,19%	98,19%
Aplicaciones Industriales de Energías Limpias, S.L.	Saragoça	n.a.	61,50%	61,50%	61,50%	61,50%
Aprofitament D'Energies Renovables de la Terra Alta, S.A.	Barcelona	n.a.	48,70%	60,63%	48,70%	60,63%
Bon Vent de Corbera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de L'Ebre, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bon Vent de Vilalba, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ceprastur, A.I.E.	Oviedo	n.a.	56,76%	56,76%	56,76%	56,76%
Compañía Eólica Campo de Borja, S.A.	Saragoça	KPMG	75,83%	75,83%	75,83%	75,83%
Desarrollo Eólico Almarchal, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Buenavista, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Corme, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Lugo, S.A.U.	Lugo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico de Tarifa, S.A.U.	Cádiz	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Dumbria, S.A.U.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollo Eólico Rabosera, S.A.	Huesca	KPMG	95,08%	95,08%	95,08%	95,08%
Desarrollo Eólico Santa Quiteria, S.L.	Huesca	KPMG	83,96%	100,00%	83,96%	100,00%
Desarrollos Catalanes Del Viento, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Desarrollos Eólicos de Galicia, S.A.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Desarrollos Eólicos de Teruel, S.L.	Saragoça	n.a.	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
EDP Renováveis Cantábria, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Energías Eólicas La Manchuela, S.L.U.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR España Promoción y Operación, S.L.U. (antiga Eneroliva, S.A.)	Sevilha	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Alfoz, S.L.	Madrid	KPMG	83,73%	83,73%	83,73%	83,73%
Eólica Arlanzón, S.A.	Madrid	KPMG	77,50%	77,50%	77,50%	77,50%
Eólica Campollano, S.A.	Madrid	KPMG	75,00%	75,00%	75,00%	75,00%
Eólica Curiscao Pumar, S.A.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica de Radona, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Don Quijote, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Dulcinea, S.L.	Albacete	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Fontesilva, S.L.	Corunha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Garcimuñoz, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Guadalteba, S.L.	Sevilha	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Brújula, S.A. (antiga Sierra de la Peña, S.A.)	Madrid	KPMG	84,90%	84,90%	84,90%	84,90%
Eólica La Janda, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica La Navica, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica Sierra de Avila, S.L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renovables España, S. L.	Madrid	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iberia Aprovechamientos Eólicos, S.A.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Industrias Medioambientales Río Carrión, S.A.	Madrid	n.a.	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Investigación y Desarrollo de Energías Renovables, S.L.	León	KPMG	59,59%	59,59%	59,59%	59,59%
Molino de Caragüeyes, S.L.	Saragoça	KPMG	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Eólica Muxía, S.L.	Corunha	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
NEO Energia Aragón, S.L.	Madrid	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Parc Eòlic Coll de la Garganta, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eòlic de Coll de Moro, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Torre Madrina, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic de Vilalba dels Arcs, S.L.	Barcelona	KPMG	60,00%	100,00%	60,00%	100,00%
Parc Eòlic Serra Voltorera, S.L.	Barcelona	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico Altos del Voltoya, S.A.	Madrid	KPMG	61,00%	61,00%	61,00%	61,00%
Parque Eólico Belchite, S.L.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parque Eólico La Sotonera, S.L.	Saragoça	KPMG	64,84%	64,84%	64,84%	64,84%
Parque Eólico Los Cantales, S.L.U.	Saragoça	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parques de Generación Eólica, S.L.	Burgos	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Parques Eólicos del Cantábrico, S.A.	Oviedo	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rasacal Cogeneración S.A.	Madrid	n.a.	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Renovables Castilla La Mancha, S.A.	Albacete	KPMG	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Sotromal, S.A.	Soria	n.a.	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
South África Wind & Solar Power, S.L.	Oviedo	n/a	100,00%	100,00%	-	-
Tratamientos Medioambientales del Norte, S.A.	Madrid	n.a.	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
<b>Portugal:</b>						
EDP Renováveis Portugal, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	51,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables, SGPS, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR PT - Promoção e Operação, S.A.	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eólica da Alagoa, S.A.	Arcos de Valdevez	KPMG	30,60%	60,00%	60,00%	60,00%
Eólica da Serra das Alturas, S.A.	Boticas	KPMG	25,55%	50,10%	50,10%	50,10%
Eólica de Montenegro, Lda	Vila Pouca de Aguiar	KPMG	25,55%	50,10%	50,10%	50,10%
Gravitangle - Fotovoltaica Unipessoal, Lda	Porto	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Malhadizes - Energia Eólica, S.A.	Porto	KPMG	51,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>França:</b>						
EDP Renewables France, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR France Holding, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Bourbriac II, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
C.E. Canet-Pont de Salars, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Gueltas Noyal-Pontivy, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. NEO Truc L'homme, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Patay, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Saint Barnabe, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
C.E. Segur, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Callengeville, S.A.S.	Elbeuf	EXCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne de Saugueuse, S.A.R.L.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolienne D'etalondes, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Le Mee, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Mardelle, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts du Forez Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien D'ardennes	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de La Hetroye, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Mancheville, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Montagne Fayel, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	-	-
Parc Eolien de Roman, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien de Varimpre, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Bocages, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Longs Champs, S.A.R.L.	Elbeuf	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien des Vatines, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Parc Eolien du Clos Bataille, S.A.S.	Elbeuf	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Petite Piece, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Plouvien Breiz, S.A.S.	Carhaix	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Quinze Mines, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Sauvageons, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	49,00%	100,00%	49,00%
Vallée du Moulin, S.A.R.L.	Toulouse	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Polónia:</b>						
EDP Renewables Polska, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Elektrownia Wiatrowa Kresy I, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farma Wiatrowa Starozreby, SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
J&Z Wind Farms SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Karpacka Mala Energetyka, SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Korsze Wind Farm SP. ZO.O.	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Masovia Wind Farm I, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Gryf SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Neptun SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MFW Pomorze SP. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Molen Wind II, S.P. ZO.O.	Varsóvia	n.a.	65,07%	65,07%	-	-
Relax Wind Park I, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	96,43%	96,43%
Relax Wind Park II, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park III, SP. ZO.O	Varsóvia	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Relax Wind Park IV, SP. ZO.O	Varsóvia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Roménia:</b>						
EDP Renewables Romania, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cernavoda Power, S.R.L.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Cujmir Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR-RO-PV, S.R.L.	Bucareste	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Delta, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Foton Epsilon, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pestera Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
VS Wind Farm, S.A.	Bucareste	KPMG	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Potelu Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
S.C. Ialomita Power, S.R.L.	Bucareste	n.a.	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Sibioara Wind Farm, S.R.L.	Bucareste	n.a.	85,00%	85,00%	85,00%	85,00%
Studina Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Vanju Mare Solar, S.R.L.	Bucareste	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Reino Unido:</b>						
EDPR UK Limited	Cardiff	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MacColl Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Moray Offshore Renewables Limited	Cardiff	KPMG	66,64%	66,64%	66,64%	66,64%
Stevenson Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
Telford Offshore Windfarm Limited	Cardiff	n.a.	66,64%	100,00%	66,64%	100,00%
<b>Itália:</b>						
EDP Renewables Italia, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Castellaneta Wind, S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Laterza Wind, S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.	Paris	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pietragalla Eolico, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Re Plus - S.R.L.	Milão	n.a.	80,00%	80,00%	80,00%	80,00%
Repano Wind S.R.L.	Milão	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Villa Castelli Wind, S.R.L.	Milão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Bélgica:</b>						
EDP Renewables Belgium	Bruxelas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Greenwind, S.A.	Louvain-la-Neuve	KPMG	100,00%	100,00%	70,00%	70,00%
<b>Holanda:</b>						
Tarcan, BV	Amesterdão	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Geografia América do Norte</b>						
<b>EUA:</b>						
EDP Renewables North America, L.L.C. (Empresa-Matriz EUA)	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
17th Star Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento I, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2007 Vento II, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
2008 Vento III, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento IV, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento V, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2009 Vento VI, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2010 Vento VIII, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento IX, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2011 Vento X, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
2012 Vento XI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Alabama Ledge Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Antelope Ridge Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arbuckle Mountain, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Arkwright Summit Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Arlington Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Aroostook Wind Energy, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ashford Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project II, L.L.C	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Athena-Weston Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
AZ Solar, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Holdings, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BC2 Maple Ridge Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Black Prairie Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm IV, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm V, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blackstone Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Wind Power VII, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower II, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower III, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower IV, L.L.C.	Oklahoma	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower V, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Blue Canyon Windpower VI, L.L.C.	Oklahoma	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Broadlands Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Buffalo Bluff Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chateaugay River Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Clinton County Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cloud West Wind Project, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Coos Curry Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cropsey Ridge Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Crossing Trails Wind, Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Dairy Hills Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Diamond Power Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
East Klickitat Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eastern Nebraska Wind Farm, L.L.C.	Nebraska	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures X, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Five-Spot, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Ford Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Franklin Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Green Power Offsets, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Gulf Coast Windpower Management Company, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Headwaters Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Hidalgo Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
High Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Minnesota	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
High Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Chocolate Bayou I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Midwest IX, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest I, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest IV, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest VII, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest X, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Northwest XI, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Panhandle I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest I, L.L.C.	Novo México	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest III, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Southwest IV, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Energy Valley I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind MREC Iowa Partners, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IB, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IC, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures II, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			%	%	%	%
			Indirecta	Direitos de Voto	Indirecta	Direitos de Voto
Horizon Wind Ventures III, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures IX, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VI, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind Ventures VIII, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wind, Freeport Windpower I, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Horizon Wyoming Transmission, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Jericho Rise Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Juniper Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm II, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm III, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lexington Chenoa Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Lone Valley Sollar Park I, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Lone Valley Sollar Park II, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Lost Lakes Wind Farm, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Machias Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Madison Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marble River, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Martinsdale Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm II, L.L.C.	Indiana	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm IV, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm V, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Wind Farm, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Meadow Lake Windfarm III, L.L.C.	Indiana	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Mesquite Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
New Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
North Slope Wind Farm, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Number Nine Wind Farm, L.L.C.	Maine	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Old Trail Wind Farm, L.L.C.	Illinois	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
OPQ Property, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pacific Southwest Wind Farm, L.L.C.	Arizona	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm II, L.L.C.	Ohio	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm III, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm IV, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Paulding Wind Farm, L.L.C.	Ohio	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peterson Power Partners, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Interconnection, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm I, L.L.C.	Iowa	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pioneer Prairie Wind Farm II, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Post Oak Wind, L.L.C.	Texas	KPMG	51,00%	100,00%	51,00%	100,00%
Quilt Block Wind Farm, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rail Splitter, L.L.C.	Illinois	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rio Blanco Wind Farm, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rising Tree Wind Farm II, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Rising Tree Wind Farm III, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Rising Tree Wind Farm, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Rush County Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saddleback Wind Power Project, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sagebrush Power Partners, L.L.C.	Washington	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sardinia Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Signal Hill Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm II, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm III, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm IV, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm V, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Simpson Ridge Wind Farm, L.L.C.	Wyoming	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stinson Mills Wind Farm, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Stone Wind Power, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sustaining Power Solutions, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	-	-
Telocaset Wind Power Partners, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
The Nook Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tug Hill Windpower, L.L.C.	Nova Iorque	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turnleweed Wind Power Project, L.L.C.	Colorado	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Turtle Creek Wind Farm, L.L.C.	Iowa	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Verde Wind Power, L.L.C.	Texas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Waverly Wind Farm, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Empresa	Sede	Auditor	2013		2012	
			% Indirecta	% Direitos de Voto	% Indirecta	% Direitos de Voto
Western Trail Wind Project I, L.L.C.	Kansas	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wheatfield Holding, L.L.C.	Oregon	KPMG	51,00%	51,00%	-	-
Wheatfield Wind Power Project, L.L.C.	Oregon	KPMG	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whiskey Ridge Power Partners, L.L.C.	Washington	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whistling Wind WI Energy Center, L.L.C.	Wisconsin	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Whitstone Wind Purchasing, L.L.C.	Illinois	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wilson Creek Power Partners, L.L.C.	Nevada	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Wind Turbine Prometheus, L.P.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
WTP Management Company, L.L.C.	Califórnia	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
<b>Canadá:</b>						
EDP Renewables Canada, Ltd	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
0867242 BC, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada GP, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
EDP Renewables Canada LP, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Eolia Renewable Energy Canada, Ltd.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SBWFI GP, Inc.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
South Branch Wind Farm, Inc.	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
South Dundas Wind Farm LP	Ontário	n.a.	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

**Geografia América do Sul**
**Brasil:**

EDP Renováveis Brasil, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	55,00%	55,00%	55,00%
Central Eólica Aventura, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.	São Paulo	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Central Nacional de Energia Eólica, S.A.	Santa Catarina	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%
Elebrás Projectos, Ltda	Rio Grande do Sul	KPMG	55,00%	100,00%	55,00%	100,00%

**Geografia África**
**África do Sul:**

EDP Renewables South Africa, Proprietary, Ltd	Cape Town	Mazars Inc.	100,00%	100,00%	-	-
Dejann Trading and Investments Proprietary, Ltd	Cape Town	Mazars Inc.	100,00%	100,00%	-	-
Jouren Trading and Investments Pty, Ltd	Cape Town	Mazars Inc.	100,00%	100,00%	-	-

Os principais indicadores financeiros das Empresas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2013, são apresentados de seguida:

Empresa	Capital Social	Sede	Auditor	% Detida	% Direitos de Voto
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Saragoça	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	Hispa-control	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

Empresa	Activo Não Corrente Euro'000	Activo Corrente Euro'000	Passivo Não Corrente Euro'000	Passivo Corrente Euro'000	Total Capital Próprio Euro'000	Total Proveitos Euro'000	Total Custos Euro'000	Resultado Líquido Euro'000
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	41.520	6.364	4.237	4.930	38.717	15.848	-10.473	5.375
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	21.105	3.070	15.616	2.087	6.472	5.874	-3.784	2.090
Flat Rock Windpower, L.L.C.	133.811	3.244	1.318	71	135.666	12.327	-13.536	-1.209
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	53.806	733	508	48	53.983	2.970	-4.845	-1.875
Tebar Eólica, S.A.	11.976	2.487	8.358	2.291	3.814	4.299	-3.679	620

As Empresas Conjuntamente Controladas incluídas na consolidação pelo método proporcional, à data de 31 de Dezembro de 2012, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Sede</b>	<b>Auditor</b>	<b>% Detida</b>	<b>% Direitos de Voto</b>
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	6.701.165 €	Saragoça	Deloitte	50,00%	50,00%
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	15.025 €	Las Palmas	Não auditada	49,90%	49,90%
Evolución 2000, S.L.	117.994 €	Albacete	Hispa-control	49,15%	49,15%
Flat Rock Windpower, L.L.C.	\$522.818.885	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	\$207.447.187	Nova Iorque	E&Y	50,00%	50,00%
Tebar Eólica, S.A.	4.720.400 €	Cuenca	Abante	50,00%	50,00%

<b>Empresa</b>	<b>Activo Não Corrente Euro'000</b>	<b>Activo Corrente Euro'000</b>	<b>Passivo Não Corrente Euro'000</b>	<b>Passivo Corrente Euro'000</b>	<b>Total Capital Próprio Euro'000</b>	<b>Total Proveitos Euro'000</b>	<b>Total Custos Euro'000</b>	<b>Resultado Líquido Euro'000</b>
Compañía Eólica Aragonesa, S.A.	43.999	9.885	11.605	6.815	35.464	17.995	-10.119	7.876
Desarrollos Energeticos Canarios S.A.	-	4	-	9	-5	-	-	-
Evolución 2000, S.L.	22.304	3.230	17.489	1.934	6.111	5.568	-3.570	1.998
Flat Rock Windpower, L.L.C.	147.901	2.304	1.308	130	148.767	11.170	-14.062	-2.892
Flat Rock Windpower II, L.L.C.	59.348	568	504	34	59.378	2.388	-4.966	-2.578
Tebar Eólica, S.A.	12.872	6.349	11.141	2.498	5.582	4.398	-3.482	916

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2013, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Sede</b>	<b>Auditor</b>	<b>% Detida</b>	<b>% Direitos de Voto</b>
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	3.869.020 €	Barcelona	Não auditada	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	454.896 €	Huesca	PWC	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$47.835.419	Oklahoma	Não auditada	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	300.000 €	Burgos	Não auditada	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canárias, S.A.	3.191.580 €	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	25.247.525 €	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	40.000 €	Bois Guillaume	E&Y	50,00%	50,00%
Les Eoliennes en Mer de Vendée, SAS	40.000 €	Nantes	E&Y	50,00%	50,00%
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	-	Cape Town	Não auditada	42,50%	42,50%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	120.400 €	Asturias	KPMG	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	7.194.021 €	Soria	Não auditada	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	1 £	Edimburg	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	80.000 €	Ciudad Real	KPMG	25,00%	25,00%

<b>Empresa</b>	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Capitais Próprios</b>	<b>Total Proveitos</b>	<b>Resultados Líquidos</b>
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	28.785	25.802	2.983	395	-65
Biomassas del Pirineo, S.A.	238	-	238	-	-
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	31.721	1.952	29.769	4.362	-1.209
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	137	-115	252	-	-
Desarrollos Eolicos de Canárias, S.A.	6.441	1.241	5.200	3.413	1.150
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	1.467.365	1.392.627	74.739	194.859	37.220
Les Eoliennes en Mer de Dieppe - Le Tréport, SAS	40	-	40	-	40
Les Eoliennes en Mer de Vendée, SAS	40	-	40	-	40
Modderfontein Wind Energy Project, Ltd.	-	-	-	-	-
Parque Eólico Belmonte, S.A.	27.812	23.565	4.247	5.221	1.334
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	63.626	42.107	21.519	14.147	4.749
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	20.811	22.664	-1.854	260	-731
Solar Siglo XXI, S.A.	62	-	62	-	-

As Empresas Associadas incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, à data de 31 de Dezembro de 2012, são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>Capital Social</b>	<b>Sede</b>	<b>Auditor</b>	<b>% Detida</b>	<b>% Direitos de Voto</b>
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	3.869.020 €	Barcelona	Não auditada	18,97%	38,96%
Biomassas del Pirineo, S.A.	454.896 €	Huesca	PWC	30,00%	30,00%
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	\$50.417.419	Oklahoma	Não auditada	25,00%	25,00%
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	300.000 €	Burgos	Não auditada	30,00%	30,00%
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	4.291.140 €	Gran Canaria	KPMG	44,75%	44,75%
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	25.247.525 €	Lisboa	Mazars	35,96%	35,96%
Parque Eólico Belmonte, S.A.	120.400 €	Asturias	KPMG	29,90%	29,90%
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	7.194.021 €	Soria	Não auditada	42,00%	42,00%
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	£1	Edimburg	Deloitte	49,00%	49,00%
Solar Siglo XXI, S.A.	80.000 €	Ciudad Real	KPMG	25,00%	25,00%

<b>Empresa</b>	<b>Activos</b>	<b>Passivos</b>	<b>Capitais Próprios</b>	<b>Total Proveitos</b>	<b>Resultados Líquidos</b>
Aprofitament D'Energies Renovables de L'Ebre, S.A.	28.135	25.087	3.048	130	-103
Biomassas del Pirineo, S.A.	238	-	238	-	-
Blue Canyon Wind Power I, L.L.C.	35.927	1.597	34.330	5.112	-912
Cultivos Energéticos de Castilla, S.A.	137	-115	252	-	-
Desarrollos Eolicos de Canarias, S.A.	8.412	692	7.720	4.248	2.123
ENEOP - Eólicas de Portugal, S.A.	1.318.686	1.288.975	29.711	1.190	11.315
Parque Eólico Belmonte, S.A.	30.045	26.092	3.953	2.949	1.195
Parque Eólico Sierra del Madero, S.A.	60.235	43.466	16.770	12.332	4.770
SeaEnergy Renewables Inch Cape Limited	12.263	13.187	-924	-	-880
Solar Siglo XXI, S.A.	62	-	62	-	-

## Anexo 2

## EDP Renováveis, S.A.

Actividade do Grupo EDPR por Segmentos de Negócio  
Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2013

Milhares de Euros	Europa	América do Norte	Brasil	Total dos Segmentos
Volume de negócios	844.494	362.916	24.290	1.231.700
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	-	125.101		125.101
	844.494	488.017	24.290	1.356.801
Outros proveitos operacionais	12.187	29.863	-	42.050
Fornecimentos e Serviços Externos	-141.943	-111.772	-7.829	-261.544
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-25.537	-28.858	-1.142	-55.537
Outros custos operacionais	-80.433	-39.649	-869	-120.951
	-235.726	-150.416	-9.840	-395.982
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	608.768	337.601	14.450	960.819
Provisões do exercício	-97	-1.167	-25	-1.289
Amortizações e imparidades do exercício	-251.191	-227.901	-6.417	-485.509
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	1.096	17.376	-	18.472
<b>Resultado Operacional</b>	358.576	125.909	8.008	492.493
<b>Ganhos / (Perdas) em associadas</b>	28.401	-	-	28.401
<b>Activos</b>	6.340.043	5.390.932	142.438	11.873.413
<b>Passivos</b>	355.048	2.115.669	2.525	2.473.242
<b>Investimento Operacional</b>	387.259	121.867	24.902	534.028

Nota: O segmento "Europa" inclui: i) volume de negócios no montante de 467.613 milhares de Euros proveniente de empresas em Espanha, dos quais 4.830 milhares de Euros foram gerados fora de Espanha; ii) activos de empresas em Espanha no montante de 2.560.723 milhares de Euros.

**Reconciliação de informação entre Reporte por Segmentos e Demonstrações Financeiras**

Milhares de Euros	
<b>Total do Volume de Negócios dos Segmentos Reportados</b>	<b>1.231.700</b>
Volume de Negócios de Outros Segmentos	12.418
Eliminação de Operações intra-segmentos	(13.155)
<b>Total do Volume de Negócios do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>1.244.118</b>
<b>Total do Resultado Operacional Bruto dos Segmentos Reportados</b>	<b>960.819</b>
Resultado Operacional Bruto de Outros Segmentos	(13.694)
Eliminação de Operações intra-segmentos	2
<b>Total do Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP</b>	<b>947.125</b>
<b>Total do Resultado Operacional dos Segmentos Reportados</b>	<b>492.493</b>
Resultado Operacional de Outros Segmentos	(14.906)
Eliminação de Operações intra-segmentos	(4.436)
<b>Total do Resultado Operacional do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>477.587</b>
<b>Total de Activos dos Segmentos Reportados</b>	<b>11.873.413</b>
Activos não alocados	<b>2.094.526</b>
Activos Financeiros	545.082
Activos por Impostos	191.779
Outros Activos	1.357.665
Activos de Outros Segmentos	9.845.345
Eliminação de Operações intra-segmentos	(10.701.566)
<b>Total de Activos do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>13.111.718</b>
<b>Total de Passivos dos Segmentos Reportados</b>	<b>2.473.242</b>
Passivos não alocados	5.180.276
Passivos Financeiros	874.011
Passivos por Impostos	438.830
Outros Passivos	3.867.435
Passivos de Outros Segmentos	4.177.846
Eliminação de Operações intra-segmentos	(4.809.142)
<b>Total de Passivos do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>7.022.222</b>
<b>Total de Investimento Operacional dos Segmentos Reportados</b>	<b>534.028</b>
Investimento Operacional de Outros Segmentos	2.437
<b>Total de Investimento Operacional do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>536.465</b>

	Total dos Segmentos Reportados	Outros Segmentos	Eliminação de Operações intra-segmentos	Total do Grupo EDP Renováveis
<b>Outros proveitos operacionais</b>	<b>42.050</b>	81	(405)	<b>41.726</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>(261.544)</b>	(14.737)	13.486	<b>(262.795)</b>
<b>Custos com o pessoal e benefícios aos empregados</b>	<b>(55.537)</b>	(11.017)	-	<b>(66.554)</b>
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>(120.951)</b>	(439)	76	<b>(121.314)</b>
<b>Provisões do exercício</b>	<b>(1.289)</b>	-	(1)	<b>(1.290)</b>
<b>Amortizações e imparidades do exercício</b>	<b>(485.509)</b>	(1.212)	(4.437)	<b>(491.158)</b>
<b>Amortização de proveitos diferidos / Subsídios governamentais</b>	<b>18.472</b>	-	-	<b>18.472</b>
<b>Ganhos / (perdas) em associadas</b>	<b>28.401</b>	(33)	(12.459)	<b>15.909</b>

**EDP Renováveis, S.A.****Actividade do Grupo EDPR por Segmentos de Negócio  
Informação por Segmentos de Negócio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012**

Milhares de Euros	<b>Europa</b>	<b>América do Norte</b>	<b>Brasil</b>	<b>Total dos Segmentos</b>
Volume de negócios	777.538	355.504	24.754	1.157.796
Proveitos decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	-	127.350		127.350
	<u>777.538</u>	<u>482.854</u>	<u>24.754</u>	<u>1.285.146</u>
Outros proveitos operacionais	46.540	19.439	-	65.979
Fornecimentos e Serviços Externos	-125.096	-116.317	-6.177	-247.590
Custos com o pessoal e Custos com benefícios aos empregados	-24.542	-29.260	-1.217	-55.019
Outros custos operacionais	-41.002	-41.290	-804	-83.096
	<u>-144.100</u>	<u>-167.428</u>	<u>-8.198</u>	<u>-319.726</u>
<b>Resultado Operacional Bruto</b>	<b>633.438</b>	<b>315.427</b>	<b>16.556</b>	<b>965.421</b>
Provisões do exercício	3	-	-	3
Amortizações e imparidades do exercício	-260.140	-233.564	-6.323	-500.027
Amortização de proveitos diferidos (subsídios governamentais)	1.119	14.112		15.231
<b>Resultado Operacional</b>	<b>374.420</b>	<b>95.975</b>	<b>10.233</b>	<b>480.628</b>
<b>Ganhos / (Perdas) em associadas</b>	<b>6.833</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.833</b>
<b>Activos</b>	<b>6.193.866</b>	<b>5.655.698</b>	<b>153.362</b>	<b>12.002.926</b>
<b>Passivos</b>	<b>474.592</b>	<b>2.334.745</b>	<b>3.376</b>	<b>2.812.713</b>
<b>Investimento Operacional</b>	<b>423.328</b>	<b>171.176</b>	<b>9.149</b>	<b>603.653</b>

Nota: O segmento "Europa" inclui: i) volume de negócios no montante de 434.424 milhares de Euros proveniente de empresas em Espanha, dos quais 38.165 milhares de Euros foram gerados fora de Espanha; ii) activos de empresas em Espanha no montante de 2.829.924 milhares de Euros.

**Reconciliação de informação entre Reporte por Segmentos e Demonstrações Financeiras**

Milhares de Euros	
<b>Total do Volume de Negócios dos Segmentos Reportados</b>	<b>1.157.796</b>
Volume de Negócios de Outros Segmentos	(107)
Eliminação de Operações intra-segmentos	107
<b>Total do Volume de Negócios do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>1.157.796</b>
<b>Total do Resultado Operacional Bruto dos Segmentos Reportados</b>	<b>965.421</b>
Resultado Operacional Bruto de Outros Segmentos	(28.050)
Eliminação de Operações intra-segmentos	210
<b>Total do Resultado Operacional Bruto do Grupo EDP</b>	<b>937.581</b>
<b>Total do Resultado Operacional dos Segmentos Reportados</b>	<b>480.628</b>
Resultado Operacional de Outros Segmentos	(29.167)
Eliminação de Operações intra-segmentos	(1.355)
<b>Total do Resultado Operacional do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>450.106</b>
<b>Total de Activos dos Segmentos Reportados</b>	<b>12.002.926</b>
Activos não alocados	<b>1.121.956</b>
Activos Financeiros	349.094
Activos por Impostos	127.195
Outros Activos	645.667
Activos de Outros Segmentos	8.593.954
Eliminação de Operações intra-segmentos	(8.416.863)
<b>Total de Activos do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>13.301.973</b>
<b>Total de Passivos dos Segmentos Reportados</b>	<b>2.812.713</b>
Passivos não alocados	6.369.141
Passivos Financeiros	917.112
Passivos por Impostos	394.108
Outros Passivos	5.057.921
Passivos de Outros Segmentos	3.383.580
Eliminação de Operações intra-segmentos	(5.012.288)
<b>Total de Passivos do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>7.553.146</b>
<b>Total de Investimento Operacional dos Segmentos Reportados</b>	<b>603.653</b>
Investimento Operacional de Outros Segmentos	2.831
<b>Total de Investimento Operacional do Grupo EDP Renováveis</b>	<b>606.484</b>

	Total dos Segmentos Reportados	Outros Segmentos	Eliminação de Operações intra-segmentos	Total do Grupo EDP Renováveis
<b>Outros proveitos operacionais</b>	<b>65.979</b>	140	(3.003)	<b>63.116</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>(247.590)</b>	(16.883)	2.663	<b>(261.810)</b>
<b>Custos com o pessoal e benefícios aos empregados</b>	<b>(55.019)</b>	(8.247)	607	<b>(62.659)</b>
<b>Outros custos operacionais</b>	<b>(83.096)</b>	(2.952)	(164)	<b>(86.212)</b>
<b>Provisões do exercício</b>	<b>3</b>	-	-	<b>3</b>
<b>Amortizações e imparidades do exercício</b>	<b>(500.027)</b>	(1.118)	(1.564)	<b>(502.709)</b>
<b>Amortização de proveitos diferidos / Subsídios governamentais</b>	<b>15.231</b>	-	-	<b>15.231</b>
<b>Ganhos / (perdas) em associadas</b>	<b>6.833</b>	-	-	<b>6.833</b>

## RELATÓRIO DE AUDITORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

KPMG Auditores S.L.  
Ventura Rodríguez, 2  
33004 Oviedo

Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

### **Relatório de Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas**

Aos Accionistas da  
EDP Renováveis, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas da EDP Renováveis, S.A. (a “Empresa”) e suas subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2013, a demonstração dos resultados consolidados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o mapa de alterações aos capitais próprios consolidados, a demonstração dos fluxos de caixa consolidados e as notas relativas ao exercício findo naquela data. Conforme mencionado na nota 2 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, a sua preparação é da responsabilidade do Conselho de Administração, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas na União Europeia e outras disposições legais sobre informação financeira aplicáveis ao Grupo. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas, baseada na nossa auditoria de acordo com a legislação e regulamentação de auditoria aplicável em Espanha, que exigem a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas, apreciação, em termos globais, da sua apresentação, bem como as políticas e os critérios contabilísticos adoptados e a as estimativas efectuadas estão de acordo com as normas relacionadas com a informação financeira.

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2013, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, os capitais próprios consolidados e a posição financeira consolidada da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2013, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e outras disposições legais sobre informação financeira.

O relatório de gestão consolidado de 2013 contém as explicações consideradas relevantes pelo Conselho de Administração da EDP Renováveis, S.A. face à situação do Grupo, a evolução do seu negócio e outros assuntos, e não constitui parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com a informação divulgada nas demonstrações financeiras consolidadas de 2013. Enquanto auditores o nosso exame é limitado à verificação do relatório de gestão no âmbito descrito neste parágrafo e não inclui a revisão de outra informação que não a extraída directamente dos registos contabilísticos da EDP Renováveis, S.A. e das suas subsidiárias.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós

26 de Fevereiro de 2014

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM O SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO RELATO FINANCEIRO



Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

### **Relatório do Management relativo à responsabilidade pelo**

### **Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro**

O Conselho de Administração e o *Management* são responsáveis por estabelecer e manter um Sistema de Controlo Interno do Relato Financeiro (SCIRF) adequado.

O SCIRF do Grupo da EDP Renováveis é composto por processos elaborados para uma garantia razoável da fiabilidade da informação financeira e a preparação das contas anuais consolidadas para fins externos, de acordo com o sistema de informação financeira aplicável.

Devido às limitações inerentes aos sistemas de controlo interno, é possível que o sistema de controlo interno do relato financeiro não preveja ou detecte todos os erros que possam ocorrer e podem apenas prever uma garantia razoável com respeito à apresentação e preparação as contas consolidadas anuais. Para além disso, extrapolar a avaliação efectiva para anos futuros envolve um risco que os controlos podem considerar adequados devido às alterações das condições ou desintegração do nível de cumprimento com as políticas e procedimentos.

O *Management* verificou a eficácia do SCIRF a 31 de Dezembro de 2013 baseado no critério estabelecido no Controlo Interno – Sistema Integrado emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*.

Como resultado desta verificação, e baseado nos critérios acima mencionados, o *Management* conclui que a 31 de Dezembro de 2013 o Grupo EDP Renováveis teve um sistema de controlo interno do relato financeiro eficaz.

O SCIRF do Grupo EDP Renováveis a 31 de Dezembro de 2013 foi auditado pelos auditores independentes KPMG Auditores, S.L. conforme indicado no Relatório Anual de Governo Corporativo.

  
Chief Executive Officer

  
Chief Financial Officer

26 de Fevereiro de 2014

## RELATÓRIO DE AUDITORIA AO SISTEMA DE CONTROLO INTERNO DO RELATO FINANCEIRO

KPMG Auditores S.L.  
Ventura Rodríguez, 2  
33004 Oviedo

Este documento em Português é fornecido apenas para efeitos informativos. No caso de qualquer discrepância entre esta versão e a versão original em Inglês, esta prevalecerá.

### Relatório de auditoria sobre o sistema de controlo interno do relato financeiro

Ao Conselho de Administração  
EDP Renováveis, S.A.

De acordo com o vosso pedido e a nossa carta de honorários datada de 20 de junho de 2013, procedemos à auditoria do sistema de controlo interno do relato financeiro da EDP Renováveis, S.A. (a Empresa) e subsidiárias (o Grupo) à data de 31 de dezembro de 2013, com base nos critérios estabelecidos no Enquadramento Integrado de Controlo Interno, emitido pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)* relativamente aos processos de negócio e controlo globais e o enquadramento do COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*) relativamente aos controlos dos sistemas da Tecnologia da Informação. O Conselho de Administração da Empresa e a Equipa de Gestão do Grupo são responsáveis pela adoção das medidas necessárias para garantirem de modo razoável a implementação, manutenção e supervisão de um sistema adequado de controlo interno do relato financeiro, avaliação da sua eficácia e realização de melhorias no sistema, tal como definido no relatório redigido pela Administração do Grupo no controlo interno financeiro incluído. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião quanto à eficácia do controlo interno do sistema financeiro com base na nossa auditoria.

O controlo interno do sistema financeiro de uma organização é concebido para fornecer uma garantia razoável de que os seus relatórios financeiros anuais cumprem com o enquadramento financeiro aplicável. Inclui políticas e procedimentos destinados a: (i) verificar a existência e a manutenção dos registos que apresentem um nível adequado e razoável de detalhe face às transações e ativos do Grupo; (ii) fornecer garantia razoável de que as transações são adequadamente registadas de modo a permitir que o Grupo obtenha contas anuais consolidadas de acordo com o enquadramento de contabilidade financeira aplicável; e (iii) fornecer uma garantia razoável relativamente à prevenção atempada ou deteção de aquisição ou alienação de ativos ou a utilização não autorizada de ativos do Grupo que possam ter um efeito material nas contas anuais consolidadas. Devido às limitações inerentes a qualquer forma de sistema de controlo interno, independentemente da qualidade do design e funcionamento do sistema de controlo interno adotado para a contabilidade financeira anual, este sistema só pode fornecer uma garantia razoável e não absoluta face aos objetivos procurados.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com a ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements*). Esta norma exige que planeemos e realizemos a nossa auditoria de modo a obter uma garantia razoável se o sistema de controlo interno do Grupo sobre a contabilidade financeira está a ser eficaz em todos os aspetos materiais. A nossa auditoria incluiu o nosso entendimento do controlo interno do Grupo face ao sistema de contabilidade financeira, verificando e avaliando, numa base de testes seletivos, o design e a eficácia operacional do sistema e realizando outros procedimentos considerados necessários dadas as circunstâncias. Acreditamos que a nossa auditoria fornece uma base razoável para a nossa opinião.

Devido às limitações inerentes a qualquer forma de sistema de controlo interno, há sempre a possibilidade de que o controlo interno sobre o sistema financeiro não consiga evitar ou detetar os erros ou irregularidades que possa surgir, devido a erros de avaliação, erro humano, fraude ou má prática. Extrapolar a eficácia da avaliação a anos futuros engloba o risco de que os controlos possam deixar de ser adequados às condições em mudança ou erosão nos níveis de conformidade com as políticas e procedimentos.

Na nossa opinião o sistema de controlo interno financeiro do Grupo, reportado a 31 de dezembro de 2013, é eficaz em todos os aspetos materiais, de acordo com os critérios estabelecidos no Enquadramento Integrado de Controlo Interno, emitido pela *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) relativamente aos processos de negócio e controlo globais e o enquadramento do COBIT (*Control Objectives for Information and related Technologies*) relativamente aos controlos dos sistemas da Tecnologia da Informação.

A 26 de fevereiro de 2014, de acordo com a legislação de contabilidade em vigor em Espanha, emitimos um relatório de auditoria sobre as contas anuais consolidadas do Grupo para o exercício de 2013, exprimindo uma opinião não qualificada.

Este relatório foi emitido de acordo com o vosso pedido. Não aceitamos qualquer responsabilidade junto de terceiros para além dos destinatários previstos deste relatório.

KPMG Auditores, S.L.

Ana Fernández Poderós  
26 de fevereiro de 2014

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A INFORMAÇÃO FINANCEIRA

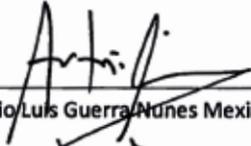


Os membros do Conselho de Administração da sociedade EDP Renováveis, S.A.

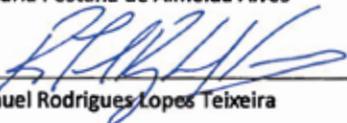
**DECLARAM**

Até ao limite do nosso conhecimento, a informação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 245 do Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro e demais documentos relativos à apresentação das contas exigidos pela lei em vigor foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, reflectindo uma imagem verdadeira e justa do activo, passivo, da situação financeira e dos resultados da EDP Renováveis, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas aos quais poderá estar exposta.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2014.

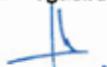
  
 António Luis Guerra Nunes Mexia

  
 Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

  
 Rui Manuel Rodrigues Lopes Teixeira

  
 Gabriel Alonso Imaz

  
 António do Pranto Nogueira Leite

  
 João José Belard da Fonseca Lopes Raimundo

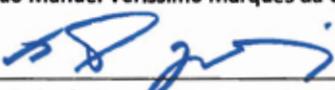
  
 José Fernando Maia de Araújo e Silva

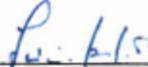
  
 Gilles August

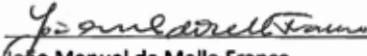
  
 Rafael Caldeira Castel-Branco Valverde

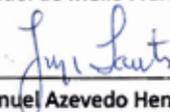
  
 João Manuel Manso Neto

  
 João Manuel Veríssimo Marques da Cruz

  
 João Paulo Nogueira da Sousa Costeira

  
 Acácio Jaime Liberado Mota Piloto

  
 João Manuel de Mello Franco

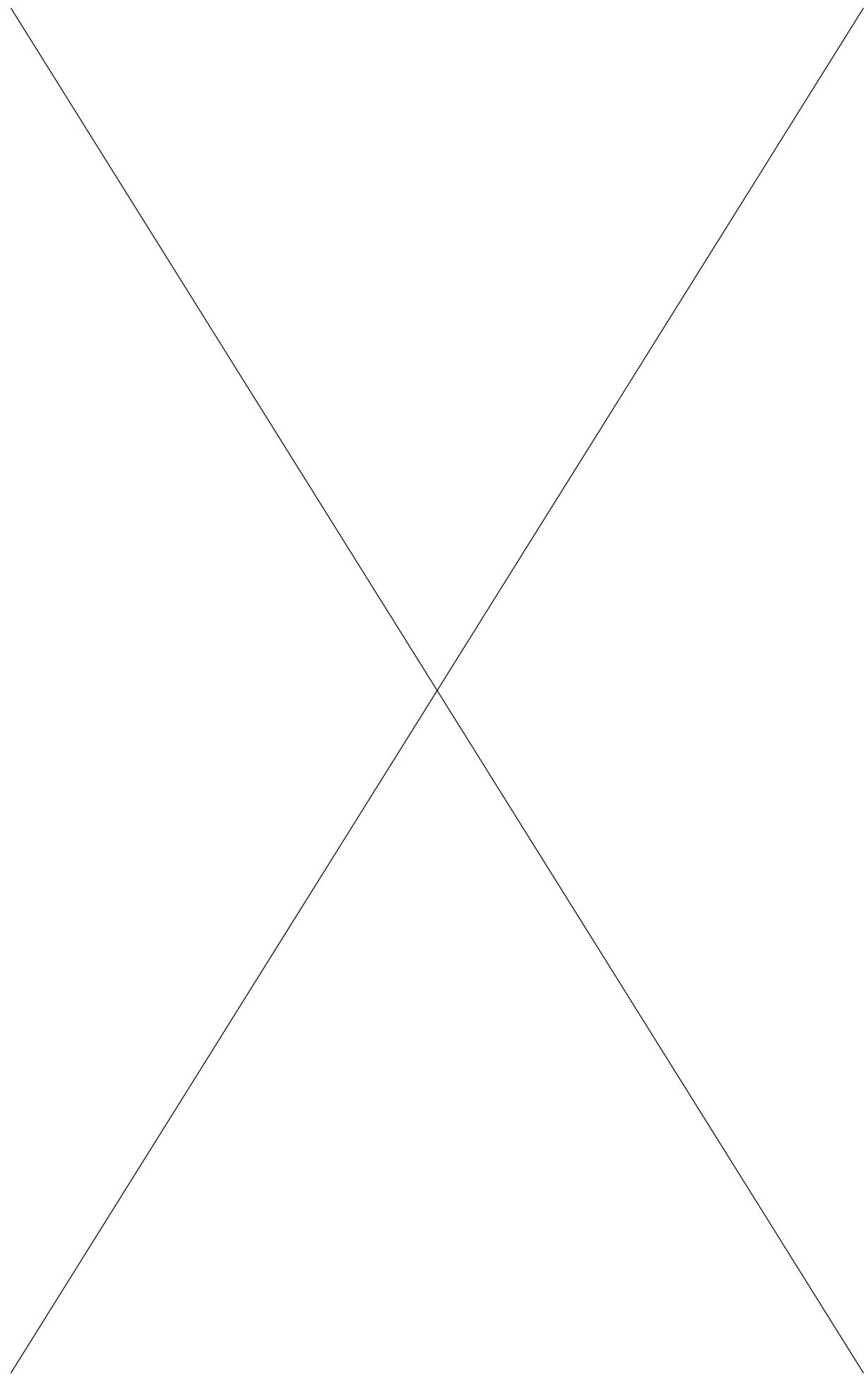
  
 Jorge Manuel Azevedo Henriques dos Santos

  
 José António Ferreira Machado

  
 Manuel Menéndez Menéndez

230

NEVERENDING ENERGY



# 08

## ANEXO

---

EVENTOS SUBSEQUENTES AO FECHO DO EXERCÍCIO	233
PRINCÍPIOS GRI	234
CONTROLO EXTERNO	236





> ROMÉLIA  
ATENEU ROMENO  
Coordenadas:  
44° 26' 29" N 26° 5' 49" E  
Hora do dia: 16H

## 8. ANEXO

### 8.1. EVENTOS SUBSEQUENTES AO FECHO DO EXERCÍCIO

Este Relatório Anual diz respeito aos eventos e desempenho de 2013; no entanto, os seguintes eventos subsequentes merecem relevância.

#### EDPR ESTABELECE PROJECT FINANCE PARA PRIMEIRO PROJETO NO CANADÁ

Em 16 de janeiro de 2014, a EDP Renováveis estabeleceu uma estrutura contratual de project finance para o seu primeiro parque eólico no Canadá. Localizado em Ontário, o projecto eólico South Branch tem capacidade instalada de 30 MW e uma tarifa fixa a 20 anos atribuída pela Ontario Power Authority.

A dívida de longo prazo contratada totaliza \$49 milhões (dólares Canadianos), sendo expectável que o encaixe desta operação ocorra durante o primeiro trimestre de 2014. A estratégia de financiamento da EDPR baseia-se na contratação de dívida de longo prazo em moeda local a preços competitivos, com o objectivo de minimizar os riscos de refinanciamento e de reduzir os riscos de variações cambiais.

Com a execução do primeiro projecto no Canadá, a EDPR adiciona ao seu portfólio um mercado de baixo risco com recurso eólico atractivo, estendendo a sua diversificação geográfica a 11 mercados (EUA, Espanha, Portugal, França, Bélgica, Polónia, Roménia, Reino Unido, Itália, Brasil e Canadá).

#### EDPR FECHA ACORDO COM A AXPO

A EDPR alcançou um acordo em outubro de 2013 com o grupo Axpo para a venda de uma participação accionista representativa de 49% do capital e respetivos empréstimos accionistas referente a um portfólio de parques eólicos com 100 MW de capacidade instalada localizados em França, que atualmente beneficiam de uma remuneração em regime de feed-in. A liquidação desta operação de rotação de activos assinada com o grupo Axpo ocorreu durante o primeiro trimestre de 2014.

#### EDPR ASSEGUROU NOVO CONTRATO DE VENDA DE ENERGIA PARA 200MW NOS ESTADOS UNIDOS

Nos EUA, a EDPR assegurou um contrato de venda de energia ("CAE") com duração de 20 anos com a Kansas City Power & Light Company, com início em 2016, para a energia a ser produzida a partir do seu parque eólico Waverly com 200 MW a ser instalados no estado do Kansas.

## 8.2. PRINCÍPIOS GRI

A EDPR publica, pelo quinto ano consecutivo, um relatório integrado com a descrição do seu desempenho nos três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social.

As informações são apresentadas de acordo com as diretrizes G3.1 da Global Reporting Initiative (GRI) para Relatórios de Sustentabilidade e fornece informações sobre os indicadores do setor elétrico diretamente relacionados com o negócio da empresa, que é a geração de energia a partir de fontes renováveis, basicamente energia eólica. Encontra-se disponível no nosso site, em [www.edpr.com](http://www.edpr.com) um índice GRI completo do presente relatório.

### PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS

O Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas lançado em 2000, que define diretrizes para as empresas que optam por contribuir para o desenvolvimento sustentável.

A EDPR tornou-se signatária desta iniciativa e comprometeu-se a implementar esses princípios e a informar a sociedade sobre o progresso alcançado.

Além disso, a Empresa possui um Código de Ética que contém cláusulas específicas sobre o respeito pelos direitos humanos. Em conformidade com o Código, a EDPR manifesta a sua total oposição a trabalho forçado ou obrigatório e reconhece que os direitos humanos devem ser considerados fundamentais e universais, com base em convenções, tratados e iniciativas internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pelas Nações Unidas, da Organização Internacional do Trabalho e do Pacto Global das Nações Unidas.

O nosso Manual de Compras inclui também um capítulo que orienta todos os Departamentos de Compras na implementação desses princípios. Portanto, quando os departamentos efetuam a aquisição e contratação de bens e serviços, a Empresa envida todos os esforços razoáveis para que os fornecedores selecionados aceitem cumprir os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Informação adicional sobre o Pacto Global da ONU disponível em [www.unglobalcompact.org](http://www.unglobalcompact.org).

### GLOBAL REPORTING INITIATIVE

As diretrizes da GRI definem um conjunto de indicadores e recomendações para a criação de um padrão global para o reporte de informação sobre os três pilares da sustentabilidade: económico, ambiental e social. A adesão da empresa a estas diretivas significa que concorda com o conceito e com as práticas de sustentabilidade.

A totalidade do relatório, incluindo indicadores ambientais e sociais contemplados pela GRI, foi auditada pela KPMG.

A ferramenta GRI define uma lista de princípios para ajudar as organizações a garantir que o conteúdo do relatório é equilibrado e preciso. A EDPR aplicou estes princípios como base neste Relatório Anual de 2013.

Informação adicional sobre as diretrizes GRI disponível em [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org).

### NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI

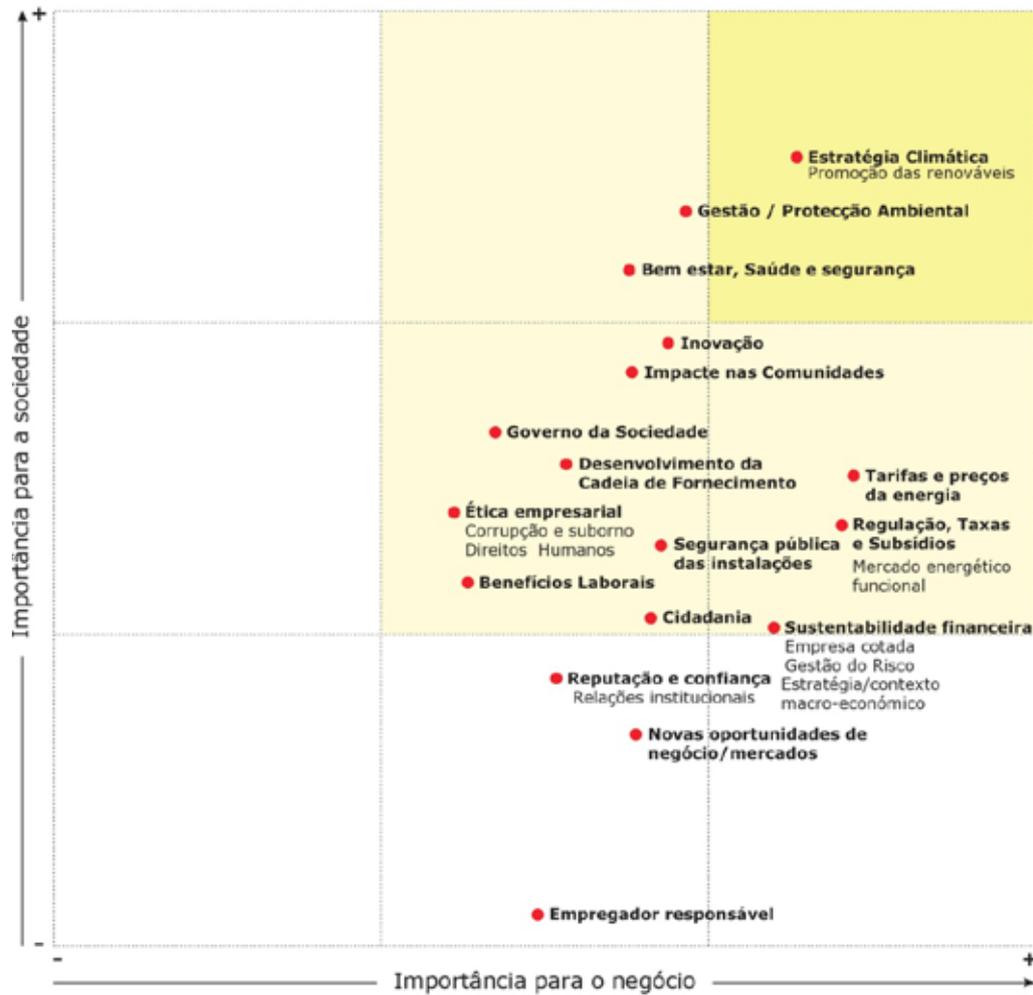
A empresa declara o seu relatório ter atingido o nível A+, o qual foi confirmado pela GRI como contento os conteúdos básicos GRI e auditado pela KPMG segunda a norma ISAE 3000.

Relevância	Inclusão de partes interessadas	Contexto da sustentabilidade
Este relatório inclui a informação relevante para as partes interessadas da Empresa, em função da relevância obtida dos estudos realizados.	As preocupações e os comentários recebidos das partes interessadas foram considerados durante a elaboração do presente relatório.	Este relatório é produzido em consequência da estratégia da empresa de contribuir, na medida possível, para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável..
Exaustividade e equilíbrio	Exatidão, clareza, comparabilidade e fiabilidade	Oportunidade
Salvo disposição em contrário, este relatório abrange todas as subsidiárias da empresa e é apresentado numa perspetiva equilibrada e objetiva.	As informações apresentadas seguem as diretrizes GRI e têm por objetivo tornar a informação comparável, rastreável, precisa e confiável.	As informações apresentadas neste relatório reportam ao ano fiscal de 2013. A EDPR assume o compromisso de relatar informação sobre sustentabilidade, com uma periodicidade mínima anual.

## PRINCÍPIO DA RELEVÂNCIA

O contexto macroeconómico em que os desafios da sustentabilidade estão a aumentar, somado à diversidade de partes interessadas sobre a atividade da EDPR, resulta numa lista vasta e complexa de questões importantes, que devem ser priorizadas de acordo com a sua relevância e importância.

Uma questão é considerada relevante quando influencia a decisão, a ação e o desempenho de uma organização e suas partes interessadas. As questões relevantes da EDPR foram identificadas e os resultados alcançados apoiaram a elaboração do presente Relatório Anual, tal como refletido na estratégia de gestão da empresa e, em particular, na sua agenda para a sustentabilidade.



## 8.3. CONTROLO EXTERNO

## RELATÓRIO DE GARANTIA DE INDEPENDÊNCIA



KPMG Asesores S.L.  
Edificio Torre Europa  
Paseo de la Castellana, 95  
28046 Madrid

### Informe de Revisión Independiente para la Dirección de EDP Renováveis, S.A.

Hemos realizado una revisión de la información no financiera contenida en el Informe Anual de EDP Renováveis, S.A. (en adelante EDP Renováveis) del ejercicio cerrado a 31 de diciembre de 2013 (en adelante "el Informe"). La información revisada se circunscribe a los indicadores GRI descritos en los Contenidos Básicos parte II de la sección denominada índice de contenidos GRI 3.1

La Dirección de EDP Renováveis es responsable de la preparación y presentación del Informe de acuerdo con la Guía para la elaboración de Memorias de Sostenibilidad de Global Reporting Initiative versión 3.1 (G3.1) según lo detallado en la sección "Principios GRI" del Informe. En dicha sección se detalla el nivel de aplicación autodeclarado, el cual ha recibido la confirmación de Global Reporting Initiative. La Dirección también es responsable de la información y las afirmaciones contenidas en el mismo; de la determinación de los objetivos de EDP Renováveis en lo referente a la selección y presentación de información sobre el desempeño en materia de desarrollo sostenible; y del establecimiento y mantenimiento de los sistemas de control y gestión del desempeño de los que se obtiene la información.

Nuestra responsabilidad es llevar a cabo una revisión limitada y basado en el trabajo realizado emitir un informe. Nuestro trabajo ha sido realizado de acuerdo con la Norma ISAE 3000, *Assurance Engagements other than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, emitida por el International Auditing and Assurance Standard Board (IAASB) de la International Federation of Accountants (IFAC) y con la Guía de Actuación sobre trabajos de revisión de Informes de Responsabilidad Corporativa emitida por el Instituto de Censores Jurados de Cuentas de España (ICJCE). Estas normas exigen que planifiquemos y realicemos nuestro trabajo de forma que obtengamos una seguridad limitada sobre si el Informe está exento de errores materiales y que cumplamos las exigencias éticas, incluyendo las de independencia incluidas en el Código Ético de la International Ethics Standards Board for Accountants.

El alcance de los procedimientos de recopilación de evidencias realizados en un trabajo de revisión limitada es inferior al de un trabajo de seguridad razonable y por ello también el nivel de seguridad que se proporciona. El presente informe en ningún caso puede entenderse como un informe de auditoría.

Nuestro trabajo de revisión limitada ha consistido en la formulación de preguntas a la Dirección, principalmente a las personas encargadas de la preparación de la información incluida en el Informe, y en aplicar los siguientes procedimientos analíticos y otros dirigidos a recopilar evidencias:

- Entrevistas con el personal pertinente de EDP Renováveis, sobre la aplicación de las políticas y la estrategia en materia de sostenibilidad.
- Entrevistas con el personal pertinente de EDP Renováveis responsables de proporcionar la información contenida en el Informe.
- Análisis de los procesos de recopilación y de control interno de los datos cuantitativos reflejados en el Informe, en cuanto a la fiabilidad de la información, utilizando procedimientos analíticos y pruebas de revisión en base a muestreos.
- Lectura de la información incluida en el Informe para determinar si está en línea con nuestro conocimiento general y experiencia, en relación con el desempeño en sostenibilidad de EDP Renováveis.

KPMG Asesores S.L., sociedad española de responsabilidad limitada, es una filial de KPMG Europe LLP y firma miembro de la red KPMG de firmas independientes afiliadas a KPMG International Cooperative ("KPMG International"), sociedad suiza.  
Reg. Mer Madrid, T. 14 972, F. 53, Sec. 8, H. M-249.480, Inscrp. 1.ª N.I.F. B-82498650

- Análise aos processos de compilação e controlo interno relativo à informação quantitativa reflectida no Relatório e na verificação da fiabilidade da informação através de processos analíticos e de testes aos controlos por amostragem;
- Leitura da informação apresentada no Relatório de forma a determinar se está de acordo com o nosso conhecimento geral da, e experiência com, a performance de sustentabilidade da EDP Renováveis;
- Comparação da informação financeira incluída no Relatório com as contas anuais da EDP Renováveis, auditadas por terceiras partes independentes;

A nossa equipa multidisciplinar incluiu especialistas em aspectos sociais, ambientais e económicos.

Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação referida no Relatório Anual da EDP Renováveis, para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2013, não esteja isento de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o nível de aplicação A+ das Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do Global Reporting Initiative versão 3.1 conforme referido no capítulo “Informação GRI” do Relatório.

Apresentamos à Comissão Executiva da EDP Renováveis um relatório interno com as nossas constatações e recomendações.

KPMG Asesores, S.L.

*(Assinado na versão em Castelhana)*

José Luis Blasco Vázquez

28 de Fevereiro de 2014

DECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO GRI



## Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **EDP Renováveis** apresentou seu relatório “Relatório e Contas 2013” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 da GRI. Para a metodologia, ver [www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf](http://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf)

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 26 de fevereiro de 2014

Nelmara Arbex  
Vice-Presidente  
Global Reporting Initiative



O “+” foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque EDP Renováveis submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

*A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)*

**Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 19 fev 2014. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.



Publicação  
EDP Renováveis, S.A.  
Plaza de la Gesta, 2  
33007 Oviedo, Espanha

Impressão  
Ocyan

Tiragem  
50 unidades

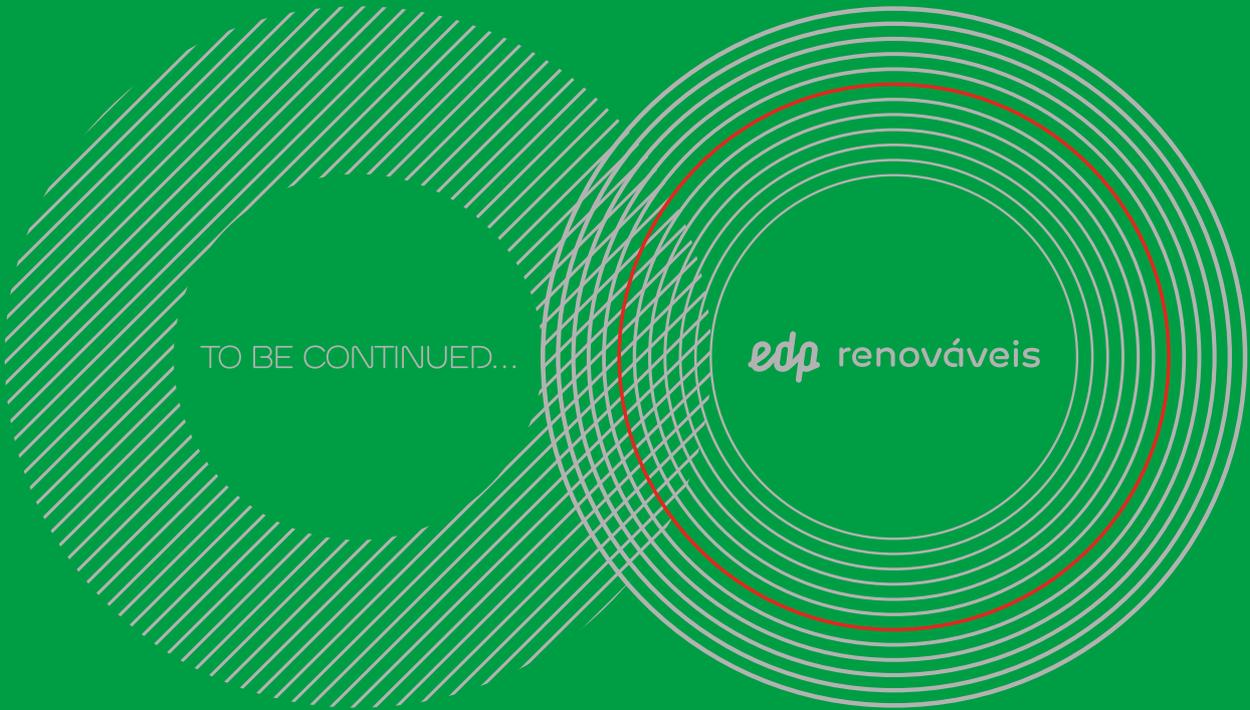
Depósito legal  
291932/09

Abril de 2014

Informação adicional  
Para mais informações sobre a EDP Renováveis  
visite [www.edpr.com](http://www.edpr.com), onde poderá encontrar  
a versão eletrónica do Relatório e Contas 2012.

Impresso em papel elaborado com celulose  
ECF – Elementary Chlorine Free – em fábricas  
com Certificação ISO 9001, Gestão Ambiental  
ISO 14001 e com Certificação Florestal FSC.  
Papel proveniente de florestas que são objeto  
de um processo científico e sustentado de  
reflorestação.

---



TO BE CONTINUED...

*edp* renováveis

